

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS
INTERNACIONAIS**

GUILHERME ZIEBELL DE OLIVEIRA

**A POLÍTICA EXTERNA DA NIGÉRIA: DESAFIOS DE UM GIGANTE AFRICANO
(1960-2014)**

Porto Alegre

2014

GUILHERME ZIEBELL DE OLIVEIRA

**A POLÍTICA EXTERNA DA NIGÉRIA: DESAFIOS DE UM GIGANTE AFRICANO
(1960-2014)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini

Porto Alegre

2014

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Oliveira, Guilherme Ziebell de

A política externa da Nigéria: desafios de um gigante africano (1960-2014) / Guilherme Ziebell de Oliveira. -- 2015.

159 f.

Orientador: Paulo Gilberto Fagundes Visentini.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Política Externa. 2. Nigéria. 3. África. 4. Relações Internacionais. I. Visentini, Paulo Gilberto Fagundes, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

GUILHERME ZIEBELL DE OLIVEIRA

**A POLÍTICA EXTERNA DA NIGÉRIA: DESAFIOS DE UM GIGANTE AFRICANO
(1960-2014)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini – Orientador
UFRGS

Profa. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira
UFRGS

Prof. Dr. Luis Dario Teixeira Ribeiro
UFRGS

Profa. Dra. Kamilla Raquel Rizzi
UNIPAMPA

Ao meu avô, Ruy Carlos Ziebell, meu grande amigo e a quem devo muito do que sou, e que partiu antes que esse trabalho tivesse sido concluído.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, pelas oportunidades que me foram concedidas e pelo investimento feito na minha educação e qualificação nos últimos anos. Espero, um dia, poder retribuir à altura. Também gostaria de agradecer à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul pela bolsa de estudos que me foi concedida e que foi fundamental para viabilizar a realização deste mestrado. Agradeço, de forma especial, ao meu orientador, professor Paulo Visentini, que ao longo de toda a minha formação tem sido fundamental para o meu amadurecimento e crescimento, não só profissionais, mas também – e sobretudo – pessoais. Sem a sua confiança e seu apoio a realização desse trabalho certamente não seria possível.

Ainda que seja impossível agradecer apropriadamente a todos, há alguns amigos aos quais não poderia deixar de agradecer aqui. Primeiramente, agradeço aos colegas do PPGEI, Luisa Calvete e Nilton Cardoso. As inúmeras conversas e debates que tivemos, e a paciência e preocupação de ambos com as minhas dúvidas sobre a pesquisa, foram fundamentais para a elaboração deste trabalho. Aos dois, serei sempre muito grato. Agradeço também aos amigos Roberto Fleck, Claudia Pfeifer e Fabiana Westphalen. A lealdade e preocupação constantes, mesmo com o contato reduzido pela distância ou pelas rotinas diferentes, foram de grande importância para manter o ânimo elevado ao longo desta trajetória, e sempre serão lembradas com muita gratidão e carinho. Aos queridos amigos Gerson Lopes e Letícia Mayer agradeço pelas diversas jantãs, conversas e risadas. A companhia, quase diária, foi fundamental para aliviar o cansaço e para renovar as energias. Ainda, gostaria de agradecer ao amigo Victor Sansone, por quem nutro grande admiração e amizade. As inúmeras conversas, divagações e discussões compartilhadas ao longo dessa trajetória, sempre muito estimulantes, foram fundamentais para entender melhor não só o mundo, mas também a mim mesmo.

A realização deste trabalho certamente não teria sido possível sem o apoio de minha família, que sempre me proporcionou as melhores oportunidades possíveis, e sempre confiou em mim. A ela serei eternamente grato por tudo. Por fim, gostaria de agradecer a Isadora Loreto da Silveira, por toda a ajuda na elaboração deste trabalho, especialmente pelas incontáveis revisões e correções. Além disso, agradeço pela cumplicidade e dedicação ao longo dos últimos anos, compartilhando comigo não só os momentos alegres, mas também os desafios e os problemas que se impuseram, sendo parte fundamental em toda minha trajetória. Serei, sempre, imensamente grato.

Todos os males que acometem a África hoje, assim como todas as venturas que aí se revelam, resultam de inumeráveis forças impulsionadas pela história. E da mesma forma que a reconstituição do desenvolvimento de uma doença é a primeira etapa de um projeto racional de diagnóstico e terapêutica, a primeira tarefa de análise global do continente africano é histórica.

Joseph Ki-Zerbo (2010)

La política que hace caso omisso de la historia está condenada al fracasso.

Silviu Brucan (1974)

Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende.

João Guimarães Rosa (1956)

RESUMO

Este trabalho busca analisar os diferentes enfoques da política externa da Nigéria, de sua independência, em 1960, até os dias atuais, na tentativa de avaliar mudanças e continuidades nas prioridades desta ao longo do período. Além disso, o trabalho busca, por meio de uma perspectiva histórico-descritiva, melhor compreender a posição ocupada pela Nigéria, um Estado semiperiférico (ou grande Estado periférico), no cenário internacional e também no continente africano. Para tanto, o trabalho divide-se em quatro capítulos, nos quais além de se fazer uma retomada histórica da evolução do sistema interafricano, são analisadas todas as décadas da política externa nigeriana. O que se percebe, através dessa análise, é que, ao longo da história nigeriana, o principal objetivo da política externa do país foi a sua consolidação como principal potência e liderança do continente africano. A busca desse objetivo, todavia, atravessou diferentes fases, fortemente vinculadas principalmente ao desempenho econômico nigeriano, mas também ao contexto vivido pelo sistema internacional e pelo sistema interafricano em cada período analisado, o que fez com que, em momentos distintos, a atuação nos âmbitos regional ou extracontinental fosse intensificada – em geral como uma forma de reforçar a posição ocupada pelo país no continente africano.

Palavras-chave: Nigéria. Política Externa. África.

ABSTRACT

This work seeks to analyze Nigeria's different foreign policy approaches, from its independence in 1960 to the present day, in an attempt to evaluate changes and continuities in its priorities over the period. In addition, the work aims to, through a historical descriptive perspective, better understand the position occupied by Nigeria, as a semi-peripheral State (or large peripheral State), in the international arena and also on the African continent. In order to do so, the work is divided into four chapters, in which we present a historical overview of the evolution of the inter-African system and then proceed to analyze every decade of Nigerian foreign policy. It becomes clear, through this analysis, that over the course of Nigerian history, the main goal of the country's foreign policy was its consolidation as the main power and leader in Africa. The pursuit of that goal, however, went through different phases, strongly linked mainly to Nigerian economic performance, but also to the context of the international and inter-African systems in each period, which, at different times, caused Nigeria's foreign policy to be intensified in the regional or extracontinental sphere – generally as a way to strengthen its position on the African continent.

Keywords: Nigeria. Foreign Policy. Africa.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP	África, Caribe e Pacífico
AFRICOM	Comando dos EUA para a África
AGOA	Lei de Crescimento e Oportunidades para a África
AQIM	Al Qaeda no Maghreb Islâmico
CEAO	Comunidade Econômica da África Ocidental
CEE	Comunidade Econômica Europeia
CNA	Congresso Nacional Africano
CNT	Conselho Nacional de Transição
CSONU	Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas
ECOMOG	Grupo de Monitoramento da ECOWAS
ECOWAS	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
Frelimo	Frente de Libertação de Moçambique
FROLINAT	Frente de Libertação Nacional do Chade
MEND	Movimento pela Emancipação do Delta do Níger
MOSOP	Movimento para a Sobrevivência do Povo Ogoni
MPLA	Movimento Pela Libertação de Angola
NEEDS	Estratégia Nacional de Desenvolvimento e Empoderamento Econômico
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano
NIAA	Instituto Nigeriano de Relações Internacionais
NIPSS	Instituto Nacional de Estudos de Política e Estratégia
NNOC	Corporação Nacional Nigeriana de Petróleo
OCAM	Organização Comum Africana e Malgaxe
OCI	Organização da Conferência Islâmica
OMC	Organização Mundial do Comércio
OPEP	Organização dos Países Produtores de Petróleo
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OUA	Organização da Unidade Africana
PAC	Congresso Pan-Africano
PAE	Programa de Ajuste Estrutural

PAIGC	Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde
PSI	Iniciativa Pan-Sahel
Renamo	Resistência Nacional Moçambicana
SADR	República Árabe Saaráui Democrática
SWAPO	Organização do Povo do Sudoeste Africano
TSCTI	Iniciativa de Contraterrorismo Transaariana
UA	União Africana
UEMOA	União Econômica e Monetária do Oeste Africano
Unita	União Nacional para Independência Total de Angola
ZANU	União Nacional Africana do Zimbábue
ZAPU	União Popular Africana do Zimbábue

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 O SISTEMA INTERAFRICANO.....	24
3 O SURGIMENTO DE UM GIGANTE: A CONSTRUÇÃO E O AUGE DA POLÍTICA EXTERNA NIGERIANA	48
3.1 UM GIGANTE ADORMECIDO: A DÉCADA DE 1960.....	49
3.2 OS ANOS DE OURO: A DÉCADA DE 1970	58
4 UM GIGANTE DE JOELHOS: A POLÍTICA EXTERNA DA NIGÉRIA NAS DÉCADAS PERDIDAS	82
4.1 A QUEDA DE UM GIGANTE: A DÉCADA DE 1980.....	82
4.2 UM PÁRIA NO SISTEMA INTERNACIONAL: A DÉCADA DE 1990	100
5 UM NOVO COMEÇO: A NIGÉRIA NO SÉCULO XXI	112
5.1 O REERGUMENTO DO GIGANTE: OS ANOS 2000 (1999-2014).....	112
6 CONCLUSÃO.....	136
REFERÊNCIAS	142

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho busca analisar os diferentes enfoques da política externa¹ da Nigéria, de sua independência, em 1960, até os dias atuais, na tentativa de avaliar mudanças e continuidades nas prioridades desta ao longo do período e, paralelamente, melhor compreender a posição ocupada pelo país no cenário internacional e também no continente africano. Para tanto, serão considerados três possibilidades de prioridade: o contexto regional (entendido aqui como o Oeste africano, sobretudo no que diz respeito às relações com os países vizinhos e membros da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental – ECOWAS); o contexto continental (as relações com o restante do continente, tanto bilaterais, quanto multilaterais – expressas, sobretudo, na Organização da Unidade Africana e, posteriormente, na União Africana); e o contexto global (agrupando as relações com os atores e organizações extrarregionais). Além disso, o período (1960–2014) será subdividido em cinco subperíodos (1960-1970; 1970-1980; 1980-1993; 1993-1999; 1999-2014), de forma a permitir uma melhor avaliação das prioridades da política externa nigeriana e de suas mudanças com o passar do tempo. Essa divisão temporal se baseia em estudos anteriores, que sugerem ser ela a mais adequada para analisar a política externa do país (OLIVEIRA, 2012).

Nesse contexto, para cada um dos períodos, serão analisados os principais desenvolvimentos da política externa nigeriana nos âmbitos regional, continental e global, na tentativa de identificar qual deles foi o prioritário, e quais as motivações para tanto. Ainda, é importante ressaltar que, mesmo que este trabalho não tenha por objetivo realizar uma análise da política interna nigeriana, a consideração de alguns de seus elementos e acontecimentos, sobretudo aqueles de caráter econômico e ligados ao modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado nigeriano, se mostram fundamentais, como uma forma de viabilizar o entendimento de alguns posicionamentos – sejam eles de continuidade, sejam de mudança – adotados na política externa da Nigéria no período. Isso se deve a uma compreensão, inspirada nas ideias de diversos autores,² de que, ainda que sejam temas distintos, há importantes interligações entre as políticas interna e externa dos países – não só em sua concepção, mas também em sua implementação.

A Nigéria se localiza no Oeste do continente africano, no chamado Golfo da Guiné. Possui 923.768 km² de extensão e seu litoral, banhado pelo Oceano Atlântico, estende-se por

¹ Esta é compreendida, neste trabalho, como o conjunto de ações e decisões políticas adotadas pelo governo de um Estado, em relação a outros Estados, de modo a inseri-lo no sistema internacional.

² Entre eles, ver Abegunrin (2003), Duroselle (2000), Pham (2007), Putnam (2010) e Whilhelmy (1988).

853 km. O país faz fronteira com quatro ex-colônias francesas: Benim (773 km) a Oeste; Camarões (1.690km) a Sudeste; Chade (87 km) a Nordeste; e Níger (1.497km) ao Norte. Colônia britânica desde meados do século XIX, a Nigéria se tornou independente em 1960, após um longo processo de transferência do poder dos britânicos para os nigerianos, marcado pela adoção de sucessivas Constituições (em 1947, em 1951 e em 1954), que tiveram como principal legado a transfiguração das disputas políticas das elites nigerianas em disputas étnico-regionais e religiosas,³ e a consolidação de um país fortemente fragmentado, sem a existência de um Estado-nação, ou mesmo de uma identidade nacional (BRUCAN, 1974; FALOLA; HEATON, 2008; OLIVEIRA, 2012).

Mapa 1: A Nigéria no mundo



Fonte: Elaborado pelo autor.

Em um primeiro momento, logo após a independência, as elites nigerianas não tinham na política externa a sua principal preocupação, dando mais atenção às questões internas

³ Uma das principais consequências da colonização britânica na Nigéria foi a criação, através da aplicação parcial do mecanismo de Governo Indireto, de uma divisão clara entre as regiões Sul – de maioria cristã – e Norte – predominantemente muçulmana – do país. Como resultado, estas passaram a ter níveis de desenvolvimento sensivelmente desiguais (sendo o Norte bem menos desenvolvido do que o Sul) e desenvolveram uma forte rivalidade – além de uma grande desconfiança mútua – entre si. Ainda que esta questão não vá ser abordada neste trabalho, é importante ter ciência de sua existência, uma vez que grande parte da história política da Nigéria (inclusive os múltiplos golpes e contragolpes ocorridos) estão intrinsecamente ligados a ela. Além da cisão religiosa, a colonização britânica também fomentou conflitos entre diferentes grupos étnicos e regionais, transformando a Nigéria independente em um mosaico de rivalidades. Estas, apesar de apresentadas sob diferentes “rótulos” (rivalidades tribais, étnicas, religiosas, etc.), tratam-se, efetivamente, de disputas por poder, apenas transportadas para outras esferas. Para uma abordagem mais profunda e detalhada da questão no caso específico da Nigéria, recomenda-se a leitura de Oliveira (2012) e Falola e Heaton (2008).

inerentes às dificuldades da construção do Estado. A Guerra de Biafra (1967-1970), todavia, mudou significativamente esse posicionamento. A percepção da existência de ameaças externas,⁴ capazes de fomentar instabilidades internas e, assim, ameaçar a própria existência do país, levaram as elites nigerianas a reavaliar a elaboração e a condução da política externa da Nigéria, passando a atribuir-lhe maior importância.

Mapa 2: Nigéria



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao longo de sua história, a Nigéria alternou momentos de uma política externa bastante arrojada, capaz até mesmo de confrontar potências centrais e de assumir uma posição de destaque no cenário internacional, com fases de timidez e subserviência aos interesses e pressões externos. Apesar dessas oscilações, o país sempre foi considerado detentor de uma posição de destaque e liderança no continente africano e um potencial candidato ao posto de principal potência da África. Atualmente, o país possui a maior população do continente

⁴ À época, a França, ex-metrópole de todos os países que cercam a Nigéria, via o país africano como uma ameaça aos seus interesses na região, e usava a sua grande influência sobre suas ex-colônias para tentar desestabilizar e enfraquecer a Nigéria.

(cerca de 177 milhões de habitantes) – sendo o sétimo país mais populoso do mundo⁵ – e a maior economia da África (com um PIB de cerca de US\$ 510 bilhões, em 2013) – a vigésima sexta do mundo –, além de ser o maior exportador africano – e quinto maior mundial – de petróleo (BARUNGI, 2014; CIA, 2014). Ainda assim, apesar da manutenção de uma posição de destaque na África, a Nigéria segue sem se consolidar como a principal potência do continente africano, e mantém-se em uma posição periférica no sistema internacional.

Ainda que este não seja o objetivo principal deste trabalho, busca-se, com essa análise, contribuir para a redução de uma importante lacuna na academia brasileira – e, em certa medida, internacional – em relação aos estudos sobre a Nigéria. Como destaca Samuel Pinheiro Guimarães (1999), uma das muitas características dos Estados periféricos – categoria na qual a Nigéria se encaixa – é um desconhecimento mútuo quase total, que tem como origem dois fatores principais, intrinsecamente interligados. Por um lado, a escassez, ou mesmo inexistência, de estudos realizados por nacionais de países periféricos sobre aspectos dos demais Estados periféricos. Por outro, a predominância de estudos sobre os países periféricos realizados por pesquisadores oriundos dos grandes centros de poder internacionais, ou por pesquisadores fortemente influenciados pelas ideologias e estruturas de pensamento desses centros. Esses elementos fazem com que a visão dos países periféricos sobre seus pares esteja, em geral, permeada pela interpretação e pelos valores das potências centrais do sistema internacional, dificultando assim o surgimento de vínculos políticos e econômicos mais sólidos entre eles.

Nesse contexto, este trabalho está estruturado a partir de uma perspectiva histórico-descritiva, o que se justifica por dois motivos principais. O primeiro deles é a escassez de bibliografia, sobretudo de caráter analítico, sobre o tema (além do fato de que estas, em sua maioria – senão totalidade – são produzidas por pesquisadores dos países centrais, ou fortemente influenciados pelas ideias do centro). O segundo motivo é a compreensão, consoante com a opinião de Joseph Ki-Zerbo (2010), de que é necessário, para analisar os rumos e as possibilidades futuras do continente africano e de seus Estados, compreender a sua História a partir de uma perspectiva diferente. Nesse sentido, como destaca o autor,

[...] a história da África deve ser reescrita. E isso porque, até o presente momento, ela foi mascarada, camuflada, desfigurada, mutilada. Pela “força das circunstâncias”, ou seja, pela ignorância e pelo interesse. Abatido por vários séculos de opressão, esse continente presenciou gerações de viajantes, de traficantes de escravos, de exploradores, de missionários, de procônsules, de sábios de todo tipo, que acabaram por fixar sua imagem no cenário da miséria, da barbárie, da irresponsabilidade e do

⁵ Tendo uma densidade populacional de 192 hab./km² (CIA, 2014).

caos. Essa imagem foi projetada e extrapolada ao infinito ao longo do tempo, passando a justificar tanto o presente quanto o futuro (KI-ZERBO, 2010, p. XXXII).

Em relação à Nigéria, esta situação não é diferente. Nesse sentido, espera-se que este trabalho auxilie na diminuição dessa relevante lacuna de conhecimento, proporcionando uma visão alternativa e originada na periferia – brasileira e não tributária das ideologias e estruturas de pensamento dos países centrais – sobre a Nigéria, de forma a fomentar e aprofundar o conhecimento mútuo e, assim, viabilizar a construção de laços mais sólidos entre o Brasil e seu par africano.

Diante disso, as ideias de dois autores servem como base de sustentação teórica para a análise realizada nesse trabalho. A primeira delas é o conceito de sistema-mundo, desenvolvido por Immanuel Wallerstein (2000). A partir dessa percepção, o sistema internacional é visto como uma estrutura única e integrada – política e economicamente – sob a lógica da acumulação capitalista, sendo regida por leis de movimento que levam à exploração das economias periféricas pelas economias centrais. Nesse contexto, o processo histórico que leva à formação do sistema-mundo seria responsável por produzir a sua organização espacial, estratificada segundo a divisão internacional do trabalho e a concentração da renda nas diferentes esferas de acumulação (WALLERSTEIN, 2000).

Nesse contexto, os Estados podem situar-se em três áreas: o centro, a periferia e a semiperiferia. O centro reúne aqueles países que concentram as atividades econômicas mais complexas, intensivas em capital e sofisticadas tecnologicamente – e que, portanto, agregam mais valor. A periferia, por outro lado, reúne os países com economias pouco diversificadas, especializados na produção de bens primários, intensivos em mão de obra e de baixo valor agregado e que, em geral, são Estados muito dependentes da exportação de produtos primários, cujos preços são determinados pelos países do centro. A semiperiferia, por sua vez, reúne os Estados que combinam traços daqueles da periferia e do centro: possuem certo grau de industrialização – ainda que geralmente restrita a bens de consumo não duráveis e a produtos tecnologicamente menos sofisticados –, com economias mais diversificadas mas ainda dependentes, especialmente de capitais e tecnologias, do centro.⁶ A Nigéria, para

⁶ Isso não significa dizer, contudo, que cada estrato apresente apenas características próprias e que, por exemplo, os países da periferia não apresentem características do centro. Muito pelo contrário, todos os países – do centro, da periferia ou da semiperiferia – apresentam características dos demais estratos. O que os diferencia, contudo, é a “concentração” destas. Assim, os Estados do centro possuem, predominantemente, atividades econômicas complexas, os da periferia, predominantemente, atividades econômicas pouco complexas e os da semiperiferia possuem uma concentração “equilibrada” dessas atividades. Isso é importante pois é justamente a existência dessas características “centrais” em países periféricos e semiperiféricos – geralmente associada às elites desses Estados – que faz com que muitos deles adotem posturas pró-sistêmicas (ARRIGHI, 1998).

Wallerstein, está inserida nesse grupo (WALLERSTEIN, 1976; 2000).

Essas três áreas formam entre si uma hierarquia de poder – tanto econômico, quanto político. Nesse contexto, enquanto os países do centro exercem uma dominação sobre aqueles da semiperiferia e da periferia – por vezes por meio de alianças com as burguesias locais, dependentes do mercado mundial, por vezes por meio da força –, os da semiperiferia contribuem para moderar as contradições existentes entre o centro e a periferia, servindo como um exemplo de possibilidade de ascensão aos países pobres. Isso não significa, todavia, que o sistema permite uma mobilidade ascendente para qualquer Estado, mas sim que a existência de uma camada intermediária – a semiperiferia – é fundamental para contrabalançar a tendência à instabilidade da economia política mundial, e que seu crescimento reflete apenas a tendência à expansão continuada do sistema capitalista mundial (WALLERSTEIN, 2000).

Ainda, nesse contexto, para Wallerstein (1976), os momentos de crise vivenciados pelo sistema capitalista são propícios para que os países da semiperiferia expandam o controle sobre seus mercados internos – em detrimento do centro – e, assim, reivindicuem maiores espaços de poder nas relações internacionais, bem como maior participação nos fluxos de investimentos internacionais. Ainda assim, mesmo que as crises abram oportunidades para que os Estados semiperiféricos consigam mudar de posição, essa ascensão não pode ser feita por todos, sendo realizada às custas dos demais Estados daquele estrato.⁷ Nesse contexto, segundo Arrighi (1998, p.219),

Os Estados, individualmente, podem conseguir, e conseguem, cruzar o golfo que separa a riqueza modesta da semiperiferia da riqueza oligárquica do núcleo orgânico [...] Mas os êxitos, individualmente, levam a um retesamento das tendências excludoras e exploradoras dos Estados do núcleo orgânico e com isso aprofundam e ampliam o golfo para aqueles que ficam para trás. Fica, portanto, inerentemente mais e mais difícil subir de status.

O segundo trabalho que serve de suporte teórico para esta análise é o de Samuel Pinheiro Guimarães (1999). Analogamente às ideias de Wallerstein, para Guimarães o sistema internacional não é novo nem imparcial, sendo organizado em torno de estruturas hegemônicas de poder político e econômico, que são resultado de um longo processo histórico – diretamente ligado à dinâmica dos ciclos de acumulação capitalista e às relações entre o grande capital privado e o Estado. Estruturas essas que beneficiam os países que as integram, os quais, por sua vez, têm como principal objetivo a sua perpetuação. Para Guimarães (1999,

⁷ A esse respeito, Wallerstein (1976) ainda diz que essa eventual ascensão não se trata de um efetivo desenvolvimento, mas sim de uma bem-sucedida expropriação do mais-valor mundial.

p.29), “[...] as sociedades, os Estados e os governos nunca iniciam sua atuação internacional a partir da ‘estaca zero’, com os mesmos direitos, deveres e oportunidades”. Diante disso, a utilização da ideia de estruturas hegemônicas de poder é mais adequada, pois através dela não há a necessidade de discutir a existência, ou não, de uma potência hegemônica, ou mesmo de determinar a polaridade do sistema internacional. Além disso, o conceito de estruturas hegemônicas é consideravelmente mais flexível, incluindo vínculos de interesse e de direito, organizações internacionais e múltiplos atores – públicos e privados –, além da possibilidade de incorporação de novos participantes e da elaboração permanente de normas de conduta – ainda que sempre com os Estados nacionais no centro dessas estruturas (GUIMARÃES, 1999).

Nesse contexto, para Guimarães, o sistema internacional se divide em uma estrutura dual, formada pelos Estados do centro e pelos da periferia. Os países do centro são aqueles com uma grande superioridade de poder político, econômico e militar em relação aos demais Estados e que, portanto, têm condições de organizar o sistema internacional de forma a assegurar e manter seus interesses. Os Estados da periferia, por sua vez, são aqueles à margem do centro desenvolvido, e que apresentam contrastes (territoriais, populacionais, históricos e de renda) e potencialidades de desenvolvimento distintas entre si. Diante disso, esses Estados podem ser subdivididos em três categorias (grandes, médios e pequenos), de acordo com a relação entre o desenvolvimento dessas potencialidades e o nível de suscetibilidade a pressões políticas e econômicas externas exercidas sobre aquele país (GUIMARÃES, 1999).

Os grandes Estados periféricos são aqueles países não-desenvolvidos, com grandes contingentes populacionais, extensos territórios não-inóspitos – e, conseqüentemente, abundância de recursos naturais –, razoavelmente passíveis de exploração econômica e onde se constituíram mercados internos e estruturas industriais significativos. Além disso, por não serem Estados completamente desenvolvidos, todos os grandes Estados periféricos apresentam uma profunda desigualdade entre suas classes sociais, fruto da grande disparidade de renda e de propriedade por eles apresentadas. A Nigéria, portanto, está inserida nesse grupo de países (GUIMARÃES, 1999).

Os grandes Estados periféricos se diferenciam dos pequenos e médios por conta de seu maior potencial econômico, científico, tecnológico e político. Segundo Guimarães (1999, p. 28),

Os países médios, mas muito especialmente os pequenos Estados da periferia, ainda que sejam capazes de acumular capital, desenvolver tecnologia e alcançar altos níveis de bem-estar, dadas as limitações de sua população e território, terão de

desenvolver graus mais elevados de especialização produtiva e de depender em maior medida de insumos e de bens finais do mercado mundial, além de nele colocar parcela maior de sua produção. Por esse motivo [...] estarão mais sujeitos a choques, naturais ou artificiais, e a pressões externas, tanto políticas como econômicas. São mais vulneráveis e dependentes das estruturas hegemônicas de poder e mais sujeitos aos efeitos da evolução dos grandes fenômenos que caracterizam o cenário internacional.

Isso significa dizer que, devido à sua dependência dos Estados centrais, os pequenos e médios Estados periféricos se tornaram, historicamente, mais expostos à configuração – imposta justamente pelos Estados centrais – do sistema internacional e, portanto, mais vulneráveis às instabilidades externas (GUIMARÃES, 1999).

Ainda que as ideias de Wallerstein e Guimarães apresentem diferenças entre si, algumas semelhanças existentes entre elas viabilizam a sua utilização conjunta como base teórica deste trabalho. Por um lado, temos o entendimento de que o sistema internacional não é uma estrutura imparcial e igualitária, mas resultado de um processo histórico. Por outro, ainda que ambos os autores considerem a existência – e a importância – de atores não-estatais, para os dois os Estados são as unidades de análise fundamentais. Nesse sentido, ambos apresentam a compreensão de que o sistema é dividido entre um grupo de Estados centrais – que detêm grande parte do poder político e econômico mundial – e um grupo de Estados periféricos, refletindo as desigualdades inerentes ao sistema de produção capitalista.

Mesmo que a divisão dos países periféricos seja diferente para os autores (entre semiperiferia e periferia para Wallerstein, e entre pequenos, médios e grandes Estados periféricos para Guimarães), podemos considerá-las como analiticamente semelhantes, uma vez que, para ambos os autores, o estrato intermediário (semiperiferia e grandes Estados periféricos) tem, concomitantemente, características e funções semelhantes às dos estratos superior (centro) e inferior (periferia e pequenos e médios Estados periféricos). Nesse sentido, por exemplo, ainda que os critérios para definição de semiperiferia e de grandes Estados periféricos sejam distintos, tanto Wallerstein (1976) quanto Guimarães (1999) identificam a Nigéria como pertencente ao estrato intermediário do sistema internacional.

A análise dos enfoques adotados pela política externa da Nigéria busca auxiliar na compreensão de como o país – dada a sua posição no sistema internacional – tem se colocado nos cenários africano e internacional. Nesse sentido, a divisão em três possibilidades de prioridade se faz relevante, não só por uma questão geográfica, mas também para auxiliar na análise qualitativa da política externa nigeriana a partir de suas relações com terceiros Estados. Enquanto no âmbito regional só há Estados periféricos, no âmbito continental encontramos atores periféricos e semiperiféricos (ou grandes Estados periféricos), e, no

contexto global, países dos três estratos. Assim, mais do que compreender qual foi, em cada período, o enfoque geográfico da política externa nigeriana, esta análise nos permite compreender qual foi a prioridade da política externa em relação aos diferentes estratos do sistema-mundo ao longo do tempo.

Este trabalho está estruturado em quatro capítulos, além desta introdução e da conclusão. O primeiro capítulo busca analisar o sistema de relações interafricano e sua evolução – já que este possui características e dinâmicas próprias – como forma de compreender o contexto imediato em que a Nigéria está inserida – e no qual ela tem, historicamente, um papel de destaque (CHAZAN, 1992). O segundo capítulo analisa a primeira fase da política externa da Nigéria, que vai de 1960 até o final da década de 1970. É nesse período que se percebe a estruturação e a maior proeminência da política externa nigeriana, com o país assumindo uma posição de destaque não só no continente, mas também fora dele. O terceiro capítulo analisa a segunda fase da política externa do país, que vai do final da década de 1970 até o final da década de 1990. Este período marca a “decadência” da política externa nigeriana, que, de uma postura de autonomia e assertividade, vai passar a ter um comportamento de certa forma errático e subordinado aos interesses das potências centrais, além de vivenciar um contexto interno bastante instável. O último capítulo, por sua vez, trata da terceira fase da política externa da Nigéria, que se estende do final da década de 1990, quando o país consegue superar o longo período de turbulência interna, até os dias de hoje. No contexto de renascimento do continente africano, a Nigéria logrou retomar uma posição de destaque no continente africano, tendo um papel fundamental na própria realidade vivida pela África no século XXI.

2 O SISTEMA INTERAFRICANO

Para que possamos entender a formação e evolução do sistema de relações interafricanas, é preciso, primeiro, analisar sua origem, e como ela se relaciona com suas características fundamentais. Em certa medida, suas raízes remontam ao período pré-colonial, e, ainda que não sejam determinantes para o seu desenvolvimento posterior, elas certamente o influenciam. Antes mesmo da chegada dos europeus, o continente africano já possuía uma série de Estados estabelecidos.⁸ Estes, todavia, pouco se assemelhavam à concepção *westfaliana* de Estado.⁹ No contexto africano, o poder não era baseado no controle do território, já que este era abundantemente disponível, e as populações eram reduzidas, havendo pouca competição por espaços comuns de terra. Dessa forma, os Estados africanos pré-coloniais não possuíam fronteiras claramente definidas e, em grande medida, o poder estava mais vinculado ao controle sobre determinadas populações e rebanhos do que ao domínio de territórios (HERBST, 2000).

Os processos de exploração econômica, de domínio político e de ocupação dos territórios africanos pelas potências europeias tiveram início no século XVI, fortemente baseados no sistema mercantilista e escravista. A partir de meados do século XIX, todavia, o continente africano assumiu um novo papel aos olhos das potências europeias. Uma nova classe dominante de industriais surgia na Europa, em busca de novos mercados consumidores e de fornecedores de matérias-primas para as suas produções crescentes. Nesse contexto, a Grã-Bretanha, principal nação industrial e maior potência naval à época, proibiu o tráfico de escravos, passando a combatê-lo a partir de 1807 (O'TOOLE, 2013).

Como resultado, os Estados africanos do litoral, que monopolizavam esse comércio, se viram obrigados a encontrar alternativas para sua sustentação. A resposta encontrada foi o desenvolvimento do “tráfico legal” de matérias-primas e insumos (como amendoim, óleo de palma, algodão, marfim, madeira e ouro). Esse novo comércio gerou uma intensificação da disputa entre os europeus por esferas de influência no continente africano, o que foi reforçado pela crise internacional que se esboçava, evidenciando o declínio da hegemonia britânica (sinalizada pela emergência da II Revolução Industrial, pela ascensão de novas potências

⁸ Muitos pesquisadores tendem a defender que não havia, antes da chegada dos europeus à África, Estados e um sistema de Estados consolidados. Essa crença, errônea, se deve ao fato de, em geral, estes considerarem apenas o modelo europeu de Estado como possível, ignorando todas as demais formas de Estado (HERBST, 2000). Podem ser citados como exemplos de Estados africanos que precederam a chegada dos europeus: Ashanti, Benim, N'gola, o Reino do Mali, o Reino de Gana, entre outros (VISENTINI, 2010).

⁹ Na Europa, os territórios disponíveis eram limitados e as populações eram grandes. O poder, nesse contexto, se expressava através da dominação territorial, o que levou a diversas disputas e guerras, centrais para a construção do Estado europeu (TILLY, 1996).

industriais – como Japão e EUA – e pela crise econômica iniciada na década de 1870), associada ao desenvolvimento do capitalismo, o que engendrou diversas transformações sistêmicas (POLANYI, 2000; VISENTINI, 2010).

Tornava-se, assim, cada vez mais necessário aos europeus o controle do acesso ao interior da África, onde as matérias-primas eram produzidas, até então monopolizado pelos Estados africanos do litoral. Companhias comerciais portuguesas, francesas e inglesas, que já disputavam entre si espaços no continente, apoiadas por seus respectivos governos, passaram, nesse contexto, a enfrentar a crescente concorrência de novos competidores, como Bélgica e Alemanha. Como forma de regular as disputas que emergiam, entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885, foi realizada a Conferência de Berlim, na qual a partilha da África foi definida, dando início, oficialmente, ao período colonial europeu no continente africano (O'TOOLE, 2013; VISENTINI, 2010). Nesse contexto, Marx (2013, p. 523), que escrevia alguns anos antes da realização da Conferência, destaca que:

A constante “transformação em supranumerários” dos trabalhadores nos países da grande indústria estimula de modo artificial a emigração e a colonização de países estrangeiros, transformando-os em celeiros de matérias-primas para a metrópole [...] Cria-se, assim, uma nova divisão internacional do trabalho, adequada às principais sedes da indústria mecanizada, divisão que transforma uma parte do globo terrestre em campo de produção preferencialmente agrícola voltado a suprir as necessidades de outro campo, preferencialmente industrial.

O período de dominação europeia sobre o continente africano foi relativamente curto, estendendo-se, na grande maioria dos casos,¹⁰ do final do século XIX ou início do XX até entre 1956 e 1966.¹¹ Esse período, contudo, foi muito intenso, aprofundando os impactos que já haviam sido causados pela inclusão do continente africano na dinâmica mercantilista e escravista. Ao longo desse período buscou-se incorporar o continente à divisão internacional do trabalho, de forma que fosse possível incrementar a sua exploração econômica. Assim, buscou-se controlar territórios e populações, além de reorganizar os sistemas produtivo e de propriedade do continente (VISENTINI, 2010).

Na Conferência de Berlim, portanto, foram estabelecidas as regras para a partilha da África, e determinou-se que os colonizadores deveriam ter o controle efetivo dos territórios

¹⁰ Exceção feita às colônias portuguesas e aos regimes de minoria branca na África Austral.

¹¹ Como destaca Visentini (2010, p.50), “Praticamente coincidiu com a vida de Winston Churchill, que nasceu em 1874, quando os europeus iniciavam sua penetração para o interior do continente, e faleceu em 1965, quando as últimas colônias britânicas na África estavam se tornando independentes”.

para garantir sua posse sobre eles¹² (YOUTH, 2009). Assim, foram definidas fronteiras que separavam os territórios controlados pelos Estados europeus (e que remetiam ao sistema *westfaliano* de Estados), sem que houvesse qualquer respeito às dinâmicas ali preexistentes (políticas, sociais, étnicas, culturais, geográficas, etc.) (GORDON, 2013). Ainda que esse modelo de Estados (territoriais) imposto ao continente africano fosse totalmente artificial e não se aproximasse de nenhuma lógica de organização política adotada anteriormente pelos nativos, ele se mostrava fundamental, como forma de regular a competição entre os europeus no continente (CLAPHAM, 1996).

Mais do que impor um modelo estatal, os europeus foram responsáveis por alterar a base social e material dos Estados africanos, introduzindo na África suas ideais e valores, além de suas estruturas políticas e econômicas (o sistema capitalista),¹³ que foram de grande importância na conformação das elites, das bases econômicas e do perfil dos novos Estados que emergiram no continente africano no século XX (VISENTINI, 2010). O novo sistema de dominação implementado na África tinha como objetivo que as colônias fossem autossustentáveis e capazes de gerar benefícios para as metrópoles, e baseava-se em ideologias colonialistas apoiadas em doutrinas filantrópicas, pragmático-utilitaristas, racistas ou social-darwinistas.¹⁴ Para isso, o sistema transferia a soberania africana para a metrópole e seus funcionários, transformando os nativos em objetos da administração e sujeitando-os a leis, regulamentos e normas subordinadoras, em um processo de incorporação do continente à economia capitalista industrial como fornecedores de insumos agrícolas e minerais e consumidores de produtos manufaturados (MAMDANI, 2004; VISENTINI, 2010).

Nesse contexto, as metrópoles não estavam dispostas a despender muitos recursos com o controle das colônias (o que era facilitado por sua superioridade militar e por acordos estabelecidos com alguns atores locais¹⁵). Todavia, os recursos necessários para a construção dos Estados que não estavam disponíveis na África (como poder militar, tecnologias de comunicação, organização burocrática, etc.) eram fornecidos pelas potências industriais

¹² Para garantir esse controle os Estados europeus deveriam ter tropas e administradores nos territórios africanos (CARMODY, 2011).

¹³ Diversos processos foram utilizados para a modernização dos territórios coloniais. Entre eles destacam-se a apropriação das terras africanas e a submissão dos africanos a impostos monetários, como forma de financiar os custos da colônia e pra obriga-los a buscar trabalho assalariado ou dedicar-se a produzir o que era demandado pela metrópole (WALLERSTEIN, 2004). Além disso, havia uma série de trabalhos obrigatórios, que podiam ser exigidos pela metrópole (construção de portos, estradas – ferrovias e rodovias – ou de habitação para os funcionários), e que tinham a mesma finalidade (VISENTINI, 2010).

¹⁴ Independentemente da retórica defendida, entretanto, a ideia de uma “missão civilizadora” estava sempre presente (O’TOOLE, 2013).

¹⁵ Especialmente nas colônias britânicas estabeleceu-se um sistema clientelista com alguns atores locais, que eram incorporados ao sistema administrativo, e que disso se beneficiavam (CLAPHAM, 1996).

européias, assim como aqueles necessários para o estabelecimento de estruturas de produção capitalista no continente (CLAPHAM, 1996). Além disso, diversas formas de taxaço (como impostos sobre exportação e importação e também sobre pessoas) foram impostas às populações africanas, como forma de financiar as colônias (DeLANCEY, 2013).

Através da exploração dos recursos minerais¹⁶ por companhias metropolitanas (que recebiam concessões de jazidas e contavam com ferrovias – também construídas por empresas metropolitanas – que iam até os portos de escoamento) e da reorganização da estrutura produtiva, focada, a partir de então, na produção de produtos tropicais (voltados, assim como os recursos naturais, para a exportação), esses Estados passaram a ser incorporados, como região periférica e subordinada, à economia global (CLAPHAM, 1996; WALLERSTEIN, 2004). O comércio exterior, dessa forma, passava a se configurar como elemento fundamental para a existência desses Estados, alterando a estrutura básica de suas economias. Além disso, a dependência dos novos Estados de expedientes estrangeiros também foi reforçada pela imposição das religiões externas como oficiais (ainda que as tradicionais continuassem tendo relevância) e dos idiomas dos colonizadores como língua oficial (o que se fazia, por exemplo, através da educação, que era fornecida a determinadas parcelas da população,¹⁷ nesses idiomas) (CLAPHAM, 1996).

A incorporação do continente e de sua população à divisão internacional do trabalho teve como efeito, entre outros, a sua modernização, com a implementação da propriedade privada e do trabalho disciplinado, produtor de valores de troca; e com a transformação dos camponeses em proletários (VISENTINI, 2010). Com a expansão da exploração do continente de seu litoral – onde teve início – para o interior, tornou-se cada vez maior a necessidade de construção de uma rede de infraestrutura mais complexa, que favorecesse o escoamento da produção, como complexos de ferrovias, rodovias e portos (O'TOOLE, 2013). Além de aportar tecnologias e equipamentos modernos para a economia colonial, esses complexos, ao ligarem o interior ao litoral, integravam economicamente populações antes dispersas, geravam novos fluxos populacionais, criavam novas rotas de comércio e proporcionavam o surgimento, nos entroncamentos, nas estações e nos portos, de novas cidades (DeLANCEY, 2013).

¹⁶ De acordo com Visentini (2010, p.24), “A África é riquíssima em recursos naturais, possuindo em seu subsolo a maioria dos minerais conhecidos, sobretudo os mais raros e valiosos, muitos deles em quantidades notáveis.” Cabe ressaltar, entretanto, que apesar dessa abundância, esses recursos possuíam pouco valor no contexto africano, adquirindo valor significativo apenas através de seu uso em economias sofisticadas (CLAPHAM, 1996).

¹⁷ A questão da educação tem uma grande importância nesse contexto. Uma vez que ela não era fornecida a toda a população, apenas uma parcela desta conseguia se aproximar do (e, posteriormente se inserir no) aparato estatal, gerando diferenças importantes entre os indivíduos.

À medida que a economia colonial se tornava mais complexa, a demanda por mão de obra especializada e por funcionários nativos qualificados foi se ampliando, o que levou à criação de sistemas de educação e de formação geral de trabalhadores. Mesmo que se tratasse de sistemas restritos, eles foram responsáveis pela formação de elites locais, que, juntamente com aqueles africanos que realizaram seus estudos universitários no exterior (sobretudo nas metrópoles), posteriormente passaram a integrar os movimentos nacionalistas, defendendo ideias de autogoverno e de soberania. Apesar disso, importa ressaltar que a construção de infraestrutura e o desenvolvimento dos sistemas de saúde e educação, entre outros, foram meras consequências das necessidades dos colonizadores, e não o resultado de alguma forma de preocupação com o desenvolvimento de capacidades de autossuficiência dos Estados africanos (GORDON, 2013; VISENTINI, 2010).

Os eventos no cenário internacional que se seguiram a partir do início da segunda década do século XX – Primeira Guerra Mundial (1914-1918), Revolução Soviética (1917), Crise Econômica de 1929 e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) – tiveram grande impacto no continente africano, e foram de suma importância para as independências e para as relações interafricanas posteriores. Durante a Primeira Guerra, foram mobilizadas frentes de trabalho nas metrópoles e também nas colônias, e cerca de 2,5 milhões de africanos foram convocados para os combates ou como mão de obra.¹⁸ Destes, muitos chegaram a substituir europeus em funções de relativa relevância no continente africano, e diversos outros foram engajados em combates na Europa. Além disso, o continente foi responsável pelo fornecimento de recursos financeiros e de matérias-primas – que poderiam ser usados para o seu próprio desenvolvimento – para as metrópoles (d’ALMEIDA-TOPOR, 2003).

Esses fatores, em conjunto, legaram um significativo impacto social, econômico, político e ideológico para o continente (VISENTINI, 2010). Era a primeira vez que os africanos viam uma guerra entre os europeus e eram chamados a ajudá-los. Ao final, restava entre eles a consciência de terem participado do conflito e de terem sido fundamentais para a vitória das metrópoles aliadas. A repercussão do conflito mundial, entre os africanos, associada ao visível enfraquecimento das metrópoles europeias ao final da guerra, e a um contexto de aumento demográfico generalizado, bem como um aumento nas taxas de urbanização, serviu como incentivo às lutas por independência (d’ALMEIDA-TOPOR, 2003).

Aliados a esse contexto, a Revolução Soviética e os Quatorze Pontos de Wilson, que propagavam a ideia de autodeterminação, reforçaram o declínio das metrópoles europeias e os

¹⁸ A França, sozinha, mobilizou cerca de 370.000 africanos como soldados, e entre 240.000 e 310.000 para trabalharem nas indústrias, portos, etc (d’ALMEIDA-TOPOR, 2003).

movimentos político-ideológicos pró-emancipação colonial. Essa perspectiva foi intensificada pelo significativo declínio dos fluxos comerciais e financeiros internacionais, gerados pela Grande Depressão, em 1929, que tiveram forte impacto social e econômico¹⁹ sobre o continente africano (VISENTINI, 2010).

A Segunda Guerra Mundial, por sua vez, foi um divisor de águas na trajetória dos governos coloniais, ajudando a fomentar a consciência política dos africanos, e marcando o início de um período de intensas mudanças (NUGENT, 2004; O'TOOLE, 2013). Além de ter sido campo de batalha, a África teve, novamente, importante papel como fornecedora de matérias-primas (como minérios e borracha) e de tropas para as potências europeias beligerantes.²⁰ A necessidade de um aumento na produção e fornecimento de matérias-primas levou as metrópoles a realizarem investimentos na melhoria e construção de ferrovias, rodovias, pontes, portos e aeroportos, o que foi acompanhado por um aumento no número de africanos incorporados à estrutura administrativa das colônias (GORDON, 2013).

Como resultado dessa fundamental participação e das mudanças nas colônias, começaram a se intensificar, no imediato pós-guerra, as reivindicações, pacíficas ou violentas, pelas independências, assim como o surgimento de diversos movimentos nacionalistas²¹ (FLINT, 1983). Em resposta, as metrópoles tentaram criar mecanismos que atrasassem o processo (TANGRI, 1985). Como destaca Visentini (2010, p.92),

[...] em linhas gerais, as potências coloniais anteciparam-se no amadurecimento do protesto independentista, e puderam controlar, em linhas gerais, a descolonização. Estudantes oriundos das elites locais foram enviados para estudos superiores nas metrópoles, a administração tornou-se paulatinamente africanizada e assessorada por técnicos europeus, enquanto a autonomia política era concedida progressivamente a uma pouco numerosa burguesia e burocracia nativas previamente cooptadas. Os primeiros países africanos a libertar-se, entretanto, foram os que mais lutaram para escapar a este tipo de dependência.

Assim, entre 1945 e 1960, partidos nacionalistas, comandados por líderes como Kwame Nkrumah (em Gana), Sékou Touré (na Guiné), Nnamdi Azikiwe (na Nigéria),

¹⁹ A queda acentuada dos preços internacionais das *commodities* africanas foi acompanhada por uma diminuição no volume de exportações, e por uma consequente redução no nível de vida (já baixo) das populações africanas (d'ALMEIDA-TOPOR, 2003).

²⁰ Além disso, nos casos francês e belga os territórios tiveram um papel ainda mais importante durante a guerra. Frente à dominação nazista dos territórios metropolitanos – e de parte das colônias – de França e Bélgica, os territórios coloniais livres passaram a servir de base segura para a organização dos movimentos de resistência (NUGENT, 2004).

²¹ É importante notar, entretanto, que os partidos e movimentos nacionalistas surgidos no pós-Segunda Guerra não eram, em geral, bastante homogêneos, sendo compostos por grupos com origens econômicas, regionais e étnicas distintas. Essas diferenças, entretanto, eram superadas por uma ambição comum: a independência nacional (GORDON, 2013).

Léopold Senghor (no Senegal) e Félix Houphouët-Boigny (na Costa do Marfim) ganharam força e apoio popular no continente, vencendo eleições locais²² e pressionando as metrópoles por mais direitos políticos e, em última instância, pela independência (O'TOOLE, 2013). Paralelamente, o sistema internacional que emergiu ao final da Segunda Guerra, com a ascensão de URSS e EUA ao posto de superpotências mundiais, e com a formação da Organização das Nações Unidas (ONU), se mostrou fundamental para as independências africanas. Por um lado, os princípios da ONU, que regulavam o funcionamento do novo sistema, eram baseados no respeito à soberania estatal, e davam grande importância para o princípio da não-agressão (fruto da experiência das duas guerras mundiais), considerando que a proteção dos territórios estatais era requisito indispensável para a paz mundial. Por outro lado, as superpotências eram defensoras do anticolonialismo (VISENTINI, 2010).

Frente à oposição das superpotências e dos movimentos nacionalistas africanos (e também das demais ex-colônias, sobretudo na Ásia – parte do Terceiro Mundo – que já haviam conquistado suas independências ao longo da década de 1950) ao colonialismo, a permanência das potências europeias no continente africano tornava-se cada vez mais insustentável, o que era percebido claramente por algumas lideranças (sobretudo britânicas, francesas e belgas) (KEYLOR, 1997). Estas, então, compreenderam que uma transição rápida e sem turbulências diminuiria o nível de conflito entre elas e as lideranças nacionalistas, evitando assim a formação de lideranças políticas radicais e de organizações nacionalistas com ampla base de apoio, e permitindo, portanto, reter o máximo de poder político e (sobretudo) econômico possível.

Dessa forma, ainda que nem sempre tenham tido sucesso, as lideranças coloniais buscaram excluir movimentos nacionalistas percebidos como perigosos, apoiando aqueles líderes e partidos que se mostravam mais “amigáveis” aos interesses europeus (GORDON, 2013). Assim, em 1956, a França concedeu independência aos territórios do Marrocos e da Tunísia, e, em 1957, a Costa do Ouro (Gana) tornou-se independente da Grã-Bretanha, sendo a primeira nação negra africana a conquistar a independência. A partir daí, até o final da década de 1960, grande parte dos Estados africanos se tornaram independentes.²³ Nesse contexto, o ano de 1960, o “Ano Africano”, marcou o auge da descolonização, com dezessete nações atingindo a independência. Devido à divisão do continente feita na Conferência de

²² A partir de 1950, em diversos casos, os africanos passaram a ter mais participação em votações para conselhos legislativos que detinham poderes relativamente significantes (GORDON, 2013; O'TOOLE, 2013). Essa medida, contudo, não tinha a intenção de aumentar o poder dos africanos, e sim de perpetuar o domínio colonial europeu (NUGENT, 2004).

²³ As independências nas colônias de povoamento, todavia, só foram conquistadas posteriormente, e por meio de luta armada (O'TOOLE, 2013).

Berlim, o território africano acabou sendo dividido entre oito²⁴ potências coloniais, que apresentavam níveis de desenvolvimento, riqueza e necessidades diferentes. Isso gerou uma significativa heterogeneidade administrativa, linguística e cultural entre as colônias, com grande impacto sobre os Estados africanos – e, conseqüentemente, sobre o sistema interafricano – pós-independência.

Associado ao grande número de potências colonizadoras, o tamanho e a quantidade de Estados que surgiram após às independências também se configuram como fatores importantes para o sistema interafricano. A divisão do território continental, baseada sobretudo em expedientes econômicos e estratégias políticas das potências imperialistas europeias, associada ao processo de descolonização, proporcionou a emergência de um grande número de Estados na África (GORDON, 2013). Enquanto entre o fim da Segunda Guerra e 1956 havia apenas oito Estados africanos independentes,²⁵ entre 1957 e 1966 esse número se expandiu para 38,²⁶ pouco mais de 30% dos Estados membros da ONU à época.²⁷ Por um lado, esse processo se mostrou positivo para os países africanos, que passaram a possuir peso considerável nos fóruns multilaterais internacionais. Por outro, entretanto, ainda que alguns dos Estados nascentes tivessem um tamanho expressivo (como Nigéria, Sudão, Angola e Congo), havia outros de extensão extremamente reduzida (como Gâmbia, Cabo Verde, Ruanda e Djibuti).

O tamanho diminuto impôs uma série de restrições a esses Estados, como reduzidos mercados nacionais, poucas reservas minerais e pequenas áreas agricultáveis, o que, em geral, tornou-os mais vulneráveis às flutuações dos mercados de *commodities* e do sistema econômico global²⁸ (YOUNG, 2009). Além da questão dimensional, a localização de vários Estados africanos também se mostrou determinante. Muitos dos Estados nascentes eram desprovidos de saídas para o mar, o que contribuiu para intensificar a sua dependência de atores externos. Essas diferenças entre os tamanhos dos Estados e entre suas localizações

²⁴ Bélgica, França, Alemanha (até 1919), Itália, Portugal, África do Sul (substituindo a Alemanha na Namíbia), Espanha e Reino Unido (GORDON, 2013).

²⁵ Libéria, Etiópia, Líbia, Egito, Sudão, Tunísia, Marrocos e África do Sul (KEYLOR, 1997).

²⁶ Em 1957 Gana ficou independente do Reino Unido, e em 1958 foi a vez da Guiné ficar independente da França. No ano de 1960, ficaram independentes da França Camarões, Congo-Brazzaville (atual República do Congo), Gabão, Chade, República Centro-africana, Togo, Costa do Marfim, Daomé, Alto Volta, Niger, Senegal, Mali, Madagascar e Mauritânia; da Grã-Bretanha Somália e Nigéria; e da Bélgica o Congo-Leopoldville (atual República Democrática do Congo). Em 1961 a Tanzânia ficou independente do Reino Unido. Em 1962, Ruanda e Burundi ficaram independentes da Bélgica, a Argélia ficou independente da França e Uganda ficou independente do Reino Unido. Em 1963, o Quênia, em 1964, o Malauí e Zâmbia, em 1965, Gâmbia e, em 1966, Botsuana e Lesoto se tornaram independentes do Reino Unido.

²⁷ Em 1966, a ONU possuía 122 países membros (UN, 2014a).

²⁸ Isso, em muitos casos, diminuía sensivelmente a capacidade desses Estados de posicionar-se de maneira assertiva no cenário internacional, já que eram extremamente dependentes de atores externos.

gerou diferenças de capacidade nos mais diversos níveis (desenvolvimento econômico, construção nacional e estabilidade, por exemplo) (GORDON, 2013). Assim como as diferentes heranças coloniais, essa questão foi determinante no estabelecimento do padrão de interação dos novos Estados com as ex-metrópoles.

Outro fator importante para o estabelecimento e desenvolvimento do sistema interafricano foi o ideário pan-africano. O pan-africanismo nasceu na transição do século XIX para o XX, fora do continente africano, criado por escravos das colônias inglesas no Caribe e nos EUA. Apesar de não ser a ideia inicial, com sua evolução o ideal voltou-se cada vez mais para a defesa da descolonização e do progresso político-social da África. Nesse contexto, o V Congresso pan-africanista, realizado em Manchester, em 1945, contou com participação destacada de delegados africanos (entre eles Jomo Kenyata, do Quênia, e Kwame Nkrumah), e marcou a politização do movimento, que passou à reivindicação política da descolonização, do anti-imperialismo e do anticolonialismo. Politicamente, o ideal pan-africanista foi fundamental na luta contra o colonialismo e a balcanização do continente africano, para a formação, em 1963, da Organização da Unidade Africana (OUA), e na luta contra o envolvimento do continente na Guerra Fria. Apesar de problemas e divergências internas surgidas, posteriormente, com a sua maior institucionalização, o pan-africanismo manteve seus objetivos originais de desenvolvimento dos africanos, de luta contra o imperialismo, de desenvolvimento da unidade e da consciência africana e de progresso social no continente (VISENTINI, 2010).

O contexto internacional em que as independências africanas aconteceram se mostrava, a princípio, potencialmente ameaçador para Estados frágeis como estes. No auge da Guerra Fria, o mundo estava dividido entre duas superpotências, que controlavam as estruturas produtivas e de comércio internacional, e que possuíam forças militares incontestes. Nesse contexto, os Estados africanos se mostravam certamente muito frágeis e incapazes frente aos demais Estados do sistema internacional. Apesar disso, entretanto, os princípios onusianos de não-agressão, de respeito à soberania, de autodeterminação e de descolonização se mostraram como garantias importantes para a existência dos Estados africanos. Além de coibirem conflitos entre os Estados pós-coloniais, ajudavam os governos destes a manter sua autoridade sobre os territórios nacionais, sendo fundamentais na regulação das relações entre eles (CLAPHAM, 1996).

As prerrogativas do sistema internacional pós-1945 garantiam que, quando da independência dos Estados africanos, estes, ainda que não tivessem capacidade real de se proteger, gozariam de relativa segurança internacional. Elas também garantiam que, através

do reconhecimento de sua soberania, esses Estados passariam a ter acesso a assentos (e voz) em organizações internacionais, além da possibilidade de firmar acordos, o que lhes dava certo poder. Além disso, elas eram benéficas não só para os próprios africanos, mas também para as superpotências e para as potências colonialistas (CLAPHAM, 1996).

Os Estados africanos não dependeram diretamente das superpotências para as suas independências, e tampouco se localizavam (à exceção do Chifre da África) em uma região de grande importância geoestratégica (e de disputa) para as superpotências e, portanto, não foram inseridos imediatamente em suas esferas de influência, o que lhes aportava considerável liberdade de ação. Ainda assim, para as superpotências, as prerrogativas do sistema internacional (e a emergência desses Estados) se mostravam positivas, pois “abriam espaços” em antigas esferas de influência europeias nas ex-colônias, possibilitando a expansão de suas redes de aliança. Já para os europeus, elas facilitavam a sua saída do continente, o qual não podiam mais (ou não estavam dispostos a manter os custos para) controlar diretamente (CLAPHAM, 1996).

Independentemente do modelo colonial que havia sido desenvolvido em cada uma das colônias, em geral as elites locais que lideraram os movimentos de independência se mostraram fortemente comprometidas com a manutenção dos Estados criados pelos colonizadores. Era não só mais fácil, mas também menos custoso (e sobretudo mais interessante para algumas dessas lideranças) manter estruturas e sistemas administrativos que já estavam estabelecidos, e nos quais diversas dessas lideranças já trabalhavam, do que, junto com o turbulento processo de independência, criar novas estruturas políticas. Além disso, as fronteiras definidas pelos europeus criavam entidades administrativas passíveis de serem reconhecidas por outros Estados como Estados soberanos no sistema internacional, e portanto se mostravam interessantes às lideranças.²⁹ Dessa forma, as lideranças africanas que assumiram o poder adotaram o modelo de Estado colonial, e usaram-no como base para a construção de um nacionalismo genuinamente africano (CLAPHAM, 1996).

A manutenção das estruturas estatais, apesar de possuir aspectos positivos (ligados ao reconhecimento do Estado no sistema internacional), também tinha sérias implicações negativas. Os novos Estados eram desprovidos de mão de obra capacitada (médicos,

²⁹ Nesse sentido, à época das independências, (quase) todos os Estados africanos cumpriam com o que Clapham (1996) define como “Mito do Estado” (possuíam fronteiras demarcadas; lideranças reconhecidas; integridade territorial sem ameaças – com raras exceções; e capacidade governamental - ainda que baixa - reconhecida), ainda que esse tenha sido, rapidamente, desconstruído.

engenheiros, administradores e professores) e tinham uma estrutura de classes fragmentada.³⁰ Além disso, careciam de redes de transporte que interligassem todo o território (essas limitavam-se a ligar as regiões produtoras aos portos de exportação) e de infraestruturas de qualidade (como hospitais, escolas, indústrias, etc.) (VISENTINI, 2010). A partir da manutenção das antigas estruturas, os Estados africanos herdaram economias fracas, pouco integradas, severamente distorcidas e com pouco capital disponível. Frente a isso, independentemente da orientação política que era adotada pelas lideranças africanas, grande parte desses novos Estados dependiam essencialmente da exportação de *commodities* para a sua sustentação econômica (GORDON, 2013).

Internamente, a manutenção dos sistemas de produção garantia a preservação dos interesses estrangeiros. Essa realidade, dessa forma, impôs a manutenção de uma relação de dependência persistente e multifacetada desses países em relação a Estados mais avançados economicamente. A falta de técnicos e a carência tecnológica transformavam a subordinação dos países africanos em estrutural, e garantia a permanência destes na periferia da divisão internacional do trabalho (HYDEN, 2006). A falta de recursos e a dependência externa, por sua vez, deixavam pouca margem de manobra para os nascentes países africanos. As decisões, estratégias e mesmo a soberania dos países que emergiam continuavam, na maioria dos casos, subordinadas aos mercados, indústrias, recursos e especialistas externos, configurando uma relação tipicamente neocolonial (GORDON, 2013; VISENTINI, 2010).

Através das relações neocoloniais com as ex-metrópoles, os países africanos obtinham o estabelecimento de programas de ajuda e de relações econômicas privilegiadas, auxílio técnico e concessão de favores, o apoio em caso de crises internas e ameaças externas e o tratamento pessoalizado dos dirigentes africanos pelos antigos colonizadores, o que favorecia a busca das elites africanas por legitimação interna e por inserção na ordem internacional. As ex-metrópoles, por sua vez, viam-se beneficiadas, pois conseguiam, além de manter sua influência – política e econômica – no continente, angariar votos favoráveis em fóruns internacionais (como a ONU) e estabelecer bases militares na África.

É de suma importância ressaltar, todavia, que essa relação, mais do que uma imposição europeia aos africanos, tratava-se de um fenômeno constitutivo da própria política africana, sendo buscada por alguns de seus protagonistas como forma de atingir seus objetivos

³⁰ Além disso, os novos Estados agrupavam grupos distintos e separavam grupos afins. Eventuais rivalidades – ou mesmo a própria diferença – entre esses grupos haviam sido fomentadas pelos colonizadores, como forma de facilitar a dominação, legando consequências nefastas para esses Estados, que se expressaram, posteriormente, em problemas de minorias e de “tribalismo”, e também em guerras civis (resultados não das relações tradicionais africanas, mas sim de sua apropriação e distorção pelos europeus) (MAMDANI, 2004; VISENTINI, 2010).

(VISENTINI, 2010). A França, nesse contexto, foi a principal potência neocolonial, desenvolvendo uma ampla estrutura burocrática, que estruturou-se como uma política de Estado, para dar sustentação a essa relação, atuando como o *gendarme* das potências ocidentais no continente ao longo da Guerra Fria (VERSCHAVE, 2004; VISENTINI, 2010).

Alternativamente ao modelo neocolonial, alguns Estados adotaram um modelo autonomista, em que buscavam promover seu desenvolvimento procurando um equilíbrio entre as principais forças externas. Esse posicionamento permitia a essas lideranças estabelecer posições autônomas frente aos outros Estados africanos e do Terceiro Mundo, possibilitando o estabelecimento de relações independentes, na medida do possível, das potências externas. Nesse contexto, a maioria desses Estados implementou um modelo de desenvolvimento de economia mista, de viés socialista e/ou nacionalista. Eles buscavam desenvolver a economia nacional em novas bases, aliando a iniciativa privada nacional e transnacional à intervenção estatal (sobretudo no setor industrial e de infraestrutura), e criando um setor cooperativo para a economia camponesa. Esse modelo, que ficou conhecido como via não capitalista de desenvolvimento, entretanto, era altamente dependente do voluntarismo político das elites nacionalistas e esquerdistas, tendo pouca adesão na massa da população (VISENTINI, 2010).

Os primeiros anos da década de 1960, assim, marcaram um período de intensa preocupação dos dirigentes dos países africanos nascentes com uma série de desafios comuns impostos pela independência: problemas territoriais impostos pela unificação de grupos étnicos e regionais; preocupações com o fortalecimento do seu próprio partido e do seu poder sobre as massas e sobre as lideranças oposicionistas; com a luta contra a pobreza, a doença e a ignorância; com a segurança do país no contexto da Guerra Fria; e com a ameaça de golpes de Estado (KODJO; CHANAIWA, 2010). Apesar de compartilharem (ao menos formalmente) os desejos por liberdade, os valores anticolonialistas e o repúdio e combate aos regimes racistas, a divisão dos países africanos em neocoloniais e progressistas culminou – a partir de 1960, com a derrubada de Patrice Lumumba, no Congo, e posterior divisão do país em diversas facções³¹ – na formação de blocos antagônicos, o Grupo de Monróvia³² e o Grupo de Casablanca (CERVENKA, 1977).

³¹ Alguns dias após a independência do Congo, o novo país experimentou um motim das Forças Armadas, intervenção belga, a secessão da província de Katanga (rica em minérios) e instabilidade generalizada (CLAPHAM, 1992).

³² O grupo de Monróvia compreendia doze países do Grupo de Brazzaville (Camarões, Congo-Brazzaville, Costa do Marfim, Daomé, Gabão, Alto Volta, Madagascar, Mauritânia, Níger, República Centro-africana, Senegal e Chade), que defendiam o estabelecimento de acordos de cooperação e coordenação econômica entre os países africanos (e não um projeto de integração continental), além dos membros de um outro grupo (que

O primeiro, fundado em dezembro de 1960, era integrado por vinte membros (em sua maioria francófonos), e tinha ligações com o neocolonialismo. O grupo baseava-se no direito de cada país de ter uma existência independente, na manutenção das fronteiras coloniais e do respeito à soberania e na não ingerência nos assuntos internos dos Estados, sendo favorável a uma confederação “maleável” de Estados africanos, que favorecesse uma participação e uma cooperação voluntárias. O segundo grupo foi criado em 1961, como resposta ao primeiro, e era integrado por sete países³³ militantes do pan-africanismo, do socialismo e do não alinhamento, propondo uma diplomacia neutralista e uma ruptura mais profunda com as metrópoles, preconizando uma planificação e um desenvolvimento econômico centralizado, além de um sistema de defesa e de segurança em esfera continental e a unidade africana, sob todos os aspectos (KODJO; CHANAIWA, 2010).

Frente a essa divisão, o imperador etíope Hailé Selassié organizou uma conferência de Estados africanos em Adis Abeba, em 1963, que tinha por objetivo pôr fim às divergências, unindo os dois grupos, e promovendo a criação de uma estrutura pan-africana comum. Após um processo intenso de negociações, trinta chefes de Estado ou de governo de países africanos independentes aprovaram a criação da Organização da Unidade Africana (KODJO; CHANAIWA, 2010). A OUA, baseada em ideais pan-africanistas e na ideia dos Estados africanos de criarem uma estrutura forte e unificada para combater o jugo colonial e o racismo, e promover o desenvolvimento econômico e a estabilização política dos Estados-membros, tinha como principais objetivos a união e solidariedade entre os Estados africanos, a promoção e organização da cooperação entre eles, o fim do colonialismo no continente africano e a promoção da cooperação internacional (VISENTINI, 2010; MANELISE; KORNEGAY; STEPHEN, 2000).

Nesse contexto, como destaca Wallerstein (1967), a criação da OUA foi responsável por transformar o pan-africanismo de uma ideologia mobilizadora em uma aliança de elites governantes, fundando assim um Sistema de Estados Africanos (e dando início a um novo período na vida política do continente). Ainda que, posteriormente, a organização tenha tido pouco sucesso na resolução dos conflitos mais graves do continente, ela se manteve porque servia às necessidades diplomáticas dos Estados africanos, sendo responsável por mediar

originalmente tinha o nome de de Grupo de Monróvia). Este, por sua vez, era liderado pela Nigéria e contava com a participação de Etiópia, Libéria, Serra Leoa, Somália, Togo, Tunísia e Congo (Kinshasa). Para os membros desse grupo uma união continental supranacional deveria ser construída gradualmente, através da cooperação crescente entre os países em diversas áreas (como economia, educação, ciência, desenvolvimento social, etc.) (SCHRAEDER, 2013).

³³ Egito, Argélia, Líbia, Mali, Marrocos, Guiné e Gana.

disputas menores e articular uma posição comum para o continente em relação ao *apartheid* e ao desenvolvimento econômico (CHAZAN, 1992).

Além da crise do Congo, dois outros conflitos – e a postura adotada pela OUA em relação a eles – se mostraram de grande importância para as relações interafricanas ao longo da década de 1960. O primeiro foi a declaração unilateral de independência da Rodésia do Sul (atual Zimbábue), em 1965, realizada pelos colonos brancos sob a liderança de Ian Smith, que estabeleceram um regime de segregação racial. Frente a isso, os movimentos negros União Nacional Africana do Zimbábue (ZANU) e União Popular Africana do Zimbábue (ZAPU) iniciaram a luta de guerrilhas, sendo apoiados, no continente, por Tanzânia e Zâmbia, respectivamente. Graças à pressão realizada pela OUA, a ONU recusou-se a reconhecer a declaração unilateral de independência (KODJO; CHANAIWA, 2010). Além disso, a organização também pressionou a Grã-Bretanha, convocando seus membros a romperem as relações com o país caso esse não tomasse atitudes mais severas contra o regime racista, o que alguns países africanos chegaram a fazer. Londres, por sua vez, implementou uma série de sanções econômicas à Rodésia, e convenceu alguns Estados membros da ONU a fazerem o mesmo. Essa atitude, entretanto, não teve resultados significativos, uma vez que o regime racista contava com o apoio e proteção de Portugal e África do Sul (VISENTINI, 2010).

O outro conflito foi a Guerra de Biafra, ou guerra civil nigeriana,³⁴ que teve início em 1967, quando a região sudoeste da Nigéria (denominada Biafra) – rica em reservas petrolíferas – declarou independência do governo federal. Além de receber apoio internacional (da França e de Portugal, por exemplo), os secessionistas contaram com o apoio – e reconhecimento diplomático – de alguns países africanos, como Gabão, Costa do Marfim e Zâmbia, por exemplo (ainda que a OUA reconhecesse a soberania nigeriana sobre a região). Após uma longa guerra civil, prolongada pelos apoios externos recebidos pelos insurgentes, o governo federal nigeriano saiu vitorioso do conflito (OLIVEIRA, 2012).

Esses três conflitos se relacionam, em grande medida, pois todos eles tiveram um importante impacto continental. Apesar de serem conflitos bem localizados, todos criaram animosidades entre os Estados africanos, levando a formação de alianças e contra-alianças que, diversas vezes, não se limitavam a territórios contíguos – ou mesmo próximos, criando uma extensa rede diplomática que interligava todo o continente. Nesse sentido, ainda que os Estados africanos reconhecessem a existência – e autoridade continental – da OUA, esses conflitos tinham um importante componente de disputa pela definição dos rumos do sistema

³⁴ Esse conflito, fundamental para as relações internacionais da Nigéria, será tratado de maneira aprofundada posteriormente.

continental e pela inserção internacional dos atores africanos (CHAZAN, 1992; VISENTINI, 2010).

Ao longo da segunda metade da década de 1960 e primeira metade da década de 1970 as diferenças entre os Estados neocoloniais e os reformistas se aprofundaram. Enquanto os primeiros gozavam de amplo apoio das potências ocidentais, os reformistas, todavia, pouco podiam contar com o apoio por parte do campo socialista. Como destaca Visentini (2010), a URSS e os países do bloco econômico soviético, apesar de implementarem programas de ajuda econômica e de assistência técnica, o faziam de forma modesta, não tendo jamais um plano articulado de inserção no continente, e respeitando o *status quo* regional (de primazia francesa no continente) (GORDON, 2013).

Concomitantemente a esse contexto, as estruturas políticas de inspiração democrática liberal parlamentar adotadas à independência, rapidamente mostraram-se incapazes de atender às expectativas dos africanos. A fragilidade dessas estruturas e das economias africanas, associadas às amplas necessidades sociais dos países, às expectativas das populações, e à falta de apoio interno aos governantes (que se mostravam, em geral, incapazes de atender essas expectativas), aportava uma grande insegurança política a essas lideranças. Temerosas de perder o poder, e também sua vida, como destaca Clapham (1996), grande parte dessas elites buscou rapidamente consolidar seu poder e expandir o seu controle político do aparato estatal (GORDON, 2013). Assim, diversos golpes de Estado – principalmente militares – foram realizados, tanto nos países neocoloniais-conservadores, quanto nos nacionalistas-progressistas, implantando grande número de regimes autoritários personalistas ou de partido único no continente. Estes, além de centralizarem o poder, o que era visto por muitas lideranças como necessário para a unidade nacional e para o desenvolvimento econômico, serviam de elo de ligação entre o Estado e a sociedade (GORDON, 2013; VISENTINI, 2010).

Muitos desses golpes, especialmente os militares, possuíam um caráter progressista e modernizador, uma vez que as Forças Armadas eram uma das poucas forças de expressão nacional, que ultrapassava as divisões étnico-regionais e estavam em contato com a realidade social dos países (VISENTINI, 2010) Nesse contexto, o que se viu foi uma expansão do próprio aparato estatal, focada no fortalecimento das burocracias estatais, do executivo e das forças de segurança. Assim, foram criados diversos ministérios (como de economia, de transportes, de educação, etc.) e empresas estatais³⁵ (nas áreas de agricultura, de *commodities*

³⁵ Esse processo mantinha relações diretas, em grande medida, com o período colonial. O modelo colonial, focado na produção e exportação de *commodities* e baseado no pagamento de baixos salários, praticamente inviabilizou o acúmulo de riqueza por parte dos africanos e o surgimento de uma classe média. Sem esse

minerais, de ferrovias, de energia e etc.), e foi realizada uma expansão do aparato de segurança do Estado (polícia e exército, que durante o período colonial eram controlados pelos europeus) (GORDON, 2013).

A década de 1960 também marcou uma tentativa de aproximação de Israel com as nações do continente africano. Tentando contornar seu isolamento pelos países árabes, além de enfraquecer a influência da Revolução Argelina e do nasserismo no Oriente Médio e junto aos movimentos de libertação nacional africanos, o país estabeleceu expressivos programas de ajuda³⁶ em mais de trinta países da África negra, estreitando seus vínculos diplomáticos com os Estados africanos conservadores. A investida diplomática israelense se mostrou, a princípio, bastante efetiva. Todavia, após a Guerra dos Seis Dias (1967), as relações israelenses com os países africanos se deterioraram severamente. Com a ocupação do território egípcio do Sinai, a OUA estabeleceu um comitê investigador, que acabou concluindo que Israel, ao invadir o Egito, ferira um dos princípios básicos da Organização: a intangibilidade das fronteiras. Como Israel não aceitou o relatório final, uma resolução recomendando o rompimento de relações dos países membros com o país foi implementada (CLAPHAM, 1996).

O apoio econômico crescente dado pelos países árabes da OPEP aos africanos, aliado à Guerra do Yom Kippur, em 1973, levaram a grande maioria dos Estados africanos à romperem relações com Israel, marcando o auge da atuação da OUA (CLAPHAM, 1996). Com a perda de espaço no continente, Israel concentrou suas relações diplomáticas e sua cooperação em regimes direitistas (como o Marrocos) e racistas (como a África do Sul, país com o qual Israel passou a cooperar inclusive na área de tecnologia nuclear) (VISENTINI, 2010; CHAZAN, 1992).

O início da década de 1970 foi marcado por um contexto de crise econômica mundial, que teve significativo impacto sobre os países da periferia – e, portanto, sobre os países africanos. Diversos fatores foram fundamentais para desencadear essa crise: o fim do padrão-ouro, em 1971; a reestruturação da produção e a nova divisão internacional do trabalho; a globalização financeira; a Revolução Científico-Tecnológica; e a elevação dos preços das *commodities*, desde 1971. Todos esses elementos relacionavam-se diretamente com um desgaste da hegemonia estadunidense e, em uma tentativa de diminuir esse desgaste, os EUA

desenvolvimento, praticamente não havia atores privados capazes de realizar investimentos produtivos nos países africanos. Nesse contexto, apenas os Estados se mostravam capazes, através de seus poderes de taxaço e de arrecadação, de reunir os recursos necessários para promover o desenvolvimento dos países (GORDON, 2013).

³⁶ Os programas concentravam-se nas áreas de agricultura, engenharia, treinamento de segurança, gestão e manejo de águas, entre outros (CHAZAN, 1992).

implementaram a Doutrina Nixon. Através dela, o governo americano buscava transferir aos aliados regionais um maior papel nas tarefas de segurança, e estabeleceu uma aliança antissoviética com a China, que havia rompido com a URSS na década anterior. Em grande desvantagem estratégica, os soviéticos buscaram apoiar os movimentos revolucionários e nacionalistas do Terceiro Mundo, principalmente através de uma aproximação com Cuba e com o Movimento dos Países Não Alinhados (VISENTINI, 2010).

A crise que começara no início da década, aprofundou-se ao longo dos anos 1970. Graças à diminuição da demanda do mundo industrial, produzida pela recessão por ele enfrentada, os preços das *commodities* agrícolas e minerais sobre as quais se baseavam as economias africanas sofreram um declínio crescente, ao passo que os preços dos bens que eram importados dos países centrais (como peças de veículos, máquinas e equipamentos industriais) se tornavam mais caros (KEYLOR, 1997; GORDON, 2013). Esse quadro de deterioração dos termos de troca africanos foi agravado, sobretudo a partir de 1973, com a alta internacional dos preços do petróleo, da qual poucos países do continente (produtores de petróleo como Nigéria, Angola e Gabão) conseguiram tirar proveitos, evidenciando a dependência dos países africanos em relação às nações ricas e desenvolvidas do centro (DeLANCEY, 2013).

Com a deterioração dos termos de troca, os países africanos passaram a ter dificuldades cada vez maiores de arrecadar divisas externas, que eram fundamentais para a manutenção e funcionamento das atividades econômicas. Assim, crescentemente começaram a enfrentar escassez de matérias-primas, peças de reposição para a indústria e mesmo fertilizantes para a agricultura, o que debilitou, ainda mais, suas economias (CLAPHAM, 1996). O grande impacto que a crise teve na periferia deu aos movimentos revolucionários e de libertação nacional um forte impulso, e estes desencadearam uma onda revolucionária na década de 1970 (VISENTINI, 2010).

A queda dos regimes ditatoriais de Espanha, Grécia e, principalmente, Portugal, entre 1974 e 1975, afetou diretamente o continente africano. Os movimentos anticoloniais da África portuguesa, que desde a década de 1960 lutavam contra o domínio português, finalmente alcançaram suas independências. Assim, em 1974, Guiné-Bissau, e em 1975, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Moçambique e Angola se tornaram independentes. Esta última foi, certamente, a mais importante independência do período. Com o fim do fascismo português, houve um acirramento dos confrontos entre os três grupos que lutavam pela independência, o Movimento Pela Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola, (FNLA) e a União Nacional para Independência Total de Angola (Unita). Nesse contexto, os

EUA, aliados à China, aumentaram sua participação na disputa, em uma tentativa de favorecer a FNLA, o que levou à uma resposta da URSS, que aumentou sua presença na região. O conflito, que se tratava de um problema regional, solucionável pelos africanos, tornou-se um conflito entre as superpotências, que envolveu todo o continente africano (VISENTINI, 2010).

Nesse contexto, a segunda metade da década de 1970 foi marcada por um antagonismo acentuado no continente africano. De um lado, Zaire, Marrocos, Egito, Sudão, Quênia, Somália e os países francófonos da África ocidental e central estabeleceram (ou intensificaram) seus laços com o Ocidente. De outro, Guiné Bissau, Líbia, Etiópia, Moçambique e Angola se identificaram abertamente com o bloco socialista, e Argélia, Guiné e Uganda recebiam ajuda soviética. Essa acentuação da divisão Leste-Oeste, todavia, se refletiu na OUA, que se viu bastante fragilizada no período. Tal polarização, contudo, teve uma duração bastante reduzida, especialmente por conta da incapacidade soviética de fornecer, além da ajuda militar, uma maior assistência econômica aos países africanos. Assim, já nos primeiros anos da década de 1980 era possível perceber que a tentativa soviética de difusão de sua influência no continente africano havia falhado – e que o Ocidente, com sua posição central no sistema econômico internacional (ao qual a África estava subordinada), continuaria exercendo grande influência nos países africanos (KEYLOR, 1997).

Como resultado da crise econômica dos anos 1970, os países africanos tiveram que, cada vez mais, recorrer a empréstimos externos, contraídos sobretudo junto às potências ocidentais, para poder equilibrar suas economias. O resultado disso, todavia, foi um grande aumento nos níveis de endividamento da maioria dos países africanos ao longo da década (CLAPHAM, 1996; KEYLOR, 1997). A forte recessão da economia mundial no final dos anos 1970, associada a um segundo choque do petróleo, em 1979, e a ascensão de regimes conservadores em países do centro (como EUA, Grã-Bretanha e Alemanha Ocidental) no início dos anos 1980, desferiu um duro golpe nos países africanos. Em resposta aos altos índices de inflação e de desemprego que se apresentavam, os países centrais passaram a adotar medidas como a redução dos compromissos com a ajuda externa e o estabelecimento de práticas protecionistas contra as importações da periferia. Os países do continente africano, extremamente dependentes dos países centrais para o acesso a investimentos, empréstimos, mercados e conhecimento técnico, sofreram um impacto devastador em suas economias, e se viram, cada vez mais, incapazes de saldar suas dívidas com os credores internacionais (KEYLOR, 1997).

Os Estados africanos, todavia, fracassaram em organizar uma reação conjunta e articulada à situação, sendo assim levados, individualmente, a recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial. Estes, passaram a impor aos países africanos uma série de condicionalidades (inspiradas no ideário neoliberal) para a concessão (ou renegociação) de empréstimos: os Programas de Ajustes Estruturais (TAYLOR, 2010). Apesar de algumas variações, eles em geral previam redução das tarifas alfandegárias, desvalorização da moeda, privatização das empresas públicas, cortes no orçamento e nos subsídios estatais e a reforma do setor agrícola (acabando com cooperativas e fazendas estatais).

De acordo com o FMI e o Banco Mundial os benefícios dos Ajustes Estruturais rapidamente reviveriam e “modernizariam” as economias africanas e, indiretamente, promoveriam o desenvolvimento de grupos empresariais e civis, que proporcionariam um controle dos governos, ajudando a conter ou prevenir regimes autocráticos. [...] A realidade foi decididamente diferente (GORDON, 2013, p.96, tradução nossa).

O resultado dessa política se mostrou um grande fracasso para a África. A privatização das empresas estatais, associada ao fim dos subsídios, colaborou para corroer as bases de sustentação dos Estados africanos, intensificando um contexto de decadência, não só econômica, mas também política nos países do continente (CLAPHAM, 1996; VISENTINI, 2010).

Além de um aumento significativo no endividamento externo dos países africanos,³⁷ estes sofreram consequências sociais devastadoras. Associado ao contexto de crise mundial e às altas taxas de crescimento populacional e de urbanização, o continente passou a experimentar uma intensificação das epidemias existentes (além do surgimento de novas),³⁸ um aumento da fome endêmica em algumas regiões e o colapso das economias e de estruturas sociais em vários países. Todos esses fatores estavam ligados, diretamente, à perda da capacidade de articulação sociopolítica dos Estados africanos que, associada aos aumentos verificados nos preços dos alimentos e dos serviços, também serviu de estopim para diversos levantes violentos e golpes de Estado, propagando uma situação de instabilidade intensa em grande parte do continente (d’ALMEIDA-TOPOR, 2003; VISENTINI, 2010). A década de 1980, assim, ficou conhecida como a “década perdida” do continente africano.

³⁷ Que, em 1970 era de US\$ 5,24 bilhões, passando, em 1980, para US\$48,79 bilhões e em 1991 para US\$ 151,17 bilhões – mais de 100% do PIB total do continente (CALLAGHY, 2009; CLAPHAM, 1996).

³⁸ Entre essas destaca-se a cólera e os vírus da AIDS e Ebola, respectivamente (VISENTINI, 2010).

Como não poderia deixar de ser, o final da Guerra Fria e o início da década de 1990, marcado pelo predomínio da ideologia neoliberal, trouxeram uma série de impactos, positivos e negativos, para o sistema interafricano. Uma das primeiras consequências a ser percebida foi o encerramento das guerras convencionais na África – reflexo, entre outros, do fim do conflito Leste-Oeste. Além disso, o continente africano foi varrido, desde o início dos anos 1990, por uma “onda de democracia”, por meio da qual regimes de partido único foram progressivamente substituídos por sistemas multipartidários liberal-democráticos,³⁹ Estados em guerra civil⁴⁰ estabeleceram acordos de paz e mesmo os regimes segregacionistas⁴¹ se democratizaram⁴² (VISENTINI, 2010). Em grande medida, essa “democratização”⁴³ massiva era condicionada pelo contexto econômico vivido pelo continente, já que progressivamente as instituições financeiras internacionais e as potências ocidentais passaram a intensificar o condicionamento de seus empréstimos e programas de ajuda às reformas democratizantes nos países da África, num processo de adequação do continente à Nova Ordem Mundial (GORDON, 2013; TAYLOR, 2010).

Isso, contudo, não representou a resolução dos problemas existentes no continente. Com o fim da bipolaridade e, especialmente a partir do desaparecimento da URSS, em 1991, a África perdeu grande parte de sua importância estratégica – e também o que restava de sua importância econômica –, e com isso a sua capacidade de barganha no cenário internacional. Isso se deveu, em grande medida, a emergência das novas “democracias” no leste europeu, que, com suas populações mais educadas, melhores infraestruturas e com mercados domésticos relativamente prósperos, se apresentavam como opções mais próximas, seguras e rentáveis para os países centrais realizarem investimentos do que os países africanos⁴⁴ (TAYLOR; WILLIAMS, 2004). Além do espaço europeu – e mesmo da própria Rússia pós-soviética – países com governos neoliberais na América do Sul (como Brasil, Argentina e

³⁹ Isso aconteceu tanto nos Estados com governos socialistas quanto em regimes autoritários pró-ocidentais (VISENTINI, 2010).

⁴⁰ Como Moçambique, em 1991, e Angola, em 1992.

⁴¹ Como a Namíbia, em 1990, e a África do Sul, em 1994.

⁴² Isso não significa dizer, todavia, que esse processo tenha se dado em todos os países do continente. Em diversos casos, não houve a adoção dos sistemas multipartidários liberal-democráticos, e em alguns outros, apesar da adoção formal, ela não representou uma mudança efetiva, já que muitos dos líderes usavam uma série de artifícios para se manter no poder sob um discurso de democratização (como R.D. Congo, Camarões e Gabão, por exemplo).

⁴³ Jean-François Bayart faz uma ressalva importante em relação à questão. Segundo ele a “democracia, ou mais precisamente o discurso de democracia, não é nada mais do que outra fonte de renda econômica, comparável a discursos anteriores de denúncia do comunismo ou de imperialismo durante a Guerra Fria, mas melhor adaptado ao espírito do tempo. Ele é, como eram os outros, uma espécie de dialeto que vários príncipes nativos usam nas suas comunicações com os soberanos e financistas ocidentais” (BAYART, 2000, p.226, tradução nossa).

⁴⁴ Além disso, o fim da Guerra Fria também diminuiu a demanda pelos recursos minerais africanos, uma vez que os países do leste europeu e a própria Rússia se tornavam fontes de fornecimento (CLAPHAM, 1996).

Chile) e os chamados Tigres Asiáticos também se apresentavam como alternativas de investimentos mais interessantes para as potências centrais, o que contribuiu para que o continente recebesse cada vez menos investimentos (GORDON, 2013).

O resultado disso foi uma progressiva marginalização da África no sistema internacional, acompanhada de uma forte debilidade econômica, e de uma crescente instabilidade política. Com isso, diversos países do continente passaram a enfrentar conflitos internos (por recursos, sobrevivência, poder e até mesmo de acertos de contas entre elites) que, destituídos de um caráter estratégico (ao menos para as potências centrais), passaram a ser considerados guerras tribais e irracionais.⁴⁵ Segundo Taylor e Williams (2004, p.8-9, tradução nossa),

Mudanças estruturais na economia global e o fim da Guerra Fria tornaram a África virtualmente invisível em termos econômicos, mas altamente visível como uma região sofrendo com conflitos violentos, fome, doenças, pobreza, degradação ambiental e corrupção.

Por sua vez, o grande volume de – e também a obsolescência dos – armamentos e a escassez de fontes de financiamento levou à emergência, no contexto desses conflitos, de fenômenos como os senhores da droga, as guerras de milícias e os “diamantes de sangue” – elementos que contribuía ainda mais para que os conflitos do continente fossem retratados como bárbaros e atrasados (VISENTINI, 2013). Nesse contexto, como destaca Visentini (2010, p.159), “[o] Afropessimismo deixou de ser a perspectiva de uma parte da opinião, para converter-se em conceito quase universal”.

Em grande medida, a instabilidade verificada na África a partir do início dos anos 1990 estava inserida em – e era resultado de – um processo de reconfiguração das relações de poder dentro dos – e entre os – países do continente e de formação dos Estados nacionais africanos (VISENTINI, 2013). Lentamente, ao longo da década, diversos elementos desse processo foram sendo definidos e, ainda que novas disputas e instabilidades tenham surgido, o continente, como um todo, passou a dar sinais – que, em geral, não eram percebidos – de sua estabilização. Por um lado, atores importantes no continente conseguiram suplantarem algumas dificuldades do passado, seja através da superação de fases de instabilidade interna (como a Nigéria, a partir de 1999), de uma busca ativa de “normalização” das relações com a comunidade internacional (como a Líbia, a partir do início da década) ou da consolidação de

⁴⁵ Aqui diversos conflitos podem ser citados, como por exemplo aqueles na Libéria, em Serra Leoa, na Costa do Marfim, no Congo, em Ruanda e no Burundi.

um papel de liderança regional (como a África do Sul, a partir do fim do *apartheid*), se firmando como relevantes atores na diplomacia continental.

Por outro, o continente passou a apresentar médias anuais de crescimento do PIB (e do PIB *per capita*) positivas a partir de meados da década, e praticamente não sofreu os impactos da crise asiática do final dos anos 1990⁴⁶ (CALLAGHY, 2009; WORLD BANK, 2014). Em grande medida, esse desempenho econômico positivo estava diretamente ligado à presença e interação crescentes de parceiros como a China, que à época, além de passar por um processo de desenvolvimento social importante (com a retirada de grandes parcelas da população da situação de pobreza), se tornava importante exportadora de produtos industrializados, tendo aumentada sensivelmente sua demanda por matérias-primas, energia e mercados consumidores (VISENTINI, 2013).

Esses elementos, associados a um relativo enfraquecimento da influência europeia – especialmente francesa – direta na África e à manutenção do desinteresse das potências centrais pelo continente ao longo dos anos 1990, permitiram aos países africanos se reorganizarem em bases mais autônomas, criando novas estruturas e práticas para lidar com os desafios sociopolíticos e de desenvolvimento enfrentados pelo continente (SILVA, 2008; VISENTINI, 2013). O início dos anos 2000, dessa forma, trazia consigo novas perspectivas para os países africanos.

Nesse contexto, duas iniciativas se mostram de fundamental importância⁴⁷ no contexto do sistema interafricano. A primeira, no campo econômico, foi o lançamento, em 2001, da Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD), um plano de desenvolvimento para a África – elaborado por países do continente – com uma abordagem dos problemas africanos diferenciada daquela das instituições financeiras internacionais, responsável por uma reinserção do continente nos debates pelo seu próprio desenvolvimento. A segunda, no campo político, foi a transformação, em 2002, da OUA em União Africana, uma organização voltada ao aumento da integração e cooperação no continente, com diferenças substantivas em relação à sua antecessora⁴⁸ – entre elas a existência do Conselho de Paz, responsável por

⁴⁶ Segundo Callaghy (2009), foi justamente a marginalização do continente no cenário internacional – especialmente em termos econômicos, contando, por exemplo, com baixíssimos investimentos externos diretos e com uma interligação precária com a economia mundial – que fez com que a África não fosse duramente impactada pela crise asiática do final dos anos 1990.

⁴⁷ Ambas são tratadas aqui de maneira breve, uma vez que serão abordadas de maneira mais aprofundada no último capítulo desse trabalho.

⁴⁸ A esse respeito, Oliveira, Barbosa e Cardoso (2014, p.109) destacam que a “UA possui um escopo conceitual e institucional muito mais amplo do que a sua predecessora, na medida em que esta busca contemplar um conjunto maior de disposições, englobando aspectos sociais, econômicos e de segurança”.

tentar tratar os conflitos no continente,⁴⁹ e do Parlamento Africano (OLIVEIRA; BARBOSA; CARDOSO, 2014). É imprescindível notar que ambas as iniciativas contaram com a liderança e atuação conjuntas de dois dos principais atores do continente, a Nigéria e a África do Sul, em conjunto com a Argélia e o Senegal (no caso da NEPAD) e com a Líbia (no caso da UA).

Outro fenômeno importante verificado a partir do início dos anos 2000 é a ampliação da inserção de potências emergentes no continente africano. Países como China, Índia e Brasil passaram a buscar intensificar (de maneira não só quantitativa, mas também qualitativa) seus laços econômicos e diplomáticos com o continente africano, sendo seguidos nesse movimento de aproximação (ou reaproximação) por outras potências emergentes, como Rússia, Cuba, Turquia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos, entre outros. As imensas carências (de infraestrutura, de capacitação técnica e de investimentos em geral) e mercados consumidores dos países africanos se apresentaram não só como oportunidades de negócios muito interessantes – tanto para os emergentes, quanto para os africanos –, mas igualmente como uma oportunidade para a “emergência de um novo paradigma socioeconômico [...] de projetos políticos, diplomáticos e sociais alternativos” (VISENTINI, 2013, p.10).

Diante do estreitamento dos laços entre o continente africano e as potências emergentes (que, com grande velocidade, passaram a ocupar espaços outrora ocupados pelos parceiros “tradicionais”⁵⁰), as potências centrais passaram a reagir a esse fenômeno, o que foi intensificado sobremaneira a partir da crise mundial de 2008, através de uma clara ofensiva diplomático-militar na África (VISENTINI, 2013). Nesse contexto, os EUA, que desde o início dos anos 2000 já haviam inserido o continente na sua guerra ao terrorismo (com a criação de programas como a Iniciativa Pan-Sahel, em 2002, e a Iniciativa de Contraterrorismo Transaariana, em 2005), abriram a sua primeira base militar no continente,⁵¹ reativaram a Quarta Frota e criaram o Comando dos EUA para a África (AFRICOM) em 2008, intensificando, dessa forma, a sua presença no Atlântico Sul⁵² e na África⁵³ (PENHA,

⁴⁹ Enquanto a OUA tinha como valores basilares os princípios de soberania e de não-intervenção, a União Africana introduziu a noção de intervenção legítima nos assuntos internos dos Estados-membro em casos em que estes se mostrem como fontes de instabilidade regional, promovam mudanças inconstitucionais de governo e violações dos direitos humanos, genocídio ou crimes contra humanidade (OLIVEIRA; BARBOSA; CARDOSO, 2014).

⁵⁰ Apesar da expansão da presença dos emergentes, as potências centrais seguem sendo os principais parceiros do continente africano.

⁵¹ A base de *Camp Lemonnier*, no Djibuti, foi estabelecida pelo governo de George W. Bush, em 2003 (CARMODY, 2011).

⁵² A Quarta Frota, com base nos EUA, integra o Comando do Sul dos Estados Unidos (USSOUTHCOM). Criada em 1943 e desativada em 1950, a Quarta Frota, tem como áreas de atuação as porções dos Oceanos Pacífico e Atlântico que banham as Américas Central e do Sul.

⁵³ O AFRICOM conta com o suporte da Sexta Frota, sediada em Nápoles, na Itália, que tem como áreas de atuação o mar mediterrâneo, o Oceano Atlântico e parte do Oceano Índico.

2011). As potências europeias, por sua vez, têm adotado uma estratégia semelhante na África, buscando incrementar os laços comerciais mas também intensificando a sua presença militar no continente – movimento que tem como principal exemplo as intervenções no norte do continente africano, no contexto da chamada “Primavera Árabe” (VISENTINI, 2013).

O que se percebe, assim, a partir do início dos anos 2000, é um renovado interesse internacional pela África, que depois de mais de duas décadas de declínio econômico, conflitos e perda de importância estratégica, volta a ser integrada à economia e ao plano estratégico globais. Entretanto, esse processo se dá em um contexto distinto de outrora (CARMODY, 2011; SILVA, 2008). Os países africanos, no século XXI, têm se mostrado capazes, impulsionados em grande medida pelos crescentes investimentos que vêm sendo feitos no continente e pelo significativo incremento do comércio, de adotar um posicionamento mais assertivo na política continental e também mundial, o que tem sido acompanhado por uma aceleração expressiva de seu crescimento econômico. A renovada disputa entre as potências centrais e as emergentes, pelo desenvolvimento, aprofundamento e manutenção de laços políticos e econômicos com a África, tem se mostrado, nesse contexto, positiva para os países do continente, que têm conseguido desfrutar de uma maior margem de manobra – e de barganha – em suas decisões (CARMODY, 2011; VISENTINI, 2010).

3 O SURGIMENTO DE UM GIGANTE: A CONSTRUÇÃO E O AUGE DA POLÍTICA EXTERNA NIGERIANA

A política externa nigeriana ao longo da Primeira República – período que se estendeu de 1960 a 1966 – se mostrou bastante conservadora. Apesar do rompimento das relações diplomáticas com a França logo depois de sua independência, a Nigéria adotou um posicionamento voltado para a manutenção de laços fortes com o Ocidente, sobretudo com a Grã-Bretanha, que era a origem de grande parte de suas importações e o destino de grande parte de suas exportações (AKINTERINWA, 2001). Em relação aos assuntos africanos, a Nigéria adotou um posicionamento pró-descolonização, ainda que de forma bastante conservadora, defendendo que as independências acontecessem de forma negociada (FALOLA; HEATON, 2008; OKOLO; LANGLEY, 1973). O comportamento nigeriano em grande medida refletia a preocupação de suas lideranças com o conturbado processo de construção do Estado-nação vivido no pós-independência.

A Guerra Civil, que eclodiu em 1967 e se estendeu até 1970, contudo, contribuiu para uma mudança significativa na política externa do país. Os secessionistas de Biafra receberam apoio diplomático, econômico e militar de países europeus e africanos, tendo alguns destes reconhecido formalmente a independência da região. O governo federal nigeriano, por sua vez, esperava contar com o apoio ocidental efetivo, sobretudo de sua ex-metrópole, o que não se verificou, diferentemente do apoio da União Soviética, a qual se tornou o principal aliado do governo. A guerra de Biafra fez com que o governo nigeriano percebesse a necessidade de inflexão em sua política externa, dando mais atenção principalmente aos países e assuntos do continente africano (PHAM, 2007).

Paralelamente ao fim da Guerra Civil, a Nigéria passou por um período de expansão de sua produção petrolífera, que coincidiu, também, com o choque do petróleo, de 1973, que impactou fortemente os preços do produto e também a arrecadação nigeriana, que cresceu enormemente. Nesse contexto, a década de 1970 marcou uma inflexão importante na política externa nigeriana, que adotou um posicionamento mais ativo, estabelecendo-se como uma liderança em sua região e no continente, e sendo capaz de confrontar diretamente os interesses das potências centrais na África. Além disso, aproveitando os lucros do petróleo, o Estado nigeriano assumiu um papel de promotor do desenvolvimento nacional, buscando promover a industrialização e realizando diversas reformas importantes na economia do país. Assim, ao final dos anos 1970, o governo foi reconduzido para um regime civil, coroando, dessa forma, a década de ouro da história nigeriana.

3.1 UM GIGANTE ADORMECIDO: A DÉCADA DE 1960

A independência da Nigéria, em outubro de 1960, gerou uma grande expectativa não só no continente africano, mas em todo o mundo. O maior país negro do mundo nascia com potencial para se tornar, em pouco tempo, a principal potência do continente africano, dadas as suas capacidades territoriais e populacionais.⁵⁴ Logo que a Nigéria se tornou independente, o então primeiro-ministro, Abubakar Tafawa Balewa, em um pronunciamento ao parlamento, estabeleceu os princípios que norteariam a política externa nigeriana. Balewa afirmou que ela seria conduzida de forma independente, baseada nos interesses do país, e consistente com os princípios morais e democráticos em que a Constituição estava baseada. Além disso, teria como objetivos a defesa da soberania, da integridade nacional e da independência nacional nigeriana; a criação de condições econômicas, políticas sociais e culturais que assegurassem a independência da Nigéria e de outros países africanos; a promoção dos direitos dos povos negros e de todos os outros sob o jugo colonial; a promoção da unidade africana; a promoção da paz mundial, estruturada sob a liberdade, o respeito e a igualdade mútua entre todos os povos do mundo; o respeito pela integridade territorial de todas as nações; e o não-alinhamento em relação às disputas entre o Leste e o Oeste, com liberdade de associação e de ação no sistema internacional (GAMBARI, 2008).

Contudo, a política externa nigeriana ao longo da Primeira República (1960-1966) foi marcada por uma atuação tímida e vacilante, sendo conduzida por um governo que refletia a desunião do país, bem como o caráter conservador das elites, sobretudo da região norte, que compunham os partidos no poder (GAMBARI, 2008; SINCLAIR, 1983). O país possuía um governo central enfraquecido, com governos regionais fortes, que tinham autonomia para elaborar suas próprias políticas externas⁵⁵ e para exercer influência sobre a política externa do governo central (BABARINDE; WRIGHT, 2013; WRIGHT; OKOLO, 1999).

Mesmo perante a defesa formal do não-alinhamento, ou de um “neutralismo positivo”, a política externa da Nigéria nesse período estruturou-se de forma conservadora e pró-Ocidental, fortemente ligada à antiga metrópole e, ao contrário do que afirmara Balewa, inserida na dinâmica de disputa Leste-Oeste (IFIDON, 2013; WRIGHT; OKOLO, 1999). Isso, em grande medida, devia-se à herança cultural britânica, mas também à debilidade econômica da Nigéria, que mantinha-se em uma situação de subdesenvolvimento e

⁵⁴ À época, a população nigeriana era de cerca de 45,2 milhões de habitantes, enquanto o total do continente era estimado em 285,2 milhões (UN, 2012).

⁵⁵ Exemplo disso é que as três regiões mantinham delegações separadas em Londres, o que gerava confusões na articulação da política externa do país (WRIGHT; OKOLO, 1999).

dependência, tendo nas exportações de *commodities* agrícolas (sobretudo para a ex-metrópole) a sua principal fonte de receita (SINCLAIR, 1983). Essa fragilidade econômica fazia com que o país dependesse de ajuda e empréstimos externos para executar programas que buscassem promover o desenvolvimento nacional, o que só reforçava sua posição dependente (IFIDON, 2013). Essa dependência, todavia, não se restringia ao setor econômico, atingindo também importantes setores da burocracia estatal. Nesse sentido, destaca-se que mesmo após a independência a Grã-Bretanha continuou sendo responsável pelo treinamento do serviço de relações exteriores nigeriano, e manteve seus funcionários em cargos do serviço público e militar do país até 1965 (WHITEMAN, 2008).

A Nigéria, cercada por ex-colônias francesas, que formavam um bloco coeso, alinhado à ex-metrópole,⁵⁶ via-se isolada na região (uma vez que as lideranças nigerianas se opunham ao radicalismo do ganês Kwame Nkrumah, o aliado potencial nigeriano mais próximo), o que também pesava a favor do alinhamento com a Grã-Bretanha (ENUKA; ODIFE, 2009). Assim, ainda em 1960, o governo Balewa assinou um pacto de defesa com a ex-metrópole sem, entretanto, divulgar seus termos. Estes só foram tornados públicos no ano seguinte e, em resposta, diversas manifestações eclodiram no país, realizadas principalmente por estudantes, culminando na suspensão do acordo em 1962 (WHITEMAN, 2008).

Ao mesmo tempo que nutria relações próximas com Londres, a Nigéria buscava demonstrar preocupação com as questões genuinamente africanas, como forma de unir e comprometer sua população em torno de um objetivo comum, fazendo minguar as disputas domésticas (SINCLAIR, 1983). O país enfrentava, desde antes da independência, uma situação interna de crescente instabilidade. O processo que culminou na independência nigeriana teve início pouco depois da Segunda Guerra Mundial. Entre 1947 e 1954, em resposta às crescentes demandas de grupos nacionalistas nigerianos, três Constituições foram promulgadas consecutivamente,⁵⁷ conferindo poderes legislativos mais amplos aos nigerianos e aproximando-os, cada vez mais, de um autogoverno. Apesar dessa transferência paulatina de poder, as Constituições foram fundamentais para fragmentar ainda mais o país nascente, que passava a possuir uma estrutura federativa, com três regiões dotadas de grandes poderes e

⁵⁶ Enuka e Odife (2009) destacam que a França, sob De Gaulle, buscava conquistar um espaço próprio entre as potências mundiais, sem a influência dos EUA ou da Grã-Bretanha. Esse antagonismo entre as potências ocidentais fazia com que surgissem polarizações e antagonismos entre suas esferas de influência no continente africano.

⁵⁷ As três constituições foram a Constituição Richards, de 1947, a Constituição Macpherson, de 1951, e a Constituição Lyttleton, de 1954. Para maiores informações a respeito do processo, ver Oliveira (2012).

autonomia, e um governo central enfraquecido.⁵⁸ A Nigéria, assim, se tornou um Estado independente em outubro de 1960, dotada de grande fragmentação interna e sem uma identidade nacional consolidada (BRUCAN, 1974; FALOLA; HEATON, 2008; SINCLAIR, 1983).

As lideranças do país, assim, passaram a defender a intangibilidade das fronteiras, bem como a soberania dos Estados africanos (posição que se opunha à dos Estados mais radicais, como Gana), e tiveram um papel fundamental na formação da OUA. Além disso, a questão dos regimes racistas da África Austral, especialmente o *apartheid* na África do Sul, estava bastante presente no período (especialmente após o massacre de Sharpeville, em 1960). O combate a eles, assim, se mostrava como uma oportunidade importante de consolidar o conceito de interesse nacional e de uma identidade comum nigeriana (SINCLAIR, 1983).

O governo Balewa, apesar do pedido de exclusão da África do Sul da ONU,⁵⁹ em 1961, adotou uma postura conservadora em relação à questão dos regimes racistas, negando muitos pedidos de apoio a ações revolucionárias contra o *apartheid* e preferindo uma abordagem conciliatória em relação à questão (ABEGUNRIN, 2009). Além disso, em 1961, o governo nigeriano se negou a participar da Conferência dos Países Não-Alinhados em Belgrado e, no ano seguinte, recusou-se a receber e treinar tropas dos movimentos nacionalistas que lutavam pela independência em Angola (OKOLO; LANGLEY, 1973).

Da mesma forma, quando, em 1965, as lideranças brancas da Rodésia declararam a independência unilateral, dando início a uma crise entre alguns Estados africanos e Londres (entre eles Gana e Tanzânia, que romperam as relações diplomáticas com os britânicos), a Nigéria adotou uma postura moderada, e aceitou realizar uma conferência emergencial da *Commonwealth* em Lagos, em janeiro de 1966, com o objetivo de discutir o tema (WHITEMAN, 2008). Esses posicionamentos se deviam, em grande medida, ao conservadorismo nigeriano em relação à descolonização, já que para as lideranças do país as independências eram desejadas, mas deveriam acontecer de forma negociada (FALOLA; HEATON, 2008; OKOLO; LANGLEY, 1973).

Apesar da defesa formal do não-alinhamento, desde o início da década o governo nigeriano adotou uma postura fortemente anticomunista, proibindo a importação, venda e circulação de qualquer tipo de literatura comunista no país. Além disso, até o estabelecimento

⁵⁸ Segundo Elaigwu e Mazrui (2010, p.540), o sistema federal nigeriano era formado por “rabos regionais que agitavam o cão federal”.

⁵⁹ Em 1961, motivada, entre outros, pelo massacre de Sharpeville, a delegação nigeriana na ONU solicitou ao Conselho de Segurança da ONU a exclusão da África do Sul da organização, já que esta desobedecia e infringia a carta da ONU, mantendo as populações negras subjugadas (ABEGUNRIN, 2009).

de relações diplomáticas com a URSS, em 1962, eventuais assuntos que diziam respeito à Nigéria nos países socialistas eram tratados pelas embaixadas britânicas (ABEGUNRIN, 2003; ENUKA; ODIFE, 2009). Mesmo após o estabelecimento de relações com os soviéticos, as relações nigerianas se mostravam muito mais próximas do Ocidente. Ao passo que as embaixadas dos EUA e da Grã-Bretanha tinham um grande número de funcionários, a embaixada da URSS tinha restrições em relação ao número de funcionários e também à liberdade de deslocamento desses no país (ENUKA; ODIFE, 2009).

Nesse contexto, poucos meses após a independência, em janeiro de 1961, o primeiro-ministro nigeriano rompeu as relações diplomáticas do país com a França, como forma de protesto contra os testes nucleares franceses no Saara (ADEBAJO, 2008a). Esse rompimento e condenação da França, entretanto, não refletiam uma efetiva adesão à política de não-alinhamento e de preocupação com as questões africanas, mas sim uma forma de alinhamento com a Inglaterra, que à época buscava, junto com os EUA, desencorajar o desenvolvimento de armamentos nucleares pelos franceses (OKOLO; LANGLEY, 1973).

O sistema federativo que foi instituído na Nigéria à época da independência se tornou bastante disfuncional ao longo da década de 1960. As regiões gozavam de muita autonomia entre si, com os governos regionais sendo responsáveis, isoladamente, pela cobrança de impostos de importação e de exportação, e mantendo representações diplomáticas independentes no exterior (FALOLA; HEATON, 2008; WRIGHT; OKOLO, 1999). Como resultado, cada uma das três regiões produziu seu próprio partido político dominante, sendo todos fortemente ligados a questões étnicas e regionais, os quais passaram a disputar o poder tanto em nível regional, quanto federal, em uma tentativa de controlar os recursos nigerianos e, conseqüentemente sua distribuição entre as regiões (FALOLA; HEATON, 2008). Havia, assim, um receio entre os grupos majoritários em cada região de serem dominados pelos partidos das demais regiões, uma vez que estes poderiam, dessa forma, redirecionar os recursos para suas respectivas regiões.

Em janeiro de 1966, como resultado da instabilidade da Primeira República, teve lugar o primeiro golpe militar nigeriano. O golpe foi realizado a partir das diferentes regiões, e seus líderes afirmavam que ele tinha por objetivo “pôr um fim ao tribalismo e à corrupção que caracterizavam a Primeira República” (FALOLA; HEATON, 2008, p.172, tradução nossa). Durante o golpe, o primeiro-ministro Tafawa Balewa, o premiê da região Oeste, Samuel Akintola, e o da região Norte, Ahmadu Bello, foram mortos, assim como diversos oficiais. O poder foi então assumido pelo comandante das Forças Armadas nigerianas, Major General John Aguiyi-Ironsi, uma das lideranças golpistas.

Em termos de política externa, o novo governo marcou o início de uma inflexão em relação ao seu antecessor. Assim, logo após tomar o poder, a nova administração proibiu o uso de instalações portuárias e do espaço aéreo nigeriano por navios e aeronaves portuguesas e sul-africanas, ou que tivessem a África do Sul como origem ou destino. Apesar de pontual, a mudança marcou uma importante alteração no comportamento da política externa do país, que deixou de focar-se no discurso, passando efetivamente para a ação (ABEGUNRIN, 2003). O governo de Ironsi, todavia, foi bastante breve. Com a permanência da deterioração da situação política interna do país, um grupo de oficiais e suboficiais da região Norte organizou, em julho do mesmo ano, um contragolpe. Nele o General Ironsi foi capturado e morto, e o Tenente Coronel Yakubu Gowon foi instituído como chefe de Estado e Comandante Supremo das Forças Armadas (SIOLLUN, 2009).

O novo golpe, todavia, se mostrou incapaz de estabilizar a situação doméstica, cada vez mais desgastada pela crescente disputa por poder entre as diferentes regiões (sobretudo entre o Norte, de onde vinha Gowon, e o Leste). Nesse contexto, no início de 1967, uma série de encontros foi realizada entre Gowon e o governante militar da região do Leste, o Tenente Coronel Ojukwu, na tentativa de pôr fim às hostilidades entre as regiões. Entretanto, enquanto Ojukwu considerava a possibilidade de secessão da região Leste, Gowon buscava a manutenção desta como parte da federação. Os encontros, portanto, não resultaram em um acordo claro, e enquanto Gowon acreditava que havia conseguido manter o Leste como parte da federação, Ojukwu acreditava ter liberdade total no governo da região, inclusive para, eventualmente, separar-se da federação. O governante do Leste, assim, anunciou que, a partir de abril daquele ano, a região passaria a ser administrada independentemente, ao que Gowon respondeu com um bloqueio da costa e com uma série de sanções econômicas contra a região. Frente a isso, em 30 de maio daquele ano, Ojukwu declarou a independência da região Leste da Nigéria, renomeando-a República Independente de Biafra (ZINN, 2005).

O conflito que se seguiu foi, certamente, o evento mais importante da história do país desde a sua independência, e teve implicações importantes não só para a sua política interna posterior, mas também (e quiçá mais ainda) para a política externa nigeriana. O governo de Gowon não aceitava a independência da região Leste por dois motivos principais: em primeiro lugar, porque aceitar a secessão de Biafra seria criar precedentes para a secessão de quaisquer outros grupos minoritários que fizessem parte da federação; e, em segundo lugar, porque o território reivindicado por Biafra englobava quase 70% das reservas de petróleo do

país,⁶⁰ o que significaria, caso a secessão fosse atingida, acabar com uma importante fonte de arrecadação para o governo federal e para a maioria da população⁶¹ (FALOLA; HEATON, 2008).

Mapa 3: Nigéria e a região de Biafra



Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim, em julho, o governo federal utilizou as forças da Marinha para realizar um bloqueio marítimo à região de Biafra e para atacar e tomar a cidade costeira de Bonny, onde estava localizada a única refinaria de petróleo do país, dando início assim à Guerra Civil nigeriana (RUBENZER, 2007; ZINN, 2005). Após perder Bonny, no início de agosto de 1967, as forças secessionistas realizaram um ataque surpresa, tomando parte do território do governo central. As cidades de Benin e Ore, muito próximas à capital federal, Lagos, foram controladas pelas forças de Biafra, e os secessionistas usaram sua limitada Força Aérea para bombardear a capital (RUBENZER, 2007).

⁶⁰ Reservas de petróleo em quantidades comercializáveis foram descobertas na Nigéria, no Delta do Níger, em 1956. Dois anos depois a exploração do produto teve início, sendo a Shell a principal empresa envolvida (MONTANYÁ, 2012).

⁶¹ Estima-se que a população nigeriana, à época, era de pouco mais de 55 milhões de habitantes, enquanto a de Biafra era de aproximadamente 15 milhões (COLLIER; HOFFLER, 2004; UN, 2012).

Diante disso, as lideranças nigerianas perceberam a gravidade da situação, e o governo federal da Nigéria se voltou, na busca de apoio, para os seus principais aliados desde a independência, a Grã-Bretanha e os EUA⁶² (ABEGUNRIN, 2003). Os britânicos, todavia, estavam mais interessados em proteger seus próprios interesses no país africano, especialmente aqueles ligados à produção de petróleo. Assim, em um primeiro momento, optaram por não se envolver, limitando-se a observar o desenrolar do conflito. Frente aos primeiros sucessos das forças do governo federal, que conseguiram retomar o controle das regiões produtoras de petróleo em fins de 1967 (e também ao apoio soviético ao governo federal nigeriano), a Grã-Bretanha mudou o seu posicionamento, passando a apoiar a posição de Lagos (CLAYTON, 1999; OJELEYE, 2010; OKOLO; LANGLEY, 1973).

Os britânicos, assim, se tornaram um dos principais fornecedores de armas (principalmente veículos blindados e armas de pequeno porte) do governo federal. A demanda nigeriana de que os britânicos fornecessem aeronaves para o combate, todavia, foi negada, em grande medida por conta da pressão realizada sobre o governo britânico pela mídia e por alguns parlamentares do país, que apoiavam os secessionistas (ABEGUNRIN, 2003; THIAM; MULIRA; WONDJI, 2010). Isso colaborou para que os nigerianos vissem a atuação britânica (por um lado fornecendo alguns armamentos, e por outro negando parte das demandas do governo federal e fornecendo apoio – ainda que através da mídia e da opinião pública – aos secessionistas) como dúbia, o que contribuiu para um estremecimento nas relações bilaterais (WHITEMAN, 2008).

Os EUA, por sua vez, também optaram por não se envolver no conflito, recusando a venda de armamentos para os dois lados beligerantes. Esse comportamento se devia a dois fatores principais. Em primeiro lugar, o país já estava envolvido na Guerra do Vietnã, o que lhe demandava vultosos recursos – não só militares, mas também políticos. Em segundo lugar, os EUA reconheciam o conflito como uma disputa puramente nigeriana, e entendiam que a Nigéria estava sob a esfera de influência britânica (WHITEMAN, 2008). Apesar disso, ao longo do conflito, os EUA contribuíram com US\$ 9 milhões em ajuda humanitária a Biafra, e diversos armamentos e aeronaves foram vendidos por comerciantes estadunidenses aos secessionistas, o que fez o governo nigeriano declarar que os EUA estavam abertamente buscando balcanizar o país, em uma tentativa de garantir acesso às reservas de petróleo da região (ABEGUNRIN, 2003; OJELEYE, 2010).

⁶² Os EUA eram, desde a independência nigeriana, a maior fonte de ajuda ao país, tendo fornecido mais de US\$ 150 milhões entre 1960 e 1966 (ABEGUNRIN, 2003)

Frente à recusa inicial britânica e estadunidense, o governo federal nigeriano se voltou para a URSS. Os dois países, que desde o início da década mantinham apenas relações formais, haviam começado, alguns meses antes do início da guerra, negociações para o estabelecimento de acordos de serviços aéreos, de intercâmbios de estudantes e de créditos comerciais (ABEGUNRIN, 2003). Nesse contexto, a URSS rapidamente se mobilizou para apoiar o governo federal nigeriano, e se tornou a sua principal fornecedora de armamentos (PHAM, 2007). Assim, os soviéticos passaram a prover armamentos, aeronaves militares, técnicos e instrutores de voo e combate aos nigerianos, além de promoverem uma campanha de condenação à causa de Biafra em seus jornais, revistas e rádios. Além dos efeitos diretos, o apoio soviético se mostrou de grande importância para os nigerianos, já que influenciou diversos países membros do Pacto de Varsóvia a apoiarem o governo federal (OJELEYE, 2010).

Contando com apoio soviético (e posteriormente britânico), o governo federal nigeriano conseguiu impor diversas derrotas aos secessionistas. Desde o início do conflito, Lagos adotou medidas que tinham por objetivo isolar e empobrecer o território de Biafra, como forma de abreviar o conflito (FALOLA; HEATON, 2008). Nesse sentido, além da manutenção do bloqueio costeiro, foi instituído um cordão militar ao redor do território secessionista, impedindo a entrada e saída de alimentos e de outros produtos. Além disso, em janeiro de 1968, Gowon anunciou que a Nigéria adotaria novas notas da libra nigeriana. Rapidamente, os recursos dos biafrenses, que não tinham acesso à nova moeda, foram esgotados, com um aumento significativo na inflação e escassez de alimentos – que levou a uma fome generalizada em Biafra. O objetivo de Gowon com essas medidas era criar insatisfação entre os grupos minoritários que estavam englobados na região de Biafra,⁶³ levando-os, assim, a levantarem-se contra o governo secessionista, contribuindo assim para pôr fim ao conflito. Enquanto o governo federal defendia que as medidas adotadas se tratavam de uma “ação policial”, que deveria ter curta duração, os secessionistas buscavam caracterizar as medidas adotadas como uma tentativa de promover o genocídio de populações Igbo, majoritárias na região, buscando com isso angariar apoio internacional (FALOLA; HEATON, 2008; ZINN, 2005).

Assim, os separatistas, que inicialmente gozavam de limitado apoio internacional, passaram, a partir de 1968, a contar com a solidariedade de diversos países, ainda que esses não reconhecessem Biafra oficialmente. O principal ator, nesse contexto, foi a França. O país,

⁶³ Ainda que os Igbos fossem maioria na região, ela era composta por diversos outros grupos e etnias que, em grande medida, não haviam apoiado a tentativa de secessão.

que declarava abertamente sua simpatia pelos separatistas, estabeleceu-se como um dos principais fornecedores de suprimentos e apoio logístico a Biafra, especialmente por meio do fornecimento de armas e munições pelo Gabão e pela Costa do Marfim⁶⁴ (ADEBAJO, 2008a). Além de nutrir grande interesse pelo petróleo nigeriano, a França temia que uma Nigéria unida e bem-sucedida alterasse a balança de poder no oeste africano, ameaçando, dessa forma, a sua influência na região (OJELEYE, 2010).

Israel, por sua vez, estendeu o seu apoio aos secessionistas supostamente por ver em Biafra um Estado semelhante a si próprio, que estaria cercado por inimigos desejosos de eliminá-lo (é importante lembrar, todavia, que Israel, à época, recebia apoio francês para a construção de sua bomba atômica, e portanto, defendia os interesses de seu aliado europeu) (MAZRUI, 2010a). Os regimes de minoria branca na África do Sul e na Rodésia, por seu turno, percebendo no conflito uma possibilidade de desmembrar um inimigo em potencial (e também de desviar de si a atenção da OUA), estenderam seu apoio político e militar aos separatistas (ABEGUNRIN, 2003; ENUKA; ODIFE, 2009). Além disso, diversos membros da Organização da Unidade Africana, como Tanzânia, Gabão, Costa do Marfim e Zâmbia reconheceram formalmente a independência de Biafra (GAMBARI, 2008). A OUA, contudo, recusou o reconhecimento de Biafra, considerando que se tratava de um conflito interno nigeriano (ainda que os secessionistas reclamassem, junto à organização, o seu direito à independência), e assim limitando, em certa medida, a escala de envolvimento internacional⁶⁵ (ABEGUNRIN, 2003; CERVENKA, 1977).

Além desses, diversos outros atores não-estatais tiveram participação na guerra. A Igreja Católica, representada pelo Vaticano, expressou simpatia pela causa biafrense e, junto com a Cruz Vermelha, forneceu apoio e suprimentos aos secessionistas (FALOLA; HEATON, 2008; GAMBARI, 2008). Nesse sentido, cabe ressaltar que, em grande medida, o conflito possuía uma definição militar clara desde seu início, uma vez que, além do bloqueio naval imposto pelo governo, os separatistas estavam cercados por terra pelas tropas do governo federal. O prolongamento do conflito até 1970 se deu, portanto, “graças ao apoio das organizações humanitárias que proviam suprimentos vitais ao exército de Biafra” (MONTCLOS, 2009, p.70, tradução nossa).

⁶⁴ As duas ex-colônias francesas tinham um importante papel nesse sentido: elas forneciam seus armamentos e munições aos separatistas, e tinham seus estoques repostos pela França, que assim evitava qualquer forma de condenação internacional, já que não estava fornecendo armamentos diretamente aos separatistas.

⁶⁵ Nesse contexto, uma vez que a OUA assumiu um papel de mediadora do conflito, a ONU acabou sem se envolver nele (ABEGUNRIN, 2003).

A Guerra Civil nigeriana, assim, se encerrou em 1970 – com a retomada completa do território nigeriano por parte das forças do governo federal⁶⁶ –, marcando o fim de um período importante da história nigeriana. A partir daí, a Nigéria passou por um longo processo de reconstrução nacional, marcado, sobretudo, por uma tentativa de unir o país, não havendo, assim, represálias à região secessionista ou à sua população. Além disso, teve início uma nova, e importante, fase na política externa do país, fortemente marcada pelo aprendizado deixado pela Guerra de Biafra.

3.2 OS ANOS DE OURO: A DÉCADA DE 1970

A Nigéria iniciou a década de 1970 como o país mais populoso do continente africano, como a economia mais rica da África negra, e como detentora do maior exército da África subsaariana⁶⁷ (ADEBAJO, 2008; WRIGHT; OKOLO, 1999). A experiência da Guerra Civil, especialmente devido ao apoio e, em alguns casos, reconhecimento diplomático, concedido por diversos vizinhos a Biafra,⁶⁸ todavia, fez com que o governo nigeriano realizasse uma reavaliação de sua postura internacional. Ao final da Guerra Civil, havia, entre as lideranças nigerianas, uma clara percepção de que o entorno do país, composto por diversas ex-colônias francesas, representava uma ameaça potencial à sua integridade e soberania. Para elas, os vizinhos do país eram inspirados por um desejo (em grande medida difundido devido às relações destes com as potências neocoloniais – especialmente a França) de minar a influência real e potencial da Nigéria, tanto na região, quanto no continente (SINCLAIR, 1983).

Além disso, a ingerência de atores extracontinentais e dos regimes racistas da África Austral também representavam uma potencial ameaça ao país, uma vez que estes viam na Nigéria um obstáculo aos seus objetivos no continente (FDHR; IWUOHA, 2012). Conforme destacam Enuka e Odife (2009, p.244, tradução nossa):

⁶⁶ Frente às acusações sofridas pelo governo federal da Nigéria de que a guerra se tratava de um genocídio dos Igbos, Gowon permitiu que um grupo de observadores internacionais acompanhasse o processo de rendição dos secessionistas, a fim de verificar evidências que comprovassem essas acusações. Por fim, os observadores relataram não haver nenhum indício de genocídio ou destruição sistemática de propriedades Igbos, desmentindo os rumores existentes (LOVEJOY, 1992).

⁶⁷ O exército nigeriano, com cerca de 250.000 soldados, era quatro vezes maior do que o segundo maior exército da África negra, o do Zaire (HERSKOVITS, 1975).

⁶⁸ Em 1967, pouco antes da eclosão da Guerra Civil na Nigéria, o Benim fechou sua embaixada em Lagos e, durante o conflito, o então presidente beninense Emile Zinsou abriu os portos e aeroportos do país para a Cruz Vermelha Internacional, para que esta fornecesse suprimentos aos secessionistas (OSUNTOKUN, 2008).

Durante a guerra, a política externa [nigeriana] estava direcionada, sobretudo, a impedir a total desintegração do país. As atividades da Nigéria na OUA e na *Commonwealth* também estavam direcionadas a prevenir uma escalada desnecessária e uma internacionalização injustificada da guerra civil. A guerra civil aguçou a percepção nigeriana de segurança nacional e sobrevivência, da importância de bons vizinhos, da necessidade de diversificação de relações externas e de efetivo não-alinhamento, da necessidade de integração econômica, etc.

Nesse contexto, as lideranças nigerianas abandonaram o perfil discreto e hesitante prevalecente até então e buscaram inserir efetivamente a África em sua política externa, o que se evidenciava, entre outros, pelos discursos cada vez menos pró-ocidentais, mais nacionalistas e pró-africanos (OJELEYE, 2010; SINCLAIR, 1983). Assim, o país adotou uma postura pró-descolonização militante, e de combate intenso aos regimes de minorias racistas da África Austral (ABEGUNRIN, 2003). Com os demais países do continente (mesmo aqueles que haviam apoiado os secessionistas durante a Guerra Civil), todavia, a Nigéria adotou uma postura conciliatória e não beligerante, em uma tentativa de aproximação (GAMBARI, 2008). Assim, o General Gowon passou a praticar uma diplomacia ativa, realizando, entre 1970 e 1973, visitas a 20 Estados africanos (inclusive aos quatro que haviam reconhecido formalmente Biafra), e estabelecendo acordos de comércio bilaterais com vários deles (ao final desse período, o país já possuía 25 acordos desse tipo com países africanos) (SINCLAIR, 1983).

Nesse sentido, os países da região do Golfo da Guiné foram um importante alvo da política externa nigeriana, que adotou uma postura assertiva, focada em três objetivos principais: a melhora das relações com os Estados da região; a manutenção da estabilidade política regional; e a liderança do processo de estabelecimento de um agrupamento econômico regional. Imediatamente, as lideranças nigerianas passaram a buscar melhorar suas relações com os países do seu entorno. A Nigéria, então, passou a fornecer assistência técnica e ajuda financeira aos vizinhos, sempre preocupando-se em assumir uma posição de igualdade, e evitando parecer desproporcionalmente mais forte. Nesse contexto, Benim e Níger, que no início dos anos 1970 enfrentavam uma forte seca, se beneficiaram do auxílio nigeriano (ABEGUNRIN, 2003). Além disso, a Nigéria foi responsável por realizar investimentos massivos no Benim, tendo reconstruído a principal rodovia que ligava os dois países, construído uma nova ferrovia ligando o país à capital administrativa e comercial do Benim, Cotonou, e estabelecendo duas *joint ventures* com o governo beninense (OLIVEIRA, 2012).

Outra preocupação importante da Nigéria era com a estabilidade regional. A percepção de que eventuais instabilidades poderiam gerar polarizações e difundir-se, afetando

todos os países da região (por mais que estes não estivessem envolvidos diretamente), era potencialmente ameaçadora para a Nigéria, que passava por um processo de reconstrução nacional. Assim, o país buscou atuar, a partir de 1970, como um estabilizador regional. Nesse contexto, em duas ocasiões as lideranças nigerianas colocaram as Forças Armadas do país à disposição dos vizinhos. A primeira delas foi em 1970, quando tropas mercenárias portuguesas invadiram a Guiné,⁶⁹ com o objetivo de depor Sékou Touré;⁷⁰ e a segunda, no mesmo ano, em apoio ao presidente chadiano, François Tombalbaye, para conter a Frente de Libertação Nacional do Chade (FROLINAT) (BRECHER; WILKENFELD, 1997).⁷¹

Além disso, a Nigéria assumiu um papel de mediação em disputas fronteiriças regionais, ajudando na resolução de um conflito entre Benim e Níger, em 1971, e outro entre Guiné e Costa do Marfim (apoiada pelo Senegal), em 1974 (ABEGUNRIN, 2003). Também nesse contexto, as lideranças nigerianas buscaram resolver de forma pacífica a disputa fronteiriça que o país possuía com Camarões, desde a época da independência, pela Península de Bakassi. O processo de negociações se estendeu ao longo de toda a primeira metade da década de 1970, e culminou na redefinição das fronteiras comuns e assinatura, em 1975, da Declaração de Maroua, resolvendo a questão (ao menos temporariamente)⁷² (OSUNTOKUN, 2008).

Apesar dessas iniciativas, a Nigéria ainda se via sensivelmente isolada dos vizinhos, que, em sua maioria, eram ex-colônias francesas e mantinham estreitas relações – políticas e econômicas – com a ex-metrópole. Estes, por sua vez, ainda que fossem muito coesos, passaram a se distanciar, a partir de 1969, com a saída de De Gaulle da cena política. Nesse contexto, a Organização Comum Africana e Malgaxe (OCAM) e o Conselho da Entente – mecanismos por meio dos quais eram mantidos os laços dos países africanos francófonos entre si e com a antiga metrópole – viram sua instabilidade interna aumentar. Na esteira de tais eventos, o então presidente francês, George Pompidou, realizou um tour pelos países africanos, em 1971, demandando aos francófonos que unissem suas forças de forma a

⁶⁹ Essa operação ficou conhecida como “Mar Verde”, e tinha como objetivo assassinar Sékou Touré e Amílcar Cabral, que estava refugiado na Guiné (BECKETT, 2001; ROTHERMUND, 2006).

⁷⁰ Além da Nigéria, diversos outros países africanos – como Serra Leoa, Quênia e Egito – ofereceram ajuda militar, e diversos outros (africanos, ou não) ofereceram apoio político e econômico. A crise, que havia iniciado em novembro, foi resolvida em dezembro do mesmo ano, após o Conselho de Segurança da ONU e a OUA terem aprovado resoluções condenando a atitude portuguesa (BRECHER; WILKENFELD, 1997).

⁷¹ O que não foi aceito, em grande parte por conta da grande dependência chadiana em relação à ex-metrópole, a França, que mantinha tropas suas no país (ABEGUNRIN, 2003).

⁷² A Declaração de Maroua definia que o canal do rio Calabar e a península de Bakassi, que até então faziam parte do território nigeriano, passariam a fazer parte do território camaronês (OSUNTOKUN, 2008). Após a saída de Yakubo Gowon do poder na Nigéria, todavia, a declaração foi considerada inválida já que não havia sido ratificada pela Assembleia Nacional, dando um novo início à disputa pelo território (OLIVEIRA, 2012).

contrabalançar o peso e a importância nigerianos crescentes (OJO, 1980). Em resposta, os presidentes da Costa do Marfim e do Senegal se reuniram na então capital marfinense, Abidjan, e afirmaram o seu compromisso com a formação da Comunidade Econômica da África Ocidental (CEAO), cujo protocolo de criação havia sido elaborado em 1970.

Tratava-se de uma comunidade econômica composta por sete países francófonos (Benim, Níger, Senegal, Costa do Marfim, Alto Volta, Mauritânia e Togo – este último na condição de observador), que tinha suas origens na União Aduaneira da África Ocidental, organização que fora criada em 1959, e reformada em 1966, mas que não tivera efetivo sucesso, sendo substituída pela CEAO. Inicialmente, a comunidade previa apenas uma união aduaneira, mas o tratado final, assinado em 1973, previa o livre comércio de algumas *commodities*, a livre mobilidade de pessoas e uma tarifa externa e um fundo comunitário comuns (FRANCIS, 2006).

A formação da CEAO apressou o debate interno na Nigéria em relação à formação de um bloco regional e contribuiu para a antecipação da ofensiva diplomática de Gowon, que tinha como objetivo a formação de uma comunidade que englobasse todos os países da região. A CEAO era percebida, pela Nigéria, como uma tentativa da França não só de perpetuar as divisões coloniais no continente africano, mas também como uma forma de enfraquecer a liderança e o potencial do país (OMEDE, 2006). Diante de tal contexto, uma comissão ministerial conjunta entre Togo e Nigéria realizou, em agosto de 1973, um *tour* por todos os países do Oeste africano (exceto Guiné-Bissau), no qual apresentou a todos os líderes uma proposta de criação de uma comunidade econômica. A proposta englobava todas as vantagens da CEAO, além dos mercados e recursos dos países anglófonos. Além disso, havia a garantia de que se eventualmente os países francófonos que aderissem à nova comunidade perdessem suas subvenções no comércio com a Comunidade Econômica Europeia (CEE), essas seriam compensadas com capital e investimento externo nigeriano (OJO, 1980).

Paralelamente, em 1973, Gowon foi eleito presidente da OUA, e a Nigéria assumiu a coordenação do grupo de países da África, Caribe e Pacífico (ACP) na negociação de acordos comerciais do grupo com a Comunidade Econômica Europeia (CEE). O processo de negociação se estendeu por dois anos e culminou na assinatura, em fevereiro de 1975, da Convenção de Lomé, que regulava as relações comerciais entre os países da ACP e CEE e, em certa medida, trazia vantagens para os primeiros (ainda que mantivesse a condição periférica e o padrão de dependência dos países ACP, com estes exportando *commodities* e importando produtos manufaturados europeus) (HURT, 2004). Todavia, mais importante que o novo acordo comercial para a Nigéria, foi o efeito político decorrente do processo de

negociação. As tratativas para a assinatura da Convenção foram o primeiro fórum que envolveu Estados africanos anglófonos e francófonos, e a atuação de liderança nigeriana foi fundamental para aumentar a confiança individual e mútua entre esses países.

A união fomentada no processo de discussão da Convenção de Lomé contribuiu para que os Estados francófonos passassem a perceber que a cooperação econômica em um bloco maior poderia trazer benefícios mútuos para todos os países da região, além de passarem a ver a Nigéria como um líder confiável nos assuntos africanos (OLIVEIRA, 2012; ABEGUNRIN, 2003). Nesse contexto, em dezembro de 1974, uma reunião foi realizada em Lomé, contando com a participação de catorze Estados do Oeste africano, para a discussão da proposta de integração e para o estabelecimento de outros encontros, com o objetivo de elaborar um projeto de tratado. A Nigéria assumiu um importante papel nessas negociações. Após a realização de diversos encontros para a elaboração do tratado de criação da comunidade, ele foi assinado em maio de 1975, criando oficialmente a ECOWAS (OLIVEIRA, 2012).

Além da maior preocupação com as relações regionais, as lideranças nigerianas também buscaram, a partir de 1970, assumir um papel de maior destaque no continente africano. Dessa forma, o país buscou fornecer auxílio técnico e financeiro a diversos países africanos. Em 1972, o governo Gowon forneceu auxílio técnico, além de realizar doações, para o Quênia (US\$ 150.000), a Guiné (US\$ 75.000), o Sudão (US\$ 150.000) e o Senegal (US\$ 40.000). Além disso, a partir de 1974, o país passou a vender petróleo a preços subsidiados para diversos países africanos, como forma de ajuda-los frente à alta dos preços, ocorrida em 1973 (ABEGUNRIN, 2003).

Além disso, a Nigéria assumiu a liderança no combate aos regimes racistas e neocoloniais no continente. A estratégia nigeriana, nesse sentido, baseava-se em três pontos principais: apoiar a imposição de sanções políticas e econômicas aos regimes racistas no âmbito da ONU e da OUA; solicitar o apoio das potências ocidentais às sanções e encorajar a condenação internacional dos regimes racistas, de forma a isolá-los da comunidade internacional; e oferecer apoio moral e material aos movimentos de libertação (ABEGUNRIN, 2009). Nesse sentido, além de aumentar seu apoio diplomático a esses movimentos e suas contribuições para o comitê de libertação da OUA, a Nigéria, em uma postura totalmente diferente da adotada antes da Guerra Civil, passou a fornecer armamentos e recursos financeiros aos movimentos de libertação do continente (FRHD; IWUOHA, 2012; SINCLAIR, 1983).

Assim, em 1971, o chefe de Estado nigeriano, em seu pronunciamento em uma conferência da OUA, convocou os países africanos a tomarem ações reais, insistindo que era

preciso que eles coordenassem esforços, no âmbito da organização, para ajudar os movimentos de libertação no continente. Para ele, a OUA não deveria estabelecer nenhuma forma de diálogo com os regimes racistas da África Austral, e era preciso que os países do continente os confrontassem diretamente, usando os meios políticos e econômicos – e até mesmo militares – necessários (ABEGUNRIN, 2003; 2009). Destarte, a Nigéria passou a fornecer apoio direto ao Congresso Pan-Africano (PAC) e ao Congresso Nacional Africano (CNA) na África do Sul e ao Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) na Guiné-Bissau e em Cabo Verde.⁷³ Já em Angola, as lideranças nigerianas optaram, em um primeiro momento, por não se posicionar, preferindo encorajar os três movimentos (MPLA, FNLA e Unita) a se associarem e buscar um governo de unidade nacional (ABEGUNRIN, 2003). Também nesse contexto, destaca-se que quando o líder branco da Rodésia, Ian Smith, fechou a fronteira do país com a Zâmbia, em 1973, sob a acusação de que esta abrigava terroristas, o líder zambiano, Kenneth Kaunda, pediu ajuda financeira à ONU,⁷⁴ sendo, todavia, prontamente atendido pela Nigéria, que forneceu US\$ 750.000 ao país (BRECHER; WILKENFELD, 1997; JESSUP, 1998; SINCLAIR, 1983).

Também a partir do início da década de 1970, a Nigéria passou a se tornar cada vez mais crítica da atuação das potências centrais, que mantinham cooperação financeira e econômica, direta ou indireta, com a África do Sul. Além de manterem investimentos significativos no país, as potências ocidentais e o Japão eram os principais responsáveis por grande parte do comércio exterior sul-africano, o que era fundamental para a sustentação do regime (SOLODOVNIKOV, 1973). Essa postura gerou um relativo afastamento da Nigéria do bloco ocidental a partir do início da década,⁷⁵ sem que, todavia, houvesse algum rompimento.

Além disso, desde o final da década de 1960, Israel, que havia recebido apoio francês para o desenvolvimento de sua capacidade nuclear, estava fornecendo apoio para que os sul-africanos desenvolvessem seu próprio armamento nuclear, o que era visto como uma ameaça pela Nigéria (MAZRUI, 2010; MAZRUI *et al*, 2010). Nesse contexto, além de ajudar os

⁷³ Um exemplo desse apoio é o fornecimento, por parte do governo nigeriano, de armamentos ao PAIGC, em 1973, para que o movimento combatesse as forças portuguesas na Guiné-Bissau (CLAYTON, 1999).

⁷⁴ Além do pedido de ajuda financeira, Kaunda declarou o fechamento da fronteira por parte da Zâmbia, além do redirecionamento das exportações e do congelamento de todos os pagamentos devidos à Rodésia. Um mês depois do fechamento, quando Ian Smith voltou atrás, reabrindo a fronteira, Kaunda se manteve firme em sua posição, e manteve o fechamento até 1978 (ČERVENKA, 1973).

⁷⁵ Em relação à Grã-Bretanha, isso se deveu, em parte, à adesão da ex-metrópole à CEE (o que os nigerianos temiam que pudesse afetá-los economicamente) e, em grande medida, à venda de armamentos britânicos para a África do Sul. Já em relação aos EUA, a manutenção de laços próximos com Portugal e com a África do Sul é que foram responsáveis pelo distanciamento (LOVEJOY, 1992).

movimentos de libertação nacional do continente, a Nigéria também apoiou fortemente a decisão da OUA de que os países africanos deviam romper os laços diplomáticos com Israel, na esteira da guerra do Yom Kippur, em 1973.⁷⁶ Além da questão nuclear sul-africana e do apoio à causa palestina, a invasão israelense do território egípcio, um “irmão africano”, tinha importante peso na decisão. Além disso, a Nigéria se ressentia do apoio concedido por Israel aos secessionistas, e lembrava-se bem do apoio recebido do Egito na Guerra de Biafra (ABEGUNRIN, 2003; MAZRUI, 2010b).

Paralelamente a esse aparente distanciamento das potências ocidentais, a Nigéria buscou implementar na prática o discurso de não-alinhamento até então adotado. Nesse contexto, logo após o encerramento da Guerra de Biafra, uma delegação nigeriana realizou uma visita à URSS, como forma de agradecer pelo apoio recebido (MATUSEVICH, 2003). Essa visita marcou o início de uma progressiva aproximação e do estreitamento de laços políticos e econômicos entre os países,⁷⁷ que culminou, em 1974, com a visita de Yakubu Gowon à URSS, a primeira de um chefe de Estado nigeriano (GAMBARI, 2008). Nessa visita, Gowon reforçou a gratidão nigeriana pelo apoio recebido na Guerra Civil, e foram discutidas questões de cooperação econômica, científica, tecnológica e cultural. Além disso, foram estabelecidos acordos bilaterais nas áreas de geologia, exploração de petróleo,⁷⁸ agricultura, educação,⁷⁹ saúde pública e treinamento de profissionais nigerianos, bem como foi reforçado o compromisso soviético com a construção de uma indústria siderúrgica na Nigéria⁸⁰ (ABEGUNRIN, 2003; MATUSEVICH, 2003).

A maior aproximação, todavia, não representava uma adesão do país ao socialismo, o que era recorrentemente reforçado pelas lideranças nigerianas.⁸¹ Essa atitude era, em verdade, uma tentativa de demonstrar um efetivo não-alinhamento nigeriano. Exemplo disso é que a

⁷⁶ Entre outubro e novembro de 1973, seguindo uma recomendação da OUA, vinte e um Estados africanos romperam suas relações diplomáticas com Israel. Apenas Malawi, Lesoto, Suazilândia, Ilhas Maurício, África do Sul e Rodésia não romperam relações com o país (GITELSON, 1974; GELDENHUYS, 1990; ISMAEL, 1986; EDMONDSON, 2010). A Nigéria, por exemplo, rompeu relações diplomáticas com Israel no período, voltando a restabelecê-las apenas na década de 1990 (AMBE-UVA; ADEGBOYEGA, 2007).

⁷⁷ Em termos comerciais, por exemplo, a balança comercial dos dois países, que em 1966 era de US\$ 1,6 milhões, saltou para US\$ 35 milhões em 1970 e para US\$ 89,8 milhões em 1975 (ABEGUNRIN, 2003).

⁷⁸ A partir desse acordo houve o estabelecimento de um centro de treinamento para a produção de petróleo na Nigéria, contando com mais de 500 estudantes, além de instrutores soviéticos. Além disso, também foram construídos dois oleodutos e cinco estações de bombeamento, com o objetivo de ligar as refinarias do sul da Nigéria às regiões norte e central, que tinham acesso reduzido ao produto (MATUSEVICH, 2003).

⁷⁹ Entre 1971 e 1975, mais de 340 estudantes nigerianos, anualmente, realizaram seus estudos na URSS (MATUSEVICH, 2003).

⁸⁰ Além da própria siderúrgica, o projeto incluía a construção de um novo porto, de rodovias e ferrovias que comportassem o transporte de cargas de mais de 100 toneladas, de uma estação de energia e de uma cidade, para abrigar os trabalhadores da indústria (ILIFFE, 2011).

⁸¹ Apesar do apoio recebido pelo governo federal na Guerra de Biafra, Gowon sempre ressaltou, ao longo do conflito, que a Nigéria não buscaria outra via de desenvolvimento que não a capitalista (ABEGUNRIN, 2003).

visita de Gowon à URSS, em 1974, havia sido precedida pelo estabelecimento de relações diplomáticas nigerianas com a República Popular da China (que, apesar de comunista, havia rompido com a URSS), em 1971, pela troca de embaixadas com a Alemanha Oriental, em 1972, e por uma visita oficial à Grã-Bretanha em 1973, e foi seguida, também em 1974, por uma visita oficial de Gowon a Pequim (ABEGUNRIN, 2003; IFIDON, 2013; GAMBARI, 2008; MATUSEVICH, 2003).

Em grande medida, a mudança de comportamento da Nigéria, na década de 1970 (em termos regionais, continentais e internacionais), foi possibilitada pela situação econômica vivenciada pelo país no período. Ao final da Guerra Civil, o governo federal empreendeu uma rápida expansão do setor petrolífero nacional, dando início ao *boom* do petróleo nos anos 1970. A produção, que em 1958 era de cerca de 5.100 barris por dia e, em 1966, imediatamente antes da guerra, já era de 417.000 barris por dia, passou para 1,1 milhões de barris por dia em 1970. Dois anos mais tarde, chegou a 1,7 milhões de barris por dia e, em 1974, atingiu 2,3 milhões de barris por dia (FALOLA; HEATON, 2008). O governo nigeriano, assim, buscou transformar o setor do petróleo, até então dominado por empresas estrangeiras, no propulsor do desenvolvimento nacional. Assim, declarou todas as reservas de gás e petróleo como propriedades do Estado nigeriano, formou a Corporação Nacional Nigeriana de Petróleo (NNOC), em 1971 e, em 1974, através dela, adquiriu uma parcela de 55% em todas as companhias de petróleo estrangeiras que atuavam no país (HERSKOVITS, 1975; ILIFFE, 2011).

Também nesse contexto, o país passou a fazer parte, em 1971, da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP), sendo seu décimo-primeiro membro. Com o embargo realizado pela OPEP à venda do produto aos países ocidentais, devido ao apoio destes a Israel na Guerra do Yom Kippur, em outubro de 1973,⁸² os preços do petróleo aumentaram significativamente,⁸³ fazendo crescer também a importância da receita oriunda do produto para o governo nigeriano (FALOLA; HEATON, 2008). Rapidamente, a Nigéria assumiu o posto de maior produtor de petróleo do continente africano, posição ocupada pela Líbia desde 1964 (FRYNAS; PAULO, 2007). A arrecadação do governo, que em 1970 era de cerca de US\$ 758 milhões, passou para US\$ 2,17 bilhões em 1973, e US\$ 5,8 bilhões em 1975, tendo o PIB atingido, em 1974, a marca de US\$ 19,4 bilhões (maior do que o PIB de todos os

⁸² Apesar de ser um dos países membros da OPEP, a Nigéria não aderiu ao boicote, e tampouco reduziu o crescimento planejado de sua produção (HERSKOVITS, 1975).

⁸³ O barril de petróleo passou de US\$3,29, em 1973 (o equivalente a US\$ 17 em 2011), para US\$ 11,58 em 1974 (o equivalente a US\$ 53,94 em 2011), um aumento de mais de 250% (BP, 2013).

vizinhos combinados), e tendo o crescimento real do PIB, entre 1974 e 1975, sido de 8% ao ano, em média (ADEBAJO, 2008; FRANCIS, 2006; ILIFFE, 2011).

Essa grande arrecadação permitiu que o governo nigeriano ampliasse seus investimentos, aumentando o número de funcionários públicos e realizando grandes projetos de infraestrutura pública, como a reconstrução de estradas, escolas, quartéis e aeroportos que haviam sido destruídos pela guerra, além de viabilizar a expansão da educação no país, tanto em nível primário e secundário, quanto em nível universitário (FALOLA; HEATON, 2008; LOVEJOY, 1992). O aumento da arrecadação também permitiu ao governo realizar uma abrangente política de desenvolvimento industrial. Ao longo da década de 1960, a indústria havia desempenhado um papel menor na economia nigeriana. Além disso, privilegiara-se a participação de capitais externos, e o foco principal de investimentos era o setor petrolífero. Ainda, em muitos setores os capitalistas nacionais eram impedidos de comprar participações em empresas competitivas, sendo essas reservadas para investidores internacionais (BIERSTEKER, 1987).

Nesse contexto, a nova política industrial nigeriana da década de 1970 articulava-se em torno de três eixos principais. O primeiro era a liberalização seletiva da importação de produtos industriais (sobretudo máquinas e matérias-primas), a qual, além de apoiar e proteger as indústrias nacionais, serviu como forma de promover um processo de industrialização por substituição de importações. O segundo era o incentivo à indústria de bens intermediários, como forma de superar a dependência tecnológica e viabilizar o processo de industrialização por substituição de importações. O terceiro era a implementação de uma política de nacionalização da economia nigeriana, de forma a reservar alguns setores específicos da economia aos nigerianos (KIPRÉ, 2010).

Os programas de nacionalização da economia (especialmente o Decreto de Promoção Empresarial, de 1972) rapidamente aumentaram o percentual da participação dos nigerianos na economia do país,⁸⁴ incentivando o crescimento de uma classe média nacional (LOVEJOY, 1992). Apesar disso, todavia, eles pouco fizeram pelas camadas mais baixas da população, que não tinham condições de realizar investimentos, e que, portanto, pouco se beneficiaram da nacionalização (FALOLA; HEATON, 2008).

O foco no petróleo como base da economia nigeriana e como recurso financiador da tentativa de promover a industrialização, entretanto, levou o governo a negligenciar o

⁸⁴ O decreto classificava as empresas em três categorias, definidas de acordo com a complexidade técnica e com o capital requerido, reservando para os nigerianos a totalidade da categoria menos complexa, e ao menos 40% de participação na categoria intermediária (BIERSTEKER, 1987).

desenvolvimento de outros setores, especialmente a agricultura. O país, que durante muito tempo fora exportador de alimentos, se tornou, nesse período, cada vez mais dependente da sua importação. O *boom* do petróleo e a grande disponibilidade de capital, além de incentivarem o crescimento do setor produtivo, levaram a um aumento do consumo e das importações e, como consequência disso, a um crescimento da inflação. Por sua vez, a redução dos impostos de importação adotada, na tentativa de acabar com a inflação, contribuiu para aumentar a competição e inundar o mercado interno com produtos importados mais baratos do que os nacionais, o que se mostrou altamente prejudicial para a indústria nascente (FALOLA; HEATON, 2008).

Pouco depois do fim da Guerra Civil, Gowon anunciou um plano de recondução do país ao governo civil. O plano propunha, entre outros, a reorganização do serviço público e militar, o combate à corrupção, a realização de investimentos em empresas voltadas ao desenvolvimento, a elaboração de uma nova Constituição, o estabelecimento de novos partidos nacionais e o retorno ao governo civil (PETERS, 1997). O governo, entretanto, não conseguiu atingir a maioria desses objetivos, o que, aliado à corrupção que se disseminou entre alguns de seus membros, contribuiu para que a sua credibilidade fosse bastante abalada. Apesar disso, Gowon não demonstrava pressa para realizar a transição para o governo civil e, em 1974, anunciou que esta, que estava planejada para acontecer naquele ano, ocorreria apenas em 1976, juntamente com grande parte das medidas previstas no plano de redemocratização, que ainda não haviam sido levadas a cabo (FALOLA; HEATON, 2008). O fracasso do governo Gowon se tornou evidente após esse discurso, e diversos segmentos políticos da sociedade, dos civis aos militares, retiraram qualquer forma de apoio a ele. Como resultado, em julho de 1975, enquanto estava em um encontro da OUA em Uganda, um golpe foi realizado, depondo Gowon e levando outro militar, o General Murtala Mohammed, ao poder (FALOLA; HEATON, 2008). Apesar de ter sido destituído, Gowon reconheceu o novo governo, jurando lealdade a ele (ILIFFE, 2011).

Logo que assumiu o poder, Mohammed, que era membro da Academia Nigeriana de Relações Internacionais, enumerou os objetivos que seriam perseguidos pela política externa de seu governo (ILIFFE, 2011). De acordo com ele, a Nigéria mobilizaria os recursos humanos e materiais do país, de forma a construir uma grande nação, capaz de fazer sua presença ser sentida na arena internacional e, especialmente, no continente africano (ABEGUNRIN, 2003). Mohammed, assim, deu início a um terceiro momento da política externa nigeriana, tendo sucesso em redirecioná-la para uma postura pan-africanista e de não-alinhamento mais genuína.

Desde o início de seu governo, Mohammed adotou uma estratégia mais radical, dinâmica e pan-africana no apoio aos movimentos de libertação da África Austral. Nesse contexto, o governo nigeriano aumentou a ajuda financeira aos movimentos de independência, e permitiu que estes abrissem escritórios na Nigéria, além de adotar uma política de portas abertas para os cidadãos que viviam em países que passavam por guerras de libertação nacional (ABEGUNRIN, 2003). A mudança mais significativa no posicionamento nigeriano se deu, todavia, em relação ao caso de Angola. Com a Revolução dos Cravos em Portugal, em 1974, o novo governo português anunciou que retiraria suas tropas das colônias e que Angola se tornaria independente a partir de novembro de 1975. O governo português, assim, convidou os três movimentos de libertação nacional⁸⁵ (o MPLA, a FNLA e a Unita) para formar – juntamente com Portugal – um governo de transição, o que foi efetivado, em janeiro de 1975, com os Acordos do Alvor (VISENTINI, 2012a).

Todavia, um governo unificado jamais se formou,⁸⁶ e os três movimentos entraram em conflito. O MPLA conseguiu, nesse contexto, tomar a capital, Luanda, em julho do mesmo ano, expulsando a FNLA. Frente a isso, o Zaire enviou tropas para apoiar a FNLA, e a CIA passou a fornecer suprimentos e treinamento para a FNLA e para a Unita, enquanto armamentos soviéticos e conselheiros cubanos reforçavam o MPLA (ILIFFE, 2011). Até novembro de 1975, a Nigéria, consoante com a posição da OUA, apoiava um acordo entre os três grupos que disputavam o poder, e se mostrava contrário às intervenções externas. O governo nigeriano, todavia, recebeu informações de que tropas sul-africanas estavam dando apoio à Unita e à FNLA, em sua tentativa de derrotar o MPLA. Frente a isso, o Conselho Militar Supremo nigeriano enviou duas missões secretas a Angola, como forma de verificar a informação (INAMETE, 2001).

Frente à confirmação do envolvimento sul-africano, as lideranças nigerianas deram uma guinada em seu posicionamento. Imediatamente, o governo reconheceu o MPLA como o governo legítimo de Angola e passou a tentar convencer outros países africanos a fazer o mesmo (apesar da oposição da OUA – que defendia que nenhum dos três grupos fosse

⁸⁵ O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) tinha orientação marxista, e possuía uma base urbana, incorporando negros, mestiços, assimilados e brancos entre seus membros. A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) declarava-se contra os brancos e portugueses, e afirmava-se anticomunista, possuindo uma base majoritariamente rural. Já a União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita) buscava apoio popular e a mobilização das massas, declarando-se maoísta (ainda que sua posição ideológica variasse de acordo com o apoio externo por ela recebido) (VISENTINI, 2012a).

⁸⁶ Como destaca Visentini (2012a, p.57), “Em novembro de 1975, Angola finalmente alcançara sua independência [...] Ao mesmo tempo que o MPLA proclamava em Luanda [...] a República popular de Angola, a FNLA e a Unita proclamavam, em Huambo, a República Democrática de Angola, constituindo assim dois governos paralelos”.

reconhecido individualmente – e dos EUA – que pressionavam a Nigéria para que ela mantivesse a neutralidade) (ABEGUNRIN, 2003; ILIFFE, 2011). Para as lideranças nigerianas a questão angolana era bastante sensível. Por um lado, a participação sul-africana remetia à atuação que esta tivera durante a guerra de Biafra, em uma tentativa de desintegrar o país. Por outro, o envolvimento das potências ocidentais, especialmente os EUA, era visto como uma tentativa de perpetuar o seu poder em Angola. Além de reconhecer o MPLA como o governo legítimo, a Nigéria rapidamente declarou seu total apoio ao movimento, e passou a contribuir com assistência material e financeira, além da diplomática.

Nesse contexto, além da campanha na OUA para que o movimento fosse reconhecido como o representante legítimo do país, a Nigéria forneceu US\$ 20 milhões em empréstimos, e US\$ 80 milhões em suprimentos militares e ajuda econômica ao MPLA, além de receber e dar treinamento para estudantes e militares angolanos em instituições nigerianas (ABEGUNRIN, 2003). Todavia, não só o envolvimento sul-africano foi motivo para a mudança de posicionamento da Nigéria. Por um lado, o governo nigeriano vislumbrava na questão uma oportunidade de o país assumir um papel de liderança no continente africano. Por outro, era uma forma de aprofundar a ideia de identidade nacional nigeriana, já que grande parte dos cidadãos do país se mostravam favoráveis ao reconhecimento do MPLA (ABEGUNRIN, 2003; ILIFFE, 2011).

Pouco antes de a Nigéria reconhecer o governo do MPLA, o presidente dos EUA, Gerald Ford, enviou uma carta a diversos países africanos, inclusive a Nigéria, demandando que eles evitassem qualquer forma de apoio ao Movimento, pois ele recebia apoio dos comunistas, preferindo manter-se neutros ou apoiar os aliados ocidentais. Além disso, Ford enviou o secretário de Estado, Henry Kissinger, em um *tour* pelo continente, como forma de reforçar a mensagem (ABEGUNRIN, 2003). A iniciativa estadunidense, todavia, não foi bem vista pelas lideranças nigerianas, que cancelaram a visita de Kissinger e, como dito anteriormente, reconheceram o governo do MPLA como legítimo, dando início a uma forte campanha para que os demais países do continente fizessem o mesmo. Nesse contexto, o líder nigeriano, Murtala Mohammed, na Conferência da OUA subsequente, fez um discurso forte em relação à questão, afirmando que os países africanos já estavam maduros o suficiente, que não precisavam de conselheiros estrangeiros que os alertassem sobre o comunismo e sobre uma suposta ameaça soviético-cubana, e que os países do continente escolheriam seus amigos e parceiros independentemente de influências estrangeiras (GAMBARI, 2008). Além disso, o chefe de Estado nigeriano continuou, declarando que

Já se foram os dias em que a África se curvaria sempre frente à ameaça de qualquer dita superpotência. Não contente com seu apoio clandestino e com o fornecimento de armas a Angola para criar confusão e derramamento de sangue, o presidente dos EUA decidiu, ele mesmo, instruir os Chefes de Estado e de Governo africanos, através de uma carta circular, insistindo na retirada de conselheiros cubanos e soviéticos de Angola como uma pré-condição para a retirada das tropas sul-africanas e de outros aventureiros militares. Isso constitui a mais intolerável presunção, e um flagrante insulto à inteligência dos líderes africanos (ABEGUNRIN, 2003, p. 66, tradução nossa).

Frente ao posicionamento adotado pelos EUA, apoiando a FNLA e a Unita – e também a África do Sul –, as lideranças nigerianas adotaram uma posição de confrontação direta, sendo a primeira nação da África subsaariana a fazê-lo. Isso contribuiu para que houvesse uma deterioração significativa das relações bilaterais entre Nigéria e EUA, situação que se manteve pelo menos até 1977. Paralelamente a isso, o país africano se aproximou mais da URSS, especialmente em termos diplomáticos e comerciais (ABEGUNRIN, 2003). Nesse contexto, entre 1974 e 1978, a Nigéria adquiriu, da URSS, aproximadamente US\$ 80 milhões em armamentos, um valor maior do que qualquer outro país, e que representou cerca de 40% do total das compras de armamento da Nigéria no período (THIAM; MULIRA; WONDJI, 2010).

A campanha nigeriana⁸⁷ junto aos demais países africanos deu frutos em 10 fevereiro de 1976, quando a OUA finalmente reconheceu o MPLA como o governo legítimo de Angola (GEORGE, 2005). Murtala Mohammed, todavia, pouco pode aproveitar de sua conquista. Apenas três dias após o reconhecimento do governo do MPLA pela OUA, Mohammed foi assassinado em uma tentativa de golpe perpetrada pelo Tenente Coronel Suka Buka Dimka. Para diversos autores,⁸⁸ o golpe contou com o apoio tanto da ex-metrópole nigeriana, quanto dos EUA, e foi realizado pois Mohammed, ao adotar uma posição forte de liderança no continente africano, desafiando os anseios ocidentais, teria se mostrado como uma ameaça para os interesses destes no continente.

Após sua morte, Murtala Mohammed foi substituído pelo Tenente General Olusegun Obasanjo, o segundo homem no poder. Obasanjo, assim como Mohammed, era membro da Academia Nigeriana de Relações Internacionais, e deu grande importância para as relações internacionais do país no seu governo (ILIFFE, 2011). Em grande medida, ele se mostrou bastante alinhado com o governo anterior, com períodos de diferença bastante pontuais, em

⁸⁷ Além do posicionamento forte de Mohammed e da campanha, na OUA, pelo reconhecimento do governo do MPLA, o segundo no comando da Nigéria, o Tenente General Olusegun Obasanjo, realizou um *tour* por Serra Leoa, Mali e Burkina Faso, na tentativa de convencer os governos desses países a reconhecer o governo do MPLA (ILIFFE, 2011).

⁸⁸ Ver, por exemplo, Abegunrin (2003), Iliffe (2011), Siollun (2009), Chuku (2004), Hager, (2011) e Onysi (2011).

geral associados a quedas nos preços internacionais do petróleo (OLIVEIRA, 2012). Obasanjo buscou melhorar e fortalecer a formulação e a condução da política externa na Nigéria. Para isso, seu governo reformou o Ministério das Relações Exteriores, transformou o Instituto Nigeriano de Relações Internacionais (NIIA) em *think tank*⁸⁹ de política externa e criou o Instituto Nacional de Estudos de Política e Estratégia (NIPSS), que tinha uma função semelhante⁹⁰ (ABEGUNRIN, 2003; GAMBARI, 2008; INAMETE, 2001).

Além disso, logo que assumiu, Obasanjo estabeleceu cinco objetivos que seriam perseguidos pela sua política externa: a defesa da soberania, independência e integridade territorial nigerianas; a criação de condições econômicas e políticas, na África e no mundo, que promovessem a independência e o rápido desenvolvimento econômico nigeriano, o que facilitaria a defesa da independência de todos os países africanos; a promoção da igualdade e da independência na África e no resto do mundo em desenvolvimento; a promoção e defesa da justiça social e respeito pela dignidade humana; e a promoção e defesa da paz mundial (ABEGUNRIN, 2003). Indubitavelmente, parte significativa dos objetivos estabelecidos por Obasanjo estavam muito além das capacidades nigerianas (militares, políticas e mesmo econômicas). Ainda assim, eles demonstravam uma disposição nigeriana de assumir um papel de protagonismo tanto no continente africano, quanto no cenário internacional. Nesse sentido, o governo de Obasanjo manteve a África como foco da política externa, dando continuidade ao posicionamento do governo anterior.

Nesse contexto, o fim da dominação colonial portuguesa, especialmente em Angola e Moçambique, que pôs fim ao “cordão sanitário” que separava e dava proteção aos regimes racistas da África austral, permitiu à Nigéria intensificar seu combate a tais regimes. Assim, o país pode concentrar sua ajuda aos movimentos de libertação da Namíbia, da Rodésia e da África do Sul, contando com Angola e Moçambique como frentes estratégicas de apoio (ABEGUNRIN, 2003). Além disso, a Nigéria reforçou sua campanha de condenação dos regimes racistas, tanto na OUA, quanto fora do continente africano.⁹¹ O protagonismo assumido pelo país no combate a esses regimes resultou na sua incorporação, em 1976, aos

⁸⁹ *Think tanks* são institutos de pesquisa política envolvidos na análise de uma área política específica, ou em uma ampla gama de assuntos políticos, com o objetivo de aconselhar os formuladores de política ou de informar o debate público sobre questões políticas (STONE, 2006).

⁹⁰ Ainda que o instituto tivesse por função funcionar como *think tank* auxiliar ao NIIA, seu maior impacto se restringia, todavia, ao âmbito interno (INAMETE, 2001).

⁹¹ Nesse contexto, Forrest (1982) destaca que, aproveitando-se das intensas relações comerciais e de cooperação que a Nigéria mantinha com o Brasil à época, a diplomacia nigeriana tentava, recorrentemente, fazer com que o Brasil adotasse uma postura mais dura com a África do Sul. Além disso, é importante ressaltar que a Nigéria foi a principal articuladora do boicote aos Jogos Olímpicos de 1976 e aos jogos da *Commonwealth* de 1978, ambos em protesto à participação da Nova Zelândia, que mantinha uma aproximação esportiva com a África do Sul *apartheidista* (WRIGHT; OKOLO, 1999).

encontros dos Estados da Linha de Frente (Botswana, Zâmbia, Tanzânia, Angola e Moçambique), o que lhe permitiu intensificar ainda mais o apoio diplomático, financeiro e militar a eles (GAMBARI, 2008; INAMETE, 2001).

Nesse contexto, em 1976, o governo nigeriano lançou o Fundo de Assistência à África Austral, um fundo que recebia doações de indivíduos, organizações e empresas nigerianas, e que tinha seus recursos direcionados aos movimentos de libertação da África Austral. Além disso, no mesmo ano, quando Moçambique fechou sua fronteira com a Rodésia, como resposta a invasões armadas de tropas do país ao seu território, o governo nigeriano doou US\$ 1,8 milhões ao governo moçambicano, como forma de compensar as perdas econômicas oriundas desse fechamento⁹² (ABEGUNRIN, 2003; CHIKUHLWA, 2013). O governo nigeriano também intensificou a ajuda bilateral e financeira para a ZAPU e para a ZANU, na Rodésia, para a Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO), na Namíbia,⁹³ e para o CNA e para o PAC na África do Sul. Assim, a partir de 1976 os nigerianos passaram a contribuir com cerca de US\$ 5 milhões, anualmente, para os movimentos, além de fornecerem armas e munições e, a partir de 1977, disponibilizarem os serviços de dois cargueiros militares e de um avião civil. Além disso, em 1979, US\$ 8 milhões foram doados pela Nigéria à Zâmbia, bem como equipamentos militares, como forma de auxiliar o governo zambiano a enfrentar as frequentes incursões que o país vinha sofrendo de tropas da Rodésia (ABEGUNRIN, 2003).

O período que se estendeu de 1975 até o início de 1977 também foi marcado por uma deterioração crescente nas relações bilaterais entre Nigéria e os EUA. As divergências em torno da questão de Angola (e, especialmente o posicionamento “combativo” nigeriano) e as suspeitas de participação estadunidense na morte de Murtala Mohammed foram reforçadas pelo cancelamento de duas visitas de Kissinger à Nigéria (uma decidida por Mohammed, e outra por Obasanjo) e pela rejeição nigeriana da proposta anglo-americana de paz para o Zimbábue-Rodésia (ABEGUNRIN, 2003). A partir de 1977, todavia, essa situação começou a se alterar.

A chegada de Jimmy Carter ao poder nos EUA marcou o começo de uma nova abordagem em relação à Nigéria, em um contexto de busca por maior cooperação com o país africano (ABEGUNRIN, 2003). Isso se devia, principalmente, a dois fatores. O primeiro era a

⁹² O fechamento das fronteiras parou todo o tráfego ferroviário entre os países, o que foi mantido até a independência do Zimbábue, em 1980. As perdas de arrecadação de Moçambique são estimadas em cerca de US\$ 550 milhões, ao longo de todo o período (ABRAHAMSSON; NILSSON, 1995).

⁹³ O governo nigeriano, sob Obasanjo, permitiu, em 1976, que a SWAPO abrisse um escritório em Lagos, além de ter feito uma doação de US\$ 500.000 ao movimento (ILIFFE, 2011).

percepção estadunidense de que a Nigéria, na questão angolana, tinha demonstrado possuir uma grande capacidade de influenciar os rumos políticos do continente, até mesmo contra os desígnios dos EUA (ONYISI, 2011). O segundo fator era a crescente importância, para os dois países, da importação estadunidense de petróleo nigeriano, já que os EUA haviam superado a Grã-Bretanha como principal comprador do produto, sendo responsáveis pela importação de mais de 50% do petróleo nigeriano⁹⁴ (ABEGUNRIN, 2001)

Dessa forma, em 1977, a Nigéria organizou, em parceria com a OUA, e sediou, em Lagos, uma Conferência da ONU pela Ação contra o Apartheid. A conferência, presidida pelo ministro das relações exteriores nigeriano, Joseph Garba, contou com a participação de 112 representantes de governos e cinco movimentos de libertação, além de ONGs e organizações intergovernamentais (SHULTZ, 1988). Entre as delegações presentes estava a dos EUA, composta por dois embaixadores do país na ONU, Andrew Young e Donald McHenry, e pelo Secretário de Estado Assistente para assuntos africanos, Richard Moore. Também em 1977, o chefe de Estado nigeriano visitou os EUA, e aproveitou a oportunidade para realizar um discurso forte em relação aos regimes racistas, afirmando que

A intransigência dos regimes de minorias criou uma situação na qual temos que usar todas as armas que possuímos para promover regimes de maioria na Rodésia, na Namíbia e na África do Sul. Nós somos compelidos, nessas circunstâncias, a insistir que aqueles cujas atividades econômicas nesses territórios ajudam a manter os regimes de minoria não podem ser nossos amigos e não devem esperar fazer negócios rentáveis conosco [...] Nós estamos triando todas as empresas estrangeiras com o objetivo de desfavorecer todas aquelas que mantêm relações comerciais com a Rodésia e a África do Sul. Essas empresas são livres, todavia, para descontinuar suas relações, ou ao menos não fazer nada para expandi-las, se elas sentirem que o pão tem mais manteiga (sic) no nosso lado (ABEGUNRIN, 2003, p. 72, tradução nossa).

No mesmo ano, os EUA finalmente aderiram ao embargo à venda de armas à África do Sul,⁹⁵ e assumiram o papel de liderança do Ocidente, trabalhando em conjunto com a Nigéria e os Estados da Linha de Frente nas iniciativas para a independência da Namíbia e da Rodésia. Essas atitudes marcaram um envolvimento inédito dos EUA, e ajudaram a melhorar as relações da Nigéria com o país. No ano seguinte, Carter retribuiu a visita à Nigéria (a primeira de um presidente estadunidense ao país africano), o que contribuiu para acelerar

⁹⁴ O Reino Unido, por outro lado, comprava pouco mais de 10% das exportações nigerianas de petróleo no período. Em grande medida, a redução da participação dos britânicos nas exportações nigerianas de petróleo se devia ao fato que, a partir de 1976 o país passou a explorar o produto no Mar do Norte, reduzindo, assim, suas importações da Nigéria (ABEGUNRIN, 2001).

⁹⁵ O embargo internacional era vigente desde 1962 (AKINTERIWA, 1987a).

ainda mais a cooperação e a aproximação bilateral (ABEGUNRIN, 2003; AKINTERIWA, 1987a; NYANGONI, 1985).

A melhora nas relações com os EUA não implicou, todavia, em uma deterioração dos laços nigerianos com a URSS. Entre 1977 e 1978, diversos projetos que haviam estabelecidos pelos países, como a construção de uma indústria siderúrgica e de oleodutos, tiveram avanços significativos (OGUNBADEJO, 1980). Apesar das boas relações com as duas superpotências, a Nigéria continuou mantendo uma postura contrária às intervenções externas no continente africano. Assim, em um discurso na OUA, em 1978, Obasanjo declarou:

Para os soviéticos e seus amigos, eu gostaria de dizer que, tendo sido convidados à África para ajudar na luta de libertação e na consolidação da independência nacional, eles não devem ficar mais do que o tempo pelo qual são bem-vindos. [...] Para as potências ocidentais, eu digo que elas devem agir de tal forma que nós não sejamos levados a acreditar que elas têm conceitos diferentes de independência e soberania para a África e para a Europa. Lançamentos de paraquedistas no século XX não são mais aceitáveis para nós do que as canhoneiras do século passado eram para nossos ancestrais. Convocar conferências na Europa e na América para decidir o destino da África cria imagens ruins demais, as quais deveriam ser esquecidas, tanto no interesse dos africanos quanto dos europeus (ABEGUNRIN, 2003, p. 73, tradução nossa).

Consoante com o discurso de Obasanjo, o governo nigeriano intensificou seus esforços na estabilização do continente, defendendo que estes, por serem conflitos essencialmente africanos, deveriam ser resolvidos por africanos, e buscou assumir o papel de um mediador confiável para os grupos beligerantes. Assim, a Nigéria atuou na mediação da guerra entre Somália e Etiópia (1977-1978), no conflito entre Uganda e Tanzânia (1978-1979), na disputa do Saara Ocidental (1979) e também na crise de Shaba I, entre Angola e Zaire (1977), na qual conseguiu evitar, ao menos temporariamente, uma intervenção estadunidense para ajudar Mobuto, além de ter assumido uma posição dura em relação a Gana, em 1979, quando um golpe levou Jerry Rawlings ao poder no país⁹⁶ (ABEGUNRIN, 2003; GAMBARI, 2008; WILKENFELD, 2005).

A atuação nigeriana levou a um reconhecimento internacional, especialmente por parte do Ocidente, mas também por parte dos soviéticos e dos demais países africanos, da crescente importância política, diplomática e econômica do país no continente africano (GAMBARI, 2008). Exemplo disso foram as diversas visitas de alto nível recebidas pela Nigéria ao longo de 1978, quando o país foi visitado pelos presidentes dos EUA, da Etiópia, da Guiné, pelo

⁹⁶ O governo nigeriano decidiu cortar o fornecimento de petróleo para o país por conta da violência que teria marcado o processo que levou Rawlings ao poder. O petróleo nigeriano representava quase 20% das importações ganesas do produto, e o seu corte teve um forte impacto na economia do país (GOCKING, 2005).

Chanceler da República Federal da Alemanha, pelo Primeiro Ministro da Jamaica, pelo Comandante em Chefe da Força Aérea da URSS e por um dos vice-premiês da República Popular da China (INAMETE, 2001).

Também nesse contexto, o governo do Chade, que anteriormente havia recusado a presença nigeriana em seu território, com o objetivo de estabilizar a situação interna do país, voltou atrás. O Chade, que passava por um complexo conflito desde o início da década, encontrava-se, no início de 1979, à beira de um colapso. O território do país estava dividido entre senhores de guerra, que disputavam entre si pela supremacia política, e a capital, N'Djamena, estava cercada. Diante disso, a Nigéria assumiu, no âmbito da OUA, uma postura de liderança na mediação do conflito (AMOO, 1991). Além de se responsabilizar pelo estabelecimento de uma missão de manutenção da paz no Chade,⁹⁷ o país adotou um papel ativo nas negociações com os diferentes grupos beligerantes, que tiveram seus representantes reunidos em quatro conferências conciliatórias, realizadas na Nigéria, com o objetivo de encontrar um arranjo político que viabilizasse a paz no país (BUIJTENHUIJS, 1991; ILIFFE, 2011).

Após meses de negociações, um governo de transição foi estabelecido.⁹⁸ Apesar disso, as diferentes facções recomeçaram as disputas⁹⁹ e, ao final de 1979, o governo nigeriano decidiu retirar suas tropas do país.¹⁰⁰ O auxílio e a mediação nigerianos na questão estavam ligados a dois fatores principais. Primeiro, à manutenção da imagem de estabilizador continental. Segundo, à preocupação com a possibilidade de a instabilidade no Chade acabar tendo efeitos diretos para a estabilidade nigeriana (e também da região) – como, por exemplo, a possibilidade de haver grandes contingentes de refugiados. Além disso, assumindo o papel de mediador, a Nigéria buscava evitar a ingerência de atores externos ao continente, especialmente aqueles vistos como hostis a ela (como a França) (ABEGUNRIN, 2003; AKINTERIWA, 1987b; ILIFFE, 2011).

Além da questão do Chade, outro evento que demonstra a proeminência da Nigéria no período foi a sua eleição, em 1977, como membro rotativo do Conselho de Segurança da

⁹⁷ Sob a égide da OUA, mas apenas com tropas nigerianas (AMOO, 1991).

⁹⁸ Apesar de seu estabelecimento, o governo de transição foi reunido apenas uma vez (AMOO, 1991).

⁹⁹ A instabilidade no Chade durou, grosso modo, até o final da década de 1980, e entre 1979 e 1982 a Nigéria cortou o fornecimento de petróleo para o país, como forma de pressionar as diferentes facções combatentes a encerrarem os conflitos (AMOO, 1991; VISENTINI, 2012b; GAMBARI, 2008).

¹⁰⁰ Paralelamente à constituição do governo de transição, foi decidido o estabelecimento de uma nova força de paz da OUA para o Chade, que seria composta por soldados do Congo, do Benim e da Guiné, e substituiria a missão composta por tropas nigerianas, que estavam enfrentando resistência das forças combatentes. A nova força da OUA, todavia, jamais foi formada, em grande medida pela incapacidade desses países – e da própria Organização – de arcar com seus custos (AMOO, 1991).

ONU (CSONU), contando com votos de países europeus, das Américas e da Ásia. Apesar de ter representado uma vitória importante para a Nigéria, que via sua participação no CSONU como fundamental para fortalecer o combate aos regimes racistas da África Austral, o fato gerou um certo ressentimento entre os demais países africanos. Isso porque o Níger havia sido definido por unanimidade, em um encontro de Chefes de Estado da OUA, ainda em 1977, como o representante africano para a votação, o que acabou sendo ignorado pela Nigéria¹⁰¹ (ABEGUNRIN, 2003; ILIFFE, 2011; INAMETE, 2001).

Apesar do crescente envolvimento nigeriano com a luta contra os regimes racistas da África Austral, as lideranças do país percebiam poucos avanços na resolução da questão. Além disso, as crescentes agressões da Rodésia a Botsuana, Moçambique e Zâmbia eram vistas com preocupação por Lagos. Assim, em seu pronunciamento à OUA, em 1977, Obasanjo conclamou os demais membros da organização a se unirem à Nigéria no incremento de sua ajuda bi ou multilateral às lideranças nacionalistas que vinham sofrendo ataques do regime de Ian Smith, afirmando que

Os Estados da Linha de Frente precisam da ajuda da Nigéria e da OUA para resistir aos efeitos disruptivos das agressões, bem como para se equipar [...] Quanto aos movimentos de libertação [...] que nós, por meio de assistência financeira, envio de armas e treinamento, também lhes possibilitemos igualar o inimigo em poder de fogo e efetividade. Conforme eles fazem a investida final para Salisbury (Harare), os movimentos de libertação precisam toda a ajuda que nós pudermos dar. A Nigéria está pronta para contribuir sua cota em dinheiro e armas em qualquer esquema de assistência que a OUA possa criar para ajudar os Estados da Linha de Frente e os movimentos de libertação no Zimbábue (ABEGUNRIN, 2003, p. 83, tradução nossa).

Também nesse contexto, a Nigéria passou a apoiar a nova proposta de paz anglo-americana para o Zimbábue-Rodésia, elaborada em 1977, ainda que com reservas, uma vez que suas lideranças consideravam que ela possuía algumas falhas e fraquezas. No ano seguinte, todavia, Ian Smith fez uma aliança com os grupos moderados, excluindo a Frente Patriótica (formada pela ZANU e pela ZAPU, que eram reconhecidas como movimentos legítimos pela OUA), que acabou elegendo¹⁰² o bispo Abdel Muzorewa como primeiro-ministro do Zimbábue-Rodésia (ILIFFE, 2011). As lideranças nigerianas viam essa solução como inaceitável por diversos motivos (o arranjo constitucional preservava as estruturas racistas de controle, com os brancos recebendo um número de assentos desproporcional no

¹⁰¹ Não é à toa que de todos os votos recebidos pela Nigéria, apenas quatro foram dos 49 países africanos independentes à época (INAMETE, 2001).

¹⁰² A eleição foi boicotada pelos membros da Frente Patriótica, e foi considerada um golpe dos brancos (*white plot*) pela Nigéria, que rejeitou seus resultados (ABEGUNRIN, 2003; GAMBARI, 2008).

parlamento, além de controlarem, necessariamente, o Judiciário e as forças de segurança), entre eles, por contar com o apoio da África do Sul (ABEGUNRIN, 2003).

O apoio nigeriano à proposta anglo-americana, todavia, foi encerrado em 1979, especialmente devido ao posicionamento britânico em relação à questão. Margareth Thatcher, do Partido Conservador britânico, que havia chegado ao poder na Inglaterra no ano anterior, manifestou sua disposição de reconhecer oficialmente o governo da Rodésia sob Muzorewa e de retirar as sanções econômicas que haviam sido impostas ao país¹⁰³ (ILIFFE, 2011). Temendo que Thatcher levasse a cabo as intenções declaradas, o governo nigeriano adotou uma posição forte, e decidiu usar medidas diplomáticas e econômicas para tentar mudar o posicionamento britânico.

Assim, Obasanjo anunciou a exclusão de duas empresas britânicas de construção de uma lista de concessão de contratos do governo para a construção de um porto no país. Além disso, Obasanjo deixou claro que todas as outras companhias britânicas seriam desfavorecidas pelo governo nigeriano, até que o governo britânico voltasse atrás em seu posicionamento, reforçando a postura demonstrada no discurso que já havia sido feito na Conferência Mundial para Ação contra o Apartheid. No ano anterior, o governo nigeriano já havia nacionalizado o banco britânico *Barclays*, sob acusações de que este realizava operações na África do Sul. Além da nacionalização e do cancelamento de todas as suas transações através do banco, o governo nigeriano retirou depósitos de US\$ 1,5 bilhões, e ordenou que parte significativa de seus funcionários britânicos fossem repatriados (ABEGUNRIN, 2003).

Face à pouca repercussão da postura adotada pelo governo nigeriano, este adotou um posicionamento ainda mais radical. Primeiro, confiscou um navio cargueiro sul-africano (*S.K. Kulu*), que operava com bandeiras do Panamá a serviço da *British Petroleum* (BP), sob acusações de que esse transportava petróleo nigeriano para a África do Sul (FRHD; IWUOHA, 2012; ILIFFE, 2011). Alguns meses depois, na véspera de uma Conferência da *Commonwealth* em Lusaka (Zâmbia),¹⁰⁴ o governo nigeriano anunciou a nacionalização de todos os ativos da BP no país, acusando a empresa de fornecer petróleo nigeriano para a África do Sul (GAMBARI, 2008). Além da nacionalização, que representou uma perda de aproximadamente 300.000 barris diários para a Grã-Bretanha, o governo nigeriano decidiu diversificar suas reservas de moeda (aproximadamente £ 500 milhões), trocando-as por outras

¹⁰³ As sanções haviam sido impostas em 1966 e reforçadas em 1968 (ABEGUNRIN, 2003).

¹⁰⁴ De acordo com Abegunrin (2003), o governo nigeriano acreditava que Thatcher anunciaria o reconhecimento do governo de Muzorewa nessa conferência.

moedas (reduzindo o peso da Libra esterlina em suas reservas) e deixando mais clara ainda sua mensagem ao governo de Thatcher (ABEGUNRIN, 2003).

As atitudes do governo nigeriano, em conjunto com a pressão dos países membros da *Commonwealth*, da OUA e dos movimentos nacionalistas do Zimbábue, se mostraram bastante efetivas, fazendo Thatcher mudar de posição em relação à questão. Nesse contexto, com a participação britânica, ainda em 1979, foram assinados os acordos de *Lancaster House*, que encerraram as lutas e puseram fim ao regime racista no ano seguinte, com a eleição de Robert Mugabe para a presidência do país, então renomeado como Zimbábue (VISENTINI, 2012b).

A confrontação nigeriana com a Grã-Bretanha foi, muito possivelmente, o ápice do governo Obasanjo em termos de política externa. Assim como Mohammed fizera alguns anos antes, o chefe de Estado nigeriano adotou uma posição forte, e não furtou-se de confrontar uma potência central em nome dos interesses africanos (e, também, nigerianos). A década de 1970, assim, encerrava-se com um saldo muito positivo em termos de política externa.

Em termos econômicos, os governos Mohammed e Obasanjo,¹⁰⁵ buscaram expandir o papel do Estado como promotor do desenvolvimento nigeriano usando, para isso, os enormes influxos de capital provenientes da produção e exportação de petróleo. Uma das primeiras iniciativas adotadas por Mohammed foi a implementação do Terceiro Plano de Desenvolvimento Nacional,¹⁰⁶ que previa a participação do Estado no desenvolvimento de infraestrutura e da indústria pesada, enquanto as indústrias leves e a agricultura deveriam ser desenvolvidas principalmente pelo setor privado¹⁰⁷ – contando, todavia, com incentivos e recursos do Estado (BIERSTEKER, 1987).

Um dos principais desafios enfrentados pela economia nigeriana nesse período foram as flutuações no preço internacional do petróleo. O aumento dos preços do produto, gerado com o choque de 1973, viabilizou a exploração de reservas internacionais que até então eram economicamente inviáveis (como as do Mar do Norte, do Alasca e do México). Muitas dessas reservas eram mais próximas das potências centrais, os principais compradores do produto, e

¹⁰⁵ Pela brevidade do governo Mohammed, e pela continuidade dada pelo governo Obasanjo, tanto em termos de política externa, quanto em relação aos objetivos que haviam sido estabelecidos para a política interna, esses dois governos costumam ser tratados como um só, sendo referidos em grande parte da literatura como governo Mohammed/Obasanjo.

¹⁰⁶ Dois outros planos de desenvolvimento já haviam sido estabelecidos na Nigéria. O primeiro foi implementado por Balewa, e estabelecia as diretrizes para o desenvolvimento entre 1962 e 1968. O segundo foi implementado por Gowon, e planejava o desenvolvimento nacional nigeriano entre 1970 e 1974.

¹⁰⁷ O modelo implementado era bastante ortodoxo, sendo semelhante ao modelo padrão, adotado à época, por diversos países capitalistas do Terceiro Mundo, especialmente aqueles produtores de petróleo, como a Venezuela, o Irã e a Argélia (ILIFFE, 2013).

passaram a concorrer com a produção nigeriana, que acabou sendo reduzida, gerando uma consequente diminuição da arrecadação governamental.¹⁰⁸ Frente a essa situação, o governo, na tentativa de aumentar o montante de recursos disponíveis, ampliou sua parcela de participação na exploração de petróleo no país de 55% para 60%, construiu duas novas refinarias, mais de 20 novos depósitos de petróleo e mais de 3.000km de oleodutos, além de ter dado início à construção de uma usina de gás natural, que tinha por objetivo explorar o grande potencial que a Nigéria tinha nesse setor, e que era totalmente desperdiçado (ILIFFE, 2011; MONTANYÀ, 2012).

Outra questão importante enfrentada pelo governo nigeriano foi a intensa urbanização ocorrida no país no período. O *boom* do petróleo e o desenvolvimento industrial vivenciados desde o início da década geraram um intenso êxodo rural, o que impactou fortemente a produção agrícola, que diminuiu significativamente. Além disso, o país manteve, ao longo da década, altas taxas de crescimento populacional, o que implicou em um aumento da demanda por alimentos (WB, 2014). Frente a isso, o governo criou, em 1976, um plano que tinha por objetivo aumentar a produção agrícola, sobretudo aquela de pequenos produtores. Assim, o Estado nigeriano passou a subsidiar a venda de fertilizantes, e aumentou significativamente a parcela dos recursos federais destinada à construção de projetos de irrigação. Além disso, o governo implementou, em 1978, um Decreto de Uso da Terra,¹⁰⁹ que tinha como objetivos principais a uniformização do sistema de terras, que era diferente entre os estados da região norte e os da região sul, além da diminuição da parcela de terras improdutivas (ILIFFE, 2011).

A maior urbanização também gerou um aumento do setor informal da economia, assim como outras pressões sobre o governo federal, como a falta de habitações e de sistemas de água e esgoto, e a maior demanda por energia. O governo, por sua vez, buscava atender a todas as demandas, realizando amplos investimentos nos diversos setores, além de buscar ampliar a inserção dos nigerianos no setor formal da economia, sobretudo através de um aprofundamento da nacionalização, realizada através de um novo Decreto de Promoção Industrial,¹¹⁰ em 1977 (BIERSTEKER, 1987).

¹⁰⁸ Frente à exploração dessas novas reservas, a OPEP decidiu manter os preços do petróleo constantes, optando por uma redução nas cotas de produção. Com a manutenção do nível de preços e a crescente concorrência de outros fornecedores mais baratos, o petróleo nigeriano se tornou progressivamente menos lucrativo para os cofres do governo (ILIFFE, 2013).

¹⁰⁹ O decreto transferia ao Estado nigeriano a propriedade sobre todas as terras, deixando os indivíduos apenas com direitos de usufruto sobre ela (GARBA; GARBA, 2005).

¹¹⁰ Através desse decreto, houve um aumento dos setores incluídos na primeira categoria de empresas, e a segunda categoria, teve um aumento, de 40% para 60%, na parcela obrigatória de participação de nigerianos, o

Foram lançados programas de construção de habitações populares (mais de 28.000 residências foram construídas nas zonas urbanas) e de ampliação da rede elétrica nacional (com o aumento da parcela do orçamento destinada ao setor passando de US\$ 44 milhões para US\$ 271 milhões, e com a construção de duas hidrelétricas e de uma termoelétrica), além da construção de novas rodovias, e de um programa de educação primária universal,¹¹¹ da ampliação do setor público,¹¹² entre outros. Nesse sentido, destaca-se que, entre 1973 e 1978, a proporção dos gastos do governo com despesas de capital¹¹³ subiu de 24% para 52%. Além disso, o governo nigeriano conseguiu manter as altas taxas de investimento estabelecidas desde o início dos anos 1970, atingindo um total de quase 23% do PIB durante a década, e também as de crescimento da produção industrial, que entre 1975 e 1979 tiveram aumentos, em média, de mais de 20% ao ano. Todavia, as flutuações do preço internacional do petróleo, que era a principal fonte de recursos da Nigéria,¹¹⁴ levaram o governo, sobretudo entre 1977 e 1979, a recorrer a grandes empréstimos internacionais. Assim, no período, foram contraídos mais de US\$ 4,9 bilhões em créditos, que tinham como garantia arrecadações futuras oriundas do petróleo (ILIFFE, 2011).

Em termos de política interna, um dos principais objetivos estabelecidos por Mohammed, logo que este assumiu o poder, foi a transição para um regime civil. Com a sua morte, Obasanjo deu continuidade ao projeto, adotando, em 1978, uma nova Constituição, que havia sido elaborada por um Comitê Constituinte, criado por Murtala Mohammed, em 1975. Esta Constituição, influenciada pela Constituição estadunidense, criou os cargos de presidente e vice-presidente, e estabeleceu uma estrutura dividida em três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), além de instituir a realização de eleições presidenciais em 1979 (FALOLA; HEATON, 2008). Conforme previsto, as eleições foram realizadas, e Alhaji Shehu Shagari foi escolhido presidente do país, substituindo o então chefe de Estado,

que também passava a ser aplicado a todos os bancos e aos setores de petróleo, mineração, agricultura, construção, produção de fertilizantes, entre outros (BIERSTEKER, 1987).

¹¹¹ Esse programa foi implementado em 1976, e visava a diminuir as diferenças no nível de instrução existente entre as populações dos estados da região norte e os da região sul – um reflexo do período e do modelo colonial (OLIVEIRA, 2012). O programa contou com um aumento da parcela do orçamento federal destinado à educação, de 3% para 11%, além da capacitação de mais de 160.000 professores, e em apenas 4 anos (1976 a 1980) conseguiu aumentar de 6 milhões para 12,5 milhões o número de alunos matriculados (ILIFFE, 2011).

¹¹² Nesse contexto, destaca-se que entre 1970 e 1979 o número de funcionários públicos triplicou na Nigéria (ILIFFE, 2011).

¹¹³ Despesas de capital são aquelas relacionadas com aquisição de máquinas e equipamentos, realização de obras, aquisição de participações acionárias de empresas, aquisição de imóveis e concessão de empréstimos para investimentos.

¹¹⁴ Ao final da década de 1970 o petróleo representava quase 90% da arrecadação do governo nigeriano (GARBA; GARBA, 2005).

encerrando um longo período de regime militar e dando início à Segunda República da Nigéria (OSAGHAE, 1998).

4 UM GIGANTE DE JOELHOS: A POLÍTICA EXTERNA DA NIGÉRIA NAS DÉCADAS PERDIDAS

O início da década de 1980 foi marcado por grandes expectativas positivas na Nigéria. Ao longo da década de 1970, a Nigéria conseguira, através da ênfase depositada em sua política externa, construir e consolidar internacionalmente uma imagem de liderança não só do Oeste africano, mas do continente como um todo. Isso, em grande medida, fora viabilizado pelas grandes receitas auferidas pelo Estado nigeriano graças à produção e exportação de petróleo, e também ao aumento do preço internacional do produto. Assim, as perspectivas políticas e econômicas para a década que se iniciava eram totalmente positivas para o país.

O período compreendido entre o início da década de 1980 e o final da década de 1990, contudo, apresentou importantes desafios – de ordem econômica e política, tanto no âmbito interno, quanto no internacional – para a Nigéria. O país, que não estava preparado para enfrentar diversas das mudanças que ocorreram no cenário internacional, viu sua autonomia em termos de política externa ser progressivamente reduzida, mormente devido a imposições (sobretudo) econômicas feitas pelas potências ocidentais – e, muitas vezes, incorporadas sem restrições pelos governos do país. Nesse contexto, o descontentamento popular se mostrou crescente, e novamente os militares tomaram o poder na Nigéria.

A dificuldade encontrada pelas lideranças do país de conciliarem as demandas internas com as imposições feitas pelos atores externos – principalmente instituições financeiras internacionais e potências ocidentais – fez com que a política externa nigeriana do período se tornasse progressivamente inconsistente e incoerente, inclusive em temas historicamente caros à diplomacia do país, como a luta contra o *apartheid*, por exemplo. Como resultado de quase vinte anos de instabilidade e de pressões externas, a Nigéria chegou ao final da década de 1990 carregando o estigma de Estado pária e vendo a sua posição de liderança continental ser tomada pela África do Sul.

4.1 A QUEDA DE UM GIGANTE: A DÉCADA DE 1980

A ascensão ao poder de Shehu Shagari, por meio de eleições, em outubro de 1979, marcou o início de um novo e importante período na história da Nigéria. Depois de viver mais de uma década sob regimes militares, o país finalmente voltava a ser comandado por um governante civil. Além disso, Shagari herdara dos governos anteriores um país com grande

poder econômico e influência política internacional, especialmente no continente africano, o que gerava expectativas positivas em relação ao seu governo (LOVEJOY, 1992; ABEGUNRIN, 2003). Nesse contexto, em seu primeiro discurso sobre política externa Shagari ressaltou que o continente africano continuaria sendo o foco principal da política externa do país e que esta seria comprometida com a erradicação do racismo e com a libertação total do continente africano (FRDH; IUWOA, 2012).

A situação econômica vivida pela Nigéria ao longo da segunda república (1979-1983), todavia, teve grande impacto no posicionamento internacional do país. Entre 1979 e 1981, a Nigéria vivenciou um período de relativo dinamismo econômico, resultado do aumento dos preços para a exportação de petróleo e da manutenção de uma produção relativamente grande no país¹¹⁵ (GAMBARI, 1989). O governo, assim, lançou diversos programas de desenvolvimento de infraestrutura, de agricultura e de indústrias, acelerando projetos importantes, como a construção da nova capital federal, Abuja,¹¹⁶ e da usina siderúrgica de Ajaokuta. Além disso, houve uma expansão significativa nos recursos destinados a educação, saúde, habitação, justiça e segurança. O governo Shagari também recuou em relação a algumas medidas adotadas por Obasanjo, retomando, assim, uma liberalização das importações, que entre 1979 e 1980 aumentaram cerca de 25% (LEWIS, 2007).

A partir de 1981, contudo, os preços internacionais do petróleo passaram a sofrer sucessivas quedas, devido, entre outros motivos, à recessão econômica internacional, à descoberta de novas reservas do produto e ao desenvolvimento de fontes de energia alternativas. A queda dos preços foi acompanhada por uma diminuição na demanda pelo petróleo nigeriano¹¹⁷ e por uma consequente diminuição na produção do país¹¹⁸ (ABEGUNRIN, 2003). Como consequência, a Nigéria experimentou uma redução drástica em

¹¹⁵ Em 1979, a produção foi de cerca de 2.306.000 e, em 1980, de 2.059.000 barris de petróleo por dia. O preço do barril de petróleo, em 1979, foi de US\$ 31,61 (o equivalente a US\$ 99,97, em 2012) e, em 1980, foi de US\$ 36,83 (o equivalente a US\$ 102,62, em 2012), um aumento de cerca de 100% em relação aos preços entre 1974 e 1978, associado diretamente à Revolução Iraniana, ocorrida em 1979 (BP, 2013; LEWIS, 2007).

¹¹⁶ Uma das primeiras medidas adotadas por Murtala Mohammed, logo que esse assumiu o poder, foi dar início à construção de uma nova capital federal para a Nigéria. A medida, iniciada em 1976 e concluída apenas em 1991, transferiu a capital de Lagos, na costa da região oeste, para Abuja, localizada no centro geográfico do país. Essa medida tinha por objetivo aproximar a capital das demais regiões nigerianas, além de garantir que esta seria controlada apenas pelo governo federal, e não por nenhum governo estadual, como era o caso de Lagos (OLIVEIRA, 2012).

¹¹⁷ O que se devia, em grande medida, à viabilização econômica da exploração de outras reservas de petróleo, mais próximas dos principais mercados consumidores, conforme já destacado no capítulo anterior.

¹¹⁸ Em 1981 a produção foi de 1.440.000 barris por dia, passando para 1.290.000, em 1982, e para 1.236.000 em 1983 (BP, 2013).

sua arrecadação,¹¹⁹ o que afetou severamente a situação econômica dos governos federal e regionais nigerianos. A menor arrecadação também teve impactos negativos sobre a capacidade do governo de saldar as suas dívidas internas e externas, além de ter tornado crescentemente mais difícil o financiamento de importações de bens de consumo, alimentos, insumos, matérias-primas e máquinas, afetando diretamente tanto a população, quanto a indústria do país.¹²⁰ Outro efeito importante foi o aumento da dependência econômica em relação às potências ocidentais, que eram os principais compradores do petróleo nigeriano e que, portanto, detinham grande influência sobre a situação econômica do país¹²¹ (GAMBARI, 1989).

Entre 1980 e 1983, o país teve uma diminuição de mais de 8% do PIB e um aumento de cerca de 50% na inflação. Com isso, o padrão de vida dos nigerianos decaiu progressivamente, paralelamente a um crescimento constante do custo de vida no país, que chegou a elevar o preço de alguns produtos básicos acima do poder aquisitivo de grande parte da população (ALI, 2013). Além disso, em diversos momentos o governo federal e diversos estados não realizaram o pagamento, por vários meses, dos salários dos servidores públicos, gerando grande insatisfação popular (FALOLA; HEATON, 2008). Apesar dessa situação, não houve uma redução nos gastos do governo e nas importações,¹²² o que contribuiu para agravar a crise vivenciada pelo país (AZUBUIKE, 2009).

Além disso, em 1981, o governo estabeleceu uma comissão para analisar a situação das empresas paraestatais do país, fazendo recomendações para aumentar sua performance. O relatório final sugeria que fossem privatizadas todas as empresas que não atuassem em áreas estratégicas e de segurança do Estado, o que foi iniciado ainda naquele ano (ADEJUMOBI, 1999; OKOM, 2013). O processo de privatização que se seguiu contribuiu, ainda mais, para o enfraquecimento da economia do país (IHONVBERE, 1994; MAZRUI, 2010c). Segundo Mazrui (2010c, p.1119),

¹¹⁹ Nesse sentido, a desvalorização do dólar, experimentada, desde a década anterior, colaborou para diminuir a arrecadação externa da Nigéria, contribuindo para uma queda significativa nas reservas de moeda estrangeira no país (ABEGUNRIN, 2003).

¹²⁰ Outro fator importante para isso foi que, paralelamente à queda dos preços das *commodities*, a partir de meados da década de 1970, houve um crescimento significativo dos preços dos produtos manufaturados exportados pelos países industriais, o que se intensificou mais ainda a partir do início da década de 1980 (ABEGUNRIN, 2003).

¹²¹ Nesse contexto, Abegunrin (2003) destaca que quanto mais duro era o posicionamento adotado pela Nigéria em relação à África Austral, menor era a quantidade de petróleo que era comprado do país pelos EUA, o que se tornou mais evidente ainda quando Reagan assumiu o poder em Washington, em 1981.

¹²² Lewis (2007) atribui esse fato à ampla disputa e falta de coesão política vivida durante o governo Shagari. Segundo ele, o presidente nigeriano não possuía nem vontade e nem capacidade de controlar os gastos ou de impor limites aos elementos dos diferentes partidos que compunham o governo.

Em meio a uma confusão generalizada, houve privatização anárquica quando a busca desenfreada, por privilégios e lucros, provocou a dissipação do poder de ação e da riqueza na esfera pública. A Nigéria, sob Shehu Shagari e sobretudo após 1981, foi a imagem desta privatização anárquica.

Frente à deterioração da situação econômica nacional, o governo nigeriano intensificou a sua busca por créditos internacionais. Assim, a partir de 1981, a Nigéria passou a contrair grandes empréstimos, aumentando a dívida externa de longo prazo do país de US\$ 4 bilhões para US\$ 13,5 bilhões, em 1983. Além disso, o governo também recorreu ao sistema bancário doméstico, aumentando significativamente a sua dívida interna (LEWIS, 2007). Os empréstimos obtidos pelo governo, todavia, não impediram a decadência econômica do país, que teve uma queda de 85% em suas reservas externas entre 1980 e 1983, e uma deterioração significativa em seu balanço de pagamentos (FALOLA; HEATON, 2008).

Essa piora progressiva no balanço de pagamentos (que à época atingia um déficit entre US\$ 3 e US\$5 bilhões) levou as lideranças do país a recorrerem ao FMI, em 1982, na tentativa de conseguir um reescalonamento da dívida externa do país, e a um novo empréstimo, no valor de US\$ 2 bilhões. O governo nigeriano, todavia, não aceitou as condições impostas pela instituição¹²³ (que incluíam a desvalorização da naira,¹²⁴ a liberalização do comércio e o fim dos subsídios aos produtos nacionais derivados do petróleo), e as negociações não avançaram. O impasse com os credores agravou os efeitos do endividamento sobre a economia nigeriana, que continuou se deteriorando progressivamente (IKEJIKU, 2008; LEWIS, 2007).

A recessão econômica mundial, aliada à queda no preço internacional do petróleo, certamente teve um papel central na deterioração da situação econômica da Nigéria no início da década de 1980. Contudo, outro fator de grande importância (talvez até maior do que o anterior), foram os altos níveis de corrupção vivenciados na Nigéria no período. Diversos autores¹²⁵ apontam que estes foram determinantes no comprometimento da formulação de políticas públicas e econômicas, e da própria política externa do país. A corrupção, em grande medida, estava associada à incapacidade do partido vencedor nas eleições presidenciais de estabelecer uma maioria no poder, o que dificultava a implementação de suas decisões (LEWIS, 2007). Nesse contexto, os membros do governo passaram a utilizar recursos

¹²³ Esse posicionamento, todavia, não refletia uma real preocupação com a situação econômica do país, mas sim com a proximidade das eleições (que seriam realizadas no ano seguinte, 1983) e com os impactos que a adoção de tais medidas poderia ter em seus resultados (LEWIS, 2007).

¹²⁴ A Naira foi adotada em 1973, e passou a substituir a Libra nigeriana, que era usada até então.

¹²⁵ Ver Abegunrin (2003), Babawale (1991), Gambari (1989), Falola e Heaton (2008), Hill (2012), Lewis (2007) e Mazrui (2010c), entre outros.

públicos como forma de conquistar apoio político de membros de outros partidos, estabelecendo, assim, um sistema de favorecimentos, semelhante ao que prevalecera durante a Primeira República¹²⁶ (FALOLA; HEATON, 2008).

Outro efeito do retorno a um governo civil foi a maior descentralização da política externa do país. Nesse sentido, diversos ministérios e agências passaram a controlar diferentes aspectos da política internacional da Nigéria. Apesar de existirem ligações entre eles, a coordenação das ações era baixa, o que contribuía para que a política externa nigeriana perdesse dinamismo. Além disso, o período foi marcado por uma redução na influência do NIIA na elaboração da política externa nigeriana, e por uma reformulação no Ministério das Relações Exteriores do país, que passou a ser coordenado por cinco diretores gerais, intensificando a descentralização na tomada de decisões dentro do próprio ministério, e contribuindo, assim, para diminuir ainda mais o dinamismo da política externa da Nigéria (INAMETE, 2001).

Frente a esse contexto, a política externa nigeriana ao longo do governo Shagari se viu sensivelmente enfraquecida, com poucas realizações de grande impacto. Em grande medida, isso se deu por conta da grande dependência econômica nigeriana em relação às potências ocidentais, intensificada pela crescente contração de empréstimos do Ocidente. Diante desse cenário, as elites nigerianas que estavam no poder buscaram, ao longo do período, evitar políticas nacionalistas radicais, que ameaçassem as conexões com os atores ocidentais (WRIGHT; OKOLO, 1999). Nesse sentido, a posição nigeriana em relação à África Austral, por exemplo, se tornou muito menos ativa no governo Shagari, especialmente a partir de 1981, quando Reagan assumiu o poder nos EUA, reintroduzindo uma política que tendia a apoiar os regimes de minoria branca na África Austral, e que ficou conhecida como “engajamento construtivo”.¹²⁷

¹²⁶ Essa questão está associada, em grande medida, à composição dos diferentes partidos e às disputas existentes entre eles no período. Esse assunto, mesmo que de grande relevância para a história e para a política interna da Nigéria, não será tratado aqui. Um maior detalhamento da questão pode ser encontrado em Falola e Heaton (2008) e em Oliveira (2012).

¹²⁷ A política de engajamento construtivo foi desenvolvida pelo Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Africanos do governo Reagan, Chester Crocker, e defendia que uma aproximação de Washington com a África Austral se mostrava como a melhor opção na busca de construção de um contexto regional que levasse ao fim dos conflitos fronteiriços entre a África do Sul e seus vizinhos e, conseqüentemente, à estabilização regional. Ainda que a política fosse voltada para todos os países da região, a aproximação com a África do Sul foi a que teve maior destaque, o que era justificado pelos EUA através da ideia de que a implantação de restrições e punições não levaria a mudanças no regime do *apartheid*, e sim a uma maior hostilidade do regime em relação ao ocidente. Assim, a política de engajamento construtivo defendia que houvesse uma maior aproximação com Pretória, e restrições na imposição de sanções, como forma de favorecer a estabilização regional (CROCKER, 1980).

A debilidade econômica e política interna, e a dependência econômica nigeriana em relação ao Ocidente, levaram Shagari a alinhar-se aos EUA, afastando-se da URSS, e permitindo que o país servisse como um aliado importante do Ocidente para atingir interesses no continente africano (GAMBARI, 1989). Exemplo disso foi o apoio dado pela Nigéria à condição, imposta pelos EUA, de que as tropas cubanas saíssem de Angola para que o processo de independência da Namíbia fosse efetivado, posição que foi amplamente condenada por vários países africanos (ABEGUNRIN, 2003). Além disso, a ajuda nigeriana para os movimentos de libertação na África Austral também diminuiu sensivelmente no período (GAMBARI, 1989).

Mesmo em sua própria região, a atuação nigeriana se mostrou enfraquecida e pouco condizente com aquela dos governos anteriores. A primeira questão que demonstra essa mudança foram as intervenções nigerianas no Chade. Após a tentativa de intervenção frustrada, no final da década de 1970, que culminou na retirada das tropas nigerianas do país, em 1979, uma nova intervenção, desta vez sob os auspícios da OUA, foi realizada sob coordenação nigeriana, a partir de 1981, por conta da intensificação e do prolongamento do conflito chadiano. Além de soldados da Nigéria, a missão de manutenção de paz no vizinho nigeriano contou com a participação de forças do Senegal e do Zaire¹²⁸ (AMOO, 1991; SMALDONE, 1992). A missão da OUA, todavia, foi incapaz de impedir o aprofundamento das hostilidades e de promover a estabilização do Chade, adotando uma postura que refletia, em grande medida, os interesses dos atores extracontinentais¹²⁹ (ASHAVER, 2014). Assim, após diversos fracassos, a missão foi encerrada em 1982, e as tropas se retiraram do país. O novo fracasso nigeriano contribuiu, internamente, para diminuir a confiança militar e popular no governo Shagari e, externamente, para aumentar a desconfiança e para degradar a imagem de liderança que a Nigéria tinha até então entre os países africanos (ASHAVER, 2014; BABANWALE, 1991; SMALDONE, 1992).

Outro evento que demonstra uma mudança significativa no posicionamento do país, foi a expulsão, em 1983, de trabalhadores estrangeiros da Nigéria. Frente ao aprofundamento da deterioração econômica do país (e também por conta da proximidade das eleições presidenciais, que seriam realizadas no mesmo ano), o governo nigeriano expulsou, entre janeiro e fevereiro de 1983, grande quantidade de trabalhadores estrangeiros, sobretudo de

¹²⁸ Além destes, a força da OUA deveria contar com a participação de tropas do Benim, da Guiné e do Togo. Esses Estados, todavia, não conseguiram cumprir com os compromissos assumidos, deixando de enviar tropas e de participar do restante da operação (SMALDONE, 1992).

¹²⁹ Para maiores informações, sobre o envolvimento nigeriano no conflito do Chade, no período, ver Amoo (1991) e Ashaver (2014).

Gana, que se encontravam no país, sugerindo que eles estariam “roubando” os empregos dos nigerianos. A medida agradou grande parte da população da Nigéria, mas foi alvo de muitas críticas externas, não só dos países vizinhos, que entendiam que a expulsão feria diretamente os princípios da ECOWAS,¹³⁰ mas também de atores extracontinentais, como a França e a Inglaterra – e até mesmo da África do Sul¹³¹ (ABEGUNRIN, 2003).

Entre os vizinhos da Nigéria, o que mais se mostrou descontente foi Gana, com quem a Nigéria já mantinha relações deterioradas desde 1981, quando Jerry Rawlings chegou novamente ao poder no país, mais uma vez por meio de um golpe (derrubando um governo que tinha afinidades com o governo Shagari). Além disso, o regime militar de Rawlings era visto pelas lideranças nigerianas como tendendo ao socialismo radical, o que se mostrava como uma antítese do posicionamento nigeriano. Nesse contexto, logo após Rawlings assumir o poder, o governo nigeriano fez um novo corte na venda de petróleo para o país, mantendo o embargo por quatro meses e retomando a venda apenas em condições bastante diferentes das mantidas anteriormente¹³² (ABEGUNRIN, 2003).

O posicionamento adotado pela Nigéria com a expulsão dos estrangeiros em nada condizia com a posição de liderança assumida pelo país na organização, em 1980, da primeira Conferência Econômica Especial da OUA em Lagos. A conferência contou com a participação de todos os chefes de Estado da OUA e, sob a liderança nigeriana, resultou na adoção do Plano de Ação de Lagos, que estabelecia como objetivo principal uma efetiva cooperação econômica entre os países africanos, apoiada em processos de integração regionais, com uma maior integração na agricultura e na indústria dos países do continente, além da criação de um Mercado Comum africano até o ano 2000 (ADEBAJO, 2008a; ABEGUNRIN, 2003).

A postura nigeriana era, em grande medida, reflexo da situação econômica vivida pelo país no período, conforme dito anteriormente. A piora na economia, especialmente a partir de 1981, impactou também o posicionamento do país na OUA. Exemplos disso foram a ausência de Shagari na Conferência da Organização, em 1982, em Trípoli, bem como a posição adotada em relação à questão do Saara Ocidental, em que a Nigéria assumiu uma postura extremamente conservadora (e pouco condizente com o seu histórico), não reconhecendo a

¹³⁰ Que, em um protocolo de 1979, garantia a livre circulação de bens e pessoas entre os Estados membros da comunidade (CYR, 2001).

¹³¹ Aproveitando-se da ocasião para tentar desmoralizar o governo nigeriano e contribuir para manchar sua imagem no continente africano, o ex-líder do governo sul-africano, Peter Botha, comparou Shagari a Hitler, e a expulsão dos estrangeiros à atitude tomada pelo líder nazista contra os judeus (ABEGUNRIN, 2003).

¹³² Antes do golpe, o governo nigeriano vendia petróleo para Gana dando um período de 180 dias para a realização do pagamento. Posteriormente, o governo passou a vender o petróleo apenas à vista para o país (ABEGUNRIN, 2003)

República Árabe Saaráui Democrática (SADR), declarada pela Frente Polisário, em 1976. Esses dois fatores também contribuíram para que a liderança africana da Nigéria se deteriorasse seriamente (GAMBARI, 1989).

Apesar do crescente descontentamento interno, Shagari foi reeleito presidente da Nigéria em outubro de 1983, em grande parte graças às disputas entre os partidos de oposição e à sua fragmentação¹³³ (OSAGHAE, 1998). Pouco tempo depois, entretanto, em 31 de dezembro do mesmo ano, militares nigerianos organizaram um novo golpe, depondo Shagari e instalando o Major General Muhammadu Buhari como chefe de Estado, e dando início a um novo período de regime militar na Nigéria. O golpe que depôs Shagari teve como justificativa a corrupção e o fracasso econômico de seu governo, mas a perda de importância e prestígio internacional da Nigéria também foram elementos determinantes (FALOLA; HEATON, 2008).

Em sua primeira declaração oficial, Buhari afirmou que a principal preocupação de seu governo seria com a recuperação da situação econômica do país (ABEGUNRIN, 2003). Assim, seu governo adotou medidas que visavam à redução do déficit orçamentário, do gasto público e do déficit no balanço de pagamentos, com o objetivo, sobretudo, de mostrar aos investidores estrangeiros que a Nigéria era um país seguro e potencialmente rentável para se investir, na tentativa de atrair assim recursos que possibilitariam a recuperação da economia nacional (OLUKOSHI, 1995). Foram realizados cortes nos gastos públicos (através da diminuição do número de funcionários públicos e da redução das despesas de capital e dos subsídios educacionais), a criação de uma espécie de cesta de *commodities* básicas, que era vendida diretamente à população e tinha preços controlados (na tentativa de reduzir a inflação, sobretudo nos preços dos alimentos), e esforços na tentativa de diminuir o volume de importações (sobretudo através da imposição de restrições à importações e de um maior controle na concessão de licenças de importação) (FALOLA; HEATON, 2008; LEWIS, 2007; OLUKOSHI, 1995).

As medidas governamentais não obtiveram, contudo, sucesso em reestruturar a (ou ao menos em impedir uma degradação maior da) economia nigeriana. O governo nigeriano então decidiu retomar as negociações com o Fundo Monetário Internacional para o pagamento da dívida externa do país, que à época consumia quase 40% da arrecadação federal. Para aceitar uma renegociação nos prazos de pagamento da dívida, todavia, o FMI impunha à Nigéria a adoção de um Programa de Ajuste Estrutural (PAE), que consistia na redução de tarifas e de

¹³³ O que, de certa maneira, era causado pela participação de vários de seus membros nos sistemas de favorecimento praticados por membros do governo (OLIVEIRA, 2012).

gastos do governo, na privatização de empresas operadas pelo Estado e de propriedade estatal, no fim de subsídios e de controle de preços, na desvalorização monetária e na liberalização das importações (LEWIS, 2007). Buhari, entretanto, não aceitou os termos impostos, não obtendo uma expansão no prazo de pagamento da dívida (AKINTERINWA, 2001).

A não aceitação dos termos impostos pelo FMI, todavia, foi usada como justificativa, pelos membros do Clube de Paris,¹³⁴ para negarem à Nigéria uma renegociação das suas dívidas, e para realizarem um corte em todas as linhas de crédito disponibilizadas ao país africano. Além do Clube de Paris e do FMI, o Banco Mundial também deixou todos os pedidos nigerianos de financiamento de lado, intensificando o insulamento do país (OLUKOSHI, 1995). Frente a esse isolamento imposto pelas instituições financeiras internacionais, a Nigéria buscou um empréstimo de US\$ 2 bilhões junto à Arábia Saudita (IKEJIAKU, 2008). O empréstimo, todavia, não se concretizou, e, como alternativa à falta de divisas internacionais, o governo adotou um programa de “contra-comércio”, no qual trocava, com outros países, petróleo por matérias-primas, máquinas, peças de reposição e bens de consumo, estabelecendo mais de 30 acordos desse tipo entre 1984 e 1985 (BABAWALE, 1995; OLUKOSHI, 1995).

Com as crescentes frustrações com o Ocidente, a Nigéria foi, progressivamente, buscando aproximar-se dos países orientais, especialmente na tentativa de estabelecer acordos de “contra-comércio”, de obter novas tecnologias, apoio na luta por uma Nova Ordem Econômica Internacional¹³⁵ e contra a dominação racista na África Austral. Assim, em 1985, o primeiro-ministro nigeriano realizou um *tour* por Índia, Indonésia, Nova Zelândia, Austrália e República Popular da China, assinando acordos na área de indústria de defesa e estabelecendo diversos acordos comerciais (GAMBARI, 1989).

A grande preocupação com a questão econômica não impediu que o governo Buhari tivesse realizações de grande impacto no âmbito externo. Todavia, como destacam Babawale

¹³⁴ O Clube de Paris é uma instituição que reúne um grupo de países credores, em geral da OCDE, que atua na renegociação das dívidas de países endividados internacionalmente.

¹³⁵ A ideia de estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional ganhara força ao longo da década de 1970, especialmente após o choque do petróleo de 1973. Assim, na sexta sessão especial da Assembleia Geral da ONU, em 1974, foi aprovada a resolução 3201 (S-VI), que estabelecia a Declaração para o Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional. Esta tinha por objetivo a substituição da ordem então vigente (caracterizada por desigualdade, dependência, dominação, individualismo e fragmentação) por uma nova, que seria baseada na equidade, no respeito à soberania, na interdependência, em interesses comuns e na cooperação entre Estados, independentemente de seus sistemas econômicos e sociais (UN, 1981). Essa mudança se operaria através da consecução de seis objetivos principais: a estabilização nos preços dos produtos primários; o tratamento pontual das dívidas do Terceiro Mundo; a reestruturação do comércio internacional com a abolição das práticas intervencionistas, próprias dos países centrais; a facilitação ao acesso à tecnologia ocidental; a reordenação das capacidades produtivas industriais mundiais em favor dos países do Terceiro Mundo; e a reforma dos sistemas monetário e financeiro internacionais (o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial) (ADEDEJI, 2010).

(1995) e Gambari (1989), a principal preocupação das lideranças do país era com o contexto interno, o que acabou impactando no posicionamento externo do país. Nesse contexto, em termos regionais, uma das primeiras medidas adotadas pelo governo Buhari foi o envio de uma delegação nigeriana para os países vizinhos (Camarões, Chade, Níger e Benim), com o objetivo de reafirmar que a nova administração nigeriana estava comprometida com uma política de boa vizinhança, e que contava com a cooperação dos vizinhos para melhorar o panorama securitário da região (ABEGUNRIN, 2003; GAMBARI, 1989).

Apesar disso, pouco menos de um mês após o *tour* da delegação, o governo nigeriano decidiu fechar as fronteiras do país, sob a justificativa de que as atividades de contrabandistas nessas áreas traziam prejuízos muito grandes para a economia nigeriana. Além disso, no ano seguinte, foi realizada uma nova expulsão de estrangeiros ilegais. Nesse sentido, o então ministro das relações exteriores da Nigéria, Ibrahim Gambari (1989, p. 51, tradução nossa), destaca que “[...] essas decisões não promoveram a boa vizinhança. Pelo contrário, elas podem ter debilitado o espírito da ECOWAS e nossas pretensões de liderança, não só na sub-região, mas no continente como um todo”. Diante dessa percepção, o governo nigeriano passou a buscar melhorar as relações com os países da região, aproveitando as diversas visitas de chefes de Estado recebidas¹³⁶ para realizar consultas e estabelecer acordos (entre eles alguns de exportação de petróleo a preços subsidiados) (GAMBARI, 1989).

A grande preocupação com o contexto interno também impactou o posicionamento do país em relação à questão do Chade, onde a guerra civil ainda continuava. As lideranças nigerianas receavam que a escalada do conflito e a atuação de atores extrarregionais e extracontinentais pudessem ter um efeito desestabilizador sobre a Nigéria. Segundo Akinteriwa (1987, p.1, tradução nossa),

A Nigéria não [era] a favor da presença de quaisquer tropas estrangeiras em solo africano em geral, e perto dela em particular, não só por razões de estabilidade e segurança, mas também como uma forma de pôr fim a todas as formas de colonialismo e neocolonialismo. Em outras palavras, como uma forma de respeito e dignidade pelos interesses da África e dos africanos na paz no Chade, o encorajamento da retirada das tropas estrangeiras [era], portanto, indispensável para a Nigéria.

Além disso, havia o temor de que algum grupo hostil ao país saísse vencedor do conflito (ABEGUNRIN, 2003). Assim, o governo nigeriano tentou, mais uma vez, adotar uma postura de mediação no conflito, buscando soluções pacíficas através de diplomacia

¹³⁶ O país recebeu visitas dos chefes de Estado de Togo, Gana, Serra Leoa, Senegal, Gâmbia, Cabo Verde e Burkina Faso (GAMBARI, 1989).

multilateral, especialmente na OUA, mas também de forma bilateral com as diversas partes em disputa.¹³⁷ Nesse contexto, a Nigéria abriu uma exceção no fechamento das fronteiras, permitindo que fossem transportados materiais de ajuda e petróleo através da fronteira com o Chade (GAMBARI, 1989).

Além disso, o governo nigeriano mediou um acordo de retirada mútua de tropas entre a Líbia e a França, que apoiavam facções opostas no conflito, e estabeleceu em seu território uma unidade de monitoramento conjunto do conflito (contando com representantes franceses, líbios e nigerianos) (GAMBARI, 1989). A mediação da Nigéria, entretanto, mais uma vez não se mostrou efetiva, e o conflito chadiano prosseguiu.¹³⁸ Apesar disso, diferentemente do que havia ocorrido durante o governo anterior, isso não representou um “fracasso diplomático” para a Nigéria, uma vez que a postura adotada pelo país não era percebida como sendo pautada pelos interesses de atores extrarregionais, como havia sido anteriormente.

Em relação ao continente como um todo, dois assuntos principais ocuparam a política externa nigeriana. Um desses assuntos foi a questão do Saara Ocidental. Essa questão dividia a OUA, especialmente a partir de 1982, quando a Frente Polisário passou a ser convocada para os encontros da Organização e, em resposta, diversos Estados passaram a boicotar as reuniões.¹³⁹ A Nigéria, apesar de reconhecer a Frente como um movimento de libertação nacional, não a reconhecia como representante legítima do Saara Ocidental. Nesse contexto, a situação permaneceu inalterada até 1984, em grande medida porque o Marrocos não reconhecia a Frente Polisário, o que impedia qualquer forma de negociação, e contribuía para enfraquecer a OUA (GAMBARI, 1989).

Frente a isso, um dia antes da vigésima Conferência da OUA, em Adis Abeba, em 1984, o governo nigeriano anunciou o reconhecimento da SADR sob a Frente Polisário. Além disso, a delegação nigeriana se dividiu e passou a fazer contatos com os representantes dos Estados que até então se mostravam contrários ao reconhecimento da SADR, na tentativa de influenciá-los a reconhecê-la. A justificativa nigeriana para esse posicionamento era que caso

¹³⁷ Segundo Akinteriwa (1987), a Nigéria buscava, através da postura de neutralidade, não ser vista nem como aliada e nem como inimiga por nenhum dos lados da disputa, conseguindo assim “margem de manobra” para realizar as negociações. Para ele, todavia, isso não garantia nenhum sucesso, já que não garantiria que as diversas facções – fossem elas favorecidas pelos acordos, ou não – seriam amigáveis com a Nigéria posteriormente.

¹³⁸ Segundo Akinteriwa (1987), em grande medida o fracasso nigeriano estava ligado diretamente à percepção que as lideranças do país tinham do conflito, visto por elas como essencialmente político e exclusivamente chadiano – o que para ele não representava a realidade, já que o conflito contava com fortes interesses externos (líbios e franceses) e, portanto, a sua resolução dependia de uma solução política que extrapolava as fronteiras do Chade.

¹³⁹ Djibuti, Guiné Equatorial, Gabão, Guiné, Costa do Marfim, Libéria, Ilhas Maurício, Marrocos, Senegal, Somália, República Centro-Africana, Gâmbia, Sudão, Camarões, Tunísia, Alto Volta e Zaire (GAMBARI, 1989).

isso não acontecesse, a própria OUA acabaria se desintegrando, graças às divergências internas geradas, e intensificadas, pela questão. Através dessa manobra, a Nigéria impediu que o Marrocos tivesse tempo de articular, junto aos seus aliados, um boicote à conferência. Esse processo culminou no reconhecimento da República Árabe Saaráui Democrática, sob governo da Frente Polisário, como membro pleno da OUA, ao que o Marrocos respondeu saindo oficialmente da organização (EFFIONG, 2012; GAMBARI, 1989). A atuação nigeriana na questão, assumindo um papel de liderança, mostrou-se fundamental para sua resolução, e gozou de amplo apoio interno e reconhecimento externo – especialmente no continente africano (BABAWALE, 1995).

O outro foco da política externa nigeriana foi a luta pela libertação da África Austral. Diferentemente do governo anterior, Buhari retomou um posicionamento mais ativo em relação à questão. O aprofundamento da crise econômica no continente, como um todo, e também a nova política dos EUA para a África Austral (de “engajamento construtivo”), levaram a uma flexibilização no posicionamento de alguns Estados da região, como Angola – que concordara com a retirada das tropas cubanas – e Moçambique – que assinou um pacto de não-agressão com a África do Sul. Para as lideranças nigerianas, contudo, tal flexibilização representava uma ameaça para os movimentos de libertação refugiados nesses territórios, como a SWAPO (em Angola) e o CNA (em Moçambique) (GAMBARI, 1989).

Diante disso, em 1984, o ministro das relações exteriores nigeriano realizou um *tour* por Tanzânia, Moçambique, Zimbábue, Zâmbia, Botsuana e Angola com dois objetivos: reforçar o apoio nigeriano aos Estados da Linha de Frente e analisar a situação em que os movimentos de libertação se encontravam (ABEGUNRIN, 2001). Após a visita, as lideranças nigerianas decidiram realizar uma mudança na política externa do país para a região. Assim, o governo reforçou a defesa da ideia de que não deveria haver diálogo com o regime sul-africano enquanto esse não dialogasse com as lideranças locais, como Nelson Mandela; reforçou seu apoio financeiro e material à SWAPO e ao CNA;¹⁴⁰ e passou a buscar, no Movimento dos Não Alinhados, apoio para os Estados da Linha de Frente, na tentativa de fortalecer suas economias e diminuir sua dependência em relação à África do Sul (ABEGUNRIN, 2003).

As lideranças nigerianas também tentaram intensificar as negociações bilaterais com os EUA, na tentativa de fazer a administração Reagan mudar seu posicionamento em relação à África Austral e buscaram, através da *Commonwealth*, pressionar o Reino Unido a mudar o

¹⁴⁰ As contribuições para os movimentos de libertação nacional, que haviam sido suspensas durante o governo Shagari, foram retomadas sob Buhari (ABEGUNRIN, 2001).

seu posicionamento em relação à África do Sul, já que a administração Thatcher se mostrava disposta a aproximar-se do regime racista.¹⁴¹ Nos dois casos, todavia, as lideranças nigerianas não obtiveram sucesso, em grande medida pela debilidade econômica e pela dependência econômica nigeriana em relação às duas potências (ABEGUNRIN, 2003).

O aprofundamento da crise econômica interna, associado à incapacidade do governo de realizar mudanças mais profundas nas condições de vida da população e ao seu autoritarismo, levaram a um aumento crescente da insatisfação da população nigeriana com a administração Buhari (LOVEJOY, 1992). Nesse contexto, um grupo de militares, comandado pelo major general Ibrahim Badamasi Babangida, realizou um golpe palaciano, removendo Buhari do poder em agosto de 1985. As principais justificativas para o golpe foram a incapacidade da administração Buhari de estabilizar a economia do país e de assegurar o reescalonamento da dívida externa nigeriana, o seu isolamento dos demais militares do poder, seu autoritarismo e o fracasso em estabelecer um plano de transição para um novo governo civil (FALOLA; HEATON, 2008).

Um novo governo militar, sob o comando de Ibrahim Babangida,¹⁴² foi inaugurado na Nigéria, em agosto de 1985. O novo líder prometia mudanças políticas dramáticas, garantindo que reverteria a crise econômica, realizaria uma abertura política e implementaria uma reforma democrática no país (OLUKOSHI, 1995). Babangida, assim, convidou lideranças de movimentos que criticavam o governo anterior para comporem seu governo, ordenou a investigação de abusos dos direitos humanos realizados no governo Buhari, reduziu ou pôs fim às penas de grande parte dos presos que haviam sido acusados de corrupção durante o governo anterior e libertou diversos jornalistas que estavam presos, além de revogar várias medidas que cerceavam a liberdade de imprensa. Além disso, o novo chefe de Estado encorajou a realização de debates sobre assuntos pertinentes ao governo nigeriano, incentivando a imprensa a realizar ampla divulgação. Essas medidas tinham como objetivo dar mais credibilidade ao seu regime, transmitindo a imagem de que o governo estava disposto a aprender com as diferentes opiniões (FALOLA; HEATON, 2008).

Nesse contexto, um dos campos em que a discussão foi mais incentivada pelo regime foi o do futuro da economia do país. Essa discussão centrava-se na possibilidade de aceitar, ou não, a implementação de um Programa de Ajuste Estrutural, como forma de conseguir

¹⁴¹ Apesar das pressões de países membros da *Commonwealth*, do Partido Trabalhista inglês e de parte significativa da comunidade internacional, Thatcher recebeu o presidente sul-africano P. W. Botha, em 1984, além de manter o fornecimento de empréstimos bancários e a realização de investimentos no país (ABEGUNRIN, 2003).

¹⁴² Que se autoproclamou Presidente e Comandante em Chefe das Forças Armadas (ABEGUNRIN, 2003).

renegociar a dívida externa com o FMI. O debate entre a população deixou claro que esta se opunha à adoção do Programa, posição que, todavia, não era compartilhada por Babangida, que mantinha contatos regulares com as instituições de Bretton Woods e considerava a adoção do PAE fundamental (OLUKOSHI, 1995). Nesse contexto, no final de 1985, Babangida, anunciou, em um discurso, que o governo nigeriano não aceitaria a implementação do PAE exigido pelo FMI, e que tampouco aceitaria a imposição de condicionalidades externas para a aquisição de novos empréstimos (LEWIS, 2007). A ideia defendida era que o governo implementaria medidas econômicas próprias, que não seriam ditadas pelas vontades das instituições financeiras internacionais.

Pouco mais de um mês após seu discurso, o governo nigeriano anunciou a implementação de um novo programa econômico que, entretanto, previa cortes orçamentários, reforma nas taxas de câmbio, liberalização comercial e financeira, redução de subsídios e privatizações, entre outras medidas. O novo plano, ainda que apresentado como uma medida genuinamente nacional, nada mais era do que um Programa de Ajuste Estrutural convencional.¹⁴³ Através de sua implementação, o governo nigeriano conseguiu reaproximar-se do FMI, que via com bons olhos as medidas adotadas. Ainda que o país não tenha contraído novos empréstimos junto ao Fundo, essa reaproximação facilitou o reescalonamento da dívida nigeriana, e também possibilitou a contração de novos empréstimos junto a bancos e credores internacionais, abrindo as portas para o fim do isolamento imposto pelos credores internacionais à Nigéria desde o início da década (LEWIS, 2007; METZ, 2002; OLUKOSHI, 1995).

O PAE teve impactos imediatos no país. Por um lado, ele logrou reduzir os gastos do governo com o serviço da dívida e, através da desvalorização da moeda nigeriana, a Naira, associada à redução de tarifas de importação, contribuiu para um relativo aumento na produção agrícola e de matérias-primas, o que promoveu uma melhora na condição de vida das populações das áreas rurais. Por outro, os níveis de desemprego subiram, e diversas empresas, devido ao aumento dos impostos, passaram a operar abaixo da capacidade e tiveram sua margem de lucro reduzida, devido à alta no custo de importação de matérias-primas,¹⁴⁴ gerando uma diminuição nos salários, ou mesmo a demissão de funcionários – e, por vezes, até o fechamento das empresas (NWOSU, 1993). A desvalorização da moeda

¹⁴³ As medidas que compunham o plano econômico implementado, segundo Lewis (2007, p. 162, tradução nossa) haviam sido “negociadas principalmente com oficiais do Banco Mundial.”

¹⁴⁴ Cabe lembrar que grande parte das indústrias nigerianas era dependente da importação de insumos e de matérias-primas e, portanto, foram fortemente impactadas pela desvalorização da moeda do país, que encareceu enormemente essas importações (NWOSU, 1993).

contribuiu significativamente para o aumento da inflação, cuja taxa, entre 1988 e 1995, ficou entre 40% e 70%. O fim dos subsídios governamentais também teve grande impacto sobre a economia nigeriana, elevando o preço dos combustíveis em cerca de 1.000%, entre 1988 e 1993. Além disso, a redução dos gastos governamentais implicou a diminuição dos serviços públicos, que já eram escassos (FALOLA; HEATON, 2008).

Além de impactar de forma negativa o âmbito interno do país, a adoção do PAE também afetou fortemente a política exterior da Nigéria. Frente à situação econômica vivenciada pelo país, os formuladores da política externa nigeriana adotaram um novo posicionamento na sua elaboração, que ficou conhecido como Diplomacia Econômica.¹⁴⁵ Através dessa concepção, buscava-se abandonar o componente político/ideológico na concepção da política exterior do país, e passava-se a tentar promover uma boa imagem da Nigéria internacionalmente, de forma a atrair parceiros e ganhos econômicos para o país, sob a forma de investimentos e do perdão de dívidas (GARUBA, 2008). Assim, a diplomacia nigeriana passou, a partir de 1986, a dar cada vez mais destaque para questões econômicas, que, segundo seus formuladores, seriam fundamentais para a sobrevivência do Estado nigeriano, para o bem-estar de sua população, e para garantir o papel de liderança no continente africano, em detrimento de temas tradicionais, como a luta pela descolonização e contra o *apartheid*, que progressivamente perderam espaço na agenda externa nigeriana (IBEANU, 2010).

Nesse contexto, apesar da doação, em 1989, de mais de três milhões de dólares para os movimentos de libertação da África Austral,¹⁴⁶ do apoio continuado à independência da Namíbia, e da liderança em um boicote conjunto aos jogos da *Commonwealth*, em 1986,¹⁴⁷ a política externa nigeriana junto aos Estados da Linha de Frente sofreu importantes reveses no período Babangida (ABEGUNRIN, 2003). Além de se recusarem a intervir em Moçambique, que enfrentava pressão militar conjunta da África do Sul e da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo),¹⁴⁸ as lideranças nigerianas estabeleceram laços próximos com Jonas Savimbi, o líder da Unita, em Angola,¹⁴⁹ e puseram fim ao afastamento em relação à África

¹⁴⁵ A adoção deste posicionamento teve início com o Primeiro Ministro Bolaji Akinyemi, em 1986, mas manteve-se quando este foi substituído, em 1987 (IBEANU, 2010).

¹⁴⁶ Cerca de US\$ 1,5 milhões à SWAPO, US\$ 1 milhão ao CNA e US\$ 600 mil ao PAC (ABEGUNRIN, 2003).

¹⁴⁷ Em protesto pela recusa britânica de impor sanções abrangentes à África do Sul.

¹⁴⁸ A Renamo, formada em 1975, era um grupo político de direita, anti-comunista, apoiado fortemente pela Rodésia do Sul de Ian Smith, e pela África do Sul, que se opunha à Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), de orientação marxista-leninista, que fora a principal responsável pela luta pela independência de Moçambique (VISENTINI, 2012a).

¹⁴⁹ Desde o final de 1987 a Nigéria passou a buscar um papel de mediação, junto com o Quênia, entre o MPLA e a Unita. A atitude nigeriana foi muito criticada, tanto em Angola, quanto internamente, pois dava legitimidade não só para a Unita, mas também para o apoio dado à ela pelos sul-africanos (WILMOT, 1989).

do Sul, o que ficou claro pela visita do presidente sul-africano, Frederik De Klerk, à Nigéria, em 1992¹⁵⁰ (IBEANU, 2010). O comportamento ambíguo em relação à África Meridional gerou intensas críticas internas e externas à Nigéria, e contribuiu para deteriorar ainda mais a imagem do país como uma liderança continental na luta contra o *apartheid* e pela descolonização¹⁵¹ (GARUBA, 2008).

Ao longo do período Babangida, a África Ocidental passou a ter sua importância aumentada para a Nigéria. Para as lideranças nigerianas, o país, principal economia da região, poderia beneficiar-se amplamente das relações comerciais com os vizinhos. Nesse contexto, uma das primeiras medidas adotadas por Babangida, em fevereiro de 1986, foi a reabertura das fronteiras do país (BABAWALE, 1995). Além disso, o governo nigeriano buscou revitalizar a ECOWAS, que desde o final da década de 1970 havia declinado significativamente, sediando os encontros da comunidade em 1986, 1987 e 1991 (quando nenhum outro Estado estava disposto a fazê-lo), contribuindo com cinco dos US\$ 15 milhões utilizados para a construção da sede da organização, localizada em Abuja, e assumindo a liderança nas negociações que culminaram na assinatura da segunda fase do Protocolo de Livre Circulação de Pessoas, Bens e Serviços da Comunidade (ABEGUNRIN, 2003; ADEBAJO, 2008). Ademais, Babangida realizou visitas oficiais a Cabo Verde, Serra Leoa e Burkina Faso, estabelecendo acordos bilaterais com os três países (MAILAFIA, 2010).

Também durante o governo Babangida, a Nigéria foi responsável pela mediação de disputas fronteiriças entre Mali e Burkina Faso e entre Gana e Togo (ABEGUNRIN, 2003). Além disso, em 1990, através do Grupo de Monitoramento da ECOWAS (ECOMOG), criado no mesmo ano, a Nigéria coordenou uma missão de estabelecimento e manutenção da paz na Libéria, que passava por uma guerra civil desde o ano anterior. O envolvimento nigeriano na resolução do conflito, que se estendeu por quase toda a década de 1990, foi bastante significativo, tendo o país fornecido 70% das tropas e 80% dos recursos utilizados na missão (ABEGUNRIN, 2003).

Dois fatores principais contribuíram para que a Nigéria tomasse essa iniciativa. O primeiro deles era o temor de que a escalada dessa guerra civil, que contava com a

¹⁵⁰ Além disso, a Nigéria passou a, progressivamente, revogar os embargos comerciais à África do Sul, contrariamente ao que demandavam Mandela e a ONU, que eram favoráveis ao fim das sanções apenas quando o *apartheid* já tivesse, efetivamente, acabado (IBEANU, 2010; PEREIRA, 2010).

¹⁵¹ Outro fato que contribuiu para deteriorar a imagem nigeriana junto aos demais países africanos foi o silêncio e falta de ação nigerianos frente ao bombardeamento da Líbia pelos EUA, em 1986. Ainda que existissem diferenças relevantes entre os dois países (especialmente por conta da questão do Chade), esperava-se que uma agressão de tal dimensão, realizada por uma superpotência contra um Estado africano, fosse alvo de críticas e repúdio por parte dos africanos e, especialmente, da Nigéria, o que, todavia, não aconteceu (BABAWALE, 1995)

participação de atores regionais e extrarregionais,¹⁵² desestabilizasse a região, expandindo-se para outros países, criando massas de refugiados e promovendo a proliferação de armas e de mercenários pela região, trazendo prejuízos e instabilidade interna para a própria Nigéria (FAWOLE, 2008). O segundo fator era a indisposição dos EUA e de outras grandes potências em realizar uma intervenção que pusesse fim aos conflitos, defendendo que os problemas africanos fossem resolvidos pelos próprios africanos. A comunidade internacional, preocupada com a invasão do Kuwait pelo Iraque – que culminou na Guerra do Golfo –, e com o conflito nos Bálcãs – com a dissolução da Iugoslávia –, dava pouca atenção aos problemas africanos, uma vez que estes não representavam uma ameaça à segurança ou à paz internacionais (FAWOLE, 2008). Isso era, em grande medida, um reflexo do fim da Guerra Fria (e da “ameaça comunista”) e da consequente marginalização e perda de importância estratégica do continente africano (ABEGUNRIN, 2003).

Em termos extracontinentais, a adoção da Diplomacia Econômica também trouxe mudanças importantes para a política externa nigeriana. Nesse sentido, logo que assumiu o poder na Nigéria, Babangida buscou reforçar as relações com França, Alemanha e Itália, além de normalizar as relações com o Reino Unido, abaladas durante o governo anterior por causa do Caso Dikko,¹⁵³ recebendo uma visita da primeira-ministra britânica, Margareth Thatcher, em 1988 (ABEGUNRIN, 2003). Além disso, em 1986, o país aderiu à Organização da Conferência Islâmica (OCI), o que contribuiu para a instalação de instituições financeiras islâmicas no país, e em 1987 deu início a conversas com Israel, que culminaram no reestabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países em 1992¹⁵⁴ (AMBE-UVA; ADEGBOYEGA, 2007; WILMOT, 1989). A maior aproximação com os países ocidentais e com seus parceiros permitiu à Nigéria sucessivas renegociações de suas dívidas externas, especialmente com o Clube de Paris, além da contratação de novos empréstimos junto a Taiwan, Japão e Coréia do Sul (BABAWALE, 1995).

¹⁵² Entre eles Burkina Faso, Costa do Marfim, Líbia e África do Sul (ABEGUNRIN, 2003).

¹⁵³ Umaru Dikko, que havia sido ministro de Transportes do governo Shagari, fugiu para Londres após o golpe que pôs fim à Segunda República. Ele estava, entretanto, entre os diversos acusados de corrupção e de desvio de verbas públicas pelo governo Buhari. Assim, em julho de 1984, Dikko foi sequestrado por supostos agentes de Buhari em Londres, sendo drogado e colocado em uma caixa com a inscrição “bagagem diplomática”. A ideia era enviar a caixa de avião para a Nigéria para que Dikko fosse julgado no país. Autoridades britânicas, entretanto, descobriram o plano, e recusaram-se a extraditar Dikko, o que levou à retirada mútua de embaixadores e contribuiu para a rápida deterioração das relações anglo-nigerianas (FALOLA; HEATON, 2008; WHITEMAN, 2008).

¹⁵⁴ A expectativa era de que o reestabelecimento de laços diplomáticos com Israel estimulasse a interação econômica entre os dois países e, paralelamente, estimulasse os líderes americanos de origem israelense a promover novos investimentos na Nigéria (AMBE-UVA; ADEGBOYEGA, 2007).

Duas outras iniciativas adotadas durante o governo Babangida merecem destaque. A primeira delas é a criação do Corpo de Ajuda Técnica, programa inspirado no Corpo da Paz dos EUA (*United States Peace Corps*). Através dele, recém-formados e profissionais nigerianos (médicos, enfermeiros, professores, advogados e engenheiros, entre outros) recebiam treinamentos específicos e eram enviados para trabalhar em países da África, do Caribe e do Pacífico, tudo às custas do governo nigeriano (ABEGUNRIN, 2003; OSAGHAE, 1992). O programa, assim, cumpria duas tarefas básicas. Por um lado, ajudava a promover uma imagem positiva da Nigéria no cenário internacional, apesar dos cortes nos auxílios financeiros e materiais providos pelo governo a outros países devido à crise econômica que atingia o país. Por outro, ajudava a diminuir as pressões internas por conta das altas taxas de desemprego, especialmente entre os jovens, já que gerava oportunidades de emprego, ainda que no exterior (SALAMI, 2013).

A outra iniciativa adotada no período foi a criação do “Concerto de Potências Médias”, também conhecido como Fórum de Lagos. A ideia era criar uma organização, composta por Estados considerados potências médias,¹⁵⁵ que servisse de ponte entre os Estados do Sul e os do Norte, na tentativa de promover a paz e cooperação mundiais (OSAGHAE, 1992). Inicialmente o grupo era composto por Brasil, Argentina, México e Venezuela (representantes da América Latina); Índia, Indonésia e Malásia (representantes da Ásia); Nigéria, Egito, Argélia, Senegal e Zimbábue (representantes da África); e Suécia, Iugoslávia, Áustria e Suíça (representantes da Europa), e posteriormente Hungria, Austrália, Paquistão e Peru foram convidados a integrá-lo (SALAMI, 2013). A não-participação de membros importantes do Movimento dos Não Alinhados (como Líbia, Cuba, Tanzânia e Gana), e a saída precoce do Zimbábue, fizeram com que o Concerto parecesse uma tentativa de esvaziar e enfraquecer o Movimento dos Não Alinhados (OCULI, 2010). O grupo, assim, não avançou, e com a substituição de seu idealizador, o ministro das relações exteriores nigeriano, Bolaji Akinyemi, no final de 1987, ele deixou de existir (OSAGHAE, 1992).

As iniciativas da Nigéria, todavia, não lograram retirar o país do caos econômico. A dívida externa nigeriana, que em 1986 era de US\$ 20 bilhões, aumentou para cerca de US\$ 33,5 bilhões em 1991. Frente aos impactos econômicos do Programa de Ajuste Estrutural, a população nigeriana (especialmente estudantes e membros de sindicatos) passou a realizar uma série de protestos contra o PAE a partir de meados de 1987. O governo, pressionado, adotou, no início de 1988, algumas medidas (que incluíam o aumento dos salários e do gasto

¹⁵⁵ Para o então ministro das relações exteriores nigeriano uma potência média era um Estado com grande prestígio e influência regional (ABEGUNRIN, 2003).

público e a manutenção do subsídio aos preços do petróleo, entre outras), que visavam à diminuir o descontentamento e as críticas da população. As medidas adotadas, todavia, não foram vistas de forma positiva pelo FMI, que anunciou que suspenderia seu apoio à economia nigeriana. A partir daí, o governo nigeriano passou a implementar medidas econômicas inconsistentes, tentando, paralelamente, responder ao crescente descontentamento interno em relação à adoção do PAE e à pressão das instituições financeiras internacionais (especialmente o FMI) (LEWIS, 2007).

Apesar da tentativa do governo de minimizar a oposição da população ao PAE, em meados de 1989 novos protestos eclodiram, sendo reprimidos com força pelo governo nigeriano. Logo em seguida, o governo anunciou a adoção de novas medidas como o aumento de subsídios à saúde e ao transporte e a criação de novas vagas de emprego, em uma tentativa de acalmar a população (LEWIS, 2007). A crescente violência usada na contenção das manifestações de descontentamento da população levou a uma deterioração progressiva da imagem internacional da Nigéria. Além disso, devido a acusações de envolvimento de membros do governo, inclusive Babangida, com operações de tráfico de drogas, tanto os EUA quanto a Comunidade Europeia passaram a recusar vistos para cidadãos nigerianos, toda a ajuda militar ocidental para o país foi cancelada, e todas as linhas de voos diretos da Nigéria para os EUA foram cancelados (ABEGUNRIN, 2003).

4.2 UM PÁRIA NO SISTEMA INTERNACIONAL: A DÉCADA DE 1990

As pressões internas e externas sobre o governo nigeriano passaram a se intensificar ainda mais a partir de 1990. Quando assumiu o poder, Babangida havia declarado que a tão esperada transição para um regime democrático seria fruto de um longo processo e que seria realizada no ano de 1990. Entretanto, a medida que o tempo passava, Babangida afirmava que o processo ainda não estava concluído, e postergava sucessivamente o pleito. A cada novo adiamento, mais manifestações de descontentamento eclodiam (sendo fortemente reprimidas) e maior era a crítica externa ao país, que era crescentemente visto como autoritário e opressivo (ABEGUNRIN, 2003). As eleições, que inicialmente estavam marcadas para outubro de 1990 e haviam sido postergadas para outubro de 1992 e depois para janeiro de 1993, só foram realizadas em junho de 1993, marcando o início da Terceira República, e sendo vencidas por Moshood Abiola (OLIVEIRA, 2012).

Babangida, entretanto, anulou o resultado das eleições, alegando irregularidades na campanha de Abiola. Uma grande quantidade de protestos, manifestações e tumultos se seguiu, levando o governo a declarar estado de emergência. A crise continuou se aprofundando, com grande pressão internacional e ameaças de imposição de sanções à Nigéria (especialmente das potências ocidentais), tornando-se insustentável para Babangida manter-se no poder. Diante disso, ele aceitou transferir o poder para um Conselho Interino de Governo (CIG), liderado por Ernest Shonekan, que deveria organizar eleições presidenciais até março de 1994. Em resposta à pressão internacional que sofria (que questionava a legitimidade do Conselho Interino), o CIG enviou missões para diversas capitais estrangeiras, com o objetivo de explicar a situação vivida na Nigéria e de reverter as ameaças de imposição de sanções e de atrair investidores para o país (ABEGUNRIN, 2003; NUGENT, 2004).

O Conselho, contudo, foi alvo de diversos questionamentos internos quanto a sua credibilidade e legitimidade e, em 10 de novembro de 1993, a Alta Corte de Lagos declarou-o ilegal e inconstitucional. No dia 17 de novembro, um dos membros do CIG, o General Sani Abacha, então ministro da Defesa, dissolveu o Conselho, destituindo Shonekan, e declarou-se chefe de Estado e Comandante em Chefe das Forças Armadas da Nigéria, pondo fim à brevíssima Terceira República, frustrando a esperança de um governo democraticamente eleito, e dando início a mais um governo militar no país (FALOLA; HEATON, 2008).

Ainda que houvesse grande descontentamento e instabilidade interna com a anulação da eleição de julho de 1993, havia certa esperança, em parte da população, de que o novo presidente seria capaz de controlar o caos político pelo qual o país passava, preservando a Terceira República. Essa percepção foi bastante reforçada quando Abacha, logo que assumiu o poder, aposentou compulsoriamente diversos conselheiros militares que faziam parte do governo anterior (FALOLA; HEATON, 2008). Nesse contexto, a maior pressão enfrentada por Abacha era a da comunidade internacional, que via a anulação das eleições como um ataque frontal dos militares nigerianos ao processo de democratização do país (ABEGUNRIN, 2003; ASHAVER, 2014). Diante desse cenário, em seu discurso inaugural, o novo líder nigeriano buscou amenizar a oposição internacional, defendendo que precisaria de liberdade de ação para conseguir cumprir com os desafios internos e externos enfrentados pelo Estado nigeriano. Segundo ele,

À comunidade internacional, nós pedimos que não nos julguem enquanto nós lidamos com a séria tarefa de construção, reconciliação e reparos do Estado. Esse governo é fruto da necessidade, com uma forte determinação de restabelecer a paz e a estabilidade em nosso país e sobre essas bases estabelecer uma democracia

planejada e duradoura. Deem-nos a chance de resolver nossos problemas da nossa própria maneira (EFFIONG, 2012, p.46, tradução nossa).

Em um primeiro momento, Abacha montou um governo composto majoritariamente por civis, dentre os quais diversos políticos veteranos, tecnocratas e figuras importantes que haviam participado do recente processo de transição abortado. A principal preocupação era com a economia do país, seriamente deteriorada ao longo da última década, especialmente após a adoção do Programa de Ajuste Estrutural, em 1986. Frente a isso, os membros do governo decidiram abandonar as medidas adotadas com o PAE, em favor de um programa econômico que fosse mais “nacionalista” (FALOLA; HEATON, 2008; LEWIS, 2007). Entre as medidas adotadas estavam a retomada do controle sobre as finanças e o comércio internacionais (através da criação de novos impostos e restrições de importações, e da adoção de novas taxas de juros) e também sobre a taxa de câmbio (que deixou de ser flutuante, passando a ser fixada pelo governo) (LEWIS; STEIN, 1997).

Os resultados da nova política econômica, todavia, foram desastrosos para o país. As exportações de produtos não-derivados do petróleo despencaram, houve uma grande desvalorização da moeda nigeriana no mercado paralelo e as taxas de juros cobradas pelos bancos se tornaram muito maiores do que o valor oficial estabelecido pelo governo. Além disso, houve um grande aumento na inflação, uma diminuição expressiva nas reservas internacionais do país e também em sua produção, o que fez com que não fosse registrado crescimento no PIB nigeriano no ano de 1994. O fraco desempenho econômico ao longo de 1994 levou o governo nigeriano a rever sua política econômica, retomando uma orientação mais ortodoxa, que tinha como meta a estabilização da economia através de disciplina fiscal e diminuição da inflação, acompanhadas de um regime de câmbio e de comércio mais abertos. Parte das restrições de importações foram canceladas, as taxas de juros foram reduzidas, e um aumento nos preços dos combustíveis foi implementado (LEWIS, 2007).

Apesar das novas medidas adotadas, a economia nigeriana não conseguiu uma efetiva recuperação. Três fatores principais contribuíram para isso. O primeiro deles foi o estabelecimento, por Abacha e diversos membros de seu governo, de um profundo sistema de corrupção, responsável por desviar grandes somas dos cofres públicos. Como resultado, diversos serviços públicos, como saúde, educação, fornecimento de energia e os setores de transporte aéreo e ferroviário, passaram por uma intensiva degradação, assim como o setor de combustíveis, que depois de um longo processo de deterioração, colapsou, devido à ruína das

refinarias do país¹⁵⁶ (FALOLA; HEATON, 2008; LEWIS, 2007). O segundo fator foi a progressiva saída de capitais e investimentos de empresas estrangeiras no país, em grande medida motivado pela crescente instabilidade política vivida na Nigéria e pela deterioração da infraestrutura nacional (LEWIS, 2007). O terceiro fator foi a entrada da Nigéria na Organização Mundial do Comércio (OMC), anunciada em 1994 e efetivada em 1995. Com ela, a economia nigeriana passou por uma abertura bastante expressiva, que colaborou para inundar o país de produtos importados, contribuindo para diminuir ainda mais o já reduzido setor industrial nigeriano (EKANADE, 2014).

Após um primeiro momento de esperança de que o governo Abacha seria capaz de preservar a existência da Terceira República, o verdadeiro posicionamento do novo presidente se tornou bastante claro. Abacha extinguiu todas as instituições políticas da Terceira República, como as assembleias nacional e estaduais e os governos estaduais, banuiu todos os partidos políticos e ordenou a prisão de diversos militares e civis que eram considerados ameaças (ABEGUNRIN, 2003). Frente a isso, a oposição ao governo passou a crescer e a se radicalizar. Assim, em 1994, com a aproximação de 12 de junho, data em que eleição anulada completaria um ano, diversos protestos e manifestações foram realizados. Uma greve geral foi organizada, paralisando o setor petrolífero nigeriano¹⁵⁷ e, como consequência, todo o país. No dia 11 de julho, Moshood Abiola, que havia sido eleito em 1993, declarou-se presidente da Nigéria, em uma cerimônia pública realizada em Lagos (NUGENT, 2004).

A resposta do governo foi rápida e severa, pondo fim aos movimentos pró-democracia. Os manifestantes foram reprimidos com violência pela polícia e pelo exército – diversos foram mortos –, e as lideranças das organizações pró-democracia que não conseguiram fugir para o exterior foram presas, assim como Abiola¹⁵⁸ (FALOLA; HEATON, 2008). Além disso, diversos jornais críticos ao governo foram fechados, bem como os sindicatos dos trabalhadores do setor petrolífero (MEREDITH, 2005).

As atitudes tomadas pelo governo nigeriano contribuíram para intensificar ainda mais o tom das críticas internacionais ao país. À medida que a repressão do governo aos protestos internos aumentava, a condenação internacional ao regime do General Abacha também crescia. Progressivamente, os EUA e outros países ocidentais passaram a não só apoiar, mas

¹⁵⁶ Todas as refinarias do país sofreram com a falta de manutenção ao longo de um período de cerca de uma década, se deteriorando e parando de funcionar. Isso fez com que a Nigéria, um dos maiores produtores e exportadores de petróleo do mundo, tivesse que passar a importar combustíveis para atender à demanda interna (LEWIS, 2007).

¹⁵⁷ A paralisação do setor petrolífero gerou também uma redução de mais de 30% nas exportações de petróleo nigerianas (MEREDITH, 2005).

¹⁵⁸ Abiola foi acusado de traição contra o governo federal, sendo mantido preso sem, todavia, qualquer forma de condenação formal (KEYLOR; McGUIRE, 2007).

também a abrigar movimentos que se opunham ao governo nigeriano¹⁵⁹ (ABEGUNRIN, 2003; FALOLA; HEATON, 2008). A Nigéria também passou a enfrentar oposição e críticas no âmbito da *Commonwealth*, que fora, historicamente, um dos principais fóruns de atuação e destaque do país (AKINRINADE, 1997). Isso se devia ao fato de que o comportamento do governo nigeriano, ao menos desde a anulação das eleições de 1993, mostrava-se totalmente contrário aos princípios da Declaração de Harare, assinada em 1991 por todos os membros da comunidade, que estabelecia que todos eles respeitariam e sustentariam os valores de democracia, boa governança e direitos humanos (UHOMOIBHI, 2008).

Paralelamente ao aumento do isolamento internacional do país, aumentava também o autoritarismo do governo nigeriano, e se intensificavam as medidas repressivas adotadas pelo General Sani Abacha. Assim, logo no início de 1995, o governo anunciou que havia descoberto um suposto golpe, que estaria sendo organizado por um grupo composto por diversos civis e militares, entre os quais estariam o antigo chefe de Estado Olusegun Obasanjo e seu ex-vice, Shehu Musa Yar'Adua¹⁶⁰ (FALOLA; HEATON, 2008). Todos aqueles considerados envolvidos foram presos, Obasanjo foi condenado a vinte e cinco anos de prisão e Yar'Adua e os demais à morte. Diante disso, múltiplos pedidos de redução das penas passaram a ser realizados internacionalmente. Além do ex-presidente Jimmy Carter, enviado pelo governo dos EUA, e do arcebispo Desmond Tutu, representando o então presidente sul-africano, Nelson Mandela, o Papa João Paulo II, diversas organizações que lutavam pelos direitos humanos dentro e fora do país e a própria ONU clamaram pela diminuição das penas. Diante da forte pressão internacional, o governo nigeriano acabou cedendo, e as penas foram abrandadas¹⁶¹ (ABEGUNRIN, 2003; ILIFFE, 2011).

Pouco tempo depois, todavia, a imagem do governo nigeriano perante a comunidade internacional se deteriorou completamente, a partir do que ficou conhecido como o “episódio dos nove Ogoni”. Os Ogoni eram uma etnia que habitava o Sul da Nigéria, em territórios ricos em petróleo – responsáveis por metade da produção anual nigeriana à época –, mas que se beneficiavam muito pouco de sua produção¹⁶² (MONTANYÀ, 2012). Em 1990, Ken Saro-

¹⁵⁹ Entre eles, o principal era a Coalizão Democrática Nacional (NADECO) (NUGENT, 2004).

¹⁶⁰ Tanto Obasanjo quanto Yar'Adua, que haviam criticado a tomada do poder por Abacha, recusara-se a participar de seu governo, e pressionaram pela realização de uma Assembleia Constituinte em 1994, e pela restituição de um governo civil em 1996 (ILIFFE, 2011; MEREDITH, 2005).

¹⁶¹ As penas de morte foram reduzidas para vinte e cinco anos de prisão, enquanto a pena de Obasanjo foi reduzida para quinze anos de prisão (ABEGUNRIN, 2003).

¹⁶² Isso se devia à forma de distribuição da arrecadação oriunda do petróleo adotada na Nigéria, que destinava quase todo o montante para o governo federal, destinando uma parcela bastante inferior para os governos dos estados nos quais a produção estava localizada. No caso dos Ogoni essa questão se intensificava, pois a produção petrolífera se concentrava na área onde o grupo estava localizado, que fazia parte de um estado maior. Dessa forma, apesar de ser responsável por grande parte da produção petrolífera do estado, os Ogoni

Wiwa, um ativista político Ogoni, organizou o Movimento para a Sobrevivência do Povo Ogoni (MOSOP), que demandava uma maior autonomia aos Ogoni, a partir da formação de um estado próprio, e reparações do governo e das empresas que exploravam petróleo na região, especialmente a Shell. O grupo cresceu e ganhou força rapidamente, organizando uma série de protestos, que posteriormente evoluíram para motins, em 1993. Além disso, algumas alas do MOSOP passaram a atacar as instalações e os funcionários de empresas de petróleo, desestabilizando a região e afetando diretamente a arrecadação federal (OKONTA, 2008).

Em resposta às ações do MOSOP, o governo nigeriano enviou tropas à região, para que elas protegessem as instalações petrolíferas, e proibiu reuniões e manifestações públicas. Além disso, Saro-Wiwa e oito outros líderes do movimento foram presos, em maio de 1994, acusados de terem incentivado o assassinato de quatro líderes da ala moderada do MOSOP (que defendia que o movimento deveria buscar uma acomodação pacífica com o governo) (MEREDITH, 2005). Depois de mais de um ano presos, eles foram julgados no final de outubro de 1995, sendo considerados culpados e condenados à morte. Imediatamente, o presidente sul-africano, Nelson Mandela, buscou assumir um papel de liderança e coordenação nas negociações com a Nigéria, na tentativa de reverter o posicionamento do governo Abacha e de amenizar a pena dos Ogoni (ABEGUNRIN, 2003).

Diferentemente das potências ocidentais, que imediatamente passaram a fazer novas ameaças de imposição de sanções, Mandela, através de seus dois representantes enviados à Nigéria, o Arcebispo Desmond Tutu e o então vice-presidente Thabo Mbeki, buscou convencer Abacha a abrandar as penas através do diálogo e do respeito mútuo.¹⁶³ Em resposta, o presidente nigeriano deu garantias aos emissários sul-africanos de que o governo teria clemência com os nove Ogoni (AKINRINADE, 1997). Apesar disso, dez dias depois da condenação, em 10 de novembro de 1995, os nove Ogoni foram executados. Imediatamente, a condenação internacional à Nigéria, especialmente pelas potências ocidentais, mas também por organizações não-governamentais e pela própria ONU, atingiu o seu auge (ABEGUNRIN, 2003).

O primeiro impacto direto sentido pelo país foi a sua suspensão da *Commonwealth*. Como dito anteriormente, a Comunidade já se mostrava descontente com a anulação das eleições presidenciais de 1993, sentimento que fora reforçado pela prisão de importantes

consideravam a parcela dos recursos recebidos pelo governo e destinadas à sua área insuficiente (OLIVEIRA, 2012).

¹⁶³ Mandela era favorável a uma ideia de “engajamento construtivo” e de “diplomacia silenciosa” nas negociações com Abacha (OKONTA, 2008).

lideranças políticas (como Obasanjo e Yar'Adua)¹⁶⁴ e pela repressão ao MOSOP e prisão dos nove Ogoni. A execução de Saro-Wiwa e dos demais militantes, justamente no dia em que começava a Cúpula de Auckland da *Commonwealth*, pareceu um ataque direto à Comunidade (AKINRINADE, 1997). A atitude do governo nigeriano também pareceu uma afronta a Nelson Mandela, que havia recebido garantias de Abacha de que os prisioneiros não seriam executados (ABEGUNRIN, 2003). Assim, imediatamente após as execuções, o representante nigeriano na Cúpula de Auckland, o ministro das relações exteriores, Tom Ikimi, foi expulso do encontro, e uma resolução, proposta por Nelson Mandela, foi aprovada, suspendendo a Nigéria da Comunidade¹⁶⁵ (ABEGUNRIN, 2009; EFFIONG, 2012).

O governo nigeriano reagiu imediatamente. O chanceler Ikimi, classificou a suspensão como seletiva, discriminatória e injusta, declarando que outros membros da comunidade apresentavam piores credenciais de direitos humanos, mas não tinham sido alvo de nenhuma forma de sanção. Abacha, por sua vez, também afirmou que a suspensão do país era injusta, além de ser uma intromissão, da Comunidade, em questões nacionais nigerianas. Além disso, o líder nigeriano também acusou Mandela de ser um “fante das potências ocidentais, e não um verdadeiro nacionalista Africano”, já que ele fora o único líder africano a manifestar sua oposição a Abacha na questão (ABEGUNRIN, 2003, p.150). O líder sul-africano, em resposta, acusou Sani Abacha de ser um “ditador militar ilegítimo, arrogante e selvagem”, que teria “assassinado ativistas usando um julgamento fraudado e evidências falsas”, e pediu que a comunidade internacional adotasse amplas sanções contra a Nigéria (BLOCK, 1995, não paginado). A partir daí, as relações diplomáticas entre os dois países, as principais potências africanas, se tornaram praticamente inexistentes,¹⁶⁶ permanecendo assim até o final do governo de Abacha, em 1998 (ABEGUNRIN, 2003).

Os EUA, a Grã-Bretanha e outras potências ocidentais, por sua vez, aprofundaram as sanções diplomáticas e econômicas que haviam sido impostas ao governo nigeriano

¹⁶⁴ E também pela morte de Shehu Musa Yar'Adua, em 1997, enquanto ele estava preso (FOLARIN, 2013).

¹⁶⁵ A suspensão da Nigéria da comunidade durou, oficialmente, até o final do regime Abacha (UHOMOIBHI, 2008). Apesar disso, pouco mais de um ano após a suspensão os países industrializados, membros da *Commonwealth*, liderados pela Grã-Bretanha, já haviam diminuído o tom das críticas à Nigéria, e já haviam retomado os poucos negócios com o país que haviam sido suspensos (OKONTA, 2008).

¹⁶⁶ Apesar da pressão e das críticas de Mandela, a Nigéria não enfrentou críticas dos demais países do continente. Pelo contrário, muitos líderes africanos passaram inclusive a questionar os interesses e o posicionamento sul-africanos, afirmando que a África do Sul estava atuando de acordo com os interesses ocidentais, fomentando divisões no continente e minando a solidariedade africana. Diante dessa reação, o governo sul-africano foi forçado a amenizar o tom de suas críticas à Nigéria (ADEBAJO, 2013). Ainda, segundo Adekeye Adebajo (2013), neste episódio as potências ocidentais conseguiram “usar” e ridicularizar Mandela, já que enquanto estas limitavam suas ações a ameaças ou sanções menores – mantendo a compra de petróleo nigeriano – o líder sul-africano assumiu a vanguarda nas críticas à Nigéria, expondo-se diante de seus pares africanos, e contribuindo para prejudicar a imagem de Mandela na África.

anteriormente,¹⁶⁷ na tentativa de isolá-lo totalmente e assim forçar a saída de Abacha do poder (LEWIS, 2007). Ainda que as sanções tenham tido um impacto significativo sobre a economia nigeriana (que, por exemplo, passou a enfrentar dificuldades ainda maiores para conseguir importar insumos e outros produtos essenciais), e considerável sucesso em isolar o país diplomaticamente (ao menos fora da África), elas não se mostraram totalmente efetivas, já que o setor petrolífero, fonte principal de arrecadação do governo nigeriano – e de grande interesse das potências ocidentais¹⁶⁸ – não sofreu nenhum embargo¹⁶⁹ (ADEBAJO, 2008a; ADEBAJO, 2013). Além disso, a França, diferentemente de outras potências ocidentais, não impôs sanções ao país,¹⁷⁰ tornando-se assim uma importante ligação da Nigéria com o mercado internacional (e especialmente com o Ocidente) (FOLARIN, 2013).

Isolada pelas potências ocidentais, a Nigéria buscou aproximar-se de outros países em desenvolvimento, entre eles Líbia, Irã, Iraque, Sudão, Síria, Afeganistão e China,¹⁷¹ muitos dos quais também eram vistos como Estados pária pelo ocidente (ABEGUNRIN, 2003; FOLARIN, 2013). Nesse contexto, em 1997 o país recebeu a visita do líder líbio, Muammar Kadafi, o que enfureceu ainda mais a comunidade internacional, uma vez que à época a Líbia estava sob um embargo aéreo imposto pela ONU, em 1992,¹⁷² o que em teoria impossibilitaria o líder líbio sair do país¹⁷³ (THOMAS, 2013). Outra medida adotada pelo governo nigeriano foi o cancelamento do pagamento de todas as suas dívidas para os credores ocidentais –

¹⁶⁷ Foram impostas sanções a viagens, ao comércio, à ajuda econômica e à assistência militar (LEWIS, 2007). Além disso, os credores ocidentais decidiram não aceitar nenhuma renegociação das dívidas nigerianas (RIEFFEL, 2005).

¹⁶⁸ À época, cerca de 44% das exportações nigerianas de petróleo tinham como destino os EUA, 5% o Canadá e 51% a Europa (ABEGUNRIN, 2003).

¹⁶⁹ Logo que foi anunciada a imposição de sanções à Nigéria, o próprio secretário de Estado estadunidense fez questão de garantir às companhias do país que atuavam na Nigéria – Mobil, Chevron, Ashland e Texaco – que nenhum embargo ao petróleo nigeriano seria imposto (ADEBAJO, 2008). Isso se devia à grande importância do petróleo nigeriano para os EUA, já que o país, à época, havia imposto sanções à importação de petróleo da Líbia, do Irã e do Iraque – diminuindo o número de potenciais fornecedores – e importava quase 10% de seu petróleo da Nigéria (ABEGUNRIN, 2003; AKINRINADE, 1997).

¹⁷⁰ Em verdade, as relações entre os dois países foram, inclusive, intensificadas. Nesse contexto, o presidente nigeriano encontrou-se com o então presidente francês, Jacques Chirac, enquanto esse fazia uma visita à Burkina Faso, em 1996. Nesse encontro, foram estabelecidos diversos contratos entre o governo nigeriano e empresas francesas, com um valor total de mais de US\$ 8 bilhões (ADEBAJO, 2008b).

¹⁷¹ Com a imposição de sanções, pelas potências ocidentais, à Nigéria, o país passou a contar com a China como um importante parceiro. Assim, durante o governo Abacha foram assinados diversos acordos com empresas chinesas para a construção de rodovias e ferrovias, e também para o estabelecimento, no país, de uma empresa de fabricação de caminhões militares. Além disso, uma delegação militar nigeriana realizou uma visita oficial à China, e diversos acordos de cooperação militar foram estabelecidos (FOLARIN, 2013).

¹⁷² Através da resolução 748 do Conselho de Segurança da ONU.

¹⁷³ Kadafi teria ido de avião até o Níger, chegando posteriormente à Nigéria de carro.

especialmente para o Clube de Paris –, como forma de protesto contra o isolamento que lhe havia sido imposto¹⁷⁴ (EFFIONG, 2012; RIEFFEL, 2005).

O governo nigeriano também buscou diminuir seu isolamento através de uma intensificação de sua atuação na própria região – e, especialmente no âmbito da ECOWAS. A comunidade havia, desde o início de 1994, perdido força, em grande parte por causa da criação da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA). Essa organização, composta pelos Estados francófonos da região, havia sido criada com o apoio da França após a desvalorização unilateral do Franco CFA realizada pelo governo francês. Segundo Asante, (2004, p.59, tradução nossa)

França e União Europeia forneceram assistência substancial à UEMOA desde a sua criação sob a forma de assistência técnica e avaliações de especialistas; através do fornecimento de equipamentos de computação, de comunicação e de documentação; e através de seminários, módulos de treinamento e campanhas de informação.

O interesse francês na criação dessa comunidade era, sobretudo, de intensificar o isolamento nigeriano, expandindo-o para a sua região, como uma forma de enfraquecer e desestabilizar ainda mais o país.¹⁷⁵ Nesse contexto, a criação da UEMOA acabou gerando um esvaziamento da ECOWAS, já que as lideranças dos países francófonos passaram a raramente comparecer aos seus encontros anuais. Além disso, o contexto de instabilidade interna vivenciado por diversos países na região também diminuía a prioridade atribuída por eles às questões regionais, e, portanto, contribuía para enfraquecer ainda mais a relevância da ECOWAS¹⁷⁶ em suas políticas externas (ABEGUNRIN, 2003).

Apesar das dificuldades encontradas, a Nigéria deu continuidade à missão de paz da ECOMOG na Libéria, assumindo uma responsabilidade ainda maior do que já tinha, uma vez que outros Estados que faziam contribuições importantes para a missão, como Gana, ameaçavam retirar suas tropas. Nesse contexto, em 1996 Abacha se tornou presidente da ECOWAS e, no mesmo ano, no encontro da organização em Abuja, uma nova proposta de paz para o conflito foi elaborada. A partir daí, teve início um processo que culminou, em

¹⁷⁴ O que contribuiu, ainda mais, para consolidar a imagem de Abacha como um líder errático e da Nigéria como um Estado pária (LEWIS, 2007).

¹⁷⁵ Ainda, como destaca Asante (2004, p.59) a criação e estruturação da UEMOA estavam diretamente ligadas à uma preocupação francesa com a manutenção e a estabilidade da Zona do Franco, uma das principais ferramentas de dominação neocolonial francesa no continente (VERSCHAVE, 1998; 2004). Também é importante perceber que através desse reforço no isolamento nigeriano, a França conseguiu intensificar ainda mais o seu papel de “ligação” da Nigéria com a comunidade internacional, o que contribuiu, por exemplo, para aumentar ainda mais a inserção de empresas francesas no país.

¹⁷⁶ A própria Nigéria serve de exemplo, uma vez que Abacha não compareceu às reuniões anuais de 1994 e 1995, em grande medida por conta das crises internas enfrentadas pelo país (ABEGUNRIN, 2003).

1997, na realização de eleições presidenciais na Libéria e, conseqüentemente, no fim do conflito, e para o qual a participação das tropas nigerianas foi fundamental (ABEGUNRIN, 2003).

A atuação nigeriana na resolução do conflito liberiano reforçou, para a comunidade internacional, a importância do país para a estabilidade do oeste africano. Nesse contexto, a derrubada, em 1997, do presidente Ahmed Tejan Kabbah, eleito em 1996 em Serra Leoa, depois de uma longa guerra civil que se estendera desde o início da década, se mostrou como outra oportunidade para a Nigéria reforçar sua importância. Consoante com as amplas críticas internacionais ao golpe que depusera o presidente eleito e à violência que recomeçara em seguida, a Nigéria tomou a dianteira e iniciou uma missão que tinha como objetivo reestabelecer a ordem no país vizinho. Nesse contexto, o chanceler nigeriano, Tom Ikimi, realizou um *tour* pelos demais países membros da ECOWAS, em busca de apoio para a realização da missão. Assim, pouco tempo depois, a missão foi assumida oficialmente pela ECOMOG, com os objetivos de monitorar o cessar-fogo entre as facções rivais, implementar as sanções e os embargos impostos pela ECOWAS e garantir a pacificação de Serra Leoa (KABIA, 2009).

A resolução definitiva do conflito de Serra Leoa só aconteceu quando Abacha já não estava mais no poder. De qualquer forma, a atuação da nigeriana foi fundamental, uma vez que as suas forças armadas eram as maiores e mais bem treinadas entre todas que participaram da missão. A importância da Nigéria para a estabilização da região (de grande interesse econômico para o Ocidente), em conjunto com a indisposição (e desinteresse) das potências ocidentais em realizarem missões do tipo no continente,¹⁷⁷ se configuraram como uma importante moeda de barganha para o país, já que este podia ameaçar retirar suas tropas toda vez que novas críticas eram feitas ao seu governo (ADEBAJO, 2000).

A partir de 1996, Sani Abacha deu início a um processo de transição para um regime civil, em uma nova manobra para acabar com o isolamento externo – e também com o descontentamento interno. Todavia, o processo claramente havia sido arquitetado para que, nas eleições, previstas para 1998, Abacha, que se candidataria como civil, fosse eleito¹⁷⁸ (FALOLA; HEATON, 2008; OLIVEIRA, 2012). O projeto do General Sani Abacha, entretanto, não se concretizou, já que ele faleceu inesperadamente em junho de 1998, antes da realização das eleições. Imediatamente após sua morte, o General Abdulsalami Abubakar

¹⁷⁷ Especialmente após os eventos na Somália (1993) e em Ruanda (1994).

¹⁷⁸ Entre outras medidas, Abacha autorizou a criação de cinco partidos que poderiam indicar candidatos para concorrerem à eleição presidencial. Curiosamente, todos os partidos declararam apoio à Abacha, indicando-o como seu candidato (FALOLA; HEATON, 2008; MEREDITH, 2005; NUGENT, 2004).

assumiu o poder, fazendo questão de afirmar o seu comprometimento com a transição para um regime civil, com a libertação de todos os presos políticos do país, e com o cumprimento de todos os compromissos internacionais da Nigéria (ABEGUNRIN, 2003).

Assim que assumiu o poder, Abubakar deu início a uma série de iniciativas que objetivavam retirar o país do isolamento internacional. Dessa forma, durante os onze meses em que governou o país, o novo líder realizou viagens à África do Sul, ao Benim, ao Togo, à Grã-Bretanha, aos EUA e à França, dando garantias pessoais aos respectivos governantes de que a Nigéria entrara em um novo momento sob sua liderança. Além disso, foram enviadas delegações para vários países, com a missão de explicar as políticas que seriam adotadas pelo novo regime, na esperança de que as sanções que haviam sido impostas fossem retiradas e de que os investidores internacionais que haviam deixado a Nigéria durante o governo Abacha voltassem ao país (AKINTERIWA, 2001). Ainda, o governo iniciou negociações com o Banco Mundial, o FMI e o Clube de Paris, entre outros credores internacionais, na tentativa de reduzir ou até mesmo obter um cancelamento de suas dívidas (que, à época, ultrapassavam os US\$ 30 bilhões) (FOLARIN, 2013).

Como parte do esforço de demonstrar uma nova imagem da Nigéria perante a comunidade internacional, Abubakar enviou o chanceler Tom Ikimi à ONU, com a incumbência de pedir ao então secretário-geral da organização, Kofi Annan, ajuda para melhorar a imagem internacional do país. Paralelamente, Abubakar solicitou ajuda ao ex-secretário-geral da *Commonwealth*, Emeka Anyaoku, na tentativa de melhorar a imagem do país perante a comunidade. Tanto Annan, quanto Anyaoku se dispuseram à apoiar a Nigéria, mas impuseram como condição a libertação de Moshood Abiola, preso desde 1994. Essa situação gerava um problema para o programa de transição, já que Abiola ainda se considerava como o presidente legítimo do país, se opondo à realização de novas eleições (ABEGUNRIN, 2003).

Diante disso, uma delegação chefiada pelo Subsecretário de Estado dos EUA, Thomas Pickering,¹⁷⁹ foi enviada à Nigéria, para tentar convencer Abiola a abdicar de sua demanda e concorrer nas novas eleições que seriam realizadas em maio de 1999, possibilitando assim que o processo de transição ocorresse tranquilamente. Abiola, contudo, acabou morrendo logo após a reunião.¹⁸⁰ Diante disso, foram extintos os cinco partidos que haviam sido criados anteriormente, foram suspensas as proibições das atividades políticas – permitindo que novos

¹⁷⁹ E que contava com a participação da então Secretaria Assistente para Assuntos Africanos, Susan Rice.

¹⁸⁰ A morte de Abiola se deu em condições bastante suspeitas, uma vez que ele teria começado a se sentir mal durante a reunião com os representantes dos EUA (ABEGUNRIN, 2003).

partidos fossem criados –, diversos prisioneiros políticos foram libertados – entre eles Olusegun Obasanjo – e diversos exilados políticos foram recebidos no país, dando início ao processo de transição para um regime civil (ABEGUNRIN, 2003). Eleições locais foram realizadas em dezembro de 1998, e regionais em janeiro de 1999. Em maio de 1999, foram realizadas eleições nacionais, que levaram Obasanjo ao poder na Nigéria, desta vez como civil (MEREDITH, 2005).

Ainda que não tenha conseguido realizar grandes modificações nas condições internas do país – especialmente no que concerne à economia e a outras questões sociais –, o governo Abubakar não foi alvo de grande oposição interna (AKINTERIWA, 2001). Além de ter sido o responsável por implementar um programa efetivo de transição para um regime civil, pondo fim a mais de uma década de sucessivos regimes militares, seu governo conseguiu dar início à retirada da Nigéria do isolamento internacional imposto pelas potências ocidentais, abrindo as portas para que o país iniciasse a retomada de um papel de destaque, não só no cenário internacional, mas também – e especialmente – no continente africano.¹⁸¹

¹⁸¹ Espaço que havia, sobretudo a partir de 1994, sido ocupado pela África do Sul (ABEGUNRIN, 2003).

5 UM NOVO COMEÇO: A NIGÉRIA NO SÉCULO XXI

O período que se inicia no final da década de 1990 marca um importante momento histórico para a Nigéria. Após quase uma década de crescente isolamento e de deterioração de sua imagem no cenário internacional, o retorno a um governo civil, eleito, em 1999, marcou, uma vez mais, a esperança de que o país conseguisse retomar a autonomia, tanto interna, quanto externa, que tivera ao longo da década de 1970. O período, todavia, apresentava novos – e difíceis – desafios. Além de ainda sofrer um relativo isolamento da comunidade internacional – sendo alvo de diversas sanções, especialmente das potências ocidentais –, o país acumulava uma dívida externa muito grande e já não gozava mais de seu *status* de liderança no próprio continente africano.

Esse novo momento vivido pela Nigéria coincidiu com um novo momento vivido por todo o continente. A retomada de importância da África no cenário internacional nos anos 2000, marcada por um crescente interesse de parceiros “tradicionais”, como as potências centrais, e “emergentes”, como China, Índia e Brasil, se mostrou como uma importante oportunidade para que os países africanos vivenciassem um empoderamento político significativo. Para a Nigéria, nesse sentido, o novo contexto que se iniciou nos anos 2000 se apresentou como uma oportunidade de o país retomar a posição de destaque, tanto no cenário internacional, como um todo, quanto no continente africano, que outrora havia ocupado.

O novo contexto internacional, contudo, também apresentou novos desafios para a Nigéria. Além de ter de “enfrentar” uma África do Sul que desde meados da década de 1990 buscava assumir a liderança do continente africano, o país também teve que enfrentar uma série de instabilidades internas, que acabaram se tornando fundamentais para as suas relações internacionais, especialmente com os EUA. Nesse sentido, o que se percebe no período é uma tentativa das lideranças nigerianas de, através de iniciativas no âmbito interno e nos âmbitos regional, continental e global, recolocar o país em uma posição de destaque continental, como uma forma de, assim, proporcionar um destaque internacional.

5.1 O REERGUIMENTO DO GIGANTE: OS ANOS 2000 (1999-2014)

Quando Obasanjo voltou ao poder na Nigéria, dessa vez como um civil eleito, a situação vivida pelo país era preocupante. Externamente, a Nigéria era alvo de fortes críticas e de um significativo isolamento internacional, que já se estendia por quase uma década, e

contribuía para intensificar a deterioração econômica do país. Além disso, mesmo no continente africano, onde a Nigéria gozava historicamente de grande prestígio, o país perdera espaço – principalmente para a África do Sul (especialmente desde o fim do regime do *apartheid*).

Internamente, a situação não era melhor. As políticas econômicas de orientação neoliberal adotadas desde meados da década de 1980, com os Programas de Ajuste Estrutural e o crescente endividamento do Estado nigeriano – tanto interno quanto, e principalmente, externo –, associadas à má gestão dos recursos e à deterioração da infraestrutura nacional, levaram a economia do país a um estado de grande fragilidade e instabilidade (EKANADE, 2014; POGSON, 2011). O grande crescimento populacional – e urbano – vivenciado nas décadas anteriores – e especialmente nos anos 1990 –, associado à deterioração da economia nigeriana (e, em grande medida, do próprio Estado), promoveu uma piora significativa nas condições de saúde da população, nas taxas de desemprego e em praticamente todos os outros indicadores sociais. A Nigéria, nesse contexto, encontrava-se à beira de um colapso (ILIFFE, 2011).

O novo presidente nigeriano entendia que o isolamento e a deterioração da imagem da Nigéria perante a comunidade internacional impactavam significativamente a situação interna do país. Diante disso, uma das primeiras iniciativas de Obasanjo depois de ser eleito, mas antes mesmo de assumir o poder, foi a realização de um *tour* por mais de vinte países, com o objetivo de melhorar a imagem internacional da Nigéria e abrir as portas para que o país saísse do isolamento em que se encontrava. Entre os países visitados, África do Sul, EUA, França e Reino Unido foram os que receberam maior atenção de Obasanjo. A principal preocupação do novo líder nigeriano era garantir que poderia contar com o apoio dos países que ao longo da década que se encerrava haviam sido os críticos mais ferrenhos da Nigéria (e, no caso da França, um dos principais parceiros) (ABEGUNRIN, 2003).

A iniciativa de Obasanjo se mostrou frutífera. Em sua cerimônia de posse, em 29 de maio de 1999, estiveram presentes o presidente sul-africano, Nelson Mandela, o príncipe Charles, do Reino Unido, e uma delegação dos EUA, além de chefes de Estado de diversos outros países africanos. Nesse contexto, assim que assumiu o poder, Olusegun Obasanjo estabeleceu três objetivos principais que seriam buscados através da política externa em seu governo. Além da melhora na imagem internacional e no relacionamento do país com a comunidade internacional, o novo líder nigeriano identificava a diminuição da dívida externa do país e a retomada da posição de destaque no continente como objetivos a serem perseguidos (IFEOMA, 2011). Apesar de distintos, todos os objetivos do governo nigeriano

estavam interligados, já que o sucesso em cada um deles contribuiria para a realização dos demais.

Diante desse contexto, Obasanjo adotou, ao longo de seu primeiro mandato, uma intensa diplomacia presidencial. Entre maio de 1999 e agosto de 2002, o presidente nigeriano realizou mais de 110 viagens ao exterior, visitando mais de 90 países e totalizando 340 dias fora da Nigéria (ALAO, 2011b; ILIFFE, 2011). Além de buscar reforçar a imagem de uma nova Nigéria – democrática e disposta a integrar-se à comunidade internacional –, o presidente buscava, especialmente junto às potências ocidentais, encontrar apoiadores para conseguir o cancelamento ou a redução das dívidas internacionais do país (KOLAWOLE, 2005).

Além da intensa diplomacia presidencial, diversas medidas foram adotadas, tanto no âmbito da política interna, quanto da política externa, com o objetivo de demonstrar que a Nigéria vivia um novo período e que “mereceria” uma renegociação de suas dívidas. Internamente, Obasanjo retomou as negociações com o FMI, que haviam sido abandonadas por Abacha, com o objetivo de que o Fundo auxiliasse na reestruturação da economia nigeriana e nas renegociações de sua dívida externa. Dentre os diversos pontos discutidos entre o governo e o FMI, e acordados por ambas as partes, estavam a necessidade de combate à corrupção, de privatização das empresas estatais e de redução nos gastos governamentais. O governo nigeriano, assim, passou a implementar diversas medidas do receituário proposto pelo FMI, realizando uma redução nos gastos governamentais e dando início, ainda em 1999, a um novo programa de privatizações das empresas estatais¹⁸² (EKANADE, 2014; ILIFFE, 2011). Além disso, o governo criou a Comissão de Crimes Econômicos e Financeiros, que tinha por objetivo investigar suspeitas de corrupção entre membros do governo e buscar recuperar recursos que tivessem sido desviados do Estado por eles¹⁸³ (FALOLA; HEATON, 2008).

No âmbito regional, Obasanjo buscou manter o perfil de liderança da Nigéria, ao mesmo tempo em que tentava reduzir os gastos e as responsabilidades assumidas pelo país.

¹⁸² Apesar dos programas de privatizações anteriores, o Estado nigeriano ainda possuía mais de 580 empresas. O novo programa estava estruturado em três fases distintas. A primeira fase envolvia a venda de participações do governo em empresas comercialmente viáveis (incluindo bancos, comercialização de petróleo, cimento e companhias de seguros); a segunda, a venda de empresas em mercados competitivos (como hotelaria, produção de fertilizantes e açúcar e montagem de veículos); por fim, a terceira fase envolvia a venda de empresas em setores chave, (como eletricidade, telecomunicações, transporte aéreo e refinarias) (ILIFFE, 2011; EKANADE, 2014). No total, entre 1999 e 2006 mais de 115 empresas estatais nigerianas foram privatizadas no âmbito desse programa (LUQMAN; LAWAL, 2011).

¹⁸³ De seu estabelecimento até o ano de 2006, a Comissão recuperou mais de US\$ 5 bilhões de fundos públicos desviados, levando mais de oitenta pessoas a julgamento (FALOLA; HEATON, 2008).

Nesse sentido, a Nigéria manteve a sua participação, sob a égide da ECOMOG, na tentativa de pacificação da guerra civil de Serra Leoa, que se perpetuava desde o início da década, mas passou a demandar maior participação de atores externos, como a ONU, os EUA e o Reino Unido, de forma a reduzir o envolvimento de suas tropas no conflito (LANDSBERG, 2008). Diante da pressão exercida pelo país,¹⁸⁴ uma operação de paz da ONU foi organizada (a UNAMSIL), assumindo o papel da ECOMOG no conflito, e permitindo que a Nigéria diminuísse o seu efetivo envolvido em mais de 65%¹⁸⁵ (ADEBAJO, 2008b; ILIFFE, 2011). Nesse mesmo contexto, Obasanjo se recusou a ceder tropas nigerianas para a realização de missões de paz da ECOMOG na Guiné Bissau (que enfrentava uma guerra civil desde 1998), em 1999, e na Costa do Marfim, em 2002, e reforçou a sua defesa de que a ONU deveria assumir os esforços de manutenção da paz na Libéria, que desde 1999 enfrentava uma nova onda de violência (ADEBAJO, 2008b).

Além disso, Obasanjo buscou reaproximar o país de seus vizinhos, além de resolver questões fronteiriças importantes, que ainda estavam em disputa. Nesse sentido, destaca-se o estabelecimento de acordos de definição de fronteiras marítimas¹⁸⁶ com Gabão, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe.¹⁸⁷ Outro ponto importante foi a tentativa de definição da disputa com o Camarões pela Península de Bakassi. A questão, que tivera início ainda na década de 1970, e que havia sido parcialmente resolvida pelo governo Gowon, voltara a ser alvo de disputa nas décadas subsequentes. Novamente, um acordo parcial foi atingido, dessa vez contando com a mediação do então secretário-geral da Organização Nações Unidas, Kofi Annan (CORNWELL, 2006).

No âmbito continental, a chegada de Obasanjo ao poder marcou o início de uma aproximação entre a Nigéria e a África do Sul. Além dos laços existentes entre os líderes sul-africanos¹⁸⁸ e o presidente nigeriano,¹⁸⁹ havia a percepção, em ambos os países, de que o

¹⁸⁴ Logo que assumiu o poder, em maio de 1999, Obasanjo anunciou que retiraria do país, a cada mês, cerca de 25% das tropas nigerianas. As justificativas usadas por Obasanjo para buscar diminuir a participação nigeriana nas operações na região eram o alto custo das missões, bem como a forte oposição interna a elas – consideradas, por grande parte da população como um gasto desnecessário (ILIFFE, 2011).

¹⁸⁵ Dos cerca de 12.000 soldados nigerianos que compunham as forças da ECOMOG em Serra Leoa, apenas 4.000 passaram a compor a UNAMSIL (ILIFFE, 2011).

¹⁸⁶ O estabelecimento dessas fronteiras era de suma importância, uma vez que diversas reservas de petróleo haviam sido descobertas na região nas décadas anteriores.

¹⁸⁷ Além do estabelecimento das fronteiras, foi criada uma Zona de Desenvolvimento Conjunto, onde os dois países passaram a dividir as reservas de petróleo (ILIFFE, 2011).

¹⁸⁸ Quando Obasanjo chegou ao poder, em maio de 1999, o presidente da África do Sul ainda era Nelson Mandela. Menos de um mês depois, todavia, em junho daquele ano, Thabo Mbeki assumiu o cargo de Mandela, permanecendo na presidência da África do Sul até 2008.

¹⁸⁹ À época do primeiro governo de Obasanjo (1976-1979), Mbeki foi recebido na Nigéria como o representante oficial do CNA no país (ILIFFE, 2011). Já Mandela, como visto anteriormente, foi um dos grandes

continente vivenciava um “vácuo” de liderança. A Nigéria, que ocupara a posição de líder continental durante muito tempo, especialmente durante a década de 1970, perdera progressivamente esse espaço. A África do Sul, nesse contexto, buscou ocupar, a partir da década de 1990, o espaço que havia sido deixado pela Nigéria. Contudo, apesar de seu destacado dinamismo econômico, o longo histórico de segregação racial do país se mostrou um entrave para que ele fosse reconhecido, pelos demais países africanos, como uma liderança a ser seguida. Diante disso, tanto Obasanjo quanto Mbeki viam em uma maior aproximação com o outro um espaço para aumentar a importância continental de seus respectivos países (ILIFFE, 2011).

O primeiro passo dado na aproximação entre Nigéria e África do Sul foi o estabelecimento, ainda em 1999, de uma Comissão Binacional, que passou a manter encontros regulares. A Comissão tinha cinco objetivos principais: criar uma estrutura para fomentar esforços conjuntos visando a promover a participação da África nos desenvolvimentos globais nos campos político, social e econômico; fornecer uma base para que os setores privados e governamentais de ambos os países pudessem incentivar as indústrias e o comércio bilateral; aprimorar as relações bilaterais nos campos de tecnologia, educação, saúde e cultura; maximizar o desenvolvimento socioeconômico através do uso colaborativo de recursos humanos e naturais; e estabelecer mecanismos para promover a paz, a estabilidade e a integração socioeconômica na África (ADEBAJO, 2013). As sucessivas reuniões entre os chefes de Estado, tiveram como resultado duas importantes iniciativas: a transformação da Organização da Unidade Africana em União Africana e a criação da Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (OKAJARE, 2012).

A OUA, que havia sido criada na década de 1960, vinha se mostrando, ao menos desde a década de 1990, como uma instituição defasada. Em parte, isso se devia ao fato de a Organização, durante aquela década, ter tido sucesso em cumprir o seu principal objetivo, a libertação de todo o continente africano, o que acabou gerando um “vácuo funcional”. Por outro, todavia, a estrutura e os preceitos da OUA – sobretudo a rigidez em relação à questão da soberania estatal –, que foram fundamentais para a história política dos Estados africanos e do continente como um todo, se mostravam cada vez mais distantes e desconectados da nova realidade vivida pelo continente, especialmente após o fim da Guerra Fria.¹⁹⁰ Diante disso, a

responsáveis pela pressão exercida sobre o regime de Sani Abacha para que este anulasse, ou ao menos diminuísse, a pena de Obasanjo, que havia sido preso durante seu governo (ABEGUNRIN, 2003).

¹⁹⁰ A Organização, nesse contexto, se mostrara incapaz de prevenir, solucionar ou ao menos amenizar problemas importantes, como o declínio econômico do continente e os diversos casos de violência que emergiram a partir da década de 1990 (CHAZAN *et al*, 1992; ILIFFE, 2011; VISENTINI, 2010).

ideia de reformar a Organização foi ganhando força ao longo da década de 1990, e diversas propostas foram sendo elaboradas por diferentes líderes africanos.

Nesse contexto, em 1999, teve início um processo de reforma da Organização, em grande parte promovido pelo então líder líbio, Muammar Kadafi. Na cúpula Extraordinária da OUA em Sirte, naquele ano, foram considerados três projetos de reforma. Um deles, defendido por Kadafi, propunha a criação dos Estados Unidos da África, com um presidente continental, moeda e exército únicos. As outras duas propostas foram elaboradas por Thabo Mbeki e Olusegun Obasanjo. Ainda que estas fossem distintas, ambas baseavam-se nos mesmos preceitos, estabelecidos pelo Movimento de Kampala¹⁹¹ entre o final da década de 1980 e início da de 1990, e demonstravam significativa compatibilidade (TIEKU, 2004; LANDSBERG, 2012).

Além disso, tanto Obasanjo quanto Mbeki percebiam na proposta de Kadafi uma tentativa deste de assumir uma posição de liderança continental, o que era uma ameaça a seus próprios interesses. Nesse contexto, os líderes nigeriano e sul-africano se uniram e defenderam uma proposta conjunta, que agregava alguns elementos da proposta de Kadafi – como a criação de uma nova Organização para substituir a OUA –, mas que se aproximava mais de suas propostas. Depois de um longo processo de negociações, foi decidida a substituição da OUA pela União Africana (UA), bem como elaboração de um Ato Constitutivo para UA, que foi ratificado por todos os Estados membros da nova Organização entre os anos 2000 e 2002, quando a UA efetivamente entrou em funcionamento.¹⁹² A nova Organização, baseada no modelo da União Europeia, fundamenta-se em preceitos de promoção da democracia, dos direitos humanos e do desenvolvimento no continente africano (VISENTINI, 2010).

A outra iniciativa que surgiu a partir da aproximação entre Mbeki e Obasanjo foi a NEPAD. Essa iniciativa foi resultado da fusão de dois outros projetos concorrentes no continente africano, o *African Renaissance*, elaborado por Nigéria, África do Sul e Argélia, e

¹⁹¹ O Movimento de Kampala foi formado em 1989, e tinha em Olusegun Obasanjo um dos seus principais expoentes. O Movimento defendia a realização de reformas na OUA que ajudassem a promover a estabilidade e o desenvolvimento econômico do continente. Além de colocar o conceito de segurança humana no centro das discussões, o Movimento também defendia que questões como a “boa governança” eram pré-requisitos para a manutenção da paz e promoção do progresso do continente (ABEGUNRIN, 2009; DENG; ZARTMAN, 2002; OLIVEIRA; BARBOSA; CARDOSO, 2014).

¹⁹² A UA possui uma série de diferenças em relação à sua antecessora. Entre elas, se destacam os direitos da Organização de recusar a participação Estados com regimes militares, e de intervir em questões internas dos Estados membros, em situações de crimes de guerra, genocídios, crimes contra a humanidade e ameaças à ordem estabelecida (ILIFFE, 2011).

o *Omega Plan*, elaborado pelo Senegal.¹⁹³ Em grande medida, a NEPAD surgiu como uma resposta às demandas dos países do G8 por responsabilidade econômica e boa governança como condições para o cancelamento das dívidas dos países africanos (ILIFFE, 2011). Assim, através da NEPAD os Estados africanos se comprometeriam com reformas políticas e investimentos em setores-chave,¹⁹⁴ com a melhoria da poupança interna e do uso dos recursos públicos e com a maior participação do continente no comércio mundial, além de diversas outras medidas, com o objetivo de promover uma reestruturação em suas economias e uma maior integração econômica do continente com o sistema mundial (VISENTINI, 2010).

Além da parceria verificada nessas duas iniciativas, Obasanjo e Mbeki também trabalharam em conjunto buscando mediar a instabilidade que se intensificava no Zimbábue. Em parte, esta havia sido originada pelas críticas feitas, pelo Reino Unido, ao projeto de reforma agrária implementado pelo presidente zimbabuano, Robert Mugabe, que, segundo os britânicos, seria apenas uma forma de retirar as terras dos antigos colonizadores brancos e entregá-las para os aliados do governante africano. Além de realizar críticas, o governo britânico cancelou os financiamentos que eram fornecidos ao governo zimbabuano para a compra das terras dos brancos. Em resposta, Mugabe passou a incentivar os veteranos da guerra de libertação nacional a tomarem as terras à força, o que contribuiu para alavancar uma forte onda de violência no país (ILIFFE, 2011; VISENTINI, 2012b).

Diante de tal situação, Obasanjo e Mbeki mediarão dois acordos, entre 2000 e 2001, com o objetivo de pôr fim à violência que atingia o país. O fracasso desses acordos, todavia, intensificou as críticas ao Zimbábue no âmbito da *Commonwealth*, que estabeleceu, em 2002, uma comissão, composta por Obasanjo, Mbeki e pelo primeiro ministro australiano, John Howard, com o objetivo de encontrar uma solução pacífica para a questão e analisar uma possível suspensão do país da Comunidade. Apesar das diversas visitas realizadas pelos líderes nigeriano e sul-africano ao Zimbábue, a situação no país não se alterou, e ele foi suspenso da organização. Diante disso, na conferência de 2003 da *Commonwealth*, realizada em Abuja, Obasanjo, temeroso que uma eventual presença de Mugabe fizesse com que outros líderes da Comunidade não comparecessem ao encontro, insistiu que o líder zimbabuano não

¹⁹³ O *African Renaissance* surgiu em 1996 e em 2001, em uma iniciativa da Nigéria em conjunto com a África do Sul e a Argélia, transformou-se na Parceria do Milênio para o Programa de Recuperação Africana (*Millennium Partnership for the African Recovery Program – MAP*). A MAP tinha como preceito básico a ideia de uma intrínseca ligação entre o desenvolvimento do continente africano e a sua inserção na economia global. Já o *Omega Plan* era uma iniciativa que buscava permitir que o continente tirasse vantagem do processo de globalização através do financiamento de projetos prioritários de infraestrutura, educação, saúde e agricultura (MARTIN, 2002).

¹⁹⁴ Como meio ambiente, infraestrutura, agricultura, desenvolvimento humano e a diversificação das exportações (VISENTINI, 2010).

fosse à conferência. A posição de Obasanjo divergia da de Mbeki, que era favorável à presença de Mugabe. Apesar de o líder sul-africano ter aceitado a decisão do presidente nigeriano, as relações entre os dois passaram, a partir daí, a se distanciar (GRAHAM, 2006; ILIFFE, 2011).

Em relação ao âmbito extracontinental, Obasanjo buscou reinserir a Nigéria na comunidade internacional, especialmente através de uma aproximação das potências ocidentais. Estas eram não só os principais credores internacionais da Nigéria, mas também os principais parceiros econômicos do país africano, representando cerca de 90% de seu comércio internacional (ABEGUNRIN, 2003). O presidente nigeriano, assim, via no estreitamento dos laços com esses países uma forma de atingir os dois principais objetivos de sua política externa: o fim do isolamento internacional da Nigéria e o cancelamento de suas dívidas externas. Nesse contexto, Obasanjo realizou, durante seu primeiro mandato – e no contexto de sua intensa diplomacia presidencial –, visitas oficiais aos EUA, ao Reino Unido, à França e à Alemanha, recebendo visitas dos chefes de Estado dos três primeiros países no mesmo período (ALAO, 2011b).

Em grande medida, o maior sucesso de Obasanjo, nesse sentido, foi o estreitamento dos laços com os EUA verificado no período. A crescente importância do continente africano e, mais especialmente, do Golfo da Guiné – com suas imensas reservas de petróleo –, sobretudo a partir do final da década de 1990 e início dos anos 2000, tornaram a Nigéria (que além de um grande produtor e exportador do produto se mostrava fundamental para a estabilidade da região) um parceiro fundamental para os EUA (PABST, 2007; PHAM, 2007). Assim, ao mesmo tempo em que buscava diminuir o envolvimento nigeriano nas missões de paz no Oeste africano, Obasanjo voltou-se para os EUA, na tentativa de estreitar os laços bilaterais – utilizando questões securitárias como uma “porta de entrada”.

Nesse contexto, os dois países assinaram, em 2001, um acordo de cooperação militar, que tinha como objetivo a modernização e profissionalização das Forças Armadas nigerianas. O acordo previa treinamentos fornecidos pelas Forças Armadas estadunidenses, além da doação de navios e outros equipamentos militares, como forma de capacitar as Forças nigerianas e melhorar a segurança na região do Delta do Níger. O estabelecimento do acordo, todavia, gerou uma série de controvérsias, tanto entre os civis, quanto entre os militares nigerianos. Havia certa percepção de que o acordo serviria como uma forma de dominação externa, e de que os gastos a ele associados eram excessivos¹⁹⁵ (e extravagantes, sobretudo

¹⁹⁵ O acordo previa que os EUA e Nigéria forneceriam, cada um, US\$ 3,5 milhões, para a sua realização (DICKSON, 2013).

por conta das dificuldades econômicas internas enfrentadas pelo país) (DICKSON, 2013). Apesar da oposição interna ao acordo,¹⁹⁶ este foi mantido até 2003, quando acabou sendo cancelado pelos EUA, como resposta a uma carta enviada por Obasanjo e pelos presidentes da África do Sul e do Senegal ao presidente estadunidense, na qual eles se opunham à invasão do país ao Iraque que se avizinhava¹⁹⁷ (ILIFFE, 2011).

Além do estreitamento das relações no âmbito militar, o período também marcou um crescimento acentuado nas relações comerciais bilaterais. Afora a assinatura de um acordo de comércio e investimento entre os dois países, no ano 2000, os EUA passaram a intensificar as remessas de assistência econômica para a Nigéria¹⁹⁸ e, em 2001, Bush implementou a Lei de Crescimento e Oportunidades para a África (AGOA), uma iniciativa do governo Clinton cujo objetivo seria facilitar a venda de certos produtos originários de alguns países subsaarianos para os EUA, sem cobrança de tarifas. Assim, pretendia-se incentivar a diversificação das economias africanas, de forma que elas servissem de base para a estruturação de instituições políticas estáveis nos países participantes (MIKELL, 2008). Diante dessas iniciativas, o comércio bilateral cresceu significativamente, passando de aproximadamente US\$ 5 bilhões, em 1999, para US\$ 11,4 bilhões, em 2003 (DICKSON, 2013). Apesar desse aumento e da implantação da AGOA, contudo, o comércio entre EUA e Nigéria se manteve focado principalmente na exportação de petróleo nigeriano, pouco contribuindo para que houvesse uma efetiva diversificação da economia no país¹⁹⁹ (OLIVEIRA, 2012).

O início dos anos 2000 também marcou uma tentativa de aproximação maior da Nigéria com o Reino Unido e com a França. Com o primeiro, essa tentativa foi expressa através de uma atuação mais presente do país africano na *Commonwealth* (em grande medida alinhando-se aos interesses britânicos na Comunidade – como no caso da suspensão do Zimbábue, em 2002). Além disso, a ênfase dada por Obasanjo à recuperação econômica da Nigéria, bem como às relações econômicas internacionais do país se mostraram convergentes com os interesses britânicos (o que, entre outros, pode ser percebido no apoio do Reino Unido

¹⁹⁶ Um exemplo dessa oposição foram as declarações feitas pelo então Chefe do Estado Maior das Forças Armadas da Nigéria, General Victor Malu, que era contrário ao acordo. Para ele, o acordo ignorava a soberania tanto das Forças Armadas do país, quando do próprio Estado nigeriano, e servia apenas para que os EUA promovessem seus próprios interesses no país. Diante de suas críticas ao acordo, Malu acabou sendo demitido do cargo por Obasanjo (DICKSON, 2013; ILIFFE, 2011).

¹⁹⁷ Segundo a justificativa oficial dada pelo governo estadunidense, entretanto, o cancelamento se deveu a um suposto envolvimento das Forças Armadas nigerianas na morte de civis em um conflito ocorrido no estado de Benue, em 2001 (MIKELL, 2008).

¹⁹⁸ Diante disso, entre 2001 e 2004 a Nigéria ficou atrás apenas do Sudão como maior receptor de assistência econômica estadunidense na África (MIKELL, 2008).

¹⁹⁹ O que também se repetiu em todos os demais países africanos incorporados à AGOA.

para o estabelecimento, em 2001, da NEPAD), contribuindo para que houvesse uma maior aproximação entre os dois países (ALAO, 2011b).

Em relação à França, a aproximação foi mais concreta. O país, que historicamente via a Nigéria como a principal ameaça a seus interesses no Oeste africano começara, a partir de meados da década de 1980, uma aproximação econômica com o país²⁰⁰ (MAZRUI, 2010b). Nesse contexto, em 1990, a Nigéria já havia se tornado o principal destino dos investimentos franceses na África subsaariana, sendo estes inclusive maiores do que a combinação do investimento francês em todos os países francófonos da região (KHAKEE, 2007). Com a chegada de Obasanjo ao poder, este passou a aprofundar a abertura do país para investimentos franceses, que se intensificaram principalmente nos setores automobilístico, de construção e de petróleo e gás natural (ALAO, 2011b).

Além da questão comercial, os laços políticos e militares bilaterais também se estreitaram. Em 2000, durante uma visita oficial de Obasanjo ao presidente francês, Jacques Chirac, que no ano anterior havia realizado uma visita oficial à Nigéria, os dois assinaram um acordo para a realização de reuniões de consulta anuais entre primeiros-ministros dos países, e a Nigéria foi convidada a integrar o RECAMP,²⁰¹ uma iniciativa francesa, criada em 1997, que teria como objetivo auxiliar os Estados africanos a melhorarem suas capacidades militares e de manutenção da paz (ADEBAJO, 2000; MÉDARD, 2008).

Obasanjo também buscou, ainda que em menor medida, reforçar as relações com outros parceiros com os quais a Nigéria já possuía laços históricos, como a Índia (visitada por Obasanjo em 2000) e a Rússia (visitada em 2001) (ALAO, 2011b; VIEIRA, 2012). Além destes, a Nigéria também reforçou a sua aproximação com a China, país com o qual as relações haviam sido bastante intensificadas durante o governo de Sani Abacha. Assim, em 2001, além da visita de Obasanjo ao país, foram estabelecidos o Escritório de Comércio da Nigéria, em Xangai, e o Centro Chinês de Promoção de Investimento, Desenvolvimento e Comércio, em Lagos, e foram assinados diversos acordos nas áreas tributária, de combate às drogas e de turismo (ALAO, 2011b; OLIVEIRA, 2012; VISENTINI, 2013).

²⁰⁰ De acordo com Mazrui (2010b), a motivação francesa era clara: em não tendo conseguido concretizar a fragmentação do país – tentada, entre outros, através da Guerra de Biafra –, a França passara, através de investimentos econômicos e projetos conjuntos com o país, a tentar transformar a Nigéria em sua tributária (como forma de neutralizar a sua possível ameaça aos interesses franceses na região).

²⁰¹ O RECAMP (Reforço das Capacidades Africanas de Manutenção da Paz) foi lançado em 1997, como uma nova doutrina de envolvimento francês no continente africano. Em grande medida, a criação dessa doutrina foi motivada pelas pesadas críticas sofridas pelo país em relação ao seu envolvimento e responsabilidade no genocídio em Ruanda, em 1994. Essa nova doutrina, entretanto, ao invés de levar a uma efetiva diminuição da ingerência francesa no continente africano – especialmente em termos militares – tem servido para aumentá-la (CHARBONNEAU, 2008).

As iniciativas diplomáticas adotadas por Obasanjo ao longo de seu primeiro mandato mostraram-se bem-sucedidas e foram capazes de tirar a Nigéria do isolamento que o país vivenciara ao longo da década anterior. Apesar disso, o outro objetivo de Obasanjo, a redução e/ou cancelamento da dívida externa do país, não foi plenamente concretizado. Ainda que países como os EUA, Canadá e Itália tenham perdoado as dívidas nigerianas, a maior parcela, devida a outros membros dos Clubes de Paris e Londres²⁰² não foi cancelada (ILIFFE, 2011). A maior parte dos credores insistia que a Nigéria era um Estado rico demais para ter suas dívidas canceladas,²⁰³ aceitando apenas a possibilidade de expandir os prazos de pagamento²⁰⁴ (MOSS; STANDLEY; BIRDSALL, 2004). Essa aceitação, todavia, estava condicionada à concordância, por parte da Nigéria, com o cumprimento das condições impostas pelo FMI,²⁰⁵ o que motivou as atitudes adotadas por Obasanjo no âmbito interno referidas anteriormente.

As medidas econômicas adotadas inicialmente pelo governo nigeriano mostraram relativo sucesso, conseguindo reverter a tendência de queda no PIB, diminuir a inflação, estabilizar a taxa de câmbio e aumentar em aproximadamente 70% as reservas de moeda estrangeira do país. A partir do ano 2000, todavia, o governo nigeriano passou a ampliar os seus gastos,²⁰⁶ o que foi possibilitado pelo incremento de sua arrecadação em decorrência do aumento do preço do petróleo no mercado internacional. A ampliação dos gastos, contudo, impediu que a Nigéria cumprisse, em 2001, as metas estabelecidas pelo FMI, o que foi usado pelos credores para recusar qualquer renegociação (ILIFFE, 2011).

Apesar do aumento nos gastos do governo nigeriano, a situação interna do país ainda era preocupante. Após mais de duas décadas de descaso com a economia nacional, a Nigéria

²⁰² O Clube de Londres é uma organização, semelhante ao Clube de Paris, porém composta por bancos comerciais privados (BROWN; BULMAN, 2006).

²⁰³ Ainda que a parcela do orçamento nigeriano destinada ao pagamento dos juros das dívidas (US\$ 1,5 bilhões em 2000) fosse três vezes maior do que os recursos destinados pelo governo para a educação e nove vezes maior do que os destinados à saúde (ILIFFE, 2011).

²⁰⁴ Ainda que a Nigéria tivesse, proporcionalmente (em termos populacionais), dívidas muito menores (além de índices menores de corrupção) do que outros países africanos que tinham suas dívidas renegociadas, ela não era classificada, pelo Banco Mundial, como um país passível de ter suas dívidas renegociadas e/ou canceladas. Segundo Moss, Standley e Birdsall (2004) essa situação se devia sobretudo a fatores políticos e interesses dos credores internacionais, e também ao fato de a Nigéria não ter, à época, o apoio contundente de algum importante credor internacional que levasse a alteração de seu *status* junto ao Banco Mundial.

²⁰⁵ Um dos poucos pontos exigidos pelo FMI, e que não foram realizados por Obasanjo (não por falta de tentativa, mas sim por conta das pressões internas), foi a redução nos subsídios aos combustíveis. Como dito anteriormente, a Nigéria, apesar de possuir quatro refinarias, era incapaz de produzir todo o combustível que consumia – o que se devia, principalmente, ao nível de deterioração e à consequente baixa produtividade das refinarias. Dessa forma, o país precisava importar combustíveis derivados de petróleo, o que era feito com subsídios do governo federal.

²⁰⁶ O governo anunciou um aumento de 100% no salário mínimo, a redução de impostos de importação para diversas matérias-primas e um aumento de aproximadamente US\$ 1 bilhão nos gastos com saúde, educação, redução de pobreza e segurança (ILIFFE, 2011).

sofria de um déficit severo de produção de energia elétrica,²⁰⁷ de altos índices de pobreza, mortalidade e desemprego, e de baixíssimos índices de escolaridade, investimento externo, e utilização da capacidade industrial nacional, entre outros. O amplo programa de privatizações implementado pelo governo, que tinha como objetivo alterar essa situação,²⁰⁸ todavia, não foi capaz de efetivamente alavancar a economia nigeriana,²⁰⁹ que, apesar de ter apresentado crescimento durante o período,²¹⁰ foi incapaz de melhorar as condições de vida da maioria da população (EKANADE, 2014; ILIFFE, 2011).

No ano de 2003, Obasanjo foi reeleito presidente da Nigéria, em um processo conturbado, que foi alvo de muitos questionamentos internos e de acusações de fraude e irregularidades por parte de observadores da União Europeia²¹¹ (KHAKEE, 2007). Durante o seu segundo mandato, a principal preocupação de Obasanjo foi com a situação vivida pela economia, que além de apresentar um desempenho muito fraco internamente, mostrava-se cada vez mais pressionada pelo crescente endividamento externo. Nesse contexto, uma das primeiras medidas adotadas pelo governo nigeriano foi a adoção Estratégia Nacional de Desenvolvimento e Empoderamento Econômico (NEEDS), um programa econômico criado com base nos princípios exigidos pelo FMI como pré-requisito para a realização de negociações com os países endividados (AJETUNRNOBI; OSUNKOYA; OMOTERE, 2011).

Devido às medidas previstas pela Estratégia,²¹² esta passou a ser muito criticada internamente, já que era vista por uma parcela dos nigerianos como muito liberal. A adoção

²⁰⁷ Em 1999, a capacidade de produção de energia elétrica do país era de 5.876 MW, mas apenas 1.600MW eram produzidos – e atendiam aproximadamente 30% das residências do país (ILIFFE, 2011).

²⁰⁸ Para Obasanjo, a única forma de acabar com a corrupção – que seria o principal problema da economia nigeriana – seria através da liberalização da economia e da diminuição na participação do Estado (ILIFFE, 2011).

²⁰⁹ Ekanade (2014) ressalta que o único ponto positivo das privatizações na Nigéria foi, possivelmente, o fato de a venda das empresas ter desonerado o governo federal de um grande montante de gastos e dívidas. De resto, a simples troca de proprietários, promovida pela privatização, não implicou em uma mudança de perfil dessas empresas, que continuaram com níveis semelhantes de produtividade e efetividade, e sem ter uma contribuição efetiva para a economia nacional.

²¹⁰ O PIB nigeriano registrou um crescimento entre 5% e 7% no período (ILIFFE, 2011).

²¹¹ Sobre o processo que culminou na reeleição, ver Iliffe (2011). Ainda, é interessante notar que, apesar das acusações de fraude por parte desses observadores internacionais, todos os negócios dos países europeus com a Nigéria foram mantidos, assim como o envio de ajuda ao país (KHAKEE, 2007).

²¹² A Estratégia era baseada em três princípios básicos: o incentivo à iniciativa privada através da privatização e liberalização da economia; a diminuição da ingerência do Estado na economia, restringindo-se esse à focar sua atuação às funções essenciais; e a redução da pobreza e do desemprego e o aumento dos gastos com saúde, educação e outros gastos sociais. Nesse contexto, como resultado da adoção da NEEDS, mais de 35.000 funcionários públicos foram demitidos na Nigéria, e o setor bancário passou por uma importante reforma, que aumentou o capital mínimo necessário para que os bancos pudessem operar no país, levando assim à diversas fusões no setor bancário, e à uma redução no número de bancos comerciais atuando no país (ILIFFE, 2011; JANES, 2009).

da NEEDS, todavia, apresentou diversos resultados positivos,²¹³ entre os quais a simpatia do FMI, que via com bons olhos a adoção das medidas e também seus resultados macroeconômicos. A partir disso, criou-se um contexto favorável para que a Nigéria renegociasse suas dívidas externas, que em 2005 já atingiam cerca de US\$ 34 bilhões (IFEOMA, 2011). Assim, após um longo processo de negociações, em que contou com o apoio dos EUA, a Nigéria chegou, em 2005, a um acordo com seus credores do Clube de Paris. Por meio do acordo, o país africano conseguiu o cancelamento dos US\$ 30,4 bilhões que devia ao Clube, por meio do pagamento de cerca de US\$ 12,4 bilhões. Além disso, dois anos depois, em 2007, o país também chegou a um acordo e saldou suas dívidas com os credores do Clube de Londres, mantendo uma dívida externa de cerca de US\$ 2,5 bilhões com o Banco Mundial (ILIFFE, 2011).

O sucesso nigeriano em reduzir significativamente suas dívidas contribuiu fortemente para melhorar a reputação do país, sobretudo diante de investidores e doadores internacionais (AJETUNRNOBI; OSUNKOYA; OMOTERE, 2011). Além das mudanças internas na economia nigeriana, o pagamento das dívidas internacionais do país foi viabilizado por novos aumentos no preço internacional do petróleo a partir de 2003²¹⁴ e também pela descoberta e subsequente exploração de novas reservas de petróleo *offshore*²¹⁵ na Nigéria, que aumentaram significativamente o aporte de recursos do governo (ILIFFE, 2011).

Com a resolução da questão do endividamento internacional do país, um dos principais objetivos de Obasanjo desde o seu primeiro mandato, e com a progressiva melhora na imagem internacional da Nigéria que se verificava desde que chegara ao poder, o presidente nigeriano passou a buscar intensificar a participação do país nas organizações internacionais das quais o país era membro. O auge dessa iniciativa se verificou rapidamente, ainda no ano de 2005, quando Obasanjo ocupou, simultaneamente, as presidências da União Africana, do Comitê de Chefes de Estado da NEPAD e da *Commonwealth* (ILIFFE, 2011).

Além disso, o novo contexto vivido pelo país desde 2005 favoreceu a intensificação das relações do governo nigeriano com outros parceiros que não as potências ocidentais. Nesse período, a Nigéria passou a estabelecer diversos contratos, sobretudo com empresas

²¹³ Como a redução da inflação (que em 2003 era de 11% e passou a ser de 6,7% em 2007), a estabilização da taxa de câmbio e o aumento das reservas internacionais da Nigéria (ILIFFE, 2011).

²¹⁴ O barril de petróleo, que em 2002 era vendido por US\$ 31,94 (em valores de 2012), passou a ser vendido por US\$ 35,97, em 2003, e passou por sucessivos aumentos ao longo do mandato de Obasanjo, alcançando a marca de US\$ 80,16 (em valores de 2012) em 2007 (BP, 2013).

²¹⁵ Reservas de petróleo *offshore* são aquelas que se encontram no mar, próximas à costa do país.

asiáticas (russas, indianas, sul-coreanas, malaias e, sobretudo, chinesas²¹⁶), que estabeleciam o fornecimento de petróleo do país em troca de investimentos dos parceiros em projetos de construção e renovação da infraestrutura nigeriana, principalmente nos setores de transporte e energia (ILIFFE, 2011; MTHEMBU-SALTER, 2009). Diante desse contexto, operou-se também uma maior aproximação diplomática da Nigéria com esses parceiros²¹⁷ – especialmente com a Rússia, a Índia, a China e também com o Brasil²¹⁸ (ALAO, 2011a).

A ampliação dos laços internacionais do país, contudo, não acarretou em um enfraquecimento dos laços com o Ocidente. Em grande medida, o segundo mandato de Obasanjo representou, inclusive, um aprofundamento dos laços nigerianos com as potências ocidentais, especialmente com os EUA. O país, além de ter na Nigéria um de seus principais fornecedores de petróleo,²¹⁹ via cada vez mais o país africano como um importante estabilizador, não só na região, mas em todo o continente africano, e não só em questões políticas e militares, mas também por sua capacidade de conciliação entre (e de convivência de) grandes populações de cristãos e muçulmanos²²⁰ (BOUCHAT, 2014; USA, 2006; PADEN, 2008).

Um dos fatores que contribuiu para que a imagem de estabilizador no continente africano fosse reforçada foi o posicionamento adotado pelo país a partir do segundo mandato de Obasanjo. Além de ter sido responsável pela negociação da abdicação de Charles Taylor na Libéria, ainda em 2003,²²¹ a Nigéria passou a intensificar sua atuação como um *gendarme* da

²¹⁶ Só no ano de 2006, por exemplo, a China firmou compromissos de financiamento de infraestruturas na Nigéria num total de quase US\$ 5 bilhões, o equivalente a aproximadamente 70% do total de investimentos chineses na África Subsaariana naquele ano (OLIVEIRA, 2012).

²¹⁷ O presidente Obasanjo realizou visitas oficiais ao Brasil e à China, em 2005, recebendo visitas oficiais do então presidente brasileiro, Luís Inácio (Lula) da Silva em 2005 e em 2006, e do então presidente chinês, Hu Jintao, em 2006 (ALAO, 2011a).

²¹⁸ Foi nesse contexto, por exemplo, que foi criada a Cúpula América do Sul-África, em 2006, em grande medida resultado da maior aproximação verificada entre os então presidentes nigeriano e brasileiro.

²¹⁹ Durante o segundo mandato de Obasanjo a Nigéria já fornecia cerca de 12% de todo o petróleo importado pelos EUA. Não é à toa que o relatório de Justificativas Orçamentárias do Congresso dos EUA para o ano de 2006 afirma que: “a Nigéria é a quinta maior fonte de importações de petróleo dos EUA, e uma ruptura do fornecimento da Nigéria representaria um grande golpe para a estratégia de segurança energética dos EUA” (USA, 2006, p.287).

²²⁰ O que colocava a Nigéria como um importante aliado para os EUA (e para as potências ocidentais como um todo), uma vez que com o fim da Guerra Fria o principal inimigo do ocidente deixou de ser o comunismo e passou a ser, em grande medida, o mundo islâmico, especialmente após os atentados às embaixadas estadunidenses na Tanzânia e no Quênia, em 1998, e os ataques de 11 de setembro de 2001 (ADEBAJO, 2003).

²²¹ Além de ter promovido o processo que levou à saída de Taylor do poder, a Nigéria concedeu asilo ao ex-líder liberiano, sob justificativa de que sua vida estaria em risco caso ele não saísse da Libéria. A questão, então, se tornou alvo de muitas discussões. Enquanto as lideranças nigerianas afirmavam que haviam recebido o apoio dos EUA na concessão do asilo, grupos defensores dos direitos humanos e as potências ocidentais passaram a exigir que Taylor fosse enviado pelo governo nigeriano à Corte Internacional de Justiça. Nesse contexto, o governo estadunidense passou a pressionar a Nigéria para que o país enviasse Taylor à Corte para ser julgado, ameaçando cortar a ajuda ao país caso o governo nigeriano não acatasse a exigência. Eventualmente, em 2006,

África, tentando evitar e reverter golpes e intervenções militares nos países do continente, apoiando-se para isso nos preceitos da nova União Africana (e no cargo de Obasanjo de presidente da Organização). O país, assim, teve papel fundamental na reversão do golpe militar que depôs o presidente de São Tomé e Príncipe,²²² em 2003, e nos processos que culminaram na realização de eleições depois de golpes na Guiné-Bissau,²²³ em 2003, e no Togo,²²⁴ em 2005. Além disso, Obasanjo também teve grande envolvimento no processo de mediação do conflito de Darfur, no Sudão – sem, todavia, ter conseguido alcançar resultados positivos antes do fim de seu mandato (ILIFFE, 2011; WILLIAMS, 2007).

Além disso, desde o final da década de 1990, e com maior força a partir dos ataques de 11 de setembro de 2001, o petróleo africano foi colocado como uma prioridade para o governo estadunidense. Nesse sentido, os EUA, desde o início da gestão de George W. Bush buscaram integrar a África na “guerra global ao terror”, em uma tentativa de aumentar a sua presença no continente (OBI, 2006). Nesse contexto, em 2005 a Iniciativa Pan-Sahel (PSI),²²⁵ lançada pelos EUA em 2002, foi substituída pela Iniciativa de Contraterrorismo Transaariana (TSCTI),²²⁶ que além de possuir objetivos mais amplos, incorporava mais países africanos (COPSON, 2007). A partir daí, toda a África Ocidental e, mais especificamente, os países do Golfo da Guiné, foram inseridos na lógica estadunidense de combate ao terrorismo, sob a justificativa de que esses Estados, que em muitos casos passaram por intensos conflitos internos ao longo dos anos 1990, seriam vulneráveis às infiltrações de grupos terroristas, ou

a nova presidente liberiana, Ellen Johnson Sirleaf, realizou um pedido formal para que a Nigéria extraditasse Taylor. Entretanto, antes que qualquer medida nesse sentido fosse tomada, o ex-presidente liberiano fugiu do local onde era mantido pelo governo nigeriano, e acabou sendo preso em Serra Leoa e enviado para ser julgado em Haia (DAGNE, 2006; ILIFFE, 2011).

²²² Em 2003, enquanto o então presidente do país, Fradique de Menezes, realizava uma visita oficial à Nigéria, os militares tomaram o poder em São Tomé e Príncipe. Na ocasião, o presidente nigeriano ameaçou usar as Forças Armadas do país, caso Menezes não fosse recolocado no poder. Diante da pressão, os militares são-tomenses, voltaram atrás, e Fradique de Menezes reassumiu o governo (ILIFFE, 2011; WILLIAMS, 2007).

²²³ Em 2003, os militares de Guiné-Bissau realizaram um golpe que depôs o então presidente, Kumba Ialá. Por conta da grande pressão realizada sobre eles, entre outros, por Obasanjo, um governo interino foi implementado, governando o país até 2005, quando foram realizadas novas eleições (ILIFFE, 2011; VISENTINI, 2012b).

²²⁴ Após a morte do presidente togolês, Eyadéma Gnassingbé, em janeiro de 2005, os militares assumiram o controle do país, colocando o seu filho, Faure Gnassingbé no poder. Diante disso, o Togo foi suspenso da UA e da ECOWAS, e o presidente nigeriano passou a pressionar para que fossem realizadas eleições no país. Depois de muita negociação, foram realizadas eleições no país, e Faure Gnassingbé foi eleito presidente. Em seguida o Togo foi reintegrado à UA e à ECOWAS (WILLIAMS, 2007).

²²⁵ A Iniciativa englobava Mali, Mauritânia, Níger e Chade, e previa o treinamento de forças de segurança em cada um desses países (COPSON, 2007).

²²⁶ A TSCTI previa o treinamento de forças nacionais e a construção de capacidades de defesa e segurança regionais, e possuía maior orçamento (de US\$120 milhões). Além disso, ela incorporava países da África setentrional (Argélia, Tunísia e Marrocos) e também do Golfo da Guiné (Nigéria, Gana e Senegal) (COPSON, 2007).

mesmo dispostos a abrigá-los (OBI, 2006). Assim, a Nigéria, que foi incorporada à TSCTI, se configurava como um importante parceiro para os EUA na região (PHAM, 2007).

Em termos continentais o segundo mandato de Obasanjo também marcou um aprofundamento no distanciamento entre Nigéria e África do Sul. Após os eventos envolvendo o Zimbábue, no âmbito da *Commonwealth*, no início dos anos 2000, novos desentendimentos se seguiram na tentativa de mediação conjunta da Guerra Civil da Costa do Marfim, em 2003. Além disso, com Obasanjo na presidência da União Africana, a Organização se tornou progressivamente mais crítica às questões de direitos humanos no Zimbábue, de Robert Mugabe, contribuindo para afastar a Nigéria ainda mais da África do Sul, já que esta vinha, desde o início da década, buscando utilizar uma “diplomacia silenciosa”, na tentativa de convencer Mugabe a realizar mudanças no país. Por fim, a ambição, dos dois países, de ascender ao posto de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, caso esse fosse reformado,²²⁷ intensificou ainda mais o afastamento entre eles, o que pode ser percebido pela não-realização de encontros da Comissão Binacional em 2005 e em 2006 (ILIFFE, 2011).

No âmbito regional a questão mais importante enfrentada pela Nigéria ao longo do segundo mandato de Obasanjo foi a resolução definitiva da disputa pela península de Bakassi com o Camarões. Depois de um longo processo de negociações, em que o presidente nigeriano enfrentou considerável oposição interna, um acordo entre os dois países foi assinado em 2006, culminando na retirada das tropas nigerianas da região e na demarcação da fronteira de acordo com a decisão que havia sido tomada pela Corte Internacional de Justiça²²⁸ (FALOLA; HEATON, 2008).

A partir do segundo mandato de Obasanjo, a instabilidade interna na Nigéria, especialmente na região produtora de petróleo, o Delta do Níger, intensificou-se crescentemente. Assim como na década de 1990, a partir de meados dos anos 2000 diversos protestos começaram a eclodir na região, criticando não só a exploração de petróleo, mas também os impactos ambientais causados por ela e os baixos recursos recebidos pela região (MONTANYÀ, 2012). Nesse contexto, em 2005, foi formado o Movimento pela Emancipação do Delta do Níger²²⁹ (MEND), uma organização composta por diversos grupos menores, que tinha entre seus principais objetivos o aumento da participação política e da

²²⁷ A discussão sobre uma eventual reforma do Conselho de Segurança, existente há muito tempo, foi reavivada em 2004, quando o então Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, sugeriu uma expansão do conselho, que previa assentos permanentes para membros do continente africano (RONZITTI, 2010; SARWAR, 2011).

²²⁸ A disputa havia sido submetida pelos camaroneses à Corte Internacional de Justiça, em 1994, e esta emitiu sua decisão em 2002 (FALOLA; HEATON, 2008).

²²⁹ Apesar do nome, o grupo não possuía, em suas reivindicações, demandas por separação ou independência.

parcela dos lucros do petróleo apropriada pela região, maiores investimentos no desenvolvimento socioeconômico regional e uma redução da militarização da região (GHOSH, 2013).

Logo depois sua criação, o MEND passou a realizar uma série de ataques de diversos tipos, que iam desde o sequestro de funcionários de empresas produtoras de petróleo até a destruição de gasodutos, oleodutos e plataformas de exploração, além de roubos frequentes de quantidades significativas de petróleo. Esses ataques tinham como meta prejudicar a produção petrolífera do país, como forma de pressionar Abuja a atender as demandas do grupo (HILL, 2012; PHAM, 2007). Tais ataques obtiveram significativo sucesso, sendo responsáveis, por exemplo, por uma diminuição de 20% na produção nigeriana de petróleo em 2006 (FALOLA; HEATON, 2008). Em resposta, o governo nigeriano intensificou a presença das Forças Armadas na região, na tentativa de impedir os ataques do grupo e pôr fim à instabilidade que se intensificava. A iniciativa, todavia, não deu resultados significativos até o fim do mandato de Obasanjo,²³⁰ e a instabilidade no Delta do Níger permaneceu como uma das questões mais prementes – tanto em termos internos, quanto em termos internacionais – para o governo seguinte.

Ao final do mandato de Olusegun Obasanjo foram realizadas novas eleições e Umaru Musa Yar'Adua, que concorreu pelo partido de Obasanjo, foi eleito presidente da Nigéria e assumiu o poder em 2007. Em grande medida, o novo governo representou uma continuidade do anterior, com algumas diferenças bastante pontuais. Algumas dessas se deram no relacionamento da Nigéria com os EUA. Diante do anúncio, pelo governo Bush, da criação do Comando dos EUA para a África (AFRICOM),²³¹ em 2007, Yar'Adua, assim como diversos outros líderes do continente, passou a demonstrar sua oposição ao projeto. Além de verem o Comando como uma continuidade no expansionismo militar global estadunidense, as lideranças africanas temiam que a implementação do AFRICOM representasse um aumento na dependência externa dos países do continente em relação aos EUA, defendendo que as

²³⁰ Quando o mandato de Obasanjo acabou, em 2007, cerca de 30% das reservas petrolíferas da região do Delta estavam inacessíveis por conta da instabilidade na região (ILIFFE, 2011).

²³¹ Uma das justificativas para a criação do AFRICOM era o aumento de casos de pirataria no Golfo da Guiné, o que era considerado por alguns como uma consequência do combate mais intenso aos piratas da costa da Somália, o que teria gerado um deslocamento do problema para a costa ocidental do continente. É importante ressaltar, todavia, que apenas 25% dos casos registrados no Golfo da Guiné podem ser efetivamente classificados como pirataria de acordo com a Convenção de Montego Bay, que regula o direito do mar. Os demais casos, que teriam acontecido nas águas territoriais dos países da região, seriam responsabilidade – e estariam sob a jurisdição – dos próprios Estados, não se tratando de uma ameaça internacional – como é o caso da pirataria. Nesse sentido, a caracterização da violência marítima no Golfo da Guiné como pirataria seria uma forma de legitimar intervenções externas, já que a própria Convenção de Montego Bay define a pirataria como um crime que deve ser combatido por todos os Estados.

questões africanas deveriam ser resolvidas pelos próprios países africanos, sem ingerência externa (ESTERHUYSE, 2010; GARUBA, 2008; PLOCH, 2011).

Na tentativa de diminuir a oposição dos países africanos, o governo estadunidense realizou, a partir de 2007, diversas consultas com as lideranças do continente, antes de o Comando ser inaugurado. Apesar disso, ainda em 2007, o Parlamento Pan-Africano, o órgão legislativo da UA, aprovou uma moção proibindo qualquer Estado do continente de sediar uma base do AFRICOM o que fez com que a Libéria, que inicialmente havia se mostrado disposta a sediar a base do Comando, voltasse atrás em sua decisão²³² (PLOCH, 2011). Mesmo diante da oposição nigeriana ao projeto estadunidense – e do importante papel que o país teve na resposta conjunta do continente dada ao AFRICOM – as relações entre EUA e Nigéria se mantiveram próximas, focadas principalmente em questões securitárias, contando inclusive com a realização de exercícios navais conjuntos na costa de Lagos, em 2008 (ALAO, 2011b; BERGSTRESSER, 2009).

No ano de 2009, as relações entre a Nigéria e os EUA passaram por um novo estremecimento, quando um cidadão do país africano foi preso, acusado de tentar realizar um ataque a bomba em um avião que tinha como destino os EUA. Em resposta, o governo estadunidense imediatamente adicionou a Nigéria à lista de suspeita de terrorismo (*terror watch list*), gerando uma série de protestos e contestações por parte do governo nigeriano. Após uma série de negociações bilaterais, no âmbito diplomático, o país africano finalmente foi retirado da lista em 2010, após ter aceitado cumprir uma série de condições²³³ (ALAO, 2011b; BERGSTRESSER, 2011). As relações da Nigéria com a China também passaram por um relativo afastamento durante o período em que Yar'Adua esteve no poder. Diferentemente de seu antecessor, o novo presidente nigeriano passou a questionar os contratos assinados pelo país com empresas asiáticas, o que resultou em um grande número de suspensões, revisões e/ou cancelamentos de diversos contratos ao longo de 2007 e 2008 (BRAUTIGAM; FAROLE; XIAOYANG, 2010).

Ao longo do mandato de Yar'Adua, o governo nigeriano seguiu buscando incrementar suas relações com os demais parceiros extracontinentais. Além de reforçar os laços com a

²³² Diante da desistência da Libéria de servir de sede para o Comando dos EUA, a Nigéria cancelou US\$ 13 milhões dos US\$ 43 milhões de dívidas que o governo liberiano tinha com o país (GARUBA, 2008).

²³³ As condições eram as seguintes: a Nigéria deveria passar a condenar publicamente atos de terrorismo realizados em qualquer lugar do mundo; deveria adotar medidas imediatas para aumentar a segurança de seus aeroportos; deveria aceitar a presença de militares da Força Aérea dos EUA em todos os voos que saíssem da Nigéria com os EUA como destino; e deveria aprovar, imediatamente, a sua lei antiterrorismo (ALAO, 2011b).

França,²³⁴ a Nigéria intensificou suas relações principalmente com países emergentes, entre eles Brasil,²³⁵ Índia²³⁶ e Rússia,²³⁷ com os quais foram discutidos e assinados diversos projetos de cooperação, sobretudo na área energética (ALAO, 2011b). Já em termos continentais e regionais, o governo de Yar'Adua teve uma atuação bastante discreta, limitando-se à tentativa de mediação da crise vivida na Guiné, após a morte do então presidente, Lansana Conté, e da subsequente tomada do poder por uma junta militar, e a uma tentativa de aproximação com a África do Sul, em parte facilitada pela posição comum dos dois países em relação à questão do AFRICOM²³⁸ (ALLI, 2012; GARUBA, 2008; BERGSTRESSER, 2009).

Internamente, o governo de Yar'Adua enfrentou grandes desafios, principalmente em termos econômicos e securitários. A histórica dependência externa da economia nigeriana, intensificada pelas medidas de orientação neoliberal adotadas desde meados da década de 1980, e com uma ênfase ainda maior a partir dos anos 2000, foi determinante para que, com a crise financeira mundial de 2007/2008, a economia nigeriana fosse fortemente atingida. Nesse contexto, o país passou a vivenciar aumentos na inflação e nas taxas de desemprego, e uma desvalorização crescente da naira, além de uma diminuição significativa das reservas internacionais do país. Todo esse processo foi intensificado pela queda no preço internacional do petróleo,²³⁹ que ainda representava 95% das exportações nigerianas e o principal setor da economia do país, e que obrigou o governo a realizar diversos cortes em seu orçamento (HIGAZI, 2011; ONAKUSE, 2011; BERGSTRESSER, 2009).

Em termos securitários, o governo de Yar'Adua enfrentou dois desafios principais. O primeiro foi a manutenção e intensificação da instabilidade na região do Delta do Níger. As

²³⁴ Em sua visita ao país, em 2008, Yar'Adua assinou diversos acordos para a promoção de cooperação bilateral no desenvolvimento de energia nuclear para fins civis na Nigéria, estreitando ainda mais os laços franco-nigerianos – já bastante reforçados pelo crescente número de empresas francesas atuando no país africano. Essa maior aproximação culminou no convite para que a Nigéria participasse da 25ª Cúpula França-África, em 2010 (ALAO, 2011b; BERGSTRESSER, 2009).

²³⁵ O comércio bilateral entre os dois países atingiu, em 2008, a marca de US\$ 8,2 bilhões, sendo o Brasil o segundo maior importador mundial de produtos nigerianos. Além disso, os países assinaram diversos acordos na área energética, um dos quais estabelecia a construção de uma hidroelétrica pelo Brasil em troca do acesso à indústria de petróleo e gás nigeriana (ALAO, 2011a).

²³⁶ O comércio bilateral entre os países atingiu a marca de US\$ 10,2 bilhões entre 2008 e 2009, e eles mantiveram uma extensa agenda de visitas bilaterais no período (ALAO, 2011a).

²³⁷ Os dois governos assinaram diversos memorandos de entendimento e acordos para a cooperação na regulação e na produção de energia nuclear para fins civis (ALAO, 2011b).

²³⁸ Nesse contexto, o presidente nigeriano inclusive realizou uma visita oficial à África do Sul, numa demonstração clara da tentativa de reaproximar os dois países (BERGSTRESSER, 2009).

²³⁹ O preço do barril de petróleo, que vinha crescendo continua e significativamente desde meados de 2003, atingiu a marca de US\$ 103,71 (em valores de 2012) em 2008, sofrendo uma queda de cerca de 40% no ano seguinte, passando a valer US\$ 66 (em valores de 2012). No ano seguinte os preços voltaram a crescer, mas só retomaram o patamar de 2008 em meados de 2010 (BP, 2013).

políticas adotadas pelo governo anterior para a região não se mostraram efetivas, e os ataques seguiram se proliferando, prejudicando ainda mais o setor petrolífero nigeriano (e, por conseguinte, a economia nacional) (HIGAZI, 2011). Diante da situação, o governo da Nigéria anunciou, em 2009, um plano de anistia para todos os membros dos movimentos da região que entregassem suas armas, o qual também previa uma ampliação na parcela dos lucros do petróleo recebida pela região, além de investimentos em projetos de desenvolvimento de infraestrutura (GHOSH, 2013). Mais de 25.000 combatentes entregaram suas armas, entre eles as principais lideranças do MEND, dando início a um processo que culminou na redução quase total dos conflitos na região do Delta, verificada sobretudo a partir de 2011 (BEVAN *et al.*, 2013; LUNN; THOMPSON, 2011).

A segunda ameaça foi a intensificação da violência na região norte do país, gerada, sobretudo por conflitos entre o grupo conhecido como Boko Haram e as forças policiais locais. O grupo, que surgiu no início dos anos 2000, e que defendia a implementação e uma interpretação estrita das leis islâmicas (*Shari'a*) na região nordeste da Nigéria, passou a crescentemente entrar em confrontos, ainda que de menor escala, com as forças de segurança da Nigéria (HILL, 2012). Diante do aumento desses embates, o governo nigeriano adotou uma política diferente daquela adotada no Delta do Níger, e lançou uma ofensiva das forças de segurança, em 2009, com o objetivo de desmantelar o grupo. Como resultado do ataque das forças estatais, cerca de setecentas pessoas suspeitas de envolvimento com as ações do grupo foram mortas – entre elas seu líder, Mohammed Yusuf, enquanto estava sob custódia policial – e o Boko Haram foi desarticulado (PLOCH, 2013).

Em fevereiro de 2010, o presidente nigeriano foi internado por problemas de saúde, falecendo poucos meses depois. Em sua ausência, seu vice, Goodluck Jonathan, assumiu interinamente a presidência, até que novas eleições foram realizadas em 2011, com Jonathan sendo eleito presidente da Nigéria (LUNN; THOMPSON, 2011). O seu governo representou, em grande medida, uma continuidade das linhas gerais que orientaram os governos anteriores. Nesse sentido, apesar da manutenção, e aprofundamento, dos laços com as potências emergentes, a Nigéria manteve as potências ocidentais, especialmente os EUA,²⁴⁰ como seus principais parceiros – não só econômicos, mas também militares e políticos.

Essa maior aproximação com os EUA se deveu muito ao contexto interno vivido na Nigéria durante o governo de Jonathan. Após cerca de um ano de inatividade, o Boko Haram

²⁴⁰ Exemplos dessa ainda maior proximidade com os EUA foram a assinatura, em abril de 2010, de um acordo para a criação de uma Comissão Binacional entre os países, e a retirada da Nigéria da lista dos EUA dos países considerados os maiores produtores e traficantes de drogas (BERGSTRESSER, 2011).

voltou a se organizar, sob novas lideranças, assumindo um perfil mais violento²⁴¹ e expandindo a sua área de atuação para o restante da região Norte da Nigéria, realizando, inclusive, um ataque a bomba à sede da ONU em Abuja, em 2011²⁴² (START, 2014). Desde o ressurgimento do grupo, o governo nigeriano intensificou suas operações de combate ao Boko Haram, tendo relativo sucesso em reduzir seus ataques, especialmente entre 2012 e o início de 2013, quando estes voltaram a ganhar força. Diante disso, os EUA buscaram intensificar sua cooperação com o governo nigeriano, especialmente através do treinamento de forças de segurança (BLANCHARD, 2014).

Nesse contexto, em 2012, o Departamento de Estado dos EUA incluiu os nomes de diversos supostos membros do grupo em uma lista de terroristas internacionais e, em 2013, classificou o Boko Haram como uma Organização Terrorista Internacional, considerando que o grupo representaria uma ameaça que ultrapassaria questões políticas locais²⁴³ (U.S HOUSE OF REPRESENTATIVES, 2013; BLANCHARD, 2014). Ao mesmo tempo em que o Boko Haram era visto pelos EUA como uma ameaça aos seus interesses na região, o contexto de instabilidade gerado por ele e a dificuldade do governo nigeriano de pôr fim ao grupo passaram a representar uma oportunidade única, para os EUA, de expandir suas iniciativas militares, de inteligência e diplomáticas na Nigéria e na África Ocidental (MEEHAN; SPEIER, 2011).

Um novo ataque do Boko Haram, em 2014, quando um grupo de mais de duzentas jovens estudantes foi sequestrado, mostrou-se como uma nova oportunidade de ação para os EUA, que buscaram intensificar seu envolvimento na Nigéria. Assim, o governo Obama enviou ao país um grupo de especialistas com o objetivo de auxiliar nas investigações e na busca das jovens, deu início a missões com o uso de *drones* de monitoramento na região norte do país, e enviou ao Chade um contingente militar de oitenta homens para ajudar nas buscas. Apesar do interesse estadunidense em aprofundar ainda mais a sua participação no combate ao Boko Haram, o governo nigeriano se mostrou reticente, temendo que um envolvimento maior dos EUA atingisse diretamente sua soberania nacional (BLANCHARD, 2014).

Em parte as iniciativas estadunidenses de maior aproximação também estão vinculadas à intensificação das relações nigerianas com parceiros como China, Índia, Brasil e

²⁴¹ O grupo passou a realizar ataques não só contra forças policiais, mas também contra mesquitas e igrejas e contra civis nigerianos e estrangeiros (START, 2014).

²⁴² Mais de vinte pessoas morreram no atentado (START, 2014).

²⁴³ Diante dos crescentes ataques realizados pelo grupo, o Boko Haram passou a ser cada vez mais associado, pelo governo estadunidense, ao grupo Al Qaeda no Maghreb Islâmico (AQIM), que teria suas origens na Argélia, e ao Al Shabaab, que teria suas origens na Somália, ambos ligados à Al Qaeda (FOSTER-BOWSER; SANDERS, 2012; U.S. HOUSE OF REPRESENTATIVES, 2013).

Rússia, que vêm conseguindo, cada vez mais, ocupar espaços – especialmente em termos comerciais – antes ocupados pelas potências ocidentais²⁴⁴ (ALAO, 2011a). Além disso, a intensificação dos laços nigerianos com outros países de maioria muçulmana, expresso, por exemplo, na organização pela Nigéria, em 2011, da sétima Cúpula do D8²⁴⁵ (na qual estiveram presentes, entre outros, os então presidentes da Turquia, Abdullah Gül, e do Irã, Mahmoud Ahmadinejad), também é uma questão que contribuiu para uma tentativa estadunidense de estreitar seus laços com o país africano (BERGSTRESSER, 2009).

Em termos continentais, a Nigéria manteve a sua atuação como *gendarme* do continente, assumindo um papel de mediadora nas crises políticas da Costa do Marfim, em 2011, e do Mali, em 2012. O período também marcou um novo afastamento entre a Nigéria e a África do Sul. O auge deste afastamento se deu em 2011, e uma série de eventos contribuiu para que ele acontecesse. O primeiro foi a intervenção ocidental na Líbia. À época, os dois países africanos estavam entre os membros não-permanentes do Conselho de Segurança da ONU, e ambos votaram a favor das resoluções 1970 e 1973, que foram determinantes para que a intervenção promovida pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) se efetivasse – e, conseqüentemente, para que houvesse a deposição, e morte, de Muammar Kadafi (LANDSBERG, 2012).

Durante o processo que culminou na derrubada de Kadafi, a África do Sul passou a criticar duramente a intervenção ocidental, afirmando que ela não estava de acordo com o que havia sido aprovado nas resoluções do CSONU. Assim, o país se negou a reconhecer o Conselho Nacional de Transição²⁴⁶ (CNT) como governo legítimo da Líbia e a liberar os ativos líbios que estavam congelados no país. O governo nigeriano, por sua vez, apesar de ter demonstrado certa crítica à forma como a intervenção era conduzida, rapidamente reconheceu o CNT como o governo legítimo líbio²⁴⁷ e liberou os ativos que estavam no país. Além disso, o governo nigeriano passou a tentar convencer os demais países africanos a também reconhecerem o novo governo, contribuindo assim para gerar um afastamento em relação à África do Sul, que considerava que a posição nigeriana não era condizente com aquela

²⁴⁴ No ano de 2010, por exemplo, a Nigéria se tornou o segundo principal parceiro comercial da Rússia na África Subsaariana, e o país africano se tornou o quarto maior parceiro da China no continente, com o comércio bilateral dos países atingindo a marca de US\$ 7,76 bilhões (ALAO, 2011a).

²⁴⁵ Grupo de países em desenvolvimento, criado em 1997, composto por Bangladesh, Egito, Irã, Indonésia, Malásia, Nigéria, Paquistão e Turquia.

²⁴⁶ O CNT era composto (e liderado), em grande parte, por dissidentes do governo de Muammar Kadafi, e se apresentava como o único representante legítimo do Estado líbio.

²⁴⁷ A Nigéria foi o sétimo país a reconhecer o CNT como governante legítimo da Líbia, fazendo-o depois de Gâmbia, Senegal, Cabo Verde, Tunísia, Egito e Marrocos, antes mesmo de Kadafi ter sido morto.

adotada oficialmente pela União Africana (DICKSON, 2013; LANDSBERG, 2012; OKEREKE, 2012).

Ademais, a mediação da crise na Costa do Marfim, no mesmo ano, também criou atritos entre Nigéria e África do Sul. Enquanto Abuja defendia que se utilizassem instituições regionais, especialmente a ECOWAS, para tentar, inicialmente por meio da persuasão²⁴⁸ e depois por meio da força, promover a saída de Laurent Gbagbo do poder,²⁴⁹ Pretória enviou um navio da sua Marinha (*SAS Drakensberg*) para a costa marfinense, o que foi visto pela Nigéria como uma afronta, não só ao processo de negociações, mas também ao próprio país, já que a região está inserida no que costuma se considerar sua esfera de influência (MARTINS, 2011; OKEREKE, 2012). Somado a esses dois eventos, o convite feito à África do Sul, também em 2011, para que esta passasse a integrar o grupo BRICS foi fundamental para que se consolidasse o afastamento entre os dois países,²⁵⁰ já que a Nigéria, assim como outros países africanos, não via a África do Sul como um representante efetivo dos anseios continentais (LANDSBERG, 2012).

No ano 2014, o governo nigeriano divulgou que havia realizado uma atualização na forma de cálculo do PIB (algo que não era feito desde 1990), o que resultou em um aumento de 89% no tamanho esperado da economia do país. Com isso, o PIB nigeriano, que era estimado em aproximadamente US\$ 270 bilhões, atingiu a marca de US\$ 510 bilhões, e fez com que a Nigéria alcançasse a marca de 26ª maior economia do mundo e ultrapassasse a África do Sul como maior economia do continente. A atualização na forma de cálculo também demonstrou uma diversificação maior da economia nigeriana, que teria tido um crescimento médio de 7% ao longo do governo de Jonathan, com os setores não ligados ao petróleo conduzindo o crescimento. Apesar dos altos índices de pobreza e desemprego que ainda permanecem, o governo nigeriano tem tido sucesso em controlar a inflação e tem implementado reformas nos setores de energia e de agricultura, que devem ajudar a impulsionar ainda mais o crescimento e o desenvolvimento econômico do país (BARUNGI, 2014).

²⁴⁸ Nesse sentido, a Costa do Marfim, em grande medida por pressão nigeriana, foi suspensa da ECOWAS e da UA, como uma forma de reforçar a pressão pela saída de Gbagbo do poder (MARTINS, 2011).

²⁴⁹ Após a realização de eleições, em 2010, Laurent Gbagbo recusou-se a sair do poder, não reconhecendo o resultado que dava a vitória para seu oponente, Allassane Ouattara. Enquanto o governo nigeriano reconhecia a vitória de Ouattara – em consonância com a posição oficial da UA – o governo sul-africano defendia o estabelecimento de um acordo para a formação de um governo conjunto (*power sharing*) (MARTINS, 2011; OKEREKE, 2012).

²⁵⁰ As relações entre Nigéria e África do Sul atingiram seu ponto mais baixo desde o período do *apartheid* em 2012, quando o governo nigeriano acusou o sul-africano de xenófobo e racista, após a expulsão de mais de 120 nigerianos do país (LANDSBERG, 2012).

A nova posição econômica da Nigéria no continente africano, aliada ao fato de diversos nigerianos ocuparem crescentemente cargos importantes em diversos organismos internacionais,²⁵¹ tem contribuído para reforçar os questionamentos nigerianos acerca da posição ocupada pela África do Sul, não só nos BRICS, mas também no próprio continente africano e no cenário internacional (NWANKWO, 2013). Nesse sentido, a eleição da Nigéria, em 2013, para ocupar um cargo de membro rotativo no CSONU pela sexta vez²⁵² tem reforçado ainda mais os questionamentos sobre a posição ocupada pela África do Sul, já que o país além de ser apenas o décimo-terceiro maior contribuinte para missões de paz (muito atrás da Nigéria, que ocupa a quinta colocação²⁵³), ocupou um assento rotativo no Conselho de Segurança em apenas duas ocasiões²⁵⁴ (ADEBAJO, 2014).

²⁵¹ Historicamente diversos nigerianos ocuparam cargos importantes em organizações como a ONU (onde Joseph Garba foi presidente da Assembleia Geral entre 1989 e 1990), a OPEP, a OUA e a UA – entre outras. Durante o governo Jonathan a Nigéria foi eleita para compor o Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC), para o Conselho Executivo da UNESCO e para ser a representante da África Ocidental no Conselho de Paz e Segurança da União Africana. Além disso, Chile Eboe-Osuji foi escolhido como um dos seis juízes do Tribunal Penal Internacional, e Goodluck Jonathan foi eleito presidente da ECOWAS, em 2011 (BERGSTRESSER, 2011; NWANKWO, 2013).

²⁵² A Nigéria esteve presente no CSONU em cinco outros momentos: 1966-1967; 1978-1979; 1994-1995; e 2010-2011.

²⁵³ A Nigéria contribui com, em média, 4.033 homens ao longo de 2014, e a África do Sul com, em média, 2.214 homens (UN, 2014b).

²⁵⁴ A África do Sul cumpriu dois mandatos: em 2007-2008 e em 2011-2012.

6 CONCLUSÃO

Este trabalho buscou analisar qual foi, desde a independência da Nigéria, o eixo prioritário de atuação de sua política externa: o âmbito regional, o continental ou o extracontinental. O que se percebe, nesse sentido, é que, ao longo da história nigeriana, o principal objetivo da política externa do país foi a sua consolidação como principal potência e liderança do continente africano. A busca desse objetivo, todavia, atravessou diferentes fases, fortemente vinculadas principalmente ao desempenho econômico nigeriano, mas também ao contexto vivido pelo sistema internacional e pelo sistema interafricano em cada período analisado, o que fez com que, em momentos distintos, a atuação nos âmbitos regional ou extracontinental fosse intensificada – em geral como uma forma de reforçar a posição ocupada pelo país no continente africano.

Ao longo de suas duas primeiras décadas, a política externa nigeriana passou por uma clara evolução. Durante os anos 1960, a política internacional teve uma importância bastante reduzida (sobretudo entre 1960 e 1966) para a Nigéria, já que a principal preocupação das lideranças do país dirigia-se à garantia da manutenção da unidade do Estado nigeriano, extremamente fragilizado desde a independência. A partir do início da Guerra de Biafra, que se estendeu de 1967 a 1970 e que quase custou ao país sua integridade territorial, tendo como principais financiadores (e em certa medida incentivadores) atores extracontinentais, é que as elites nigerianas passaram a mudar seu posicionamento.

A percepção de que existiam ameaças externas muito mais sérias à própria existência do Estado nigeriano levou as elites nigerianas a assumirem um posicionamento mais ativo no cenário internacional, especialmente através da adoção de uma postura mais efetiva de não-alinhamento. Nesse contexto, os anos 1970 podem ser considerados como uma antítese da década anterior, com a política externa adquirindo uma autonomia bastante expressiva. A partir do início do período o governo nigeriano passou a buscar assumir uma posição de liderança no âmbito continental, aliando, para tanto, uma postura bastante destacada tanto em sua região quanto em questões continentais – ambas viabilizadas por uma situação econômica expressivamente favorável, consequência direta dos aumentos do preço internacional do petróleo e da expansão significativa da produção nigeriana do produto, o que gerou uma grande arrecadação para o governo do país.

A própria formação da ECOWAS – que se consolidou em 1975, mas cujo processo se estendeu desde o início da década, enfrentando forte oposição da França –, nesse sentido, pode ser percebida como resultado de uma política específica, de aproximação com a região,

mas também de uma política mais ampla, de busca de proeminência continental, expressa na atuação nigeriana na negociação entre os Estados da ACP e os da CEE. Assim, a partir da criação da ECOWAS e da estabilização da própria região, a Nigéria pôde concentrar sua atuação na busca de seu objetivo principal, intensificando sua atuação no restante do continente africano. Também nesse contexto, a confrontação com os EUA sobre a questão de Angola, e com a Grã-Bretanha, sobre as relações mantidas com os regimes racistas da África Austral, são exemplos da preponderância das questões continentais na política externa do país – e também da grande força que esta tinha – no período.

A fase de autonomia da política externa nigeriana, todavia, teve curta duração. Com a redução dos recursos disponíveis – consequência, sobretudo, da queda no preço internacional do petróleo – a atuação da política externa nigeriana, a partir do início da década de 1980, passou por uma importante inflexão, com mudanças não só em seus objetivos principais, mas também em sua concepção, que deixou de ser propositiva, tornando-se crescentemente reativa. Essa mudança estava relacionada, em grande medida, à deterioração significativa da situação econômica vivida pelo país a partir dos primeiros anos da década de 1980, e à crescente subordinação da Nigéria às potências centrais, junto às quais o país passou a contrair muitos empréstimos.

Com isso, a Nigéria perdeu “margem de manobra”, e suas lideranças se viram cada vez mais constrangidas pelas fortes pressões das potências industrializadas do norte, que acabaram levando à adoção, pelo país africano, dos Programas de Ajuste Estrutural das instituições financeiras internacionais. A adoção desses programas, por sua vez, intensificou a liberalização da economia nigeriana, o que lhe trouxe ainda mais consequências deletérias – aumentando a dependência nigeriana em relação aos seus credores. Diante disso, a política externa nigeriana ao longo da década de 1980 apresentou um comportamento errático, reflexo não de uma irracionalidade de seus condutores, mas sim da deterioração de sua situação econômica, das tentativas do governo de contornar o isolamento imposto ao país pelas potências ocidentais e de uma série de disputas que ocorriam no período – tanto entre as diferentes elites nigerianas, que buscavam implementar projetos distintos, quanto entre os interesses externos e internos.

A partir do final da década, e do início dos anos 1990 – no contexto do fim da Guerra Fria –, os governos nigerianos buscaram adotar medidas, sobretudo no âmbito regional, que tinham como objetivo impactar positivamente as relações no âmbito extracontinental. Nesse sentido, as intervenções na Libéria e em Serra Leoa – promovidas por Babangida e Abacha – por exemplo, apesar de certamente motivadas por uma preocupação com a manutenção da

influência do país no Oeste africano e com a estabilidade regional, também possuíam uma motivação mais ampla. Por meio delas a Nigéria buscava se mostrar, aos atores extracontinentais, como indispensável para a estabilidade da região, em uma tentativa de diminuir o seu isolamento internacional, uma vez que as potências ocidentais não estavam dispostas a realizar intervenções no continente – especialmente depois dos fracassos na Somália, em 1993, e em Ruanda, em 1994.

Assim, ainda que em alguns momentos específicos as lideranças do país tenham buscado retomar uma atuação destacada na sua região ou no próprio continente africano, em grande medida a prioridade da política externa nigeriana, ao longo de toda a década, foi o cenário extracontinental, sobretudo devido aos constrangimentos que este impunha à Nigéria – e que suas lideranças tentavam contornar. Apesar disso, ao longo da década de 1990 o que se viu foi a manutenção – e a intensificação – do isolamento do país no cenário internacional, promovido pelas potências ocidentais, e, nesse contexto, a substituição da Nigéria, na posição principal potência (e, em certa medida, liderança) continental, pela África do Sul pós-*apartheid*. Essa situação foi muito importante para determinar o posicionamento das lideranças nigerianas a partir do final da década de 1990.

O novo governo civil que assumiu o comando do país passou a adotar uma estratégia de aproximação com as potências ocidentais – especialmente os EUA –, crescentemente interessadas nas reservas nigerianas de petróleo, em uma tentativa de pôr fim ao isolamento que vinha sendo experimentado pela Nigéria. Paralelamente, o país também passou a intensificar seus laços políticos e, principalmente, econômicos – ainda que de forma lenta – com diversas potências emergentes. Além disso, Abuja buscou, especialmente nos primeiros anos da década de 2000, se aproximar da África do Sul, como uma forma não só de retomar a posição de liderança continental que ocupara até meados dos anos 1990, mas também de melhorar a sua imagem junto às potências ocidentais, que consideravam a África do Sul (com uma economia mais sólida e diversificada – e liberalizada – e com um sistema democrático mais consolidado do que o nigeriano) um modelo a ser seguido pelos países do continente.

A cooperação entre os países africanos rendeu resultados positivos para a África – como a criação da NEPAD e da UA – e permitiu que a Nigéria voltasse a ter uma posição destacada no continente – ainda que forma compartilhada com a África do Sul. A nova conjuntura vivida pelo país, a partir daí, associada a uma nova alta nos preços internacionais do petróleo no período, a um desempenho econômico crescentemente positivo e à aproximação estratégica das potências industrializadas – que em alguns momentos gerou um afastamento em relação à África do Sul –, contribuiu para que a Nigéria saísse do isolamento

internacional em que se encontrava e, assim, conseguisse a renegociação de sua dívida externa junto aos credores internacionais.

Dessa forma, o país conseguiu diminuir a sua dependência imediata das potências ocidentais, o que permitiu a adoção de uma política externa mais ativa e, em grande medida, autônoma do que a que vinha sendo praticada. Tal fato, em conjunto com a intensificação dos laços políticos e econômicos com as potências emergentes desde o início da década e com um aumento da importância geoestratégica experimentada pela região no período, gerou uma reação das potências centrais, especialmente os EUA. Elas vêm adotando – em consonância com o que tem sido feito em relação ao continente como um todo – um discurso de securitização²⁵⁵ das “ameaças” nigerianas, em uma tentativa clara de retomar (ou estabelecer) uma forte influência na política (interna e, sobretudo, externa) do país.

Nesse contexto, pode-se concluir que a busca nigeriana por uma intensificação dos laços com atores extrarregionais, verificada desde o início dos anos 2000, também pode ser percebida como uma tentativa de reconquistar o papel de principal potência do continente africano, assumido pela África do Sul a partir do fim do *apartheid* na década de 1990. Assim, podemos perceber que, ao longo do período, a Nigéria buscou, através de sua atuação nos âmbitos regional, continental e internacional, consolidar-se como o porta-voz do continente africano e reforçar seus laços internacionais, de forma a afirmar-se como um importante ator nos cenários africano e global.

Em certa medida, o país tem tido sucesso nessa iniciativa. Ao longo dos anos 2000 – especialmente a partir da segunda década – a Nigéria tem conseguido assumir (e manter) uma posição de destaque em diversas organizações internacionais, sejam elas de âmbito regional (como a ECOWAS), continental (como a União Africana) ou mesmo global (como a Organização das Nações Unidas). Além disso, ainda que o país não faça parte de grupos importantes como o IBAS e o BRICS, que a África do Sul integra, é visível um aprofundamento crescente nas relações bilaterais – políticas, econômicas e diplomáticas – com as potências emergentes, o que tem trazido resultados significativos para a Nigéria. O país, com um contingente populacional bastante expressivo,²⁵⁶ e uma série de carências, tem conseguido, por meio dessas relações de novo tipo, uma alternativa àquelas mantidas com as

²⁵⁵ Entende-se por securitização de uma questão a sua apresentação como uma ameaça à existência do ator securitizador – no caso as potências ocidentais – sendo esta por ele caracterizada como prioritária, requerendo medidas em caráter emergencial e justificando, assim, ações para além dos limites normais dos procedimentos políticos (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998).

²⁵⁶ E que, nos últimos dez anos, apresentou uma taxa de crescimento médio anual de 2,7% (WB, 2014).

potências ocidentais, o que tem aumentado significativamente seu poder de barganha e, conseqüentemente, a sua autonomia.

No âmbito do sistema interafricano, nesse contexto, a Nigéria tende a, cada vez mais, se consolidar como o principal líder continental. Enquanto o país é visto como um ator genuinamente africano – tanto no continente²⁵⁷ quanto fora dele – a África do Sul, que buscou se consolidar como a principal liderança do continente a partir de meados da década de 1990, enfrentou (e ainda enfrenta) significativa resistência dos demais países africanos. Isso se deve especialmente à sua história e aos legados deixados pelo regime do *apartheid* no país, principalmente a manutenção da estrutura socioeconômica, que segue privilegiando uma elite branca em detrimento da maioria negra, mesmo após o fim do regime – e que tem sido o pivô de uma disputa entre empresários e o governo, o que tem mantido o país paralisado. Além disso, o país passou, ao longo dos anos 2000, a enfrentar uma disputa mais direta de outros atores regionais – especialmente Angola – o que, associado a um desempenho econômico menos expressivo no período, tem contribuído para diminuir ainda mais a credibilidade da tentativa sul-africana de assumir uma posição de liderança continental.

Ainda assim, a Nigéria continua enfrentando resistências, especialmente extracontinentais, à sua consolidação no papel de liderança africana. Em grande medida, isso se deve ao fato de que o país, apesar de ser um Estado semiperiférico (ou um grande Estado periférico), é visto como uma potencial ameaça aos interesses das potências centrais no continente. Especialmente devido às suas potencialidades (populacionais, geográficas e econômicas), a existência de uma Nigéria fortalecida pode gerar – como já o fez ao longo dos anos 1970 – perturbações nas relações de poder entre as potências centrais e o continente africano – possibilidade essa que é reforçada pelo incremento crescente das relações nigerianas com as potências emergentes.

É justamente por esse motivo que as potências centrais têm buscado aproximar-se da Nigéria, especialmente por meio de discursos que reforçam a ideia de instabilidade e de securitização do país – em uma tentativa de viabilizar e justificar uma maior ingerência nos assuntos internos nigerianos. O país, por sua vez, tem buscado tirar proveito do renovado interesse ocidental, como uma forma de contrabalançar a África do Sul – mais próxima das potências emergentes – tanto no continente, quanto no cenário internacional. É importante

²⁵⁷ Essa ideia é compartilhada até mesmo pelo ex-presidente sul-africano, Thabo Mbeki. Segundo ele, “[A Nigéria] é uma sociedade extraordinária, uma sociedade africana. Ela não tem essa grande marca de opressão colonial. É algo diferente. Muito diferente daqui [África do Sul]. Você tem uma noção de estar sendo realmente exposto à África real, não ao lugar de onde *nós* viemos... eles fazem suas próprias coisas. [E] eles são de tanta importância para o continente africano que eles podem induzir muitas pessoas ao erro” (ADEBAJO, 2013, p.152, tradução nossa, ênfase no original).

perceber, todavia, que esse posicionamento tende a trazer mais prejuízos do que benefícios – reproduzindo o antigo mecanismo de “dividir para governar” das potências coloniais –, tanto para os dois países, quanto para o continente, já que inviabiliza a adoção de um posicionamento conjunto, e forte, em temas de interesse da África – tanto internamente, quanto no cenário extracontinental. A alternativa, configurada por uma parceria entre África do Sul e Nigéria, por sua vez, já se mostrou positiva – com a criação da NEPAD e da UA –, contribuindo significativamente para o aumento das capacidades do continente e, conseqüentemente, para o novo momento vivido por ele no século XXI. Nesse contexto, fica claro que a união e a atuação conjunta das potências africanas é, certamente, a melhor estratégia a ser adotada, tanto para a Nigéria, quanto para o continente como um todo, mostrando, uma vez mais, que Kwame Nkrumah tinha razão: a África precisa se unir.

REFERÊNCIAS

ABEGUNRIN, Olayiwola. A Survey of Nigerian Foreign Policy: 1960 to 1998. In: OJO, Bamidele A. (Ed.). **Problems and Prospects of Sustaining Democracy in Nigeria: voices of a generation**. New York, Nova Science, 2001, cap. 8, p.105-128.

ABEGUNRIN, Olayiwola. **Africa in global politics in the twenty-first century: a pan African perspective**. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

ABEGUNRIN, Olayiwola. **Nigerian Foreign Policy under Military Rule, 1966-1999**. Westport: Praeger, 2003.

ABRAHAMSSON, Hans; NILSSON, Anders. **Mozambique, the Troubled Transition: From Socialist Construction to Free Market Capitalism**. London: Zed Books, 1995.

ADEBAJO, Adekeye. A humbler SA would be a good thing for Africa. **Centre for Conflict Resolution, Business Day**, Johannesburg, 2014. Disponível em: <<http://www.ccr.org.za/index.php/media-release/in-the-media/newspaper-articles/item/1133-humbler-sa>>. Acesso em 10 maio 2014.

ADEBAJO, Adekeye. Africa and America in an Age of Terror. **Journal of Asian and African Studies**. [S.l.], v.38, n. 2-3, p. 175-191, 2003.

ADEBAJO, Adekeye. Hegemony on a shoestring: Nigeria's post-Cold War Foreign Policy. In: ADEBAJO, Adekeye; MUSTAPHA, Abdul R (Org.). **Gulliver's Troubles: Nigeria's Foreign Policy after the Cold War**. South Africa: University of KwaZulu-Natal Press, 2008a. Cap. 1, p.1 – 37.

ADEBAJO, Adekeye. Mad Dogs and Glory: Nigeria's Intervention in Liberia and Sierra Leone. In: ADEBAJO, Adekeye; MUSTAPHA, Abdul R (Org.). **Gulliver's Troubles: Nigeria's Foreign Policy after the Cold War**. South Africa: University of KwaZulu-Natal Press, 2008b, cap.9, p.177 – 202.

ADEBAJO, Adekeye. Nigeria: Africa's New Gendarme? **Security Dialogue**. Oslo, v.31, n.2, p. 185-199, 2000.

ADEBAJO, Adekeye. South Africa and Nigeria: an axis of virtue? In: ADEBAJO, Adekeye; ADEDEJI, Adebayo; LANDSBERG, Chris (Eds.). **South Africa in Africa: the post-apartheid era**. Durban: KwaZulu-Natal Press, 2007.

ADEBAJO, Adekeye. **The Curse of Berlin: Africa after the Cold War**. Oxford: Oxford University, 2013.

ADEDEJI, Adebayo. Estratégias comparadas da descolonização econômica. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. (Ed). **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010, cap.14, p. 471-516.

ADEJUMOBI, Said. Privatisation Policy and the Delivery of Social Welfare Services in Africa: A Nigerian Example **Journal of Social Development in Africa**. Gaborone, v.14, n.2, 1999, p. 87-108.

ADIBE, Clement A. Foreign Policy Decisionmaking in Anglophone West Africa. IN: KHADIAGALA, Gilbert M.; LYONS, Terrence (Eds.). **African Foreign Policies: Power & Process**. Colorado: Lynne Rienner, 2001. Cap. 2, p. 15 – 40.

AKINRINADE, Sola. Nigeria and the Commonwealth: Towards an understanding of a foreign policy crisis. **The Round Table: The Commonwealth Journal of International Affairs**. Belfast, v.86, n.342, p.187-205, 1997.

AKINTERINWA, Bola A. **Nigeria In the World: Issues and Problems for the Sleeping Giant**. Lagos: Pumark Educational, 2001.

AKINTERINWA, Bola A. Nigeria's Peace Policy in Chad. **Nigerian Forum**, Lagos, Maio/Jun., n.5-6, 1987b.

AKINTERINWA, Bola A. Sanctioning South Africa: Obstacles and Prospects. **Nigerian Forum**, Lagos, Mar./Apr., n. 3-4, 1987a.

ALAO, Abiodun. **Nigeria and the BRICs: Diplomatic, Trade, Cultural and Military Relations**. Johannesburg: South African Institute of International Affairs, 2011a, 33p. (Occasional paper, 101).

ALAO, Abiodun. **Nigeria and the Global Powers: Continuity and Change in Policy and Perceptions**. Johannesburg: South African Institute of International Affairs, 2011b, 28p. (Occasional paper 96).

ALI, Anthony D. Leadership and Socio-Economic Challenges in Nigeria. **Singaporean Journal of Business Economics, and Management Studies**. Istanbul, v.1, n.9, 2013, p.1-8.

ALLI, W. O. **The Role of Nigeria in Regional Security Policy**. Abuja: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2012. 52 p. (FES Peace and Security Studies).

AMBE-UVA, Terhemba N.; ADEGBOYEGA, Kasali M. The Impact of Domestic Factors on Foreign Policy: Nigerian/Israeli Relations. **Alternatives: Turkish Journal of International Relations**. Yalova, v.6, n.3-4, p.44-59, 2007.

AMOO, Samuel G. Frustrations of regional peacekeeping: the OAU in Chad, 1977-1982. **Carter Center Working Paper Series (Conflict Resolution Program)**. Atlanta, v.1, n.1, 1991, 35p.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1998.

ASANTE, S. K. B.; CHANAIWA, David. O Pan-africanismo e a Integração Regional. IN: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. (Eds.). **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 24, p.873 – 896.

ASANTE, S.K.B. The travails of integration. In: ADEBAJO, Adekeye; RASHID, Ismail (Eds.). **West Africa's security challenges: building peace in a troubled region**. Boulder/London: Lynne Rienner, 2004, cap. 3, p.51-68.

ASHAVER, Teryima B. Continuities and discontinuities in Nigerian foreign policy. **International Journal of Development and Sustainability**. Japan, v.3, n.2, 2014, p. 286-305.

BABARINDE, Olufemi A.; WRIGHT, Stephen. Nigerian Foreign Policy: Unfulfilled Promise. In: BEASLEY, Ryan K et al. **Foreign Policy in comparative perspective: domestic and international influences on state behavior**. Washington DC: Sage, 2013, cap.11, p. 223-245.

BABAWALE, Tunde. Foreign Policy, Politics and the Crisis of Peripheral Capitalism in Nigeria's Second Republic, 1979-1983. **Journal of Issues in Social Science**, Las Vegas, v. 1. n. 3, 1991, p. 5-13.

BABAWALE, Tunde. Nigeria's Foreign Policy. In: ADEJUMOBI, Said; MOMOH, Abubakar (Eds.). **The Political Economy of Nigeria Under Military Rule : 1984 – 1993**. Harare: Sapes, 1995, cap. 6, p. 111-123.

BARUNGI, Barbara. **Country Note: Nigeria**. African Economic Outlook. Tunis-Belvédère/New York/Paris: African Development Bank Group; United Nations Development Program; OECD development Centre, 2014.

BAYART, Jean-François. Africa in the World: a history of extraversion. **African Affairs**. London, v.99, n.395, p. 217-267, 2000.

BECKETT, Ian F. W. **Modern Insurgencies and Counter-Insurgencies: Guerrillas and their opponents since 1750**. London/New York: Routledge, 2001.

BERGSTRESSER, Heinrich. Nigeria In: MEHLER, Andreas; MELBER, Henning;

WALRAVEN, Klas van (Eds). **Africa Yearbook Volume 5: Politics, Economy and Society South of the Sahara in 2008**. London/Boston: Brill, 2009, Cap. 4, p. 145-161.

BERGSTRESSER, Heinrich. Nigeria. In: MEHLER, Andreas; MELBER, Henning; WALRAVEN, Klaas van (Eds.). **Africa Yearbook Volume 7: Politics, Economy and Society South of the Sahara 2010**. Leiden: Brill, 2011, cap. 4, p. 169-176.

BHABHA, Homi. **The location of Culture**. London/New York: Routledge, 1994.

BIERSTEKER, Thomas J. **Multinationals, the State, and Control of the Nigerian Economy**. Princeton: Princeton University, 1987.

BLOCK, Robert. Mandela guns for Nigerian dictator. **The Independent**. London, 27 nov. 1995. Disponível em: <www.independent.co.uk/news/world/mandela-guns-for-nigerian-dictator-1583888.html>. Acesso em 15 jul. 2014.

BOUCHAT, Clarence J. The Causes of Instability in Nigeria and Implications for the United States. In: GRIFFITH, Todd B. **Nigeria: Instability, Implications and U.S. Policy**. New York: Novinka, 2014, Cap. 1, p. 1-72.

BRECHER, Michael; WILKENFELD, Jonathan. **A Study of Crisis**. Ann Arbor: University of Michigan, 1997.

BROWN, Richard P.C.; BULMAN, Timothy J. The evolving roles of the clubs in the management of international debt. **International Journal of Social Economics**. Bingley, v. 33 n. 1, p.11-32, 2006.

BRUCAN, Silviu. **La disolución del poder: sociología de las relaciones internacionales y políticas**. México: Siglo XXI, 1974.

BUIJTENHUIJS, Robert. Chad: the narrow escape of an African state, 1965-1987. In: O'BRIEN, Donald. C.; DUNN, John; RATHBONE, Richard. **Contemporary West African States**. Cambridge: Cambridge University, 1991, cap. 4, p. 49-58.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: A New Framework for Analysis**. London/Boulder: Lynne Rienner, 1998.

CALLAGHY, Thomas M. Africa and the World Political Economy: Still Caught Between a Rock and a Hard Place?. In: HARBESON, John; ROTHCHILD, Donald (Eds). **Africa in world politics: reforming political order**. Boulder: Westview Press, 2009.

CARMODY, Pádraig. **The New Scramble for Africa**. Cambridge/Malden: Polity, 2011.

ČERVENKA, Zdenek (Ed.). **Land-locked Countries of Africa**. Uppsala: Almqvist & Wiksell, 1973.

CERVENKA, Zdenek. **The Unfinished Quest for Unity: Africa and the OAU**. London: Julian Friedmann, 1977.

CHAFER, Tony. **The end of Empire in French West Africa: France's successful decolonization?** Oxford/New York: Berg, 2002.

CHARBONNEAU, Bruno. **France and the New Imperialism: Security Policy in Sub-Saharan Africa**. Hampshire/Burlington: Ashgate, 2008.

CHAZAN, Naomi et al. **Politics and Society in Contemporary Africa**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1992.

CHIKUHWA, Jacob W. **Zimbabwe: The end of the First Republic**. Bloomington: Author House, 2013.

CHUKU, Gloria I. Quest for National Purification: Murtala Mohammed's New Vision, 1975-1976. In: NWACHUKU, Levi A. UZOIGWE, G. N. **Troubled Journey: Nigeria Since the Civil War**. Lanham: University Press of America, 2004, cap. 4, p.79-110.

CLAPHAM, Christopher. **Africa and the international system: The politics of state survival**. Cambridge: Cambridge University, 1996.

CLAYTON, Anthony. **Frontiersmen: Warfare in Africa since 1950**. London: UCL Press, 1999.

CORNWELL, Richard. Nigeria and Cameroon: Diplomacy in the Delta **African Security Review**. Pretoria, v. 5, n. 4, p. 48-57, 2006.

CROCKER, Chester. South Africa: Strategy for Change. **Foreign Affairs**. New York, v.59, n.2, 1980, p. 323-351.

d'ALMEIDA-TOPOR, Hélène. **L'Afrique au 20^e siècle**. Paris: Armand Colin, 2003.

DAGNE, Ted. **Nigeria in Political Transition**. Report for Congress RL33594. Washington: The Library of Congress, 2006, 17p. (Congressional Research Service).

DeLANCEY, Virginia. The economies of Africa. In: GORDON, April A.; GORDON, Donald L. **Understanding Contemporary Africa**. Boulder/London : Lynne Rienner, 2013, cap. 5, p.115-166.

DENG, Francis M.; ZARTMAN, I. William. **A Strategic Vision for Africa: The Kampala Movement**. Washington: Brookings Institution Press, 2002.

DICKSON, Monday E. An Assessment of the Diplomatic Relations between Nigeria and the United States of America in the Fourth Republic. **African Journal of Social Sciences**. London, v. 3, n. 4, p. 200-213, 2013.

DICKSON, Monday. Nigeria's Recognition of The Transitional National Council of Libya: Exploration and Critical Assessment. **British Journal of Arts and Social Sciences**. [S.l.] v.14, n.1, 2013, p. 66-82.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo o império perecerá**. Brasília/São Paulo: Editora da UnB/Imprensa Oficial, 2000.

EDMONDSON, Locksley. A África e as regiões em vias de desenvolvimento. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. (Ed). **História Geral da África VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010, cap. 28, p. 1003-1051.

EFFIONG, Joseph. Reflections on Nigeria's Foreign Policy. **Journal of Social & Psychological Sciences**. [S.l.], v.5, n.1, p. 25-60, 2012.

EKANADE, Olumide V. The Dynamics of Forced Neoliberalism in Nigeria Since the 1980s. **Journal of Retracing Africa**. Richmond, v. 1, n.1, p.1-24, 2014.

ELAIGWU, Isawa J; MAZRUI, Ali A. Construção da nação e evolução das estruturas políticas. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. (Ed). **História Geral da África VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010, cap. 15, p. 519-563.

ENUKA, Chuka; ODIFE, Ikenna. The Nigerian Civil War as a Domestic Determinant of Nigeria's Foreign Policy 1967-1975. **Unizik Journal of Arts and Humanities**. Awka, v. 10, n.2, 2009.

ESTERHUYSE, Abel. A Iraquização da África, AFRICOM: A Perspectiva Sul-Africana. **Air & Space Power Journal**. Maxwell, v. 22, n. 1, p. 74-86, 2010.

FALOLA, Toyin; HEATON, Matthew M. **A History of Nigeria**. London: Cambridge University, 2008.

FAWOLE, W. Alade. Colonial History and the Search for Democratic Nationhood: The case of Anglophone West Africa. IN: FAWOLE, W. Alade; UKEJE, Charles (Eds). **The Crisis of the State and Regionalism in West Africa: Identity, Citizenship and Conflict**. Dakar: CODESRIA, 2005. Cap. 3, p.57–70.

FLINT, John. Planned decolonization and its failure in British Africa. **African Affairs**. Oxford, v.82, n.328, 1983, p. 389-411.

FOLARIN, Sheriff F. Nigeria and the Dilemma of Global Relevance: Foreign Policy under Military Dictatorship (1993-1999). **Covenant Journal of Politics and International Affairs**. Ota, v. 1, n. 1, p. 15-33, 2013.

FRHD, Nwanolue B. O. G.; IWUOHA, Victor C. A Reflection on Nigeria's Past: Africa as the Centerpiece of Nigeria's Foreign Policy Revisited. **Developing Countries Studies**. [S.l.], v.2, n.4, 2012.

GAMBARI, Ibrahim A. From Balewa to Obasanjo: The theory and practice of Nigeria's foreign policy. In: ADEBAJO, Adekeye; MUSTAPHA, Abdul R (Org.). **Gulliver's Troubles: Nigeria's Foreign Policy after the Cold War**. South Africa: University of KwaZulu-Natal Press, 2008, cap.3, p.58 – 80.

GAMBARI, Ibrahim A. **Theory and Reality in Foreign Policy Making: Nigeria after the Second Republic**. Atlantic Highlands: Humanities Press International, 1989.

GARBA, Abdul-Ganiyu; GARBA, P. Kassey. The Nigerian Civil War: Causes and the Aftermath. In: FOSU, Augustin K.; COLLIER, Paul. **Post-Conflict Economies in Africa**. New York: Palgrave Macmillan, 2005, cap.6, p.91-108.

GARUBA, Dauda. Country profile: Nigeria and its regional context – Annex Foreign policy. **CIDOB International Yearbook 2008**. Barcelona: Barcelona Center for International Affairs (CIDOB), 2008.

GELDENHUYS, Deon. **Isolated States: A Comparative Analysis**. Cambridge: University of Cambridge, 1990.

GEORGE, Edward. **The Cuban Intervention in Angola, 1965–1991: From Che Guevara to Cuito Cuanavale**. London/New York: Frank Cass, 2005.

GHOSH, P.K. **Waiting to Explode: Piracy in the Gulf of Guinea**. ORS Occasional Paper N°46. New Delhi: Observer Research Foundation, 2013, 38p.

GITELSON, Susan A. Why do Small States Break Diplomatic Relations with Outside

Powers?: Lessons from the African Experience. **International Studies Quarterly**. Malden, v. 18, n. 4, p. 451-484, 1974.

GOCKING, Roger S. **The History of Ghana**. Westport: Greenwood, 2005.

GORDON, Donald L. African Politics. In: GORDON, April A. ; GORDON, Donald L. **Understanding Contemporary Africa**. Boulder/London : Lynne Rienner, 2013, cap. 4, p.61-114.

GRAHAM, Victoria. How firm the handshake? South Africa's use of quiet diplomacy in Zimbabwe from 1999 to 2006. **African Security Review**. Pretoria, v. 5, n. 4, p. 114-127, 2006.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

HAGER, Iyorwuese. **Nigeria: After the Nightmare**. Lanham, University Press of America, 2011.

HERBST, Jeffrey. **States and Power in Africa: comparative lessons in authority and control**. Princeton: Princeton University, 2000.

HERSKOVITS, Jean. Nigeria: Africa's New Power. **Foreign affairs**. New York, v.53, n.2, p.314-333, 1975.

HILL, Jonathan N. C. **Nigeria Since Independence: forever fragile?** New York: Palgrave Macmillan, 2012.

HURT, Stephen R. The European Union's external relations with Africa after the Cold War: Aspects of continuity and change. In: TAYLOR, Ian; Williams, Paul. **Africa in International Politics: External involvement on the continent**. London/New York: Routledge, 2004.

HUTCHFUL, Eboe. From military security to human security. In AKOKPARI, John; NDINGA-MUVUMBA, Angela; MURITHI, Tim (Eds). **The African Union and its institutions**. Auckland Park: Jacana MEDIA, 2008

HYDEN, Goran. **African Politics in Comparative Perspective**. Cambridge: Cambridge, 2006.

IBEANU, Okwchukwu. Nigeria's Role in the Formation of OAU/AU and Membership of the Frontline States In: JEGA, Attahiru M.; FARRIS, Jacqueline. **Nigeria at Fifty**,

Contributions to Peace, Democracy and Development. Abuja: The Shehu Musa Yar'Adua Foundation, cap. 2, p. 13-34, 2010.

IFEOMA, Ezeabasili E. Nigeria Foreign Policy and the Politics of Debt Relief. **Canadian Social Science.** Laval, v. 7, n. 2, p. 153-165, 2011.

IFIDON, Ehimika. Non-Alignment in Nigeria's Foreign Relations, 1960-1979: A Comparative Analysis of Precept, Praxis and Motivational Factors. **Ife Journal of History (IJH).** Ife, v. 6, n. 1, 2013.

IHONVBERE, Julius O. **Nigeria: The Politics of Adjustment and Democracy.** New Brunswick: Transaction, 1994.

IKEJIAKU, Brian-Vincent. Africa Debt Crisis and the IMF with a Case of Nigeria: towards Theoretical Explanations. **Journal of Politics and Law.** Toronto, v.1, n.4, 2008, p. 2-7.

ILIFFE, John. **Obasanjo, Nigeria and the World.** Rochester: James Currey, 2011.

INAMETE, Ufot B. **Foreign Policy Decision-Making in Nigeria.** Selinsgrove: Susquehanna University, 2001.

ISMAEL, Tareq Y. **International Relations of the Contemporary Middle East: A Study in World Politics.** New York: Syracuse University, 1986.

JESSUP, John E. **An Encyclopedic Dictionary of Conflict and Conflict Resolution, 1945-1966.** Westport: Greenwood, 1998.

KABIA, John M. **Humanitarian Intervention and Conflict Resolution in West Africa: From ECOMOG to ECOMIL.** Farnham/Burlington: Ashgate, 2009.

KEYLOR, William R. **El Mundo del Siglo XX: la guerra fria entre las superpotências.** Buenos Aires: Docencia, 1997.

KEYLOR, William; McGUIRE, Michael. **Encyclopedia of the Modern World: 1900 to the Present.** New York: Infobase, 2007.

KHAKEE, Anna. EU Democracy Promotion in Nigeria: Between Realpolitik and Idealism. **Fundación para las Relaciones Internacionales y el Diálogo Exterior.** Working Paper n.47. Madrid: Fundación para las Relaciones Internacionales y el Diálogo Exterior, 2007.

KI-ZERBO, Joseph (Ed.). **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO, 2010.

KIPRÉ, Pierre. O desenvolvimento industrial e o crescimento urbano. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. (Ed). **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010, cap. 13, p. 429-470.

KODJO, Edem; CHANAIWA, David. Pan-africanismo e libertação. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. (Ed). **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010, cap. 25, p. 897-924.

KOLAWOLE, Dipo. From Isolation to Globalization: Transformation of Nigeria's Foreign Policy from the Abacha Regime to the Obasanjo Administration. **Pakistan Journal of Social Sciences**. [S.l.], v.3, n.6, p. 873-879, 2005

LANDSBERG, Chris. An African 'concert of powers'? Nigeria and South Africa's construction of the AU and NEPAD. In: ADEBAJO, Adekeye; MUSTAPHA, Abdul R (Org.). **Gulliver's Troubles: Nigeria's Foreign Policy after the Cold War**. South Africa: University of KwaZulu-Natal Press, 2008, cap.10, p.203 – 219.

LANDSBERG, Chris. Nigeria-South Africa Tensions Leave African Leadership Gap. **World Politics Review Briefing**. [S.l.], World Politics Review, 2012, 3p. Disponível em: <<http://www.worldpoliticsreview.com/articles/11857/nigeria-south-africa-tensions-leave-african-leadership-gap>>. Acesso em 22 jan. 2014

LEWIS, Peter M. **Growing apart: oil, politics, and economic change in Indonesia and Nigeria**. Ann Arbor: Michigan University, 2007.

LEWIS, Peter M.; STEIN, Howard. Shifting Fortunes: The Political Economy of Financial Liberalization in Nigeria. **World Development**. [S.l.], v. 25, n. 1, p. 5-22, 1997.

LOVEJOY, Paul E. Historical Setting. In: METZ, Helen Chapin, **Nigeria: a country study**. Washington: Library of Congress, 1992, cap. 1, p. 1-84.

LUQMAN, Saka; LAWAL, Fatima M. The Political Economy of Oil and the Reform Process in Nigeria's Fourth Republic: Successes and Continue Challenges. **Researchers World: Journal of Arts, Science & Commerce**. Nasik, v.2, n.2, 2011, p. 59-76.

MAILAFIA, Obadiah. Prometheus as Good Samaritan: Nigeria's Bilateral and Multilateral Assistance since Independence. In: JEGA, Attahiru M.; FARRIS, Jacqueline. **Nigeria at Fifty, Contributions to Peace, Democracy and Development**. Abuja: The Shehu Musa Yar'Adua Foundation, cap. 9, p. 160-187, 2010.

MAMDANI, Mahmood. **Citoyen et sujet: l’afrique contemporaine et l’héritage du colonialisme tardif**. Paris: Karthala, 2004.

MANELISI; Genge, KORNEGAY, Francis; STEPHEN, Rule. Formation of the African Union, African Economic Community and Pan-African Parliament. **African Union and Pan-African Parliament: Working Papers**, 2000, 37p.

MARTINS, Vasco. The Côte d’Ivoire crisis in retrospect. **Portuguese Journal of International Affairs**. Lisboa, n.5, p. 72-84, 2011.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política: Livro I: O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATUSEVICH, Maxim. **No Easy Row for a Russian Hoe: Ideology and Pragmatism in Nigerian-Soviet relations, 1960-1991**. Trenton/Asmara: Africa World, 2003.

MAZRUI, Ali A, *et al.* Tendências da filosofia e da ciência na África. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. (Ed). **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010, cap. 21, p. 761-817.

MAZRUI, Ali A. “Procurai primeiramente o reino político...”. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. (Ed). **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010a, cap. 5, p. 125-150.

MAZRUI, Ali A. Introdução. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. (Ed). **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010b, cap. 1, p. 1-30.

MAZRUI, Ali A. O horizonte 2000. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. (Ed). **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010c, cap. 30, p. 1095-1132.

MEIERDING, Emily. IR Theory as Politics, International Politics as Theory: a Nigerian Case Study. **African Nebula**, Osogbo, v.1, n.2, 2010, p. 1-17.

MEREDITH, Martin. **The state of Africa: a history of fifty years of independence**. London: Simon & Schuster, 2005.

MONTANYÀ, Xavier. **L’or noir du Nigeria: Pillages, ravages écologiques et résistances**. Marseille: Agone, 2012.

MONTCLOS, Marc-Antoine P. Humanitarian Aid and the Biafra War: Lessons not Learned.

Africa Development. Dakar, v.34, n.1, 2009, p. 69–82

MOSS, Todd; STANDLEY, Scott; BIRDSALL, Nancy. Double-Standards, Debt Treatment, and World Bank Country Classification: The case of Nigeria. **Center for Global Development Working Paper Number 45.** London/Washington: Center for Global Development, 2004.

MUDASIRU, Suraj; ADABONYON, Olusola. The Nigerian Economy Under Obasanjo. **Development Policy Management Network Bulletin.** Nairobi/Addis Ababa, v.8, n.3, p.10-13, 2001.

NUGENT, Paul. **Africa since independence.** New York: Palgrave Macmillan, 2004.

NWANKWO, Okechukwu. Shifting the paradigm in Nigeria's foreign policy: Goodluck Jonathan and Nigeria's vision 20:2020. **Social Sciences.** New York, v.2, n.6, p. 212-221, 2013.

NWOSU, Nereus I. Constraints on Nigeria's Foreign Policy. **African Study Monographs,** Kyoto, v.14, n.3, p. 123-134, 1993.

NYANGONI, Wellington W. **Africa in the United Nations System.** Cranbury: Associated University Presses, 1985.

O'TOOLE, Thomas. The Historical Context. In: GORDON, April A. ; GORDON, Donald L. **Understanding Contemporary Africa.** Boulder/London : Lynne Rienner, 2013, cap. 3, p.25-60.

OCULI, Okello. Nigeria in the United Nations, the Commonwealth and the Non-Aligned Movement. In: JEGA, Attahiru M.; FARRIS, Jacqueline. **Nigeria at Fifty, Contributions to Peace, Democracy and Development.** Abuja: The Shehu Musa Yar'Adua Foundation, cap. 7, p. 122-135, 2010.

OGUNBADEJO, Oye. Nigeria's Foreign Policy Under Military Rule 1966-79. **International Journal.** Toronto, v.35, n.4, 1980, p.748-765.

OJELEYE, Olukunle. **The Politics of Post-War Demobilisation and Reintegration in Nigeria.** Farnham/Burlington: Ashgate, 2010.

OKAJARE, Solomon T. Between Principle and Practice: NEPAD as an Indicator of Afro-centrism in Nigerian Foreign Policy. **European Scientific Journal.** Skopje, v. 8, n.14, p.210-222, 2012.

OKEREKE, C. Nna-Emeka. **Nigeria and the African Union in Light of the Arab Revolts**. Lecture Series on African Security. S.L.: Swedish Defence Research Agency/Nordic Africa Institute, 2012, 19p.

OKOLO, Julius E.; LANGLEY, Winston N. The Changing Nigerian Foreign Policy. **World Affairs**. Washington, v.135, n.4, 1973, p. 309-327

OKOM, Mojúbàolú O. State and Civil Society in Nigeria in the Era of Structural Adjustment Program, 1986 – 1993. In: OKOM, Mojúbàolú O. (Ed.). **State Fragility, State Formation, and Human Security in Nigeria**. New York: Palgrave Macmillan, 2013, cap. 2, p. 33-58.

OKONTA, Ike. The disease of elephants: oil-rich ‘minority’ areas, Shell and international NGOs. In: ADEBAJO, Adekeye; MUSTAPHA, Abdul R (Org.). **Gulliver’s Troubles: Nigeria’s Foreign Policy after the Cold War**. South Africa: University of KwaZulu-Natal Press, 2008, cap.6, p.116 – 137.

OLIVEIRA, Guilherme Z. **Nigéria: história da política externa e das relações internacionais**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 113p.

OLIVEIRA, Guilherme Z.; BARBOSA, Luisa C.; CARDOSO, Nilton C. Da Não Interferência da Organização da Unidade Africana à Não Indiferença da União Africana: Percepções Africanas sobre a Segurança do Continente. **Século XXI**. Porto Alegre, v. 5, n.1 p. 93-112, 2014.

OLUKOSHI, Adebayo O. The Political Economy of the Structural Adjustment Programme. In: ADEJUMOBI, Said; MOMOH, Abubakar (Eds.). **The Political Economy of Nigeria Under Military Rule: 1984 – 1993**. Harare: Sapes, 1995, cap. 8, p. 138-162.

OMEDE, Adedoyin J., Nigeria’s Relations with Her Neighbours. **Studies of Tribes and Tribals**, New Delhi, v.4, n.1, p.7-17, 2006.

ONAKUSE, Stephen. Nigeria’s Seven-Point Agenda and the Financial Crisis: Implications for Growth and Development. **Africana Journal**. Boston, v. 5, n. 3, p. 21-45, 2011.

ONYSI, Fab Chukwuma. Continuity and Change in Nigeria Foreign Policy. **Journal of Research and Development**, [S.l.], v. 2, n. 1, p.223-230, 2011.

OSAGHAE, Eghosa. Government and Politics. In: METZ, Helen Chapin, **Nigeria: a country study**. Washington: Library of Congress, 1992, cap. 4, p. 203-253.

OVIASOGIE, Faith O.; SHODIPO, Adekunle O. Personality, Foreign Policy and National

Transformation: An Assessment of the Olusegun Obasanjo's Administration (1999-2007). **Covenant University Journal of Politics and International Affairs**, Ota, v. 1, n. 2, p.192-212, 2013.

PABST, Martin. External Interests in West Africa. In: FEICHTINGER, Walter; HAINZL, Gerald (Eds.). **Sorting Out the Mess: Wars, Conflicts, and Conflict Management in West Africa**. Vienna: Landesverteidigungsakademie, 2007, Cap. 2, p. 37-68.

PADEN, John N. **Faith and Politics in Nigeria: Nigeria as a pivotal state in the muslim world**. Washington: United States Institute of Peace, 2008.

PEREIRA, Analúcia D. A África do Sul Independente: segregação, *Apartheid* e transição pactuada (1910-1994). In: VISENTINI, Paulo F.; PEREIRA, Analúcia D. (Orgs.). **África do Sul: História, Estado e Sociedade**. Brasília: FUNAG/CESUL, 2010.

PHAM, J. Peter. Nigeria's Foreign Policy: An Inquiry into Sources and Prospects. In: FLAD-IPRI INTERNATIONAL CONFERENCE, 5, 2007, Lisbon, Portugal, p.1-18.

PLOCH, Lauren. **Africa Command: U.S. Strategic Interests and the Role of the U.S. Military in Africa**. Washington: Congressional Research Service, 2011. 43p. (CRS Report for Congress). Disponível em: <<http://fas.org/sgp/crs/natsec/RL34003.pdf>>. Acesso em 03 jan. 2014.

POGOSON, Irene. A Decade of Nigeria's Economic Diplomacy: Issues and Challenges. **Africana Journal**. Boston, v.5, n.2, p.41-55, 2011.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PUTNAM, Robert D. Diplomacia e Política Doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p.147-174, 2010.

RIEFFEL, Lex. Nigeria's Paris Club Debt Problem. **The Brookings Institution**. Washington: The Brookings Institution, 2005. 8p. (Policy Brief, 144). Disponível em: <<http://allafrica.com/download/resource/main/main/idatcs/00010788:f709469400943f85488dc66c18ee90c8.pdf>>. Acesso em 05 jan. 2014.

RONZITTI, Natalino. **The Reform of the UN Security Council**. Roma: Instituto Affari Internazionali, 2010. 21p. (Documenti IAI, 10/13). Disponível em: <<http://www.iai.it/pdf/dociai/iai1013.pdf>>. Acesso em 18 ago. 2014.

ROTHERMUND, Dietmar. **The Routledge Companion to Decolonization**. London/New

York: Routledge, 2006.

RUBENZER, Trevor. Nigeria (1967–1970). In: DEROUEN, Karl; HEO, Uk. **Civil wars of the world: major conflicts since World War II**. California: ABC-CLIO, 2007.

SALAMI, Olawale. The Prelude to Babangida Regime's Foreign Policy Initiatives. **Mediterranean Journal of Social Sciences**. Rome, v.5, n.3, p. 81-85, 2014.

SARWAR, Nadia. **Expansion of the United Nations Security Council**. Islamabad: Institute of Strategic Studies Islamabad, 2011. 23p. Disponível em: <http://www.issi.org.pk/publication-files/1328593104_35074620.pdf>. Acesso em 18 ago. 2014.

SCHRAEDER, Peter J. African International Relations. In: GORDON, April A. ; GORDON, Donald L. **Understanding Contemporary Africa**. Boulder/London: Lynne Rienner, 2013, cap. 6, p.167-206.

SCHRAEDER, Peter J. F New Directions in Francophone West African Foreign Policies. IN: KHADIAGALA, Gilbert M.; LYONS, Terrence (Eds.). **African Foreign Policies: Power & Process**. Colorado: Lynne Rienner, 2001. Cap. 3, p.41 – 66.

SHULTZ, Richard H. **The Soviet Union and Revolutionary Warfare: Principles, Practices, and Regional Comparisons**. Stanford: Hoover, 1988.

SILVA, André Luiz Reis da. Os Dilemas da África Contemporânea: a persistência do neocolonialismo e os desafios da autonomia, segurança e desenvolvimento (1960-2008). **Ciências & Letras**. Porto Alegre, n. 44, p. 125-149, 2008.

SINCLAIR, Michael. **An Analysis of Nigerian Foreign Policy: The Evolution of Political Paranoia**. Johannesburg: The South African Institute of International Affairs, 1983, 21p. (Occasional Paper). Disponível em: <<http://dspace.africaportal.org/jspui/bitstream/123456789/29853/1/An%20analysis%20of%20Nigerian%20policy.pdf?1>>. Acesso em 05 abr. 2014.

SIOLLUN, Max. **Oil, Politics and Violence: Nigeria's Military Coup Culture (1966-1976)**. New York: Algora, 2009.

SMALDONE, Joseph P. National Security. In: METZ, Helen Chapin, **Nigeria: a country study**. Washington: Library of Congress, 1992, cap. 5, p. 253-322.

SOLODOVNIKOV, Vasily G. For the Full Liquidation of Colonialism and Racism in Southern Africa. In: STOKKE, Carl; WIDSTRAND, Carl G. **The UN-OAU Conference on**

Southern Africa, Oslo, 9-14 April, 1973: Papers and Documents. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, 1973, cap. 1, p.53-68.

STONE, Diane. Think Tanks and Policy Analysis. In FISCHER, Frank; MILLER, Gerald J.; SIDNEY, Mara S. (Eds.) **Handbook of Public Policy Analysis: Theory, Methods, and Politics**. New York: Marcel Dekker: 2006, cap. 11, p. 149–157.

TANGRI, Roger. **Politics in Sub-Saharan Africa**. London: James Currey and Heinemann, 1985.

TAYLOR, Ian; WILLIAMS, Paul (Eds.) **Africa in International Politics: External involvement on the continent**. London: Routledge, 2004.

TAYLOR, Ian. **The International Relations of Sub-saharan Africa**. New York: Continuum, 2010.

THIAM, Iba Der; MULIRA, James. WONDJI, Christophe. A África e os países socialistas. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. (Ed). **História Geral da África VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010, cap. 27, p. 965-1002.

THOMAS, Ekwelaor C. **United Nations Security Council Resolutions in Africa: the conundrum of state and human insecurity in Libya**. 2013. Dissertação de Mestrado. University of Kwazulu-Natal, School of Social Sciences, Pietermaritzburg, 146p.

TILLY, Charles. **Coerção, Capital e Estados Europeus: 990-1992**. São Paulo: Edusp, 1996.

UHOMOIBHI, Martin I. A triple web of interdependence: The UN, the Commonwealth and the EU. In: ADEBAJO, Adekeye; MUSTAPHA, Abdul R (Org.). **Gulliver's Troubles: Nigeria's Foreign Policy after the Cold War**. South Africa: University of KwaZulu-Natal Press, 2008, cap.11, p.223 – 254.

UNITED NATIONS (UN). **Growth in United Nations membership, 1945-present**. New York, 2014a. Disponível em: <<http://www.un.org/en/members/growth.shtml>>. Acesso em 11 jun. 2014.

UNITED NATIONS (UN). **Towards the New International Economic Order**. Analytical Report on Developments in the Field of International Economic Co-operation since the Sixth Special Session of the General Assembly. New York: UNCTAD, 1981, 40p. Disponível em: <<http://unctc.unctad.org/data/e82iia7a.pdf>>. Acesso em 11 nov. 2014.

UNITED NATIONS (UN). **Troop and police contributors**. New York: United Nations Peacekeeping 2014b. Disponível em:

<<http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/contributors.shtml>>. Acesso em 18 nov. 2014.

UNITED NATIONS (UN). **World Population Prospects: the 2012 Revision**. Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat. New York, 2012. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpd/wpp/index.htm>>. Acesso em 11 nov. 2014.

UNITED STATES OF AMERICA (USA). **Congressional Budget Justification for Foreign Operations, Fiscal Year 2006**. Washington: US Department of State, 2006. Disponível em: <<http://www.state.gov/s/d/rm/rls/cbj/2006/>>. Acesso em 15 ago. 2014.

VERSCHAVE, François-Xavier. **De la Françafrique à la Mafrafrique**. Bruxelles: Édition Tribord, 2004, 69p.

VERSCHAVE, François-Xavier. **La Françafrique : le plus long scandale de la République**. Paris: Stock, 1998.

VIEIRA, Maíra B. B. **A Política Externa Indiana para a África no Século XXI: Condicionantes Domésticos e Sistêmicos**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, 201p.

VISENTINI, Paulo F. **A África e as Potências Emergentes: nova partilha ou cooperação Sul-Sul?** Porto Alegre: CEBRAFRICA/Leitura XXI, 2013.

VISENTINI, Paulo F. **A África na Política Internacional: o sistema interafricano e sua inserção mundial**. Curitiba: Juruá, 2010.

VISENTINI, Paulo F. **As Revoluções Africanas: Angola, Moçambique e Etiópia**. São Paulo: Unesp, 2012a.

VISENTINI, Paulo F. **Os Países Africanos: diversidade de um continente**. Porto Alegre: CEBRAFRICA/Leitura XXI, 2012b.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Africa: the politics of Unity**. New York: Random House, 1967.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Semi-Peripheral Countries and the Contemporary World Crisis. Theory and Society**. California, v.3, n.4, p. 461-483, 1976.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The essential Wallerstein**. New York: The New Press, 2000.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World System Analysis: an introduction**. Durham/London: Duke, 2004.

WHILHELMY, Manfred. **Política internacional: enfoques y realidades**. Buenos Aires: GEL, 1988.

WILKENFELD, Jonathan *et al.* **Mediating International Crises**. Abingdon/New York: Routledge, 2005.

WILLIAMS, Paul D. From Non-Intervention to Non-Indifference: the Origins and Development of the African Union's Security Culture. **African Affairs**. Oxford, v. 106, n. 423, p. 253–279, 2007.

WILMOT, Patrick. **Nigeria's Southern Africa Policy, 1960-1988**. Uppsala: The Scandinavian Institute of African Studies, 1989. 16 p. (Current African Issues , 8). Disponível em: < <http://nai.diva-portal.org/smash/get/diva2:290232/FULLTEXT01.pdf>>. Acesso em 14 maio 2014.

WORLD BANK (WB). **World DataBank**. Washington, 2014. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org>>. Acesso em: 31 maio 2014.

WRIGHT, George. **The Destruction of a Nation: United States' Policy Toward Angola Since 1945**. London: Pluto Press, 1997.

WRIGHT, Stephen; OKOLO, Julius E. Nigeria: Aspirations of Regional Power. In: WRIGHT, Stephen (Ed.). **African foreign policies**. Boulder: Westview Press, 1999, cap. 7, p. 118-132.

YOUNG, Crawford. The Heritage of Colonialism. In: HARBESON, John W.; ROTHCHILD, Donald (Eds). **Africa in world politics: reforming political order**. Boulder: Westview, 2009, cap. 2, p. 19-38.